

Geisa Mara Batista

Formas de tratamento e "cordialidade"

Mudança linguística e conceptualizações culturais

EDITORA DA **ABRALIN**

Palavras dos Editores

Esta publicação, digital e gratuita, compõe o catálogo de livros digitais da Editora da ABRALIN, uma editora *open access*, criada em 2020, que busca oferecer mecanismos efetivos de publicação e circulação de obras de Linguística no país. A ideia que norteia seu funcionamento encontra melhor expressão nas palavras de seu idealizador, Prof. Dr. Miguel Oliveira Jr., então presidente da ABRALIN: “acreditamos que dar acesso livre à produção intelectual de excelência, que é fruto – na maioria das vezes – de investimento público, é o caminho mais democrático no contexto socioeconômico em que vivemos”. Sem dúvida, essas palavras foram definitivas para o nosso engajamento na criação da Editora da ABRALIN. Queremos contribuir para fazer da Editora da ABRALIN um canal permanente de apoio à divulgação da sólida pesquisa feita nas muitas áreas da Linguística no Brasil.

Como todos sabemos, a ABRALIN desempenha papel fundamental na consolidação dos estudos linguísticos no Brasil, contribuindo de maneira crucial para a criação e a preservação de espaços de acolhimento da diversidade de ideias linguísticas, algo que tem urgência ética e é – no nosso entendimento – atitude necessária para manter o indispensável diálogo entre a sociedade e a comunidade científica. A Editora da ABRALIN nasce dentro desse contexto e com esse desígnio maior.

A excelência do trabalho da Editora e das obras por ela publicadas será garantida – disso temos certeza – pela esperada contribuição dos associados da ABRALIN. Tal contribuição constantemente vem em atendimento aos editais e aos critérios tornados públicos periodicamente, na forma de propostas de

publicação, na colaboração junto ao Conselho Editorial e com as demais atividades envolvidas no funcionamento da Editora.

Nossa expectativa é que a Editora da ABRALIN possa fornecer obras de qualidade, acessíveis gratuitamente ao público-leitor interessado, fomentando, assim, a pesquisa em Linguística, contribuindo com o diálogo constante entre pesquisadores e sociedade.

Valdir do Nascimento Flores

Gabriel de Ávila Othero

Editores

Geisa Mara Batista

FORMAS DE TRATAMENTO E
“CORDIALIDADE”:
MUDANÇA LINGUÍSTICA E
CONCEPTUALIZAÇÕES
CULTURAIS

EDITORA DA **ABRALIN**

PREFÁCIO

A obra *Formas de tratamento e “cordialidade”: mudança linguística e conceptualizações culturais*, de autoria de Geisa Batista, ora disponibilizada para um público mais amplo da nossa área por meio de sua publicação pela Editora da ABRALIN é, na sua origem, uma tese de doutoramento defendida, com louvor, na Faculdade de Letras da UFMG.

Tive a felicidade de acompanhar o trabalho da autora na condição de orientador do trabalho e a parabenizo de novo por mais essa conquista.

Geisa Batista reúne qualidades que a tornam uma pesquisadora singular, o que está refletido na originalidade do seu texto. Ela consegue, ao mesmo tempo, ter o rigor técnico na descoberta e análise de dados linguísticos e demonstrar curiosidade e coragem intelectual necessárias à atitude científica fundamental que herdamos dos antigos, o que a permitiu, de fato, a gestar, ainda que de forma embrionária, uma teoria sobre a interdependência entre aspectos que nomeamos de civilizatórios ou culturais e seu papel nomológico no que concerne a fenômenos de variação e mudança linguísticas.

Ainda que intuída por muitos, não logramos ainda, de forma consistente ou completa, dar um tratamento objetivo, ou empiricamente fundamentado, à correlação que se estabelece entre aspectos culturais, nomeados muitas vezes de “visão de mundo”, “espírito do tempo”, “mentalidade de uma comunidade” e outros sintagmas, e sua influência e papel causal no que se refere a propriedades de linguagem de natureza mais abstrata.

Ora, é exatamente nessa tarefa de explicitar a correlação supramencionada que se insere o trabalho da autora. Ela retoma o conceito de “cordialidade” visto como um traço cultural da

“civilização” brasileira, tal qual proposto por Sérgio Buarque de Holanda; reinterpreta esse conceito com a finalidade de eliminar certas más compreensões que acompanham esse conceito; e examina de que maneira esse traço cultural nacional interfere nos fenômenos de mudança dos pronomes possessivos de segunda para terceira pessoa do singular e da fixação dessa última forma para o emprego na segunda pessoa. Tratou-se, para dizer em poucas palavras, de uma cooptação da terceira pessoa, que indica distância num primeiro momento, para exprimir a proximidade da segunda pessoa já que temos, culturalmente, resistência ao distanciamento interpessoal.

A análise criteriosa do emprego dessas formas em peças de autores teatrais brasileiros, a partir do século XVIII, aportou uma solidez empírica bastante convincente. O avanço teórico do trabalho contou com o desenvolvimento da noção de conceptualização cultural tomada como uma entidade cognitiva e com efeitos decisivos na variação e mudança linguísticas.

Acrescente-se ao já dito, o fato de que a leitura do livro é fluída e muito agradável, com recursos gráficos muito bem-vindos, o que atesta a correção da composição realizada e, tenho certeza, será de muito proveito para o leitor não apenas da área de linguística, mas também para leitores de áreas afins como da sociologia, da psicologia cognitiva e de outras.

Lorenzo Vitral
Universidade
Federal de Minas Gerais

“A verdadeira trajetória de desenvolvimento do pensamento não vai no sentido do pensamento individual para o socializado, mas do pensamento socializado para o individual.”
(VYGOTSKY, [1934]/2001, n.p.)

SUMÁRIO

14	1 INTRODUÇÃO
22	2 MAS, AFINAL, O QUE É CORDIALIDADE?
22	2.1 Cordialidade em Sérgio Buarque de Holanda
38	2.2 O QUE DIZEM OS ESTUDOS ANTERIORES?
38	CORDIALIDADE, HISTÓRIA E LINGUÍSTICA CULTURAL
39	2.2.1 História cultural e a possível relação entre cordialidade e mentalidade
47	2.2.2 Linguística cultural: cordialidade como modelo cognitivo-cultural
69	2.3 Considerações finais do capítulo
71	3 BREVE RECAPITULAÇÃO DE ESTUDOS ACERCA DAS FORMAS DE TRATAMENTO RELACIONADAS AOS POSSESSIVOS EM PB E A SOCIOLINGUÍSTICA COGNITIVA
71	3.1 Estudos sobre o fenômeno de variação/mudança no possessivo de 2ª pessoa relacionados a formas de tratamento
81	3.2 Estudos linguísticos em variação e cognição
93	3.3 Considerações finais do capítulo
95	4 PASSOS METODOLÓGICOS: COMO OBSERVAR INDÍCIOS EMPÍRICOS DA RELAÇÃO ENTRE CONCEPTUALIZAÇÕES CULTURAIS E LÍNGUA?
101	5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: O QUE ENCONTRAMOS?
101	5.1 Algumas palavras sobre o teatro brasileiro
103	5.2 Apresentação das peças e análises preliminares dos dados

103	5.2.1 O marido confundido, de Alexandre de Gusmão
119	5.2.2 O juiz de paz da roça, Martins Pena
141	5.2.3 Não consulte médico, Machado de Assis
155	5.3 Aprofundamento sobre os dados levantados e as propriedades de cordialidade
155	5.3.1 Análise comparativa entre os dados dos três textos
161	5.3.2 A gradualidade das propriedades da cordialidade
175	6 CORDIALIDADE E POSSESSIVOS DE 2ª. P EM PB: COMO SE ATIVAM E SE MANIFESTAM OS MODELOS COGNITIVOS CULTURAIS
190	7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM NOVO OLHAR SOBRE FENÔMENOS LINGUÍSTICOS
199	REFERÊNCIAS
210	SOBRE A AUTORA

FORMAS DE TRATAMENTO E “CORDIALIDADE”:
MUDANÇA LINGUÍSTICA E CONCEPTUALIZAÇÕES CULTURAIS

1 INTRODUÇÃO

Esse livro expõe os resultados de uma tese. Contudo, a referida tese não é uma tese sociolinguística tradicional. O leitor não encontrará aqui dados para provar o fenômeno de variação/mudança *teu/seu*. Os dados aqui possuem caráter ilustrativo, posto que o fenômeno do qual tratamos é suficientemente documentado. O que proporemos é uma nova abordagem interpretativa para um fenômeno conhecido, buscando estabelecer explicação causal para o fato de os pronomes possessivos de 3ª pessoa, *seu* e as respectivas variações de gênero e número¹, serem usados também para se referir à 2ª pessoa no português brasileiro (PB). Nosso modelo explicativo considera as contribuições de estudos de abordagem cognitiva, especialmente, o que nos remete à Linguística Cultural. Contudo, sabemos que a relação entre propriedades da língua e propriedades culturais e sociais não é inteiramente clara, o que sempre traz a necessidade de estabelecê-la cientificamente. Buscaremos então avançar objetivamente nesse difícil caminho e contribuir também para os estudos em história social da língua.

Muito, é claro, já foi escrito sobre a cultura brasileira. Inicialmente, interessa-nos mais de perto o texto *Raízes do Brasil*, no qual Sérgio Buarque de Holanda traça um retrato do que seria o “tipo psicológico do brasileiro”, ou seja, o “homem resultante” das forças sócio-histórico-culturais que permearam a construção do país. Tomando tal retrato de identidade como nacional, revelada no “homem cordial”, o autor nos aponta fenômenos linguísticos que aparentemente manifestariam a cordialidade, que se porta

1 Para tornar a leitura mais confortável e o texto mais conciso, optamos por citar os pronomes em sua forma masculina e singular: *seu*, *teu* e *vosso*. Entretanto, naturalmente, eles aparecem nos textos estudados e em outros exemplos ao longo do trabalho em suas variações de gênero (masculino e feminino) e de número (singular e plural), próprias do português. Sendo assim, ao ler a forma masculina e singular, é importante ter em vista que se está considerando as demais variações.

como um tipo de traço psicológico e social coletivo, imbricado na cultura brasileira. O autor sugere, por exemplo, que um dos usos do sufixo diminutivo *-inho* seja uma expressão semântico-sintática dessa cordialidade, afinal, seria afeto, e não somente um aspecto de grau, o que se transmitiria ao nos referirmos à residência que se frequenta como nossa *casinha* ou a um amigo como *maluquinho*. Em casos assim, o que estaria em jogo, segundo o autor, seria uma “aproximação do coração” (HOLANDA, [1936]2015, p. 256). A cordialidade prefere o tratamento privado em detrimento do público.

Entendendo, com o autor, a cordialidade como aversão à impessoalidade nas relações interpessoais, pergunta-se acerca da possibilidade de sua manifestação linguística especificamente em formas pronominais do PB enquanto variante do português europeu (PE) as quais, em última instância, expressam linguisticamente a relação com um outro. Em outras palavras, uma vez que a cordialidade possa se expressar linguisticamente, fenômenos de variação/mudança poderiam ser também manifestações linguísticas da cordialidade? Se sim, além de manifestar-se linguisticamente, poderia ser a cordialidade um fator externo provocador de variação/mudança linguística no sistema pronominal do PB, determinando as escolhas dos falantes? Além disso, a cordialidade poderia ser o que outrora se tratou como mentalidade (ARIÈS, [1978] 2011; VOVELLE, [1987] 1991), como a chama Avelino Filho (1988)? Poderia ser o que a linguística cultural concebe como modelo cultural (SHARIFIAN, 2011; D’ANDRADE, 1987; STRAUSS; QUINN, 1998; KRONENFELD, 2008; BENNARDO; MUNCK, 2014)?

Para responder a tais questionamentos, consideramos a base teórico-metodológica dos pressupostos da teoria da variação/mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, [1968] 2006), segundo a qual toda variação/mudança na língua responde a condicionamentos linguísticos e extralinguísticos. Assim,

inserimo-nos na história social da língua, no que concerne aos estudos de mudança linguística, em especial às mudanças no uso de pronomes possessivos de 2ª e 3ª pessoas. A partir da possível aproximação teórica entre os estudos de fenômenos de variação/mudança linguística e a Linguística cultural, questiona-se, sob o prisma do conceito de conceptualização cultural, a relação entre a cordialidade, tal como definida por Holanda ([1936]2015), e variações no uso da 2ª pessoa do possessivo no PB. As formas de tratamento nominais e pronominais nos interessam porque podem trazer marcas culturais de tratamento, auxiliando a identificação do contexto em que o pronome observado ocorre.

As razões que nos levaram à escolha do problema, bem como a identificar sua relevância, são de ordem teórica. O interesse de pesquisadores da área de Letras pela principal obra de Holanda não é original. Na literatura, Dias (2013) investigará o conceito de cordialidade na correspondência entre os autores Gilberto Freyre e Manuel Bandeira e apresentará como hipótese que a “sociabilidade tipicamente brasileira” presente nas cartas estudadas deixou marcas também na escrita modernista. Rocha (1998) objetiva investigar a afirmação de Afrânio Coutinho de que o homem cordial revela caráter brasileiro que incide sobre uma provável singularidade cultural que deve ter tido repercussões no mundo literário e, para tanto, analisará a famigerada querela entre José de Alencar e Gonçalves de Magalhães. A partir da crítica feita à *Confederação dos Tamoios*, de Magalhães, texto patrocinado por D. Pedro I, Alencar usaria de artifícios sociais do “homem cordial” para ingressar no mundo dos homens letrados. Aguiar (2012) propõe estudo linguístico em que, pela seleção lexical do discurso político do deputado Roberto Jeferson, de 2005, busca demonstrar a importância do “homem cordial” na cultura e no imaginário coletivo brasileiro. A partir da análise da seleção lexical do discurso, observa a predominância de dois campos lexicais: o primeiro denominou de “intimidade e

afetividade” e o segundo de “agressividade”², o que, por sua vez, seria compatível com a ideia de Holanda sobre o “homem cordial ambíguo, com evocações emotivas opostas e complementares” (AGUIAR, 2012, pp. 71-2).

Os estudos citados tratam de determinados sujeitos históricos em situações comunicativas formais. Considerando situações comunicativas mais diversas, inúmeras pesquisas linguísticas já relacionaram fenômenos de variação/mudança em formas de tratamento às propriedades culturais ou a traços semânticos menos formais. Entretanto, esses estudos não associaram tais fenômenos à noção de cordialidade de Holanda ([1936]2015). Citamos alguns: Kerbrat-Orecchioni (2011), que realiza estudo intracultural acerca de situações conversacionais em francês; Ramos (2011) com estudo intracultural, comparando formas de tratamento contemporâneas entre pai e filho no PB; Machado (2011), que realiza estudo intracultural acerca das formas de tratamento em peças teatrais em PB e PE dos séculos XIX e XX; Menon (1997), Martins e Vargas (2014) e Lucena (2016) que, ao estudarem fenômenos de variação pronominal – entre *seu/de você*, no primeiro caso, e *teu/seu* nos dois seguintes –, de modo geral, apontam como causas da variação fatores linguísticos como a introdução do *você* na função de pronome sujeito.

Segundo Lucena (2016, p. 77), a utilização de *seu* como estratégia de referência à 2ª pessoa está intrinsecamente relacionada à inserção de *você* no quadro de pronomes do PB. Alguns fenômenos tratados no trabalho de Martins e Vargas (2014), no entanto, apontam para uma possibilidade pouco abordada pelos trabalhos predecessores. Elas observam, ao analisar as cartas de leitores a jornais, que o comportamento do possessivo *seu* parece não acompanhar o movimento do pronome sujeito *você*, o qual, por

2 O que ainda seria a esfera dos afetos em nossa interpretação, como ficará claro mais adiante.

sua vez, tem uso crescente a partir da segunda metade do século XIX. Diante de tal fenômeno, as autoras apontam que *seu* seria ainda formal naquele momento, associado a *vossa mercê/vossa excelência* e *vossa senhoria* em situações de maior impessoalidade.

Sob outra ótica, a da nossa proposta, considerando a concepção de cordialidade – a aversão à impessoalidade – como uma conceptualização de tipo especial, um modelo cognitivo-cultural, sugere-se aos dados de Martins e Vargas (2014) outra possibilidade interpretativa para o fenômeno: o *seu* que aparece associado ao *vossa mercê/...* na verdade já seria o *seu* cooptado para a 2ª pessoa, em movimento que o retira do público em direção ao privado, em processo, portanto, de personalização.

Nossa hipótese parte da ideia de que *seu* em 2ª pessoa, fenômeno que ocorre no PB e não no PE, se desloca da 3ª pessoa, lugar que indica mais distância em relação ao interlocutor, para a 2ª pessoa. Tal distância está em consonância com Benveniste (1966, p. 231) quando ele afirma que os pronomes pessoais marcam “oposição entre pessoa (eu/tu) e não-pessoa (ele)”, posto que *eu* e *tu/você* são, respectivamente, quem enuncia e quem é pelo *eu* designado. Já a 3ª pessoa referencia o que está ausente, é a ausência. Nossa leitura é a de que, uma vez cooptado para a 2ª pessoa, e mais próximo do *eu*, pessoalizado, *seu*, diacronicamente, avança em sua concorrência com *teu* e torna-se recorrente em contextos de afetividade, pessoalidade e menor formalidade. Consideraremos tais propriedades como características da noção de cordialidade de Holanda ([1936]2015).

A partir dessa nova hipótese propõe-se, como contribuição inovadora deste trabalho, que o falante do PB, membro de um grupo cultural que compartilha e constrói conceptualizações culturais, teria optado por formas de expressão afetivas, pessoais e menos formais nessa concorrência por atuar, ao lado de fatores linguísticos, também a cordialidade como fator extralinguístico,

no sentido estrito do termo. Reforçamos que não pretendemos provar o referido fenômeno, isto é, o uso de *seu* como pronome de 2ª pessoa, já exaustivamente documentado, mas propor-lhe um novo modelo teórico explicativo.

A mesma proposta interpretativa também nos parece passível de aplicação ao fenômeno de variação/mudança nas formas de tratamento em PB trazidas por Ramos (2011, p. 296), que afirma que o crescente uso do *você* em lugar do *senhor* no tratamento entre pai e filho se deve à mudança social pela qual passa a família atualmente, que estaria trocando uma ideologia hierarquizada por uma igualitária entre seus membros. Nota-se que a autora também aponta a opção pelo menos formal. Em sua análise, diz que o termo *senhor* perde “respeitabilidade” e, assim, o primeiro traço a cair seria o que dita formalidade, posto que o uso de *senhor* ainda resistiria “onde há formalidade”. Tal conclusão parece corroborar a nossa ótica de análise, ou seja, há certa tendência de “informalizar”, aproximar, aquilo que em um primeiro momento surge como formal, impessoal. Nesse caso, um estudo cuidadoso poderia nos indicar se, de fato, fenômenos variacionais como os mencionados ocorrem sistematicamente nessa ordem (do formal ao informal, do impessoal para o pessoal, etc). Neste trabalho, porém, nos limitaremos aos fenômenos de variação que envolvem os pronomes possessivos de 2ª pessoa *teu/seu* observando seus correlacionados nos dados analisados.

Colocamo-nos ao lado de tais estudos e com eles desejamos contribuir por meio de uma abordagem original acerca dos fenômenos de variação/mudança do emprego dos pronomes possessivos de 2ª pessoa nas formas de tratamento do PB. Para tanto, apresentamos como hipótese investigativa, ainda, a qual buscaremos confirmar nas próximas páginas, a de que ao se comparar a construção e as características teóricas da cordialidade em Holanda ([1936]2015) às definições encontradas nos estudos culturais é possível a descrição

desse conceito como uma conceptualização cognitivo-cultural brasileira de tipo mais abrangente, isto é, um modelo cultural que atua como fator de variação/mudança linguística.

O objetivo geral desta pesquisa, pois, consiste em investigar a possibilidade de a cordialidade, compreendida como conceptualização cultural, ser um dos fatores causais de fenômenos linguísticos de variação/mudança pronominal relacionados a formas de tratamento do PB. Especificamente visa-se: 1) contribuir com as possíveis relações entre os Estudos Culturais Históricos, Sociais e Linguísticos; 2) estabelecer a aproximação entre os Estudos Culturais e a cordialidade, tal como intuída por Holanda ([1936]2015); 3) estabelecer relação entre os Estudos Cognitivos e Sociolinguísticos e 4) investigar em que medida os fenômenos de variação/mudança nos pronomes possessivos de 2ª pessoa do PB relacionados às formas de tratamento podem ser manifestação de um modelo cognitivo-cultural.

Metodologicamente a pesquisa busca, primeiro, apresentação e discussão ampla sobre a temática da concepção da cordialidade no contexto dos Estudos Culturais e em Linguística. Em seguida, investiga a viabilidade da hipótese teórica elaborada por meio da qual se comprovaria a tese da possibilidade de a cordialidade ser compreendida como fator de variação/mudança linguística pronominal relacionada às formas de tratamento do PB. Quanto aos meios, a pesquisa foi, em um primeiro momento, bibliográfica e documental e, em um segundo momento, investigativa, com a averiguação da hipótese. Utilizou-se para isso, de maneira ilustrativa, os dados extraídos de três textos teatrais de autores brasileiros, a saber: *O marido confundido*, de Alexandre Gusmão ([1737]1841), *O juiz de paz da roça*, de Martins Pena ([1837]2018) e *Não consultes médico*, de Machado de Assis ([1896]2018). As peças foram escolhidas considerando a possibilidade de acesso aos manuscritos e/ou às primeiras edições, o período histórico de

ocorrência do fenômeno apontado pelos estudos anteriores e o gênero. Optou-se pela comédia teatral de costumes por ser esse um texto que busca relação próxima com o público, de forma que, para alcançar essa proximidade, apresenta certa representação do falar da época em que se insere.

Não poderia deixar de registrar, nesse momento, meu agradecimento à Academia Brasileira de Letras, à Biblioteca Nacional e à Sociedade Brasileira de Autores Teatrais pela presteza no atendimento e acesso ao acervo, bem como aos colegas professores Lorenzo Vitral, Márcia Rumeu, Jussara Abraçado, Ulrike Schröder, Eliana Tavares, Adriana Barbosa, Milene Oliveira e Gasperim Ramalho, pela leitura acurada e pelos momentos de interação.

Por fim, este livro está estruturado em Introdução, que acabamos de expor, e cinco capítulos: o primeiro é o referencial teórico, no qual apresentaremos os marcos conceituais de nossas análises; o segundo é uma breve revisão bibliográfica de alguns dos principais estudos variacionais que tratam do fenômeno que observamos, bem como a apresentação do quadro teórico da Sociolinguística Cognitiva (GEERAERTS, 1989; KRISTIANSEN; DIRVEN, 2008; GRONDELAERS; SPEELMAN; GEERAERTS, 2007; GEERAERTS; CUYCKENS, 2007); no terceiro capítulo apresentamos mais detalhadamente o percurso metodológico do trabalho; no quarto temos apresentação e discussão qualitativa dos dados extraídos dos textos em análise; no quinto apresentamos o modelo teórico de explicação do fenômeno observado com base nos parâmetros teóricos expostos. Por fim, apresentamos nossas considerações finais acerca do que aqui foi abordado.

2 MAS, AFINAL, O QUE É CORDIALIDADE?

Neste capítulo apresentaremos o conceito central de nossa pesquisa, qual seja, a cordialidade como compreendida por Sérgio Buarque de Holanda ([1936]2015). Na segunda seção (2.2) discutiremos o melhor tratamento teórico a ser dado à noção de cordialidade. Nesse contexto assumiremos como base referencial o trabalho teórico de Sharifian (2011) associado aos estudos de D’Andrade (1987), D’Andrade; Strauss (1992), Holland; Quinn (1987) e Bennardo; Munck (2014) por melhor atender ao nosso modelo explicativo.

2.1 Cordialidade em Sérgio Buarque de Holanda

Em um contexto de redefinição política, econômica e cultural do Brasil³, em 1936, Sérgio Buarque de Holanda fez sua principal publicação, *Raízes do Brasil*. Procurando respostas para a construção do ideário de um “Brasil moderno”, intelectuais discutiam o tema da identidade cultural/nacional e cada autor, para construir sua tese, elaborou uma gama de conceitos a fim de encontrar uma racionalidade inscrita no desenvolvimento do Brasil. Como define Mota (1999), primeiro decompõe-se a realidade histórico-cultural brasileira, depois ela é organizada segundo conceitos como os de raça, mestiçagem, patrimonialismo, patriarcalismo e cordialidade.

Um dos primeiros grandes esforços teóricos em desvendar o passado para a construção do ideário moderno do Brasil foi realizado por Oliveira Viana ([1920]2005), o qual dedicou anos de obra intelectual à construção de uma concepção de nação sobre

3 Cf. Herschmann e Pereira, 1994, pp. 35-6.

um Estado forte. Em sua principal obra, *Populações meridionais do Brasil*, elabora a tese de interpretação do Brasil. Para o autor, são elementos que influenciam na formação nacional (ecologia social) a raça, o meio ambiente e a cultura. De maneira racista, afirma que a influência negra é pernicioso⁴ e deve ser processualmente superada. Na ótica do autor, o Brasil é um ser em evolução, um organismo político. Contudo, obstruindo esse processo, os partidos políticos são expressões de clãs, pelos quais interesses privados invadem o espaço público. O problema do Brasil seria o particularismo dos partidos, dos interesses, revelando-se, na verdade, falsos partidos com soluções corporativistas:

Partidos políticos, ou ligas humanitárias, sociedades de fins morais ou clubes recreativos, todas essas várias formas da solidariedade têm entre nós uma vida artificial e uma duração efêmera. Organizadas, dissolvem-se logo, ou pela desarmonia interior, ou pelo esquecimento rápido dos fins visados. [...] Normalmente, o círculo da nossa simpatia ativa não vai, com efeito, além da solidariedade de clã. É a única forma de solidariedade social que realmente sentimos, é a única que realmente praticamos. [...] No ponto de vista da sua psicologia social ficam, por isso, em plena fase patriarcal – a fase da solidariedade parental e gentílica. Toda a sua atuação em nossa história social e política se faz tendo por base essa mentalidade elementar. (VIANA, [1920]2005, pp. 241-2)

Por sua concepção acerca da contribuição dos negros na cultura, a obra de Viana será entendida como um anti-*Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre. A interpretação do Brasil, de Freyre ([1933] 2003), partirá do micro-organismo da *Casa-grande e senzala*. Também considerará entre os conceitos básicos de sua tese os de

4 Passagem ilustrativa dessa visão: “Os preconceitos de cor e de sangue, que reinam tão soberanamente na sociedade do I, II e III séculos, têm, destarte, uma função verdadeiramente providencial. São admiráveis aparelhos seletivos, que impedem a ascensão até às classes dirigentes desses mestiços inferiores, que formam nas subcamadas da população dos latifúndios e formam a base numérica das bandeiras colonizadoras” (VIANA, [1920]2005, pp. 172-3).

raça e cultura. O autor reelabora a cultura brasileira restaurando o papel de personagens marginalizados:

Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. [...] A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de “superiores” com “inferiores” [...] A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. (FREYRE, [1933]2003, pp. 32-3)

Ao negro cabe papel na cultura brasileira e à mulher na miscigenação. O conceito de miscigenação possui valor de democratização e valorização da raça, posto que a miscigenação, a seus olhos, fornecia um contrapeso à brutalidade da dominação de brancos sobre negros. A miscigenação não afirma a democracia racial, mas a torna possível. Para o autor, a miscigenação provoca a melhoria da raça, sendo o mulato um tipo superior. Encontrando-se com Viana quando este fala dos clãs e da organização política brasileira, Freyre também afirma o patriarcalismo em toda organização social e, ainda, que as iniciativas econômicas e políticas partiram não do Estado, mas das famílias:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política

(o compadrismo). (FREYRE, [1933]2003, p. 36)

Holanda ([1936] 2015), em sua tese sobre a identidade nacional, dialoga com seus predecessores em pontos que nos são muito caros nesta pesquisa. O que Viana e Freyre percebiam nas relações políticas e econômicas – a saber, certa predominância da visão familiar, privada, sobre a visão de Estado, pública – Holanda enxergará em todas as relações públicas e sociais no Brasil. A cordialidade faria parte do “ser brasileiro”, avesso à impessoalidade e desejoso de intimidade. Por “ser brasileiro” não se entende nenhuma forma de herança, determinação natural ou genética, como esperamos deixar claro mais adiante.

Assim como Viana e Freyre, Holanda acredita que entender o Brasil é entender que há uma visão particularista (pessoal) do todo social, o que se associa também ao patriarcalismo. No Brasil haveria uma sociedade patriarcal, não política como em Aristóteles (384-322 a.C.)⁵, mas particularista. Para esses teóricos, no Brasil, a família envolve o Estado:

A família patriarcal fornece, assim, o grande modelo por onde se hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos. Uma lei moral inflexível, superior a todos os cálculos e vontades dos homens, pode regular a boa harmonia do corpo social, e, portanto, deve ser rigorosamente respeitada e cumprida. (HOLANDA, [1936]2015, pp.101-2)

Em *Raízes do Brasil*, Holanda, metodologicamente, repercute as obras de Weber ([1904]/2010) e de Dilthey ([1883]/1989). Tal influência é bastante reconhecida.

Do primeiro autor absorve a construção dos tipos ideais,

⁵ *Zoon politikon*, animal social, ser que se realiza na sociedade, vida política, na cidade (“comunidade política”) com seus concidadãos. “Não se pode pôr em dúvida que o Estado está naturalmente sobre a família e sobre cada indivíduo, porque o todo é necessariamente superior à parte, posto que uma vez destruído o todo, já não há partes, não há pés, não há mãos” (ARISTÓTELES, 2016, p.11, tradução nossa).

definidos como construções racionais, um procedimento metodológico (WEBER, 2010, p. 11). Monteiro (1999, p. 21) apontará Weber como principal referência de Holanda, afirmando o “homem cordial” como um tipo ideal weberiano; porém, diferentemente de Weber, Holanda “focaliza pares e não pluralidades de tipos”, dando dinamismo ao processo, como nos ressalta Antônio Cândido no prefácio de *Raízes do Brasil* (HOLANDA, [1936]2015, p. 14). A partir desse método, Holanda monta um conjunto de opostos, a cada capítulo se observa contrários se enfrentando, e reintroduz a oposição “iberista *versus* americanista” nos debates acerca da construção da identidade nacional.

Se sua abordagem sociológica é weberiana, sua abordagem da história é dita psicológica, isto é, como Dilthey, ele quer apreender a vida humana brasileira e ibérica pelo seu interior: “Uma abordagem histórica, assim como uma abordagem psicológica do ser humano como um todo, leva-me a explicar até mesmo o conhecimento e seus conceitos [...] em termos dos múltiplos poderes de um ser que deseja, sente e pensa” (DILTHEY, 1989, p. 50)⁶.

Assim, segundo Reis (2006), escaparia de uma visão exclusivamente passadista, que fixa o Brasil num imaginário em sua gênese. Como nos apresentará Sallum Jr. (1999, pp. 235-36), Holanda entenderá a identidade brasileira como problemática, fraturada e ainda em devir. Tratar-se-ia, dessa forma, de reconstruir a identidade brasileira tradicional, entendida como um dos polos de tensão social e política do presente. Acreditando na formação do Brasil colonial como maneira de entender o Brasil contemporâneo, Holanda parte da pergunta sobre o modo pelo qual fomos civilizados e a Península Ibérica será o pilar central dessa identidade em

6 Corroborando nossa leitura, citamos o recorte de Scocuglia (2002): “[...] a experiência humana é vista como formada por vivências – experiências de caráter histórico [...] Ambos *self* e mundo real são, portanto, dados na totalidade da vida psíquica. Cada um existe em relação com o outro e são igualmente imediatos e verdadeiros”. (DILTHEY, 1882, p. 493-94 *apud* SCOCUGLIA, 2002, n.p.)

construção.

Holanda enfatiza em seu texto que compartilhamos uma “alma comum” com os ibéricos, especialmente com os de Portugal: “Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (HOLANDA, [1936]2015, p. 45). Segundo o autor, temos um sistema próprio de evolução, o que faz com que as tentativas de implantação de culturas estranhas ao nosso universo acabem por nos “desterrar de nossa terra” (HOLANDA, [1936]2015, p. 35). Essa evolução própria também é ilustrada pelo que dirá em seguida sobre as regras de organização política brasileira e a caracterização do papel do patriarcalismo nesse processo:

O quadro familiar [...] torna-se tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública [...] Representando o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial oferecia a ideia mais normal de poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda vida social, sentimentos próprios à sociedade moderna, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família. (HOLANDA, [1936] 2015, p. 96)

Acerca desse aspecto da cultura nacional, já apontado pelos autores predecessores, é importante destacar que, mais tarde, Caio Prado Jr. ([1942] 2011, pp. 285-315), em *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, ao tratar da relação Estado-sociedade e da organização social brasileira, também ecoará tal “pessoalidade” nas relações e também apontará sua extrapolação para as próprias relações do Estado, afirmando que se criam intercessores entre os interesses do Estado e os privados, de tal forma que a empresa passa a depender dos favores do Estado. Para ele, esse processo também tem raízes no processo formativo, de quando o Estado “dominava

o mercado”, a saber, período de colonização portuguesa.

A aversão à impessoalidade das relações, a qual parece ponto pacífico entre alguns dos principais teóricos da identidade nacional, leva Holanda à elaboração do “homem cordial”: o que age com o coração, é mais sentimento que razão, mais afeto que ordem social. Logo em suas primeiras edições, o autor se antecipa a recepções equivocadas do conceito, comumente entendido como polidez, cortesia e amabilidade. Assim, referindo-se à obra de Cassiano Ricardo, em nota, Holanda esclarecerá que o termo cordialidade tal como proposto por esse autor

[...] se antepõe à cordialidade assim entendida, o “capital sentimento” dos brasileiros, que será a bondade e até certa “técnica de bondade”, “uma bondade mais envolvente, mais política, mais assimiladora”. [...] cumpre ainda acrescentar que essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro lado, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de *concordia*. A *inimizade* pode ser tão *cordial* como a amizade, nisto que uma e outra nascem do *coração*, procedem assim da esfera do íntimo, do familiar, do privado. (HOLANDA, [1936]2015, pp. 240-41)

Ademais do ajuste conceitual oferecido pelo próprio autor a Cassiano Ricardo, é importante ressaltarmos que, ainda hoje, o conceito “homem cordial” causa controvérsias. Pinto (2001) afirma que o brasileiro não “faz” filosofia sistemática como a tradição inglesa, alemã ou francesa e, como um subproduto do “homem cordial” de Holanda, cunha para o filósofo brasileiro a expressão “filósofo cordial”: o filósofo cordial evitaria o debate, já que representa possibilidade de confronto:

Como personaliza as suas relações, ele transforma aqueles que o criticam em inimigos mortais. Ora, ele acha preferível ter um amigo distante do que um inimigo próximo. Daí sua tendência a deslocar o verdadeiro debate para a intriga de bastidores. Nestas, a condenação

sem direito de defesa constitui a regra. No domínio público, o debate se reduz a intervenções mais ou menos teatrais depois de alguma conferência, em que a força das objeções é cuidadosamente medida, para evitar o perigo de o confronto tornar-se pessoal. O debate escrito deve ser evitado, pois deixa registrada para sempre a crítica capaz de gerar inimizade. O filósofo cordial sabe que as palavras voam, mas a escrita permanece. (PINTO, 2001, p. 4)

Reconhecemos aqui também o estudo de Rocha (1998, p. 168), *Literatura e cordialidade*, no qual o autor defenderá um conceito funcional de “homem cordial”, ou seja, da cordialidade como estratégia de sobrevivência ante a instabilidade do Estado, situando-a no contexto marcado pela hipertrofia do privado como característica e não como traço psicológico: “a cordialidade deve ser compreendida menos como índice de uma hipotética índole nacional do que como estratégia de sobrevivência, criada – e a partir de então naturalizada – numa sociedade cuja esfera pública sempre permanece instável” (ROCHA, 1998, p. 171).

Para a leitura dos intérpretes que consideram as contribuições metodológicas de Dilthey e Weber a *Raízes do Brasil*, amplamente expostas por Scocuglia (2002), Monteiro (1999), Carvalho (1997) e Reis (2006), a leitura de Rocha (1998) negligenciaria, em especial, a contribuição de Dilthey (1989), segundo a qual Holanda quer apreender a vida humana brasileira e ibérica pelo seu interior. Nas palavras de Scocuglia (2002, p. 258) “o mundo histórico de cujo conhecimento se trata em Dilthey é sempre um mundo formado e conformado pelo espírito humano”. Assim, o “homem cordial” para ele se referiria não a uma estratégia do sujeito diante da realidade, mas sim a uma concepção conformada pelo espírito dos homens de uma época. Reis (2006) afirma que Holanda procurará destacar, através da comparação de tipos, como Weber, mas também sob a ótica de Dilthey, os traços peculiares do Brasil e, assim, reconstruir os processos de formação da sociedade, o que seria uma reconstrução

da mentalidade dos brasileiros: “sua narração é capaz de reconstruir o espírito de uma época [...] Assim, seu historicismo aparece em seus temas principais [...] os tipos e conceitos, e não leis históricas” (REIS, 2006, p. 121).

Outra leitura do conceito, também atual, mas provavelmente mais mordaz, é feita por Jessé Souza em seu *A elite do atraso*. Em poucas palavras, Souza (2017) reconhece a relevância teórica de *Raízes do Brasil*, mas identifica o “homem cordial” como um conceito a serviço dos interesses da elite nacional e de mercado, uma vez que serve à construção do brasileiro como emotivo, uma característica não relacionada à racionalidade, em oposição ao europeu, o racional. Para Souza (2017, p. 104), a ideia de cordialidade implica a ideia de que “O brasileiro é malformado de nascença por uma herança cultural pensada como estoque do mesmo modo e com os mesmos objetivos que o racismo da cor da pele antes cumpria”:

Sérgio Buarque é o pai do liberalismo conservador brasileiro ao construir as duas noções mais importantes para a autocompreensão da sociedade brasileira moderna: a noção de homem cordial e a noção de patrimonialismo. O homem cordial é a concepção do brasileiro como vira-lata, ou seja, como conjunto de negatividades: emotivo, primitivo, personalista e, portanto, essencialmente desonesto e corrupto. O homem cordial deve ser tornado pelo mercado e pela industrialização um homem tão democrático, produtivo, puro e honesto como os americanos, o exemplo de homem-divino para Sérgio Buarque e para a esmagadora maioria dos brasileiros, intelectuais ou não. (SOUZA, 2017, p. 108)

A crítica de Souza (2017) é aguda. O “homem cordial” seria uma noção descrita por Holanda e perpetuada por parte da elite financeira. A cordialidade é algo a ser corrigido pela urbanização e pela industrialização, aos moldes americanos, noção pertencente a certo aparato ideológico liberal doutrinário.

Distanciamos-nos do caminho de Souza (2017) buscando nos

abster de qualquer juízo de valor. Por mais inquietante que seja, e que tal inquietação, por si, ateste a relevância da reflexão proposta pelo autor, nossa intenção primeira, aqui, é a de apresentar um pouco da diversidade de leituras em torno da cordialidade e da sua atualidade antes de propormos a nossa própria leitura. A esse respeito, um interessante apontamento relacionado ao propósito desse livro deve ser feito, no entanto: a crítica de Souza (2017) refere-se à qualidade da “noção”, de suas implicações sociais consideradas maléficas, mas não questiona a sua existência. Ao contrário, acreditamos poder afirmar que o autor pressupõe que a cordialidade seja um dado da realidade que se manifesta nas múltiplas produções sociais e, por isso mesmo, “importante para a autocompreensão da sociedade brasileira moderna”. Por fim, nesse contexto, outro interessante apontamento que deve ser feito é o de que, ainda que aceitemos que a noção de “homem cordial” interesse a um aparato ideológico doutrinário, dados indicam que a noção de cordialidade pode ser tomada cognitivamente como um conceito prototípico, concernente a habilidades de categorização. Possui, pois, implicações mais abrangentes, como procuraremos demonstrar mais adiante, na seção *A cordialidade e os estudos culturais: da história à linguística cultural*.

Para Avelino Filho (1988), em *Raízes do Brasil*, Holanda busca entender a sociedade brasileira a partir de um “tipo próprio de cultura”, do qual o “homem cordial” seria uma síntese e no qual “a herança ibérica, específica dentro da Europa, consegue se manter estruturada enquanto visão de mundo” (AVELINO FILHO, 1988, p. 2). Esse autor concorda com Souza (2017) e com outros intérpretes, como Hot (2011, p. 9) e Rocha (1998), quanto à interpretação de “superação” da cordialidade pela urbanização – fato textual em

Holanda⁷ – e adverte:

A cordialidade é o resultado direto da materialização da “cultura da personalidade” na colônia; é somente com o processo de urbanização que a cordialidade, junto com a influência ibérica, começa a enfraquecerse. Herança ibérica, ruralismo e cordialidade são coisas que andam juntas. O impasse aparece na transição entre uma mentalidade remanescente e outra por surgir. (AVELINO FILHO, 1988, p. 3)

A desagregação daquilo que convencionou-se chamar de Brasil Colônia e o “conseqüente enfraquecimento da cordialidade, apesar de favorecer, não determina a hegemonia da civilidade entre nós” (AVELINO FILHO, 1988, p. 3), a qual seria favorecida pelo meio urbano, mais industrial e menos agrário. O “pobre defunto”⁸, o “homem cordial”, está vivo entre nós. E nessa conclusão, Avelino Filho (1988) é acompanhado por Robert Wegner (2000):

[...] tendo dito que a cordialidade tem como fonte de manutenção o ruralismo, o segundo conjunto de argumentos aponta para a sua diluição operada pela urbanização. [...] Mas, por sua vez, a importância adquirida pelas cidades não é suficiente para a configuração da civilidade, que significa valores e atitudes mais adequadas para um país em processo de modernização. (WEGNER, 2000, p. 19)

Os autores ainda concordarão quanto a como deve ser interpretada a cordialidade. “Viva” entre nós, “a cordialidade

7 “Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante [ascensão de uma sociedade urbana e liberal] teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar [...] Estaríamos vivendo assim entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz” (HOLANDA, [1936]2015, p. 180)

8 Termo pelo qual Holanda se refere ao “homem cordial” em uma carta a Cassiano Ricardo, publicada na Revista Colégio, n. 3.

não pode ser compreendida de forma alguma como caráter nacional ou qualquer tipo de essência imutável” (AVELINO FILHO, 1988, p. 5), mesmo porque Holanda concebe que “herança ibérica, ruralismo e cordialidade são coisas que andam juntas” (*Ibidem*, p. 3). Wegner (2000, p. 57), referindo-se à 2ª edição de *Raízes do Brasil* e a seus acréscimos, reafirma o reforço à historicização da cordialidade, sublinhando sua ancoragem no ruralismo através da intensificação no recurso à Sociologia.

Tanto Monteiro (1999, p. 200) como Wegner (2000, p. 53) chamam atenção para a insatisfação de Holanda com a explicação genética “caráter nacional”, utilizada na primeira edição da obra. Wegner (2000) nos lembra que Holanda explicitou isso na 2ª edição da obra, no prefácio, e que realizou ainda outras mudanças substanciais à obra, sendo o reforço histórico e social da cordialidade um dos pontos mais relevantes de tais mudanças. Ambos mencionam, destacadamente, a nota explicativa a Cassiano Ricardo, à qual voltaremos mais adiante. Concordamos com essa percepção. Sabemos que, por vezes, Holanda usa termos como “influência ancestral” ([1936]2015, p. 176, por exemplo), os quais poderiam nos remeter a aspectos biológicos ou essenciais, o que, certamente, não era ignorado por ele. Entretanto, os esclarecimentos acrescidos na 2ª edição indicam que quando o autor, ao nos apresentar o conceito, se remete aos estudos sociológicos e afirma tratar-se de “forma cultural, socialmente plasmada de comportamento nas relações coloquiais” (HOLANDA, [1936]2015, p. 241) o problema acerca da classificação do “fenômeno” como biológico ou cultural fica esclarecido *interna corpus*: a cordialidade é cultural.

Vale, no entanto, destacar ainda alguns termos distintivos entre os autores: Rocha (1998) chama o “homem cordial” de “estratégia funcional”; Souza (2017), de “noção”; Pinto (2001) o trata por “tipo” e Monteiro (1999), como dito anteriormente, chama o “homem cordial” mais claramente de “tipo ideal”, um recurso lógico e

metodológico. Wegner (2000) não nomeia claramente a cordialidade ou o “homem cordial”, mas se aproxima da interpretação sócio-histórica de Avelino Filho (1988), que tratará cordialidade pelo termo “mentalidade”, o qual, por sua vez, nos parece fronteiro ao que Reis (2006) propõe ao aproximá-lo de “espírito de uma época”.

Se neste ponto nos voltarmos a Holanda, considerada a obra em suas versões após os esclarecimentos do autor, encontraremos que o “homem cordial” representa certo tipo social (Cf. HOLANDA, [1936]2015, p.177; referência a Nietzsche): a “personificação” de um conjunto de características culturais e psicológicas atribuídas pelo autor aos brasileiros. O termo “cordial” é compreendido em sentido etimológico, a cordialidade como “capital sentimento” do brasileiro (HOLANDA, [1936]2015, p. 240), em quem o sentimental se sobreporia ao racional inclusive nas relações públicas:

O desconhecimento de qualquer forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo emotivo representa um aspecto da vida brasileira que raros estrangeiros chegam a penetrar com facilidade. E é tão característica, entre nós, essa maneira de ser, que não desaparece sequer nos tipos de atividade que devem se alimentar da concorrência. Certo negociante da Filadélfia manifestou a Andre Siegfried seu espanto ao verificar que, no Brasil como na Argentina, para conquistar um freguês tinha antes que fazer dele um amigo. (HOLANDA, [1936]2015, p. 178)

Holanda afirma que o “homem cordial” tende a se enfraquecer a partir da urbanização brasileira⁹ e que a cordialidade não se apresenta como algo fixo, imóvel e imutável, podendo ser modificada de acordo com as circunstâncias sócio-históricas. É importante reforçar que esse autor apresenta a crença, corroborada por seus

9 “A crise que acompanhou a transição do trabalho industrial aqui assinalada pode dar uma idéia pálida das dificuldades que se opõem à abolição da velha ordem familiar por outra, em que as instituições e as relações sociais, fundadas em princípios abstratos, tendem a substituir-se aos laços de afeto e de sangue”. (HOLANDA, [1936]2015, pp. 142-43)

principais interlocutores, de que na interação entre aspectos sócio-histórico-culturais encontram-se as características psicológicas que definem um povo. Uma das especificidades do pensamento de Holanda, entendemos, se dará pela possibilidade de manifestação desse “modo de ser” nacional pela linguagem.

Essa “identidade”, essa “maneira de ser” do brasileiro, mas não exclusiva dele (menciona a Argentina, por exemplo), se manifestaria na vida social, na religiosidade, nos negócios e, inclusive, na linguagem. Vejamos um exemplo:

No domínio da linguística, para citar um exemplo, esse modo de ser parece refletir-se em nosso pendor acentuado para o emprego dos diminutivos. A terminação “inho”, aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração. (HOLANDA, 2015, p. 178)

A aversão à impessoalidade, então, tal como apontada pelos estudos sociológicos brasileiros e por Holanda, parece aproximar-se da proposta de Ochs e Schieffelin (1989, p. 9) de que há recursos em linguagens que os falantes usam para afetar os outros e, com isso, buscar “reconhecimento”¹⁰. A expressão de afeto pode funcionar como recurso que fomenta uma inovação linguística que, na concepção de Vitral (2012, p. 81), é, em última instância, buscar “o reconhecimento do outro” não na esfera pública, que se dá num processo de luta pelo reconhecimento, como pensada por Honneth (2003), mas num reconhecimento pela “pessoalização”. Dito de outra forma, nessa acepção, na cultura brasileira, gestos linguísticos mais afetivos serão mais expressivos e potencialmente mais reconhecidos.

É importante notar ainda que o uso afetivo do diminutivo,

10 Noção presente em autores da modernidade e, recentemente, em Honneth (2003) e Ricoeur (2004).

assim como a própria cordialidade, não é exclusivo do PB. Kerbrat-Orecchioni, estudando as formas nominais de tratamento do francês, constatará que:

[...] além do fato de que eles [falantes nativos do inglês] recorrem constantemente, sem nenhum valor afetivo particular, às diversas formas diminutivas do nome, elas [formas diminutivas de nomes] são muito mais utilizadas em inglês que em francês com fins de cortesia [cortesia que não se confunde com a cordialidade definida por Holanda], em particular para acompanhar atos rituais (tais como saudações, agradecimentos etc.), nos quais se fazem mais sistematicamente presentes. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2011, p. 42)

O próprio Holanda afirma que os demais sul-americanos compartilharam conosco tais características. Contudo, alega também que há uma diferença de grau, maior em nós: nenhum povo está mais distante dessa “noção ritualística do tratamento cordial”, ou seja, daquilo que chamamos de uma cortesia formal, que o brasileiro (HOLANDA, [1936]2015, pp. 176-7). Assim, quanto à cordialidade, não se investiga sua exclusividade, mas como ela existiria e se manifestaria entre nós, na linguagem.

Considerando particularmente o que o autor nos diz sobre tal manifestação, parece-nos possível, ainda, ao lado do uso do diminutivo, observar outros fenômenos com uso semelhante, todos relacionados a formas de tratamento, a saber: preferência pelo uso do primeiro nome e não pelo sobrenome e, em especial, o fenômeno de variação/mudança *teu/seu* em que *seu*, ao se converter na forma de terceira pessoa para se dirigir à segunda, indicaria que o falante estaria tentando evitar a distância que a forma de terceira pessoa impõe. É essa, como dito, a hipótese que perseguiremos neste livro.

Nota-se que tal aproximação entre afetividade e formas de tratamento não é estranha à linguística. Kerbrat-Orecchioni (2011, p. 37) nos chama a atenção para o aspecto afetivo das formas nominais

de tratamento, que podem corresponder tanto à empatia quanto à hostilidade, como veremos mais adiante. Todos esses casos nos parecem expressar pessoalidade e afetividade, entendidas como uma forma de atribuição de valor¹¹.

Neste momento, poderíamos questionar sobre quais são as propriedades indicativas e identificáveis de tal manifestação, entendendo a cordialidade como a prevalência do privado sobre o público, uma aversão à impessoalidade. Como veremos, é possível identificar ao menos três propriedades semânticas distintivas do conceito de cordialidade e perceptíveis na linguagem, tomando como ponto de partida os exemplos oferecidos por Holanda ([1936]2015) nas páginas 176 a 182 e na nota explicativa número 6 do capítulo “Homem cordial”, na mesma obra. Nas referidas passagens, textualmente Holanda associa a cordialidade ao comportamento informal (menos formal, propriedade 1), íntimo (pessoalidade, propriedade 2) e afetivo (afetividade, propriedade 3).

A menor formalidade é uma propriedade que está presente no tratamento que rejeita hierarquia:

[...] nada mais significativo dessa aversão ao ritualismo social [...] do que a dificuldade em que se sentem, geralmente, os brasileiros, de uma reverência prolongada ante um superior. Nosso temperamento admite formas de reverência, até de bom grado, mas quase somente enquanto não suprimam de todo a possibilidade de um convívio mais familiar. (HOLANDA, [1936]2015, p. 177)

A pessoalidade está presente na busca por intimidade:

[...] a manifestação normal do respeito em outros povos tem aqui sua réplica, em regra geral, no desejo de estabelecer intimidade. (HOLANDA, [1936]2015, p. 177)

11 Afetividade como valor, em sentido etimológico, “aquilo que nos afeta”, só tem valor aquilo que nos afeta. A afetação, nessa acepção, pode ter valor positivo ou negativo. (Cf. DUROZOI; ROUSSEL, 1993, p. 14).

[...] o uso do simples prenome importa em abolir psicologicamente as barreiras determinadas pelo fato de existirem famílias diferentes e independentes umas das outras. (HOLANDA, [1936]2015, p. 178)

Todos, fidalgos e plebeus, querem estar em intimidade com as sagradas criaturas (santos) e o próprio Deus é um amigo familiar, doméstico e próximo. (HOLANDA, [1936]2015, p. 179)

Por fim, a afetividade está presente na proeminência do privado e marcada no diminutivo:

A terminação “inho”, aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração. (HOLANDA, [1936]2015, p. 178)

Em outras palavras, tomaremos como cordial, em maior ou menor grau, um comportamento, social ou linguístico, culturalmente motivado, que possui, parcial ou totalmente, a presença de menor formalidade, pessoalidade e afetividade como propriedades semânticas centrais. Por cordialidade, como buscaremos mostrar a seguir, compreenderemos uma conceptualização cultural, especificamente, um modelo de cultura.

2.2 O QUE DIZEM OS ESTUDOS ANTERIORES? CORDIALIDADE, HISTÓRIA E LINGUÍSTICA CULTURAL

A fim de discutirmos a melhor abordagem teórica a ser dada ao conceito cordialidade, apresentaremos três concepções norteadoras da nossa abordagem, a saber, mentalidade, conceptualização cultural e modelo cultural. Partiremos de um relato historiográfico e seguiremos para a discussão acerca da correlação que se pode estabelecer entre esses conceitos.

2.2.1 História cultural e a possível relação entre cordialidade e mentalidade

Nesta subseção, apresentaremos um relato historiográfico do conceito “mentalidade” e exporemos a abordagem histórica que pode ser dada à cordialidade, como apontado por Avelino Filho (1988).

Inicialmente, pensemos Hegel ([1837]2008) quando, ao tratar da história, discorrerá sobre o *Zeitgeist* ou espírito de um tempo ou de uma época. Segundo o autor, as ideias que os homens têm em mente (espírito subjetivo) participam do espírito de sua própria época. Tais ideias moldam o modo de ser, os costumes, as concepções de si mesmos e o que eles carregam em sua consciência, pois as ideias subjetivamente manifestas ganham *objetividade* e se manifestam nas criações humanas, criando circunstâncias históricas. A história então é a marcha do espírito ao longo de todas as épocas. É como se aquele *Zeitgeist* se encarnasse nas diversas instituições que os humanos criam para viver entre si. O *Zeitgeist* se apoderaria também da linguagem, perpassando-a e deixando nela uma marca que pode, por sua vez, ser manifesta.

É interessante notarmos aqui como Dilthey (1989), embora discorde de Hegel em outros pontos, acabaria por se aproximar dele ao considerar que o homem na história é determinado fundamentalmente pela relação individualidade e “espírito objetivo”, como nos aponta Scocuglia (2002). Não nos parece absurdo, portanto, afirmar que, em Dilthey, haja uma dialética entre interno e externo – ao mencionar interior e objetivação do espírito – e a compreensão da totalidade ou da própria história como resultante disso. Também se pode especular que Holanda, por meio de Dilthey, aceitaria isso, reforçando que estaria buscando essa história construída sob uma mentalidade, como a denomina

Avelino Filho (1988).

Sobre as reflexões históricas acerca da mentalidade, Waeny (2002) afirma:

Se na Alemanha do século XIX história e psicologia tornam-se campos de saber e se abordagem histórica e memória tornam-se temas, o século XX testemunhará a migração da história e da abordagem histórica para a França: de factual, uma se tornará história-problema [critica a história política tradicional] – com os *Annales*; e a outra, de psicologia dos povos, será psicologia histórica e história das mentalidades. (WAENY, 2002, p. 15)

As mudanças e transformações das ideias para a escola *Des Annales* se relacionam às mudanças de uma mentalidade coletiva. Ressalva-se aqui que não se compreende ambas teorias (*Zeitgeist* hegeliano e mentalidades) como a mesma, como também não quer Le Goff (2011, p. 125), mas como teorias consecutivas que abordam em seu cerne a definição do que seria a concepção de mundo ou mudança das ideias que caracterizam uma época. Le Goff considera “abstrações perigosas” as reflexões acerca de um *Zeitgeist* em sua proposta de abordagem histórica:

Conheço os riscos desta reflexão. Considerar como unidade uma realidade complexa e estruturada em classes ou, pelo menos, em categorias sociais distintas pelos seus interesses e cultura ou supor um “espírito do tempo” (*Zeitgeist*), isto é, um inconsciente coletivo; o que são abstrações perigosas. No entanto, os inquéritos e os questionários usados nas sociedades “desenvolvidas” de hoje mostram que é possível abordar os sentimentos da opinião pública de um país sobre o seu passado, assim como sobre outros fenômenos e problemas [cf. Lecuir, 1981]. (LE GOFF, 1990, pp. 38-9)

Ao mencionar uma das publicações de Febvre nos *Annales*, Ariès ([1978] 2011) dirá que as estruturas mentais são constituídas por visões de mundo herdadas e reconhecidas por grupos ou mesmo

por uma sociedade global. Para Ariès (([1978] 2011, p. 270), o fato de não podermos agir da mesma forma que antepassados nas mesmas situações “indica, precisamente, que uma mudança de mentalidade interveio entre o tempo deles e o nosso”:

Aqui, porém, descobrir, implica, antes de mais, compreender a diferença. A compreensão é hoje rara, mesmo entre os homens de culturas contemporâneas. [...] Quando se trata de duas culturas afastadas no tempo, o entendimento é igualmente difícil. Se nasce da identificação, no seio da mentalidade que nos é estranha, de elementos de semelhança com a nossa própria mentalidade, que espontaneamente reconhecemos enquanto tal, encontramos no domínio das permanências. Mas se esse entendimento nasce da verificação de diferenças irreduzíveis, então a diferença será, simultaneamente, a condição da particularidade e a da sua compreensão. É ela que separa a outra cultura da nossa, e lhe assegura a sua originalidade, que aceitamos. Por conseguinte, é, antes de mais, em função da nossa mentalidade de hoje que uma cultura diferente assume um outro aspecto. (ARIÉS, ([1978] 2011, p. 291)

Se para Ariès ([1978] 2011, p. 291) a “história das mentalidades é, sobretudo, uma história das mentalidades de outrora, dos quadros mentais não-atuais”, deveríamos nos perguntar em que sentido a cordialidade pode ser tratada como mentalidade e se foi mantida ou superada na atualidade. E, por fim, discutir sobre a aplicação do termo. A resposta provavelmente estaria na compreensão de que, para a Nova História, o tempo da mentalidade é a longa duração, gera inércia, permanência. É o tempo do que muda lentamente, mas não do que não muda. Falar de mentalidade é também falar de cultura:

Certas estruturas [mentais] são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu

decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar. Pense-se na dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reações espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões da longa duração [...] assim como o ser humano é limitado e supera as limitações geográficas (viver na montanha, fundar cidades...) o mesmo ocorre na cultura “As mesmas permanências ou sobrevivências dão-se no imenso campo do cultural”. (BRAUDEL, [1958]1982, pp. 268-9)

A cordialidade, nos parece, se encontraria nessa longa duração que, para Souza (2017) e Pinto (2001), entorpece, devemos dizer. Se encontraria em um passado “que ainda permanece”, pois muda lentamente. A possibilidade de aproximação entre a cordialidade e a abordagem dessa Nova História fica mais clara à medida que fica mais claro que essa nova história é cultural. Ariès ([1978] 2011) fala de uma consciência atual segundo a qual o homem contemporâneo não está certo de sua superioridade e abre interesse e espaço para a Nova História:

A nova história das mentalidades tem-se mantido igualmente atenta às diferenças regionais e às diferenças sociais. É uma característica comum às três gerações dos Annales, que se deve à influência, constante, sobre os historiadores franceses, dos grandes geógrafos da 1ª fase do séc. XX. [...] As teses de geografia sobre as grandes regiões como a Flandres, da autoria de R. Blanchard ou como a Picardia, devida a A. Demangeon foram os primeiros modelos de uma história cultural das regiões [...] Pretendiam, deste modo, pôr em relevo as “características originais de uma região” – para parafrasear M. Bloch – pois era nelas que assentava a sua unidade. (ARIÈS, [1978] 2011, pp. 289-90)

A Nova História das Mentalidades, “atenta às diferenças

regionais e às diferenças sociais”, torna-se uma Nova História Cultural com a terceira geração dos *Annales*. A mentalidade atual, contemporânea, teria ela própria possibilitado os Estudos Culturais:

A nossa mentalidade atual (contemporânea) que poderemos designar por modernidade, encontra-se, invariavelmente, na origem da curiosidade histórica e da percepção das diferenças. Sem a consciência da modernidade não haveria diferenças. E também não existiria a história. Mesmo as não-diferenças, isto é, as permanências, não seriam apreendidas. (ARIÉS, [1978] 2011, p. 291)

Há uma relação entre estudos histórico-culturais e os sociólogos brasileiros mencionados. Holanda e Freyre são apontados como historiadores dessa Nova História no Brasil:

É comum dizer-se, entre os que pesquisam a história cultural no Brasil, que Freyre e Sérgio Buarque “faziam história das mentalidades sem o saber”, fórmula bem-humorada de reconhecer o pioneirismo de ambos no tratamento de certos temas de nossa história que só a custo, e graças à penetração da Nova História na universidade brasileira, passaram a ser valorizados pelos pesquisadores. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 160)¹²

Freyre ([1933]2003, p. 32) afirmou que o contato com estudos antropológicos de Franz Boas, tão caros à linguística cultural, “abriram seus olhos”. Podemos entender porque, a partir de trabalhos de Febvre, Raminelli (1990) apresentará uma aproximação entre a História das Mentalidades e os Estudos Linguísticos, considerando “visões de mundo” e sua manifestação:

Será a transformação da organização da sociedade que possibilitará o aparecimento de signos novos e, logo, de um outro modo de pensar. Com isso, o estudo do campo lingüístico se torna indispensável à

12 Corresponde à página 237 no livro disponível online.

história das mentalidades, pois a forma mental e a língua correm paralelamente. E é exatamente a correlação que busca Febvre ao analisar o vocabulário do pensamento filosófico renascentista. Sem um inventário sistemático e cronológico de palavras, como entender os meios de expressão dados ao indivíduo pelo grupo? (RAMINELLI, 1990, p. 113)

Nessa perspectiva na linguagem, como Febvre¹³ buscou ao analisar o vocabulário Renascentista, pode se manifestar a mentalidade. E assim nos reencontramos com as leituras de Avelino Filho (1988), de Wegner (2000) e mesmo de Monteiro (1999):

Destarte, “aventura” e “cordialidade” não são configurações reais da cultura brasileira, nem tão pouco resultado imaterial de uma personalidade “aventureira” ou “cordial”. São antes instrumentos que polarizam o real, marcando traços particularmente significativos das culturas da gente do passado, segundo o ponto de vista irreduzível do historiador. Cultura “não se consubstancia em atitudes pessoais determinadas, mas são as condutas prevalecentes na sociedade, ao longo da história”. (MONTEIRO, 1999, pp. 25-6)

Isso parece descrever com precisão que à cordialidade compete o mesmo que dizem os estudiosos culturais de outrora: “pôr em relevo as ‘características originais’ de uma região” em busca de sua unidade, como exposto por Ariès ([1978] 2011). A cordialidade aponta, tipicamente, uma atitude desenvolvida ao longo de um passado colonial “prevalecente na sociedade, ao longo da história” (MONTEIRO, 1999, p. 26), que embora seja datado apresenta “uma

13 Como nos adverte Robin (1978, p. 73), Febvre parece querer não se ligar diretamente à linguística estrutural de sua época. Por outro lado, talvez seja possível aproximá-lo de teorias gerativistas ao notar que em sua história, ao estudar a “origem das noções e sua evolução semântica em diacronia”, propunha as “interrelações entre os diversos elementos do todo social” e que o lugar de tal inter-relação, como atesta Raminelli, seria o léxico. Sobral (1987, pp. 54-5) proporá uma aproximação ainda maior ao dizer “que não só há grandes semelhanças nos atributos sensórios dos humanos e uma competência linguística universal, como as diferenças que se manifestam em algumas formas de organização social e, sobretudo, no ritual, na mitologia e na cosmologia, parecem redutíveis à especificidade de certos modos de vida e de comunicação em sociedades”.

maneira muito peculiar de se pensar a cultura, marcando uma interpretação histórica que redesenha o passado, não apenas em busca de um ‘caráter nacional’, mas almejando alcançar traços explicativos de atitudes presentes em 1936, quando [*Raízes do Brasil*] era editado, e também depois” (*Ibidem*, p. 23). Essas características, porque associadas ao meio rural e patriarcal, estariam fadadas ao desaparecimento, graças à revolução lenta e gradual da urbanização também tratada por Wegner (2000, p. 56), mas tal modificação é lenta, porque a cordialidade seria uma estrutura de longa duração (BRAUDEL, [1958]1982). Entendemos que a historicização desse “caráter”, bem como das atitudes e comportamentos (filosóficos, linguísticos, políticos, comerciais, religiosos, etc.)¹⁴, aponta para ideia de cordialidade como subjetividade socialmente construída, mas ainda difícil de ser explicitada.

Apesar do que dissemos, mentalidade permanece um termo problemático. Mesmo os historiadores têm preferido chamar a abordagem de Nova História Cultural¹⁵ e evitar a polissemia à qual o termo está sujeito. Vovelle ([1987] 1991, pp. 14-6) reconhece tal polissemia afirmando que não há aceitação unânime de um conceito para mentalidade e chama mentalidade de inconsciente, mais precisamente de “inconsciente coletivo”. Distanciando-se da concepção de Vovelle ([1987] 1991), por outro lado, Ariès ([1978] 2011, p. 293) prefere tratar por “desconhecido para nós, por isso não-consciente”:

Mas o que é o inconsciente coletivo? Seria, certamente, mais

14 Vale lembrar que até ao famigerado “jeitinho” a cordialidade se vê associada. Da Matta (1991 *apud* MELLO, 2000, p. 22) nos fala de jeitinho como espécie de síntese/solução do dilema lei universal e cordialidade.

15 Cf. Cardoso e Vainfas (1997, p. 624) “a história das mentalidades, ascendente nos anos 60 e coroada nos anos 70, sobretudo na França, foi pouco a pouco perdendo terreno, viu muitos de seus historiadores abandonarem o rótulo das mentalidades e acabou se refugiando em microcampos variados ou na hoje assumida e reconhecida como Nova História Cultural”.

adequado falar de não-consciente coletivo, ou seja, coletivo porque comum a uma sociedade, no seu conjunto e num momento dado. E não-consciente porque imperfeitamente compreendido ou mesmo ignorado pelos contemporâneos, a quem aparece como um fato adquirido, situado no âmbito dos dados imutáveis da natureza. É o domínio das ideias feitas e das ideias em voga, dos lugares-comuns, dos códigos da conveniência e da moral, dos conformismos e dos interditos, das expressões aceites, impostas ou rejeitadas, dos sentimentos e dos fantasmas. Os historiadores falam de “estrutura mental” de “visão do mundo”, para designar o conjunto dos traços coerentes e rigorosos de uma totalidade psíquica que, se impõe aos homens de uma época, sem que eles disso tenham consciência. É bem possível, todavia, que os homens de hoje sintam antes a necessidade de fazer emergir à superfície da consciência os sentimentos outrora enterrados na memória coletiva profunda. Nesse caso, não se trataria da procura de uma sabedoria ou de uma verdade intemporal, mas da pesquisa das sabedorias anônimas, das sabedorias empíricas que presidem às relações íntimas das coletividades com cada indivíduo, com a natureza, com a vida, com a morte, com Deus e com o além. (ARIÈS, [1978] 2011, p. 16)

É na concepção de mentalidade como inconsciente coletivo que, precisamente, reside o maior problema ao uso do termo, posto que por definição o “inconsciente coletivo pode ser entendido como um conhecimento *a priori* a todo homem e referente às repetidas experiências humanas, gravadas na psique”, imutável, universal, como nos lembram Bastos e Oliveira (2015, p. 127), remetendo à Jung (2000, p. 15).

Como vimos anteriormente, a cordialidade não é imutável ou universal. Manter a terminologia histórica é manter com ela a possibilidade de ambiguidade do termo. A proposta de mentalidade é uma proposta de abordagem histórica que nos atende parcialmente. Paralelamente a essa abordagem também houve contribuições linguísticas. Considerando o problema, para propor a existência de uma relação entre o “homem cordial” de Holanda e a linguagem, nosso objeto empírico, vejamos as contribuições que nos trazem

os Estudos Culturais linguísticos desenvolvidos especialmente no último século.

2.2.2 Linguística cultural: cordialidade como modelo cognitivo-cultural

Como ficará claro ao longo desta subseção, consideramos contribuições da Linguística cognitiva, como não poderia deixar de ser, mas tomaremos como base teórica, em especial, algumas das teses abordadas pela Linguística cultural. É preciso lembrar que a relação entre língua e cultura também não é nova nos estudos linguísticos. Na Linguística cultural, Boas (1911), que já foi mencionado por Freyre ([1933]2003), afirmou que uma sincronia de uma cultura pode moldar uma língua. Acerca da suposta impossibilidade de as línguas de indígenas norte-americanos expressarem e construir um pensamento abstrato, afirma:

Parece muito questionável o quão a restrição do uso de certas formas gramaticais pode realmente ser concebida como um obstáculo na formulação de ideias generalizadas. Parece muito mais provável que a falta dessas formas se deva à falta de sua necessidade. [...] o modo de vida das pessoas é tal que não são requeridos; que, no entanto, se desenvolveriam logo que necessário [...]. Nessas condições, a língua seria moldada pelo estado cultural. (BOAS, 1911, pp. 64-7, tradução nossa)¹⁶

Dito de outra maneira, a língua seria moldada pelo estado cultural de um grupo, de tal forma que estariam presentes nela

16 It seems very questionable in how far restriction of the use of certain grammatical form can really be conceived as a hindrance in the formulation of generalized ideas. It seems much more likely that the lack of these forms is due to the lack of their need. [...] the mode of life of the people is such that they are not required; that they would, however, develop just as soon as needed [...]. That under these conditions the language would be moulded rather by the cultural state.

aqueles recursos que forem de fato necessários à expressão do pensamento que for requerido, quando e se for requerido a tal grupo. Haveria, então, uma relação de correspondência entre as estruturas da linguagem e a cultura. Nessa citação também está contida a relação entre língua e pensamento. A tríade pensamento-língua-cultura também já se apresentava nas palavras de Humboldt ([1928]2006) ao dizer que “as diferentes línguas constituem os órgãos das maneiras singulares de pensamento e sentimento das nações” (HUMBOLDT, [1928] 2006, p. 199)¹⁷. Humboldt definiu como *visão de mundo* “a percepção do mundo organizado por uma língua particular” (Cf. CHABROLLE-CERRETINI, 2007). Assim, não significa apenas que a língua expressaria os pensamentos conforme o molde que a cultura lhe dá, mas, ainda, a língua organizaria a própria percepção do mundo, o próprio pensamento sobre a realidade.

Provavelmente, a concepção mais célebre formulada nessa área seja a que ficou conhecida como hipótese Sapir-Whorf. A fim de se distanciar de uma visão universal, estritamente biológica e determinista da língua, já nas primeiras páginas de sua obra *Language*, Edward Sapir discorrerá sobre a aparente semelhança e diversidade cultural das interjeições em japonês e inglês, comparando-as ao que chama “várias maneiras nacionais de pintar” (SAPIR, 1921, p. 6), corroborando a ideia de uma língua moldada pela cultura:

Os dois modos de representação [pintura de uma colina] não são idênticos, porque precedem de tradições históricas diferentes e são executados com diferentes técnicas pictóricas. [...] Diferem [as interjeições], muito ou pouco, porque são construídas de materiais e técnicas historicamente diversas, as tradições linguísticas respectivas, os sistemas fonéticos e os hábitos de fala dos dois

17 [...] dass die verschiedenen Sprachem die Orgaane der eigenthümlichem Denk-und Empfindungsarten der Nationem ausmachem.

povos. (SAPIR, 1921, p. 6, tradução nossa)¹⁸

Benjamin Lee Whorf, aluno de Sapir, estudando a língua Hopi, afirmará que “existe uma relação entre uma linguagem e o resto da cultura da sociedade que a usa” (WHORF, 1956, pp. 214-15, tradução nossa)¹⁹, de tal forma que, à medida que cultura e linguagem se mantêm juntas por determinado período histórico, os estudos poderiam detectar quando a linha que as separa é “atravessada”:

Essas conexões não são encontradas, concentrando a atenção nas rubricas típicas das descrições linguísticas, etnográficas ou sociológicas, como examinando a cultura e a linguagem (sempre e somente quando os dois se mantiveram historicamente por um período considerável de tempo) como um todo em que as concatenações que atravessam essas linhas departamentais podem ser esperadas, e se elas existirem, eventualmente detectáveis pelo estudo. (WHORF, 1956, p. 215, tradução nossa)²⁰

Em breves palavras, a hipótese Sapir-Whorf é assim retomada por Kerbrat-Orecchioni (2002, n.p., tradução nossa): “A língua reflete a cultura, e constitui, portanto, para a análise, um meio de apreender através dela as realidades culturais, portanto ela é em certa medida um espelho”²¹, leitura que indica a possibilidade de uma ação da cultura detectável pela língua. Essas hipóteses são compatíveis com a tese de que a cordialidade, como característica

18 The two modes of representation [picture of a hill] are not identical because they proceed from differing historical traditions, are executed with differing pictorial techniques. [...] They differ [the interjections], now greatly, now but little, because they are builded out of historically diverse materials or techniques, the respective linguistics traditions, phonetic systems, speech habits of the two people.

19 [...] there is a relation between a language and the rest of the culture of the society which uses it.

20 These connections are to be found not so much by focusing attention on the typical rubrics of linguistic, ethnographic or sociological descriptions as by examining the culture and the language (always and only when the two have been together historically for a considerable time) as a whole in which concatenations that run across these departmental lines may be expected to exist, and if they do exist, eventually discoverable by study.

21 La langue reflète la culture, et constitue donc pour l'analyste un moyen d'appréhender à travers elle les réalités culturelles dont elle est dans une certaine mesure le miroir.

cultural, pode se manifestar na língua. Podemos ainda, porém, investigar também se a teoria corroboraria a cordialidade como, ela própria, uma “visão de mundo”²² e se a linguagem, em um gesto mais ativo, poderia, como propõe Humboldt, organizar a própria percepção da realidade e do mundo. Em certo sentido, uma ação da língua sobre a cultura.

Considerado por muitos o precursor dos estudos atuais que relacionam linguística, língua e cultura, G. Palmer (1996), retomando estudos acerca do aspecto cultural dos conceitos de emoções e reconhecendo o papel da cultura na conceptualização, tradicionalmente reservado aos estudos cognitivos, conclui que “[...] a dança da cultura e da biologia é delicada, e parece não haver justificativa científica para fazer distinções analíticas nítidas entre emoções, cognições e discurso.” (PALMER, 1996, p. 109, tradução nossa)²³. A relação entre cultura, linguagem e pensamento é cognitiva, ou seja, parte da perspectiva de que a mente não é separada do corpo e refere-se à construção do sentido.

Apoiando essa perspectiva, Lakoff e Johnson ([1980]2003, p. 19, tradução nossa) dirão, acerca das metáforas conceituais, que “nenhuma metáfora pode ser completamente compreendida ou adequadamente representada independentemente das experiências básicas”²⁴. Experiência básica é concebida como uma experiência corporificada, fundada em nossas interações físicas, sociais e, também, culturais.

Por essa mesma razão, Ibarretxe-Antuñano (2013, pp. 316-

22 Reconhecemos aqui as críticas dos Estudos Pós-modernos aos Estudos Culturais no que tange as relações de poder. Contudo, acreditamos, com Wolf (2014, p. 449), que o medo de tratar da cultura é o “medo do essencialismo”, o qual esperamos mostrar suficientemente o quanto está afastado de nossa concepção de cultura. Acreditamos que uma melhor compreensão da complexidade de fenômenos culturais pode contribuir para visões mais plurais e não simplistas.

23 [...] the dance of culture and biology is delicate, and there appears to be no scientific justification for making sharp analytical distinctions among emotions, cognitions and discourse.

24 [...] no metaphor can ever be comprehended or even adequately represented independently of its experiential basis [...] [They] are grounded by virtue of systematic correlates within our experience.

17) dirá que a cultura cumpre, pois, papel central na construção do sentido. É fato que a autora escreve pensando, como Lakoff e Jonhson ([1980]2003), em metáforas conceituais. Entretanto, entendemos que tal afirmação também possa ser estendida às demais conceptualizações. Nesse contexto, com a autora, entende-se o significado em termos de conceptualização fundada na experiência e no contexto social em que se dá tal experiência corporificada como *background* (conhecimento prévio) cultural e social:

O significado é entendido em termos de conceptualização; é enciclopédico e fundamentado na experiência. O contexto social, por outro lado, refere-se à natureza social e cultural da linguagem e sua relação com a cognição situada, variação dentro e entre línguas e culturas e discurso. (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2013, p. 316, tradução nossa)²⁵

A significação é compreendida assim em termos de conceptualização fundada na experiência que, por sua vez, refere-se à linguagem e à cognição situadas social e culturalmente. Ibarretxe-Antuñano (2013, pp. 324-25) propõe ainda, ao tratar da construção da base experimental em uma metáfora conceitual, algo que nos será caro para a compreensão da relação do papel da cultura na construção do significado. Segundo a autora, a cultura funciona como uma *sieve* (peneira, coador) na construção do significado, ao filtrar os elementos da experiência corporificada e dar como resultado a base físico-cultural da metáfora conceitual. Trata-se de uma dupla função:

A peneira cultural não é um elemento passivo; não é apenas um monte de pedaços de cultura que adicionam informações

25 Meaning is understood in terms of conceptualization; it is encyclopedic and grounded in experience. Social context, on the other hand, refers to the social and cultural nature of language and its relationship with situated cognition, variation within and among languages and cultures, and discourse.

contextuais à metáfora. A peneira cultural deve ser entendida como um ator ativo na análise de metáforas. Ele manipula os elementos da cultura de duas maneiras. Por um lado, “filtra” aqueles elementos que estão de acordo com as premissas de uma dada cultura e, por outro, “impregna” o mapeamento com toques de uma cultura em contraste com outros sistemas culturais e sociais. (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2013, p. 324, tradução nossa)²⁶

A dupla função da *culture sieve* garantiria um papel ativo da cultura que seleciona elementos e os impregna de sentido conforme suas premissas. A língua, ou antes, a linguagem como um todo, considerando a possibilidade de abrangência dos processos culturais, seria o instrumento pelo qual esse processo se conduz e se manifesta. Sendo assim, poderia ser essa uma das formas em que linguagem/língua não apenas expressaria os pensamentos conforme o molde que a cultura lhe dá, mas, ainda, a língua organizaria a própria percepção do mundo, o próprio pensamento sobre a realidade.

Corroborando os autores anteriores, para Yu (2014, p. 231) conceptualizar não é atributo exclusivo da mente (quer dizer, não ocorre exclusivamente na mente), por isso o sistema computacional mental não é moldado universalmente e, portanto, inferências mentais não são únicas em todos os locais do mundo. A corporificação implica na compreensão de que o corpo não é puramente biológico, tem uma dimensão cultural e social, é influenciado pelo meio, e estende-se ao ambiente físico, cultural e social. Para Yu (2014) a experiência do corpo é base da linguagem e do pensamento, em uma ideia semelhante à de que a cultura molda a língua. Para melhor expor sua tese, Yu (2014) cita Gibbs (2006):

26 The culture sieve is not a passive element; it is not just a bunch of pieces of culture that add contextual information to metaphor. The culture sieve has to be understood as an active actor in metaphor analysis. It manipulates culture elements in two ways. On the one hand, it “filters” those elements that are in accordance with the premises of a given culture, and on the other, it “impregnates” the mapping with touches of a culture in contrast with other cultural and social systems.

A linguagem e o pensamento humanos emergem de padrões recorrentes de atividade corporificada que restringem o comportamento inteligente contínuo. Não devemos assumir que a cognição seja puramente interna, simbólica, computacional e descorporificada, mas procurar as maneiras brutas e delicadas pelas quais a linguagem e o pensamento são inextricavelmente moldados por ação corporificada. (GIBBS, 2006, p. 6 *apud* YU, 2014, p. 228, tradução nossa)²⁷

Para Yu (2014) o mundo não é só físico e biológico, o que o desassocia, portanto, de uma abordagem exclusivamente inatista, indo em direção ao social e ao cultural, aproximando-se enfim do proposto por Ariès ([1978] 2011), de uma concepção não determinista da mentalidade. A “cultura não só informa, mas, também, constitui experiência corporificada” (YU, 2014, p. 231), ela também não é uniforme, posto que as várias culturas “pesam suas experiências incorporadas de forma diferente à medida que interpretam suas interações sensório-motoras no mundo e tendo-o ao seu redor” (*Ibidem*, tradução nossa)²⁸.

A cultura teria, tanto em Yu (2014) quanto em Ibarretxe-Antuñano (2013), dupla participação na construção do sentido: fornecer e interpretar as experiências, para o primeiro autor; e filtrar e impregnar de sentidos, para a segunda. Não se trata da mesma participação, mas elas são relacionáveis: ao filtro podemos associar o papel de interpretar e ao fornecimento de experiências o papel de impregnar de sentidos. Os elementos agora impregnados de sentido seriam elementos “semantizados” dados à experiência.

E a linguagem? A linguagem e a língua se formam e informam

27 Human language and thought emerge from recurring patterns of embodied activity that constrain ongoing intelligent behavior. We must not assume cognition to be purely internal, symbolic, computational, and disembodied, but seek out the gross and detailed ways that language and thought are inextricably shaped by embodied action.

28 Culture does not just inform, but also constitute, embodied experience [...] they [various cultures] weigh their embodied experiences differently in how they interpret their sensorimotor interactions in and whith the world around them.

na cultura. Manifestariam a cognição corporificada e, por isso, a identidade histórica e cultural dos grupos pode ser revelada por elas:

Ao manifestar a cognição corporificada, a língua é, afinal, uma forma cultural e deve ser estudada no seu contexto social e cultural, como as conceptualizações subjacentes ao uso da linguagem e da língua são amplamente formadas e informadas pelo sistema cultural. (YU, 2014, p. 233, tradução nossa)²⁹

Nas palavras de Kövecses (2017), referenciando Gibbs (2006), Johnson (1987) e Lakoff (1987), esse realismo corporificado (*embodied realism*) implica que “as unidades conceituais de *frames*³⁰, ou modelos cognitivo-culturais, são estruturas motivadas experimentalmente, são produtos diretos ou indiretos da experiência vivida” (KÖVECSES, 2017, p. 309, tradução nossa)³¹.

Para esse autor a linguagem e a cultura tratam de criar significado. Em um papel semelhante ao proposto por Boas, Sapir-Whorf e Yu, língua seria o “repositório de significados armazenados na forma de signos linguísticos compartilhados por membros de uma cultura” (KÖVECSES, 2010, p. 742, tradução nossa)³² e, por isso, responsável pela preservação dessa cultura. A língua como registro da cultura.

Dessa pequena síntese podemos deduzir três pontos relevantes

29 While manifesting embodied cognition, language is after all a cultural form and should be studied in its social and cultural context, as conceptualizations underlying language and language use are largely formed and informed by cultural system.

30 Domínio semântico vinculado a um item, composto por elementos prototípicos, por isso definido por Kövecses (2006, p. 69) como “elementos da imaginação que não se encaixam diretamente em uma realidade objetiva preexistente”. Em Kövecses (2010, p. 745): “Frames are important in the study of almost any facet of life and culture”.

31 [...] the conceptual units of frames, or cognitive-cultural models experientally motivated structures; they are the products of direct or indirect lived experience.

32 Thus, language can be regarded as a repository of meanings stored in the form of linguistic signs shared by members of a culture.

para a aproximação entre cordialidade e conceptualização que proporemos ao fim da seção: 1) há modelos cognitivo-culturais; 2) a experimentação/vivência motiva o modelo cultural e 3) pelo compartilhamento da língua se compartilha a cultura, destarte, o modelo cognitivo-cultural.

Kövecses (2017) defende uma linha, compartilhada pela maior parte dos autores da atualidade que trabalham com esses temas, segundo a qual aquilo que antropologicamente chamamos “cultura” deve ser chamado de “sistema conceptual”, que por sua vez é um *Construal*, ou seja, operações e, ao mesmo tempo, resultado dessas operações cognitivas. Kövecses (2017, p. 308) afirma que, enquanto produto, resultado, a cultura pode ser igualada ao sistema conceptual que seria composto por conceptualizações, como uma teia conceptual (produto) tecida pelas próprias conceptualizações (operações). O autor cita Geertz (1973) para explicitar melhor suas ideias: “O homem é um animal suspenso em rede de significados que ele próprio teceu. Eu tomo a cultura como sendo essas redes, e a análise dela não é, portanto, uma ciência experimental em busca de lei, mas uma interpretação em busca de significado” (GEERTZ, 1973, p. 5 *apud* KÖVECSES, 2017, pp. 308-9, tradução nossa)³³.

Assim a cultura, como uma teia, “suspende” o ser humano ao mesmo tempo em que é produto dessa “suspensão”, produto desse ser humano suspenso. A exemplo de Ibarretxe-Antuñano (2013) e Yu (2014), o conceito nos possibilita a compreensão de um duplo papel da cultura, aqui denominado processo e produto. Desse modo, sintetizando, podemos dizer que, até o momento, a cultura é vista como um *Construal*, um sistema simbólico que é um processo e também um produto, o qual filtra e impregna de sentido, fornecendo dados e interpretando, a nossa experiência. A língua é

33 Man is an animal suspended in webs of significance he himself has spun. I take culture to be those webs, and the analysis of it to be therefore not an experimental Science in search of law but an interpretative one in search of meaning.

predominantemente vista, então, como registro e meio pelo qual o processo se conduz.

Um dos representantes mais conhecidos da teoria de conceptualização cultural é Farzad Sharifian. Segundo ele, conceptualização se refere a processos cognitivos fundamentais, como esquematização e categorização (SHARIFIAN, 2011, p. 4). O que distingue a abordagem desse autor das demais é o foco na afirmação de que tais processos são tanto um fenômeno individual quanto cultural e coletivo. Em outras palavras, seu modelo e sua abordagem enfatizam a importância de perceber a cognição como propriedade de grupos culturais e não apenas de indivíduos. Assim, conceptualizações culturais são vistas como representações que são distribuídas em cada mente dos membros de um “grupo cultural”. Essas conceptualizações emergem em grande parte das interações entre os membros do grupo cultural e são constantemente negociadas e renegociadas entre as gerações (SHARIFIAN, 2011, pp. 17-21).

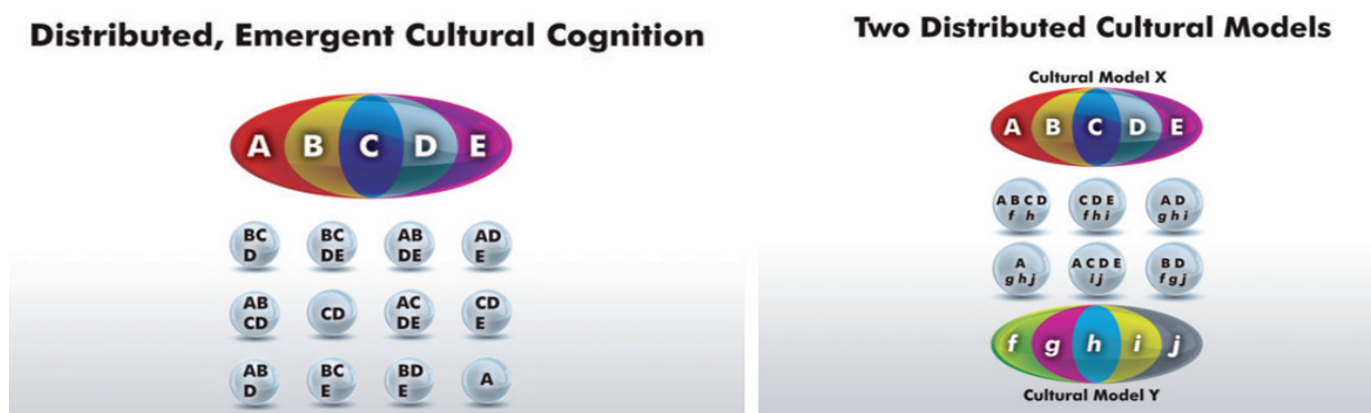
Sharifian (2011) faz ainda uma observação importante: as mentes que constituem a rede cultural não compartilham igualmente todos os elementos do esquema, nem cada mente contém todos os elementos dos possíveis esquemas que circulam em uma dada cultura:

É claramente demonstrado que as mentes que constituem a rede cultural não partilham igualmente todos os elementos do esquema, nem cada mente contém todos os elementos do esquema. Os esquemas culturais são retratados aqui como uma propriedade emergente da cognição ao nível do grupo cultural e não do indivíduo. Ou seja, neste modelo, um esquema cultural é visto como emergindo das interações entre as mentes que constituem o grupo cultural. Isso mostra que o conhecimento corporificado nesses esquemas é distribuído pela rede das mentes do grupo. (SHARIFIAN, 2011, p. 6,

tradução nossa)³⁴

Então, ele mesmo questiona: como é que podemos chamar um membro com o elemento A do esquema X e aqueles membros com os elementos BC de mesmo grupo cultural? (Figura 1, à esquerda). E responde: embora não compartilhem nenhum dos elementos desse esquema cultural, eles podem compartilhar muitos elementos de outros esquemas culturais: “Duas pessoas podem compartilhar mais elementos do esquema cultural X e menos elementos do esquema cultural Y ou vice-versa (Figura 1, à direita). Assim, não é em virtude do conhecimento de apenas um modelo que alguém se torna membro de um grupo cultural” (SHARIFIAN, 2011, p. 7, tradução nossa)³⁵.

Figura 1 – Modelo de cognição cultural emergente e distributiva



Fonte: Sharifian (2011, pp. 6-7).

Dessa forma, grupo cultural não é uma coleção de indivíduos

34 It is clearly shown that the minds that constitute the cultural network do not equally share all the elements of the schema, nor does each mind contain all the elements of the schema. Cultural schemas are depicted here as an emergent property of cognition at the level of cultural group rather than the individual. That is, in this model, a cultural schema is viewed as emerging from the interactions between the minds that constitute the cultural group. It shows that the knowledge embodied in these schemas is distributed across the network of the minds in the group.

35 It can be seen that two people can share more elements from the cultural schema X and less elements from the cultural schema of Y or vice versa. Thus, it is not by virtue of the knowledge of only one schema that one becomes a member of a cultural group.

que vivem em certa área, mas de pessoas que conceptualizam experiências de maneira semelhante, em relação a um modelo que compartilham. Sharifian caracterizará esse processo como um sistema complexo porque, já que a cognição de um indivíduo não capta a totalidade da cognição do grupo cultural, “os limites onde um grupo cultural termina ou outro começa são difíceis, se não impossíveis, de serem determinados” (SHARIFIAN, 2011, p. 24, tradução nossa)³⁶. Também é característica de um sistema complexo uma história única de interações:

Como outros sistemas complexos, as cognições culturais têm sua própria história única de interações que constroem e reconstróem constantemente o sistema. Além disso, pequenas mudanças nas interações de grupos culturais tiveram uma influência notável na direção futura de sua cognição cultural. Essa visão é amplamente refletida nos escritos de Vygotsky (e.g. Vygotsky, 1978), que viu o fenômeno cognitivo como incorporando as características das relações socioculturais historicamente ligadas. (SHARIFIAN, 2011, p. 24, tradução nossa)³⁷

Sendo assim, quando observamos e falamos de grupos culturais e identificamos suas diferenças, falamos de grupos que negociam e renegociam suas cognições coletivas por meio de sua história única de interações, o que equivale à construção única da própria história e da cultura.

E a linguagem? Essa construção única se faz linguisticamente, por meio da comunicação:

36 [...] the boundaries as to where one cultural group ends or another begins are difficult, if not impossible, to determine.

37 Like other complex systems, cultural cognitions have their own unique history of interactions that constantly construct and reconstruct the system. Often, small changes in the interactions of cultural groups have had a remarkable influence on the future direction of their cultural cognition. This view is largely reflected in the writings of Vygotsky (e.g. Vygotsky, 1978), who viewed cognitive phenomena as embodying the characteristics of historically bound sociocultural relations.

A distribuição da cognição cultural se estende nas dimensões do tempo e do espaço. Membros de um grupo cultural negociam e renegociam sua cognição cultural entre gerações, verticalmente e horizontalmente, através de uma multiplicidade de eventos comunicativos. (SHARIFIAN, 2011, p. 21, tradução nossa)³⁸

As conceptualizações, assim como o fenômeno da mentalidade nesse aspecto, refletem-se nos mais diversos aspectos da vida, como as artes, os rituais, os comportamentos e a língua (SHARIFIAN, 2017, p. 29). As conceptualizações culturais têm, assim, abrangência semelhante à observada por Holanda ao descrever a cordialidade (Cf. página 49 deste livro).

Prosseguindo em nosso exercício de encontrar a nomenclatura adequada à cordialidade nos Estudos Culturais, posto que propomos sua inserção em modelo metodológico de análise de um fenômeno de variação/mudança linguística, constata-se que a conceptualização mantém as características básicas do conceito de Ariès ([1978] 2011), condizente com a concepção de cordialidade como culturalmente construída, escapando, contudo, da controvérsia que o conceito de mentalidade despertaria com Vovelle ([1987] 1991), por exemplo. Mantem-se aquilo que nos parece essencial em Ariès e abandona-se o que há de problemático em Vovelle. Em outras palavras: parece-nos possível aproximar a conceptualização cultural da mentalidade expressa por Ariès ([1978] 2011, p. 270) quando ele escreve que o fato de não podermos agir da mesma forma que antepassados nas mesmas situações “indica, precisamente, que uma mudança de mentalidade interveio entre o tempo deles e o nosso”. Com isso o autor aponta as mudanças de estruturas de pensamento relacionadas ao movimento da história, no tempo e espaço coletivos, ou seja, destaca a amplitude da negociação e da renegociação (mediadas

38 The distribution of cultural cognition extends across the dimensions of time and space. Members of a cultural group negotiate and renegotiate their cultural cognition across generations, vertically and horizontally, through a multitude of communicative events.

pelo compartilhamento da língua/linguagem) de conceptualizações entre os membros de um grupo através das gerações.

Considerando tais ponderações, parece-nos ser possível a aproximação entre a mentalidade em Ariès, os estudos linguísticos culturais e a opção por compreender a cordialidade como uma conceptualização cultural, posto que falar em mentalidade, desde que nos termos de Ariès, não seria abandonar a ideia de visão de mundo; entretanto, falar em conceptualização é abandonar qualquer aproximação com a visão inatista-universalista que o termo mentalidade poderia sugerir.

Seria possível supor, ainda, em um raciocínio analógico, que assim como das conceptualizações individuais emergem conceptualizações coletivas, das conceptualizações culturais emerge uma rede mais ampla, e é isso o que Sharifian (2011, 2017) chama de modelo cultural: as conceptualizações culturais que caracterizam nosso conhecimento intelectual mais elevado. Um modelo cultural seria um conjunto de diferentes conceptualizações (esquemas, categorias e metáforas): “Por esse motivo, considero os modelos culturais como conceptualizações que caracterizam hierarquicamente os nós mais elevados do nosso conhecimento conceptual e que englobam uma rede de esquemas, categorias e metáforas” (SHARIFIAN, 2011, p. 27, tradução nossa)³⁹.

O autor, em seguida, nos fornecerá os conceitos de esquemas, categorias e metáforas culturais:

Os esquemas culturais capturam crenças, normas, regras e expectativas de comportamento, bem como valores sobre vários aspectos e componentes da experiência. Categorias culturais são aquelas que culturalmente construíram categorias conceituais que são melhor refletidas no léxico das línguas humanas. Exemplos de

³⁹ For the sake of this writing I view cultural models as conceptualizations that hierarchically characterize higher nodes of our conceptual knowledge and that encompass a network of schemas, categories and metaphors.

categorias culturais são ‘categorias de cores’, ‘categorias de idade’, ‘categorias de emoção’, ‘categorias de comida’, ‘categorias de eventos’ e ‘categorias de parentesco’. As metáforas culturais estão entre domínios de conceptualizações que têm sua base conceptual fundamentada em tradições culturais, como folclore, medicina, cosmovisão ou sistema de crenças espirituais. (SHARIFIAN, 2017, p. 30, tradução nossa)⁴⁰

Consideramos aqui que a indissociabilidade entre as conceptualizações, apontada por Langacker (1987)⁴¹, – segundo a qual as conceptualizações atuam de maneira complementar na construção do significado – também se aplica a esquemas, categorias e metáforas culturais, de tal forma que a um esquema cultural podem-se relacionar categorizações e metáforas culturais.

Batista (2019) corrobora a percepção de proximidade entre cordialidade e um esquema de comportamento que envolve valores, bem como a complementariedade entre categorias e esquemas. Nesse trabalho a autora, a partir das propriedades semânticas da cordialidade, descreveu situações que continham as marcas comportamentais e linguísticas da cordialidade dos exemplos oferecidos por Holanda em *Raízes do Brasil*, a saber, como anteriormente por nós definidas: a menor formalidade no tratamento que rejeita hierarquia; a pessoalidade que se equivale à busca de intimidade, e a afetividade como proeminência do privado, marcada exemplarmente pelo uso do diminutivo.

Na pesquisa de campo proposta por Batista (2019), os respondentes deveriam avaliar dez situações conforme uma escala

40 Cultural schemas capture beliefs, norms, rules and expectations of behavior as well as values about various aspects and components of experience. Cultural categories are those culturally constructed conceptual categories that are best reflected in the lexicon of human languages. Examples of cultural categories are ‘color categories’, ‘age categories’, ‘emotion categories’, ‘food categories’, ‘event categories’, and ‘kinship categories’. Cultural metaphors are cross-domain conceptualizations that have their conceptual basis grounded in cultural traditions, such as folk medicine, worldview, or a spiritual belief system.

41 Langacker (1987) indica essa indissociabilidade ao apresentar um modelo de representação (*network model*) da estrutura de categorias que combinam esquemas e protótipos, em que esquemas são, pois, base da categorização, e os *frames* semânticos que compõem protótipos geram metáforas.

Likert de gradação, em que 1 representaria um comportamento cordial completamente atípico e 7 um comportamento não cordial. As respostas obtidas confirmaram a expectativa de que as situações com as três propriedades da cordialidade (menor formalidade, maior pessoalidade e maior afetividade), tal como descrito por Holanda, corresponderam às situações reconhecidas pela maioria dos respondentes como representantes de um comportamento cordial completamente típico. Ou seja, a presença das três propriedades, simultaneamente, corresponde à situação considerada completamente típica por 78%⁴² dos respondentes (BATISTA, 2019, pp. 13-4).

Tal resultado confirma a tese de que os indivíduos respondentes compartilham algo compatível com um esquema cultural de comportamento, isto é, um esquema cultural de “crenças, normas, regras e expectativas de comportamento, bem como valores sobre vários aspectos e componentes da experiência” (SHARIFIAN, 2017, p. 30), o qual puderam avaliar e reconhecer (ou não) nas situações, como no reconhecimento de um *script*. Definido por Kövecses (2006, p. 70) como “situações estereotipadas em uma cultura”. *Scripts* são esquemas conceptuais mais estruturados. Esquemas conceptuais são padrões “recorrentes em nossa experiência” (LACKOFF; JOHNSON, 1999). O esquema conceptual cultural considera a ampliação dos diversos fatores culturais quando componentes dessa “experiência”: valores, crenças, normas e expectativas de comportamento. Assim, se, por um lado, a testagem apoia a leitura de cordialidade como conceptualização esquemática, por outro, também a apoia como categoria, ou seja, a percepção de cordialidade como um conceito prototípico.

Há, na cordialidade, aspectos de uma categoria cultural de valoração, por meio da qual se classifica um evento, ou

42 Importante ressaltar que não se esperava um resultado de 100%, posto que, por definição, o modelo cultural não é universal nem igualmente distribuído.

comportamento, conforme sua proximidade, ou seja, mais pessoalidade e afetividade e menor formalidade. Fazem parte da categoria “cordial” comportamentos de interação social que sejam, em alguma medida, menos formais, mais pessoais e/ou afetivos, isto é, uma avaliação positiva, preferencial, do privado em detrimento do público: cultural é preferir a intimidade, conforme um esquema conceptual cultural que preservaria essa expectativa de comportamento. A cordialidade seria, nos parece, um esquema cultural complexo – relacionável à categorização de fenômenos e até a elementos metafóricos, como o uso do morfema *-inho* apontado por Holanda, – sinônimo de um modelo cultural segundo indicam Sharifian (2011, 2017) e outros, como buscaremos mostrar a seguir.

Nas palavras de Bennardo e Munck (2014), modelos culturais são utilizados para ler intenções, atitudes, emoções e contexto social, tipicamente flexíveis e fluidos, quanto aos quais as pessoas podem não estar conscientes:

Modelos culturais, simplesmente, são as configurações mentais de conteúdo cultural minimamente saliente – bits de informação que usamos para dar sentido à entrada sensorial ou expressar nossas intenções sensatamente como saída. Eles não são operações cognitivas; eles são a organização de conteúdo cultural armazenado em nossos cérebros. (BENNARDO; MUNCK, 2014, p. 5, tradução nossa)⁴³

A primeira definição de modelo cultural está em D’Andrade (1987, p. 112): “Um modelo cultural é um esquema cognitivo que é intersubjetivamente compartilhado por um grupo social”⁴⁴. Em outros termos, é um esquema cultural compartilhado por um grupo social. Tal definição será seguida por outros autores e apoia

43 Cultural models, simply put, are the mental configurations of minimally salient cultural content—bits of information that we use either for making sense of sensory input or expressing our intentions sensibly as output. They are not cognitive operations; they are the organization of cultural content stored in our brains.

44 A cultural model is a cognitive schema that is intersubjectively shared by a social group.

os resultados de Batista (2019). Nas palavras de Strauss e Quinn (1998):

Muitos esquemas são esquemas culturais – você os compartilha com pessoas que tiveram experiências como a sua, mas não com todo mundo. Outro nome para esquemas culturais (especialmente do tipo mais complexo) é modelos culturais (D’Andrade, 1995; D’Andrade; Strauss, 1992; Holland; Quinn, 1987). (STRAUSS; QUINN, 1998, p. 49, tradução nossa)⁴⁵

Tais autores consideram que modelos culturais são esquemas culturais ampliados, quer dizer, esquemas culturais largamente compartilhados por indivíduos, como para Kronenfeld (2008, p. 200): “modelos culturais podem ser vistos simplesmente como esquemas que são amplamente compartilhados”.

A fim de se entender, por fim, o que são esquemas culturais, uma última distinção deve ser feita. Esquemas culturais não se confundem com esquemas imagéticos. Quando Langacker (1987, pp. 132-35) fala em esquemas abstratos, relacionados à habilidade cognitiva de generalização, não fala exatamente da mesma perspectiva conceitual de Sharifian (2017) ou D’Andrade (1987), D’Andrade e Strauss (1992), Holland e Quinn (1987), Bennardo e Munck (2014) e outros. Langacker (1987) pensa em algo como esquemas imagéticos.

Lakoffe Jonhson (1999, pp. 27-33) propõem esquemas imagéticos como padrões abstratos e recorrentes em nossa experiência sensorio-motora que servem para estruturar conceitos complexos. São exemplos de esquemas imagéticos trazidos pelos autores os de PERCURSO, CONTÊINER, CONTATO, BLOQUEIO, DINÂMICA DE FORÇAS e EQUILÍBRIO. Os esquemas imagéticos reincidem em nossa vivência e são usados para fazermos projeções metafóricas.

45 A great many schemas are cultural schemas – you share them with people who have had some experiences like yours, but not with everybody. Another name for cultural schemas (especially of the more complex sort) is cultural models (D’Andrade, 1995; D’Andrade; Strauss, 1992; Holland; Quinn, 1987).

Em um dos muitos exemplos que se pode dar, revisitemos uma das principais metáforas conceituais citadas por Lakoff e Johnson (1999, p. 10): quando dizemos algo como “o falante coloca as ideias (objetos) em palavras (contêineres)” a metáfora traz em si o esquema imagético de contêiner.

Ao tratar de esquema cultural, no entanto, referimo-nos a esquemas que se fundam em nossas experiências culturais, posto que “capturam crenças, normas, regras e expectativas de comportamento, bem como valores sobre vários aspectos e componentes da experiência” (SHARIFIAN, 2017, p. 30). Conforme Strauss e Quinn (1998, p. 49, tradução nossa) “esquemas, como pensamos neles, não são coisas distintas, mas sim coleções de elementos que trabalham juntos para processar informações em um determinado momento”⁴⁶.

Strauss (2014), que trata de modelos culturais a partir da noção de esquema, assim como D’Andrade e Strauss (1992, p. 226), afirma que uma das características dessas conceptualizações é que elas se conectam com sentimentos e motivações, isto é, elas têm uma “força diretiva” no sentido de que não são explicações neutras, já que carregam avaliações e objetivos que motivam a ação:

[...] Outra característica importante dos modelos culturais é que eles estão ligados a sentimentos e motivações (D’Andrade, 1981; D’Andrade e Strauss, 1992). Nas palavras de D’Andrade (1984), esquemas culturais têm “força diretiva”, ou seja, não são explicações neutras, mas também incluem avaliações e metas que motivam a ação ou, pelo menos, criam desconforto se não forem cumpridas. (STRAUSS, 2014, p. 391, tradução nossa)⁴⁷

46 [...] schemas, as we think of them, are not distinct things but rather collections of elements that work together to process information at a given time.

47 Another important characteristic of cultural models is that they are connected to feelings and motivations (D’Andrade, 1981; D’Andrade; Strauss, 1992). In D’Andrade’s (1984) words, cultural schemas have ‘directive force’, that is, they are not neutral explanations but also include evaluations and goals that motivate action, or at least create discomfort if they are not enacted.

Seguindo a concepção de que modelos culturais são esquemas culturais de tipo complexo, pouco adiante a autora se refere a esquemas como modelos:

Temos esquemas para tudo que encontramos ou aprendemos, do mundano e concreto (como reconhecer e usar objetos do cotidiano) ao elevado e abstrato (o que é um curso de vida desejável, se existe um poder superior, psicologia popular, economia e assim por diante). Os esquemas culturais são derivados de experiências aprendidas e compartilhadas, aquelas vivenciadas pessoalmente por vários membros de um grupo ou comunicadas entre eles. Os esquemas culturais são modelos locais de como o humanamente criado, natural, sobrenatural, os mundos interpessoais e sociopolíticos mais amplos funcionam. Uma vez que um esquema é um todo inter-relacionado, qualquer coisa que evoque parte do esquema trará o resto para a mente, consciente ou inconscientemente. (*Ibidem*, p. 391, tradução nossa)⁴⁸

A afetividade apontada nos apresenta um ponto de contato relevante com a cordialidade. Afinal, apesar da complexidade conceitual envolvida no termo cordialidade, exposta na primeira seção deste capítulo, alguns aspectos nos parecem claros: não se pode deixar de lado os afetos, a valoração, quando tratamos da cordialidade. Aquilo que é chamado cordial por Holanda parece-nos referir-se especialmente a um tipo de comportamento que está intrinsecamente relacionado a uma concepção de valor (Cf. nota 13), ou seja, a uma concepção de valor que perpassaria os comportamentos; um tipo de agir de valor negociado, renegociado e compartilhado, ainda que não uniformemente, pelos integrantes do

48 We have schemas for everything we encounter or learn about, from the mundane and concrete (how to recognize and use everyday objects) to the lofty and abstract (what is a desirable life course, whether there is a higher power, folk psychology, folk economics, and so on). Cultural schemas are derived from learned, shared experiences, either ones personally experienced by multiple members of a group or ones communicated among them. Cultural schemas are local models of how the humanly created, natural, supernatural, interpersonal, and wider sociopolitical worlds work. Since a schema is an interrelated whole, anything that evokes part of the schema will bring the rest to mind, consciously or unconsciously.

grupo cultural. Tal comportamento, ainda conforme as definições de Holanda e outros estudiosos, seria, além de mais afetivo, mais pessoal e menos formal.

Por essa razão entendemos que o fenômeno de variação/mudança do possessivo de segunda pessoa no PB se relaciona a um esquema mental cultural, a uma manifestação linguística de um esquema cultural, a um esquema de “tratamento cordial”. Buscaremos evidenciar isso posteriormente, quando da apresentação da ativação do modelo cultural na apresentação do modelo teórico de análise do fenômeno.

Parece-nos, pois, existir relação entre os conceitos de cordialidade e o esquema cultural – entendido como expectativa de comportamento relacionado a um valor – amplamente compartilhado e complexo. Por apresentar tais características pode ser nomeado, mais especificamente, como modelo cognitivo-cultural. Nossa opção teórica, portanto, é a de cordialidade como modelo cultural distributivo emergente, compartilhado por um grupo de maneira heterogênea, negociado e renegociado por seus membros e por gerações; um esquema de expectativa e valoração do comportamento interpessoal menos formal, mais pessoal e afetivo.

Entendemos, e buscaremos ilustrar com dados no capítulo 4, que o fenômeno de variação/mudança do possessivo de segunda pessoa no PB é uma manifestação linguística desse modelo cultural, um esquema de “tratamento cordial”. Entendemos também que esse modelo cultural revela uma visão de mundo, em esquemas prévios de expectativas de comportamentos em certas situações sociais, e funciona como categoria que possibilita a classificação de tais comportamentos conforme um protótipo; contudo, não com uma categoria de eventos propriamente, mas, antes, como um tipo de “categoria de valores” que perpassa o modo de perceber os próprios eventos.

Em outras palavras, propomos que esquema cultural, valores,

regras e expectativas de comportamento, que servem para estruturar nossos pensamentos complexos, podem ser mais ou menos prototípicos de um esquema cognitivo. Todo esse processo contínuo e complementar compõe, portanto, um modelo cultural, uma espécie de cultura internalizada cognitivamente pela qual se filtra e impregna de sentido cultural elementos da realidade experienciada.

Pensemos nos exemplos trazidos por Holanda, relacionados ao comércio e ao ritualismo religioso:

Um negociante de Filadélfia manifestou certa vez a André Siegfried seu espanto ao verificar que, no Brasil como na Argentina, para conquistar um freguês tinha necessidade de fazer dele um amigo. Nosso velho catolicismo, tão característico, que permite tratar os santos com uma intimidade quase desrespeitosa e que deve parecer estranho às almas verdadeiramente religiosas, provém ainda dos mesmos motivos. A popularidade, entre nós, de uma santa Teresa de Lisieux – santa Teresinha – resulta muito do caráter intimista que pode adquirir seu culto, culto amável e quase fraterno, que se acomoda mal às cerimônias e suprime as distâncias. [...] Essa forma de culto, que tem antecedentes na península Ibérica, também aparece na Europa medieval e justamente com a decadência da religião palaciana [...] Cristo, Nossa Senhora e os santos já não aparecem como entes privilegiados e eximidos de qualquer sentimento humano. Todos, fidalgos e plebeus, querem estar em intimidade com as sagradas criaturas e o próprio Deus é um amigo familiar, doméstico e próximo – o oposto do Deus “palaciano”, a quem o cavaleiro, de joelhos, vai prestar sua homenagem, como a um senhor feudal. O que representa semelhante atitude é uma transposição característica para o domínio do religioso desse horror às distâncias que parece constituir, ao menos até agora, o traço mais específico do espírito brasileiro. (HOLANDA, [1936]2015, p. 179)

Não nos parece que o autor propõe que haja entre nós uma concepção diferente do rito ou do negócio em si, mas, antes, uma decisão deliberada, “por horror às distâncias”, de transposição de

certas características que ainda se reconhece como parte do evento (seja comercial ou ritualístico), por outras características, essas cordiais, a fim de atender melhor a determinados valores culturais. Uma “categoria de valores” à qual se relacionam os esquemas cognitivo-culturais.

2.3 Considerações finais do capítulo

Propomos, então, que a cordialidade seja um modelo cultural, uma conceptualização cultural complexa, amplamente compartilhada, observada neste livro como diretamente relacionada a um esquema cultural de comportamento interpessoal, com o qual se pode organizar, compreender e atuar na realidade. É desigualmente distribuída, negociada e renegociada com os demais integrantes do grupo e, por isso, suscetível à mudança. Entretanto, no âmbito da “longa duração”, apresenta mudanças lentas e similares às da concepção de mentalidade histórica tal como proposta por Ariés ([1978] 2011).

Esse modelo cultural cordial manifestaria, ainda, uma cosmovisão em que o privado sobrepõe-se ao público, com expectativa e valoração positiva de certa preferência por comportamentos menos formais e mais pessoais e afetivos. A cordialidade como modelo cultural se expressa nas mais diversas esferas da vida, mas procuraremos investigar suas manifestações especificamente na língua, já que acreditamos que variações/mudanças verificadas na língua podem ser causadas pela cordialidade.

Por fim, a cordialidade como modelo cultural atuaria como uma “peneira” que destaca os elementos conforme o sentido cultural, mas também impregna de sentido as vivências. Mais adiante, ao apresentarmos nosso modelo explicativo, buscaremos apontar que à língua/linguagem caberia o papel de registrar e também o de

ativar tal modelo.

3 BREVE RECAPITULAÇÃO DE ESTUDOS ACERCA DAS FORMAS DE TRATAMENTO RELACIONADAS AOS POSSESSIVOS EM PB E A SOCIOLINGUÍSTICA COGNITIVA

Este capítulo tem por objetivo apresentar revisão da literatura relativa a: 1) alguns estudos em variação linguística que abarcam os fenômenos de variação/mudança do uso do pronome possessivo *seu* e de formas de tratamento; e 2) estudos em Sociolinguística que compartilham de pressupostos da Linguística cognitiva em língua portuguesa, em especial da modalidade falada no Brasil.

3.1 Estudos sobre o fenômeno de variação/mudança no possessivo de 2ª pessoa relacionados a formas de tratamento

Inúmeras pesquisas linguísticas em PB, como Menon (1997), Ramos (2011), Machado (2011), Martins e Vargas (2014) e Lucena (2016), e em outros idiomas, já se ocuparam de fenômenos de variação/mudança em formas de tratamento considerando, em situações comunicativas as mais diversas, a afetividade, a pessoalidade e a menor formalidade como propriedades relevantes. No entanto, não necessariamente consideraram as três propriedades de forma conjunta; tampouco associaram tais propriedades a conceptualizações culturais ou à noção de cordialidade.

Antes de comentarmos as análises recém-citadas sobre o

PB é útil atentarmos para a análise de Kerbrat-Orecchioni (2011) sobre o francês, a qual tem papel teórico relevante na análise que desenvolvemos. A autora realiza um estudo acerca de formas de tratamento nominais no francês em situações de conversação. Para tanto, cataloga as formas de tratamento e não faz apenas o inventário delas, mas também a combinação entre elas e ainda as compara com o inglês, por exemplo, no caso do uso concomitante do prenome e do título *Dr.*, como em *Dr. Roberto*. Esse tipo de caso é denominado pela autora como “relações de proximidade com deferência” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2011, p. 39). Ainda nesse estudo, relaciona as formas de tratamento da língua à cultura em que essa língua está inserida. Deferência seria um caso particular de cortesia que manifesta certa subordinação simbólica a outro (KERBRAT-ORECCHIONI, 1992, p. 163).

Em japonês, como nos mostra Oliveira (2020, no prelo) ao recordar os estudos de Matsumoto (1988), a deferência cultural também pode ser marcada linguisticamente e indicar proximidade sem amenizar uma imposição de vontade; representa relação positiva entre os interlocutores. Um exemplo desse fenômeno trazido pelo autor seria a expressão *Douzo yorosiku onegaisimasu* (Peço que você me trate bem), usada no contexto em que uma pessoa é apresentada à outra. Matsumoto (1988, p. 409) explica que, dessa forma, o falante simultaneamente: a) se impõe ao receptor e se coloca em posição inferior à do receptor; e b) reconhece a interdependência, considerada uma virtude na cultura japonesa.

Outro tema associado a esse é a ambivalência das formas de tratamento, que também foi apontada por Kerbrat-Orecchioni, bem como a função interpessoal das formas de tratamento nominais:

As formas de tratamento nominais são fundamentalmente ambivalentes [...] a carga emocional que estas formas veiculam com tanta frequência pode corresponder tanto a afetos positivos

(solicitude, empatia, efusão...) quanto negativos (hostilidade, aborrecimento, agressividade). [...] a forma nominal aparece como um camaleão, veiculando o valor do seu meio e, ao mesmo tempo, intensificando o valor veiculado. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2011, pp. 36-7).

Assim, as formas nominais, ao mesmo tempo em que vinculam ao tratamento um valor relacionado ao contexto de uso (ao meio), intensificam tal valor, o qual pode ser associado a afetos positivos ou negativos. Kerbrat-Orecchioni (2011) aproxima suas observações dos estudos de Braun (1988) apontando para a variação de comportamento das formas de tratamento nas diferentes culturas. Braun (1988, p. 66, tradução nossa) garante que “os fatores que governam o modo de se dirigir a alguém são tão variados e, em parte, tão específicos da cultura que é difícil ajustá-los a um quadro teórico geral”⁴⁹. Observação relevante para nós, pois é compatível com as hipóteses de serem as formas pronominais relacionadas com as formas de tratamento e também de que espaços de manifestação da cordialidade seriam culturalmente específicos.

Ramos (2011), em um estudo intracultural, compara as formas de tratamento contemporâneas da díade pai e filho, especificamente o uso de *você* e *senhor* no PB e afirma que “o processo de modernização da sociedade brasileira que tem lugar a partir dos anos 1950 pode ser descrito como um percurso que vai, no âmbito da família, de um ideal hierárquico, ao igualitário” (RAMOS, 2011, p. 294). De sorte que *senhor*, uma forma de tratamento mais hierárquica, tem sido rejeitada, salvo em situações de formalidade, “a medida que o tratamento por *você* avança, sinalizando certamente um tipo de relação social demarcado por outros valores” (RAMOS, 2011, p. 296). Assim os estudos da autora indicam que o modelo de organização familiar, e não apenas a variante social como a idade, pode se

49 The factors governing address behavior are so varied and, partly, so culture-specific that it is hard to fit them into a general theoretical frame.

constituir como causa ou fator de mudança linguística.

Machado (2011) realiza análise comparativa acerca das formas de tratamento em PB e em PE em peças teatrais dos séculos XIX e XX. Seus estudos apontam para o progressivo distanciamento entre essas variantes, com aumento do emprego de *você*, na nossa língua, em lugar do *tu*. A autora acredita que esse fenômeno tem relação com mudanças sociais do século XX, segundo as quais as relações na sociedade brasileira seriam menos assimétricas, menos hierarquizadas. Dito de outra forma, as pessoas se veriam mais como iguais, como semelhantes, comparativamente com o século anterior:

De modo geral, verifica-se que, ao longo dos dois últimos séculos, as mudanças ocorridas no quadro do tratamento do PB se mostram muito mais intensas do que as observadas no PE. As alterações identificadas na variedade lusitana estão ligadas, de modo quase que exclusivo, a modificações nas relações sociais, que também se constata na variedade brasileira. Essas mudanças estão relacionadas, sobretudo, às transformações vivenciadas no interior das sociedades que, a partir, principalmente, de meados do século XX, sobretudo, no espaço da família, tendem a flexibilizar as relações de poder. [...] [as formas pronominais] aparentemente sobrevivem como formas cristalizadas pela Tradição, e não por sua semântica de distanciamento. (MACHADO, 2011, p. 206)

Isso nos parece particularmente interessante, pois indica que o PB faz a opção pela forma que considera mais íntima e informal. Uma opção não exclusiva do PB, em certa medida compartilhada com PE, mas pontuada pela autora como mais intensa entre nós. Por que mais intensa entre nós já que se constata os mesmos fenômenos sociais? Esse é um dos nossos questionamentos.

Ainda sobre a concorrência *você/tu*, Rumeu (2013), através de análise do PB culto em cartas de família tradicional brasileira dos séculos XIX e XX, corroborando também os trabalhos de Duarte

(2003) e Machado (2006), atesta que, no século XVIII, *você* é uma forma de tratamento, ou seja, ainda não se constitui um pronome. Segundo a autora, apenas aos fins do século XIX e princípios do século XX essa forma de tratamento se pronominaliza, suplantando o *tu*, de tal forma que, à medida que percorre o caminho da pronominalização, também percorre o caminho em direção ao privado, ao íntimo:

O que os diversos trabalhos sobre o tema têm mostrado é que a partir do século XVIII a forma vulgar *Você* torna-se produtiva nas relações assimétricas de *superior para inferior*, podendo até assumir, em algumas situações, sócio-pragmáticas, “conteúdo negativo intrínseco”, em oposição a sua contraparte desenvolvida *Vossa Mercê*. Por outro lado, no Brasil do século XIX, a concorrência passa a ser maior entre *Tu* e *Você* em relações solidárias mais íntimas, não sendo tal estratégia negativamente marcada. Essa aparente contradição advém da própria origem e do processo de mudança de *Vossa Mercê* > *Você*, na medida em que se tornou gradativamente divergente do tratamento fonte (*Vossa Mercê*) e passou a concorrer com o solidário *Tu* nos mesmos contextos funcionais. (RUMEU, 2013, p. 51)

Menon (1997), Martins e Vargas (2014) e Lucena (2016) estudaram fenômenos de variação pronominais entre *seu/de você*, no primeiro caso, e *teu/seu* nos dois seguintes. De modo geral, as autoras apontam como uma das causas da variação fatores linguísticos como a introdução do *você* na função de pronome sujeito.

Menon (1997) indica a relação do uso do pronome *seu* a partir da introdução do *você*, de tal forma que “a perda do sistema *tu/vós*, sobretudo no que diz respeito à segunda pessoa do plural, acarretou o desaparecimento do possessivo ‘vosso’” (MENON, 1997, p. 79). A autora concentra seus estudos na variação *seu/de vocês* e, para tanto, resgata trabalhos de antecessores, como os dados das

pesquisas de Neves (1993) no *corpus* do NURC (Projeto da Norma Urbana Oral Culta), os quais apontam a preferência do falante pelo uso do pronome *seu* em detrimento do pronome *teu*, afirmando que o uso do *seu* é da ordem de 68% nos dados globais.

Lucena (2016) corroborará tal análise do fenômeno. A partir de um estudo de cartas pessoais datadas de 1870 a 1970, a autora conclui que o uso do *seu* como estratégia de referência à 2ª pessoa no PB está relacionado à inserção de *você* no quadro de pronomes do PB:

[...] os resultados delineados nesta tese parecem apontar para o efeito “dominó” já tão comentado por diferentes linguistas: a entrada de *você* funciona como um gatilho para diferentes mudanças pronominais que ocorreram e ocorrem no sistema. Assim sendo, não se pode afirmar de forma categórica que o pronome *seu* acompanha a entrada do pronome *você* no sistema pronominal, mas *seu* só passa a referir-se à segunda pessoa a partir do momento em que *você* entra nesse sistema como variante de *tu* (LUCENA, 2016, pp. 171-72)

Lucena (2016, p. 172) faz um apontamento particularmente interessante sobre certa alteração semântica de *seu*, delimitando fases distintas de emprego do pronome, de tal forma que ele, “[...] no *corpus* analisado, apresentou indícios de semântica respeitosa ou reverente apenas no primeiro lapso temporal estudado, isto é, 1870-1899. Conforme seu emprego vai aumentando na amostra, observa-se um comportamento neutro”, ou seja, menos formal. Mesmo na língua escrita o aumento do uso de *seu* se relaciona à perda de formalidade no uso do pronome. Esse é um ponto especialmente importante para nós e o retomaremos mais adiante.

Martins e Vargas (2014) também apontaram o valor original formal do pronome *seu*. Alguns dos dados apresentados por eles podem nos servir para problematizar a relação intrínseca entre

seu e *você*. Os autores observam, ao analisar as cartas de leitores a jornais dos séculos XIX e XX, que o comportamento do possessivo *seu* parece não acompanhar o movimento do pronome sujeito “*você*” e sugerem que “o ‘*você*’ entra no contexto sócio-pragmático do ‘*vossa mercê/vossa excelência/vossa senhoria*’, sem intervir, ou influenciar o dimensionamento para mais ou para menos em relação à presença/ao uso/à ocorrência do possessivo ‘*seu*’ ” (Martins; Vargas, 2014, p. 346). Notam ainda a presença de *seu* na primeira metade do século XIX, enquanto o *você* tem uso crescente a partir da segunda metade:

Quanto à forma *você*, o cruzamento apontou um aumento significativo no uso desse pronome ao longo dos séculos: de 4 ocorrências na segunda metade do século XIX para 18 na primeira metade e 27 na segunda metade do século XX. Tais dados corroboram o que outros estudos têm mostrado sobre a inserção de *você* no sistema pronominal do PB, especificamente em relação à inserção desse pronome na posição de sujeito [...]. Observe-se, no entanto, que o comportamento do possessivo *seu* parece não acompanhar esse movimento. Esse pronome é já categórico para expressar a segunda pessoa nas cartas da primeira metade do século XIX, mesmo quando associado aos pronomes *Vossa Mercê/Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria*. Tal resultado parece apontar para um comportamento diferenciado do pronome possessivo em relação ao pronome sujeito na diacronia do PB. (MARTINS; VARGAS, 2014, p. 384)

Diante de tal fenômeno, os autores apontam que *seu* carregaria ainda, naquele momento, a formalidade como propriedade, associado a “*Vossa Mercê/Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria*” em situações de maior impessoalidade, variando mais com *vosso* que com *teu*. Para esses autores, a variação com *teu* se dá, essa sim, com a inserção do *você*. Os estudos mais recentes parecem apontar, pois, para certa gradação de “aproximação” do pronome possessivo *seu* em relação ao interlocutor: primeiramente de um

seu que sintaticamente migra da 3ª para a 2ª pessoa e que, gradativa e semanticamente, ganha mais marcas de aproximação, perde formalidade e ganha intimidade.

Considerando a concepção de cordialidade como um modelo cultural – que tem a aversão à impessoalidade como seu aspecto predominante –, ao lado da proposta de Martins e Vargas (2014), sugere-se, então, uma possibilidade interpretativa para o fenômeno: o *seu* que aparece associado a *vossa mercê/vossa excelência e vossa senhoria* já é, na verdade, um *seu* cooptado para a 2ª pessoa em um movimento que o retira do público em direção ao privado, em um movimento, portanto, de personalização ou mais intimidade.

A mesma proposta interpretativa também nos parece possível ao já referido trabalho de Ramos (2011) acerca de formas de tratamento em PB. Para o crescente uso de *você* em lugar de *senhor* no tratamento entre pai e filho, apresenta-se como hipótese a mudança social pela qual passa a família atualmente, a qual estaria trocando uma ideologia hierarquizada por uma ideologia igualitária entre seus membros. Nota-se que a autora também aponta a opção pelo tratamento mais informal. Em sua análise, diz que o termo *senhor* perde “respeitabilidade”; assim, o primeiro traço a cair seria o que exprime formalidade. Tanto seria esse um traço definidor que o uso de *senhor* ainda resistiria “onde há formalidade”, ou seja, o caminho da variação dessa forma de tratamento seria a perda da formalidade como propriedade. Tendo a formalidade elemento de distanciamento, vemos movimento de aproximação entre interlocutores. Tais conclusões nos parecem fortalecer a nossa ótica de análise; afinal, trata-se de traços relevantes para descrever o que entendemos por cordialidade.

Essa tendência de escolha pela pessoalização, pela menor formalidade, parece-nos ser relevante, como mostra o trabalho de Scherre *et al.* (2015), mesmo nas regiões do país em que *tu* ainda é produtivo. No PB, mesmo quando o pronome *tu* é o preferencial, e

por analogia poderíamos estender ao uso ao possessivo *teu*, ele o é por ser considerado o tratamento menos formal.

Em significativa revisita a diversos trabalhos sociolinguísticos sobre os usos de pronomes de 2ª pessoa, Scherre *et al.* (2015) reúnem e analisam os resultados globais dos estudos considerados e sugerem a atualização do mapa brasileiro sociolinguístico proposto em Scherre (2009) que, até Scherre (2012), contemplava 17 cidades de 4 regiões brasileiras: Sul, Sudeste, Centro-oeste e Nordeste. O trabalho de Scherre *et al.* (2015, p. 135) aponta que “o uso do pronome ‘tu’ é mais geral do que se supõe” e apresenta particularidades que as levaram a chamá-lo de “‘tu’ brasileiro”:

Trata-se de um “tu” brasileiro, que em muitas comunidades, instaura-se sem concordância expressa na forma verbal (*tu fala*), de forma diferente do que registra a tradição gramatical (*tu falas*). Há também a presença de um “tu” com concordância, motivada pelo contexto de mais formalidade ou pelo aumento da escolarização, especialmente onde o pronome “tu” é reconhecido como de uso natural à comunidade local como, e em especial, em Santa Catarina, no Amazonas, no Maranhão e no Rio Grande do Sul. (SCHERRE *et al.*, 2015, p. 135)

Em outras palavras, *tu*, quando em uso natural de determinada localidade, é predominantemente menos formal, sendo a concordância a marca da formalidade, o que corrobora a hipótese de que a escolha do falante brasileiro parece geralmente ir em direção ao tratamento menos formal. A hipótese dos autores para manutenção do uso de *tu* como forma de tratamento também sustenta nossa observação quanto à preferência pela menor formalidade: “A nossa hipótese é a de que, à medida que desaparece ou diminui o uso de ‘o senhor/a senhora’, a forma ‘você’ ocupa espaços deixados por ‘o senhor/a senhora’, e o ‘tu’ retorna ocupando novos espaços deixados pelo ‘você’.” (SCHERRE *et al.*, 2015, p. 167).

Por fim, é importante lembrar aqui as reflexões de Benveniste (1966):

Agora vemos em que consiste a oposição entre as duas primeiras pessoas do verbo e a terceira. Eles se opõem como os membros de uma correlação, que é a correlação da personalidade: “eu-você” tem a marca da pessoa; “ele” está privado disso. A “terceira pessoa” tem a característica e função constantes de representar, em termos de forma, um invariante não pessoal, e apenas isso. (BENVENISTE, 1966, p. 231, tradução nossa)⁵⁰

Assim, acreditamos que esse deslocamento de pronomes da 3ª pessoa para posição de 2ª pessoa, lugar que indica menos distância em relação ao interlocutor, encontra consonância em Benveniste (1966, p. 231) ao entendermos que pronomes marcam “oposição entre pessoa (eu/tu) e não-pessoa (ele)”. Nossa leitura é a de que, uma vez cooptado para a 2ª pessoa, e mais próximo de *eu*, mais pessoalizado, *seu*, diacronicamente, avança em sua concorrência com *teu*, como atestam os dados dos estudos sobre o fenômeno de variação/mudança no possessivo de 2ª pessoa relacionados a formas de tratamento apresentados. Em outros termos, os falantes, ao empregar o pronome *seu* como forma de 2ª pessoa, evitam a “distância” interpessoal introduzida, de forma inerente, pelas formas de 3ª pessoa. É esse fenômeno que está no cerne do processo de variação/mudança envolvendo a cooptação do possessivo de 3ª pessoa para ser empregado como forma de 2ª.

É ao lado de tais estudos que nos colocamos e com eles desejamos contribuir por meio de uma abordagem ainda não contemplada acerca dos fenômenos de variação/mudança do emprego das formas pronominais de 2ª pessoa relacionadas às

50 On voit maintenant en quoi consiste l'opposition entre les deux premières personnes du verbe et la troisième. Elles s'opposent comme les membres d'une corrélation, qui est la corrélation de personnalité : “je-tu” possède la marque de personne; “il” en est privé. La “3a personne” a pour caractéristique et pour fonction constantes de représenter, sous le rapport de la forme même, un invariant non-personnel, et rien que cela.

formas de tratamento. Quer dizer, oferecemos o modelo teórico explicativo para a razão de buscarmos a informalidade e/ou mais pessoalidade e/ou mais intimidade, o que terá como corolário as escolhas que fazemos das formas de tratamento e, particularmente, dos pronomes possessivos.

3.2 Estudos linguísticos em variação e cognição

Nesta subseção, vamos aprofundar a descrição da relação entre o contexto cultural e o fenômeno de variação linguística, também apontado por Ibarretxe-Antuñano (2013).

A problematização teórica da relação entre variação linguística, cultura e cognição é relativamente recente, apresentando-se como campo de estudos em meados dos anos 2000. Silva (2006) constata que a variação linguística “não tem sido objecto prioritário das mais conhecidas linhas de investigação linguístico-cognitiva” (SILVA, 2006, p. 2) mas, ao mesmo tempo, afirma a inevitabilidade de tais estudos e a emergência de um novo campo de investigação:

A autodefinição da Linguística Cognitiva como modelo baseado no uso (Langacker (1988, 2000) implica uma orientação sociolinguística para o estudo da variação da linguagem. A razão é simples: a variação é a consequência imediata e inevitável do uso [...]. Constituem excepções os trabalhos de Geeraerts, Grondelaers & Speelman (1999), Geeraerts (2003, 2005), Kristiansen (2003) e, muito recentemente, a colectânea de estudos organizada por Kristiansen & Dirven (2006), institucionalizando a noção emergente de sociolinguística cognitiva. (SILVA, 2006, p. 2)

Silva (2008b) reconhece que a “orientação sociolinguística cognitiva” não implica em pacificação teórica e que há certo conflito. Contudo, o autor nos explica que tal conflito se deve ao que considera uma compreensão parcial do *experimentalismo corpóreo*

e da corporificação, já referida por nós. Para Silva (2008a), a visão do corpo como universal de experimentação, em uma leitura parcial, acaba por configurar uma perspectiva solipsista para a Linguística Cognitiva, a qual só pode ser superada se reconhecida a natureza sócio-interativa da linguagem:

As estruturas linguísticas exprimem conceptualizações e as conceptualizações realizadas na e através da linguagem estão intrinsecamente relacionadas com o modo como os seres humanos experienciam a realidade, tanto fisiológica como culturalmente. Constitui este experiencialismo a própria filosofia da Linguística Cognitiva [...] a tese da corporização (“embodiment”) do pensamento e da linguagem ou a filosofia na carne foca a vertente individual e universal da cognição humana (o corpo é um universal da experiência humana), o seu lado físico e neurofisiológico, recentemente explorado por Lakoff (2003) na sua Teoria Neural da Metáfora. Ora, tendo a experiência humana uma dimensão também colectiva e interactiva, impõe-se não reduzir a filosofia experiencialista e o princípio da corporização a operações neurais meramente individuais e reconhecer a natureza socialmente interactiva da linguagem e o seu ambiente cultural como elementos igualmente fundacionais da perspectiva cognitiva. [...] Só assim é que a Linguística Cognitiva poderá evitar cair no perigo do solipsismo epistemológico ou no que Sinha (1999) designa como “solipsismo neural”. (SILVA, 2008a, p. 54)

A defesa de Silva (2006, 2008a, 2008b) relativa a uma Sociolinguística Cognitiva harmoniza-se com nossas afirmações na seção anterior quanto à possibilidade de um modelo teórico de base cognitiva para a investigação de fenômenos de variação/mudança. É justamente ao lado dessa concepção que nos apresentamos. Nosso estudo pretende contribuir no preenchimento dessa lacuna.

Podemos conceber as conceptualizações construídas pela experimentação cultural como produtos realizados por meio da linguagem, da negociação e renegociação entre o grupo cultural, e manifestas na linguagem, ou seja, expressas por ela. O que

aqui propomos então é um estudo que toma como quadro de referências os pressupostos da Sociolinguística Cognitiva tal qual é compreendida por Kristiansen e Dirven (2008), Guerrearts (2005) e outros.

Os estudos apresentados por Kristiansen e Dirven (2008) são fundamentais em relação ao que se propõe desenvolver em investigações no campo da variação em Sociolinguística Cognitiva:

[...] acredita-se firmemente que a própria Linguística Cognitiva inevitavelmente se beneficiará de voltar sua atenção para a linguística variacional e interacionista. [...] uma linguística cognitiva verdadeiramente baseada no uso não pode ignorar a variação qualitativa e quantitativa a ser encontrada nas variedades padrão e não padrão de um idioma. [...] Uma abordagem linguística baseada no uso toma a linguagem como ela é efetivamente usada por falantes reais em situações em um momento histórico específico como base de sua investigação. Como um consequência lógica desse fato, a Linguística Cognitiva precisa empregar métodos empíricos capazes de lidar de maneira adequada com a variação social. (KRISTIANSEN; DIRVEN, 2008, p. 3, tradução nossa)⁵¹

A partir de estudos de variação fonética, a aproximação entre variação linguística e cognição também foi apontada por Labov (2010). Para ele “[...] os fatores culturais serão diferenciados de outros fatores sociais em sua generalidade e afastamento dos atos simples de comunicação face a face” (LABOV, 2010, p. 3, tradução nossa)⁵². Nas palavras do autor:

51 [...] it is firmly believed that Cognitive Linguistics itself will unescapably benefit from turning its attention towards variational and interactionist linguistics. [...] a truly usage-based Cognitive Linguistics cannot ignore the qualitative and quantitative variation to be found within the standard and non-standard varieties of a language. [...] A usage-based linguistics takes language as it is actually used by real speakers in real situations in a specific historical moment as the basis of its enquiry. As a logical consequence of this fact, Cognitive Linguistics needs to employ empirical methods capable of dealing in adequate ways with social variation.

52 [...] cultural factors will be distinguished from other social factors in their generality and remoteness from simple acts face-to-face communication.

Fatores sociais designarão os efeitos das interações linguísticas entre membros de grupos sociais específicos, incluindo o reconhecimento desses efeitos por membros e não membros. *Os fatores culturais* designarão a associação da mudança linguística com parceiros sociais mais amplos que são em parte, se não inteiramente, independentes da interação cara a cara. Elas devem envolver processos cognitivos que reconheçam esses parceiros culturais, embora este volume tenha menos a dizer sobre elas. (LABOV, 2010, p. 4, tradução nossa)⁵³

Entendemos que aquilo que Labov (2010) denomina fatores culturais e processos cognitivos que reconhecem esses elementos culturais refere-se precisamente ao que tratamos aqui como conceptualizações culturais. Trata-se, pois, do papel da conceptualização cultural como fator de mudança.

Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007) propõem a aproximação entre os estudos linguísticos cognitivos e a variação sociolinguística, apontando as relações e ganhos da investigação de variação lexical que considere a semântica cognitiva e concebendo a linguística cognitiva como caminho para a compreensão dos fatores que atuam nas escolhas individuais, o que tem como consequência fenômenos de mudanças lexicais:

As palavras morrem porque os falantes se recusam a escolhê-las, e as palavras são adicionadas ao inventário lexical de um idioma porque alguns falantes as apresentam e outras imitam esses falantes; da mesma forma, as palavras mudam de valor dentro do idioma porque as pessoas começam a usá-las em diferentes circunstâncias. [...] Para repetir um argumento exposto anteriormente, essa perspectiva pragmática e baseada no uso assume automaticamente a forma de uma investigação sócio-lexicológica: ao escolher entre as alternativas existentes, o usuário do idioma individual leva em consideração seu

53 *Social factors* will designate the effects of linguistics interactions among members of specific social groups, including recognition of these effects by member and nonmember. *Cultural factors* will designate the association of linguistic change with broader social patterners that are partly, if not entirely, independent of face-to-face interaction. These must involve cognitive process that recognize such cultural patterns, though this volume has less to say about them.

valor sociolinguístico e não referencial e, inversamente, a expansão de uma mudança sobre uma comunidade linguística é o efeito cumulativo de escolhas individuais. Nesse sentido, é apenas através de uma investigação sobre fatores que determinam essas escolhas individuais que podemos entender os mecanismos por trás da mão invisível da mudança lexical. (GRONDELAERS; SPEELMAN; GEERAERTS, 2007, p. 999)⁵⁴

A afirmação dos autores em referência aos estudos lexicais pode ser por nós parafraseada da seguinte maneira: apenas por meio de uma investigação sobre fatores cognitivos culturais que determinam essas escolhas individuais podemos entender os mecanismos por trás da mão invisível de certos tipos de fenômenos de variação/mudança.

Como bem nos lembram Martins e Abraçado (2015, pp. 294-5), uma das contribuições relevantes trazida pelos estudos cognitivos aos estudos sociolinguísticos é a teoria dos protótipos, a qual oferece uma perspectiva da gradação dos protótipos na composição do conhecimento semântico dos membros de determinada comunidade.

Protótipos permitem a formação de conceitos e sua organização por meio de categorias. Um resultado esperado se entendemos que a cordialidade cultural também existe na mente, cognitivamente. Segundo Rosch (1973, p. 112 *apud* FELTES, 2007, p. 110), “as categorias são compostas de um significado nuclear que consiste dos mais claros (melhores exemplos) da categoria, circundados por outros membros de similaridade decrescente

54 Words die out because speakers refuse to choose them, and words are added to the lexical inventory of a language because some speakers introduce them and others imitate these speakers; similarly, words change their value within the language because people start using them in different circumstances. [...] To repeat a point made earlier, this pragmatic, usage-based perspective automatically takes the form of a sociolexicological investigation: in choosing among existing alternatives, the individual language user takes into account their sociolinguistic, nonreferential value, and conversely, the expansion of a change over a language community is the cumulative effect of individual choices. In this sense, it is only through an investigation into factors determining these individual choices that we can get a grasp on the mechanisms behind the invisible hand of lexical change.

ao significado nuclear”. Os protótipos atuam como pontos de “referência cognitivos, isto é, os melhores exemplos de uma categoria podem servir como pontos de referência com relação aos quais os outros membros podem ser julgados” (FELTES, 2007, p. 110). Nas palavras de Geeraerts (1989), retomado por Lewandowska-Tomaszczyk em Geeraerts e Cuyckens (2007, p. 145), as categorias prototípicas possuem as seguintes características:

- a. As categorias prototípicas exibem graus de tipicidade; nem todo membro é igualmente representativo para uma categoria.
- b. Categorias prototípicas são borradas nas bordas.
- c. Categorias prototípicas não podem ser definidas por meio de um único conjunto de atributos criteriais (necessários e suficientes).
- d. Categorias prototípicas exibem uma estrutura de semelhança familiar, ou mais geralmente, sua estrutura semântica assume a forma de um conjunto radial de leituras sobrepostas e agrupadas. (GEERAERTS, 1989 *apud* LEWANDOWSKA-TOMASZCZYK em GEERAERTS, 2007, p. 145)⁵⁵

Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007), considerando essa perspectiva nos estudos sociolinguísticos, propõem converter as quatro características da prototipicidade em uma afirmação sobre a estrutura da mudança semântica, de tal forma que a mudança seja marcada pela perda de traços centrais que caracterizam os itens periféricos de um item prototípico:

[...] a teoria do protótipo destaca o fato de que mudanças no intervalo referencial de um significado específico de uma palavra podem assumir a forma de modulações nos casos principais dentro desse intervalo referencial. Em outras palavras, as mudanças na extensão de um único sentido de um item lexical provavelmente assumirão a

55 a. Prototypical categories exhibit degrees of typicality; not every member is equally representative for a category. b. Prototypical categories are blurred at the edges. c. Prototypical categories cannot be defined by means of a single set of criterial (necessary and sufficient) attributes. d. Prototypical categories exhibit a family resemblance structure, or more generally, their semantic structure takes the form of a radial set of clustered and overlapping readings.

forma de uma expansão do centro prototípico dessa extensão. Se os referentes na faixa de aplicação de um significado lexical particular não tiverem status igual, os membros mais salientes provavelmente serão mais estáveis (falando diacronicamente) do que os menos salientes. As mudanças assumirão a forma de modulação nos casos centrais. (GRONDELAERS; SPEELMAN; GEERAERTS, 2007, p. 990)⁵⁶

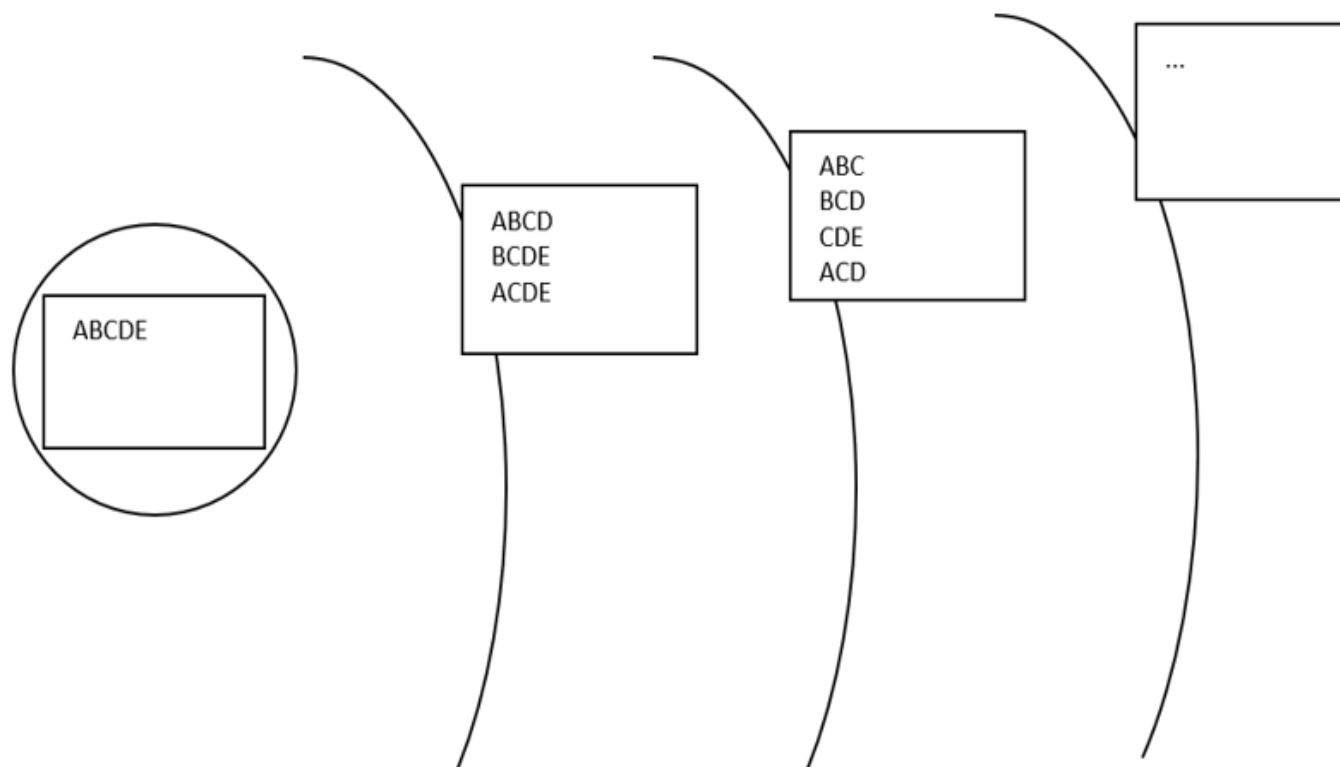
Os autores nos fornecem o seguinte exemplo, que representamos esquematicamente na Figura 2, a seguir:

[...] se um significado particular começa como um nome para referentes exibindo os recursos ABCDE, a posterior expansão da categoria consistirá em variações desse tipo de referente. Quanto mais a expansão se estende, menos recursos os casos periféricos terão em comum com o centro prototípico. Uma primeira camada de extensões, por exemplo, pode consistir em referentes exibindo recursos ABCD, BCDE ou ACDE. Um novo crescimento da área periférica poderia então envolver conjuntos de recursos ABC, BCD, CDE ou ACD (para citar apenas alguns). (*Ibidem*, p. 990)⁵⁷

56 [...] prototype theory highlights the fact that changes in the referential range of one specific word meaning may take the form of modulations on the core cases within that referential range. In other words, changes in the extension of a single sense of a lexical item are likely to take the form of an expansion of the prototypical center of that extension. If the referents in the range of application of a particular lexical meaning do not have equal status, the more salient members will probably be more stable (diachronically speaking) than the less salient ones. Changes will then take the form of modulations on the central cases.

57 [...] if a particular meaning starts off as a name for referents exhibiting the features ABCDE, the subsequent expansion of the category will consist of variations on that type of referent. The further the expansion extends, the fewer features the peripheral cases will have in common with the prototypical center. A first layer of extensions, for instance, might consist of referents exhibiting features ABCD, BCDE, or ACDE. A further growth of the peripheral area could then involve feature sets ABC, BCD, CDE, or ACD (to name just a few).

Figura 2 – Propriedades centrais e periféricas



Fonte: Elaborada pela autora (2021)
A partir de Grondelaers; Speelman; Geeraerts (2007).

O modelo permite observar a proeminência (ou não) de algum traço, bem como a estrutura da categoria em relação ao centro e à periferia, ou núcleo e raias. Aqui talvez caiba um esclarecimento: ao tratarmos pela terminologia “propriedades semânticas” e não “traços semânticos”, comumente observada na literatura, fazemos deliberadamente para nos distanciar de uma visão binária. Falar de categorização e tratar de protótipos é falar de uma perspectiva de superação da binariedade, da dualidade. É substituir “é” [+] ou “não é” [-], ainda que reconheçamos que Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007) assim representem seu modelo, por uma gradação.

Na prática isso significa que quando se falava em [+cordial] ou [-cordial], se estava apontando para duas opções: ser ou não ser formal, ser ou não ser afetivo, ser ou não ser pessoal, respectivamente. Ao optarmos pela gradualidade, falamos em cordialidade em maior ou menor grau. Além disso, enquanto a metodologia de “traços”,

ligada ao Gerativismo, trata de características simultaneamente necessárias e suficientes, a visão prototípica nos apresenta que não há características necessárias para definição de uma categoria ou de um membro dela, mas aquelas mais comuns ou recorrentes na experiência observável.

Trabalharemos, pois, com aquilo que chamaremos de propriedades que, quando atribuídas, possam ser suficientes para que um elemento seja visto como membro de determinada categoria em algum grau, ainda que periférico. Quanto mais propriedades atribuídas, mais central será considerado o elemento. Substitui-se a oposição por uma gradação, mais representativa da dinamicidade da mudança linguística tal como propomos.

Acreditamos que o modelo de modulações encontra ecos na perspectiva diacrônica da gramaticalização trazida por Hopper (1991), que entende a gramaticalização como um tipo de mudança linguística sujeita a certos processos e mecanismos gerais de mudança. Acerca de tais processos e mecanismos, proporá alguns princípios⁵⁸.

Acreditamos ser possível estabelecer pontos de contato entre o modelo de modulações recém-citado e, sobretudo, o princípio da persistência, a saber, da possibilidade de alguns traços de significado, resquícios da referenciação extralinguística da categoria lexical (forma-fonte) serem mantidos na forma gramaticalizada (forma-alvo):

58 If grammar is not a discrete, modular set of relationships, it would seem to follow that no set of changes can be identified which distinctively characterize grammaticization as opposed to, say, lexical change or phonological change in general. The only way to identify instances of grammaticization would be in relation to a prior definition of grammar; but there appear to be no clear ways in which the borders which separate grammatical from lexical and other phenomena can be meaningfully and consistently drawn. Consequently, there seems to be no possibility of constructing a typology of grammaticization, or of constructing principles which will discriminate between grammaticization and other types of change [...] In this paper I will suggest some further principles, ones which (let it be said at the outset) share some of the same defects as Lehmann's, in that they also characterize aspects of change in general, and are not distinctive for grammaticization. (HOPPER, 1991, pp. 19-21)

Persistência. Quando uma forma passa por gramaticalização de um léxico para uma função gramatical, desde que seja gramaticalmente viável, alguns traços de seus significados lexicais originais tendem a aderir a ele, e os detalhes de sua história lexical podem ser refletidos em restrições em sua distribuição gramatical. (HOPPER, 1991, p. 22, tradução nossa)⁵⁹

A fim de esclarecermos melhor o princípio da persistência, vejamos um exemplo. Hopper e Traugott (2003, p. 97), citando o trabalho de Bybee e Pagliuca (1987), mostrarão o princípio da persistência do traço semântico volição em *will*, que estava presente desde o inglês antigo:

[...] (38) Wen' ic þæt he wille, gif he wealdon mot, in þæm guðsele
think I that he will, if he prevail may, in the war-hall
Geotena leode etan unforhte.
of-Geats men eat unafraid

[Transcrição dos autores para o inglês contemporâneo]:
I believe that he will, if he should prevail, devour the people of the
Geats
without fear in their war-hall
(BEOWULF, pp. 442-4, citado por BYBEE; PAGLIUCA, 1987, p. 113
em HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 97, tradução nossa)⁶⁰

Nas palavras dos próprios autores, “O futuro ‘preditivo’ se desenvolveu a partir da intenção/promessa de uso da vontade” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 97), que está ilustrado no exemplo (38) da citação do inglês antigo, e se estabelece no período do médio inglês, mas não elimina o sentido volitivo dos termos, que permanece como um dos sentidos de vontade na Inglaterra até a

59 *Persistence.* When a form undergoes grammaticization from a lexical to a grammatical function, so long as it is grammatically viable some traces of its original lexical meanings tend to adhere to it, and details of its lexical history may be reflected in constraints on its grammatical distribution.

60 Eu acredito que ele irá, se ele prevalecer, devorar o povo da Geats sem medo em seu salão de guerra.

atualidade. Os autores afirmam que “tudo o que aconteceu foi que um novo significado foi adicionado a uma forma já polissêmica e, portanto, novas possibilidades de distribuição foram abertas para a forma” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 97); o trabalho de Bybee e Pagliuca (1987) ilustra a possibilidade da reconstrução histórica do termo pelo resquício semântico da forma-fonte.

Entendendo, como querem os autores, esse princípio como o de um fenômeno de mudança, observamos que também na perspectiva da modulação há gradação, perda e ganho de propriedades semânticas que geram formas periféricas (tipos de forma-alvo) em relação a algo que permanece da forma central, que aqui associamos à forma-fonte, ou seja, o princípio da persistência também atuaria no processo de alteração semântica.

Se as mudanças são “modulações nos casos centrais” podemos entender que os itens periféricos são, pois, as variantes de um item em mudança, fruto, como afirma, das escolhas individuais e que pode conter resquícios semânticos da forma-fonte. Os autores apontam para um dos caminhos que pretendemos traçar neste trabalho: a observação de perdas, ganhos e, eventualmente, permanência de propriedades semânticas ou traços no processo de variação/mudança.

Acerca dos estudos de Sociolinguística Cognitiva em língua portuguesa devemos destacar as investigações de Batoréo (2000), Silva (2006, 2008a, 2008b, 2014) e Batoréo e Casadinho (2012), particularmente sobre estudos comparativos entre PE e PB. Em *Expressão do espaço no português europeu*, Batoréo (2000) desenvolve a proposta de que as línguas refletem diferentemente a conceptualização de espaço. Mais recentemente, Batoréo e Casadinho (2012) têm se dedicado a trabalhos que se estendem ao português falado em Timor Leste, relacionando variantes nacionais e identidades dos falantes. Silva (2014) realiza estudo sobre empréstimos e estrangeirismos, nas duas variantes (PE e PB), sobre

termos sinônimos (de futebol e vestimenta) aplicados a um mesmo conceito e constata que a influência de línguas estrangeiras como inglês e francês é mais forte no PB.

No Brasil, destacam-se na Sociolinguística Cognitiva os trabalhos de Abraçado (2015) e Ferrari (2019). Num estudo recente, Ferrari (2019) analisa o conectivo lógico “resultado”, em PB, afirmando referir-se a uma esquematização, isto é, a unidade linguística “resultado” reflete a esquematização da relação entre as proposições de causa (P₁) e de consequência (P₂) a partir da qual se tem a sinalização implícita de que a perspectiva do falante é a de que seria indesejável o evento descrito em P₂. Por exemplo:

(6) Você está assistindo um seriado na sala e o jantar fica pronto, mas não tem ponto de TV por assinatura na cozinha. Resultado: você vê novela e fica sem saber quem era o assassino. No exemplo (6), o deslocamento de um indivíduo de um cômodo para outro é apresentado como tendo a consequência de “ficar sem saber quem era o assassino”, depois de ter assistido à novela. (FERRARI, 2019, p. 127)

Por sua vez, Abraçado (2015) realizará estudo sobre a ordem objeto-verbo (OV) no PB. Revisitando pesquisas anteriores acerca do tema, mas agora com análise de viés cognitivo, demonstra que no PB essa ordem se realiza em 100% dos casos investigados como marca de subjetividade, cognitivamente compreendida como “a maneira como um elemento de uma conceptualização é perspectivamente construído, ou seja, se objetiva ou subjetivamente” (ABRAÇADO, 2015, p. 561). Transcrevemos a seguir um dos exemplos trazidos pela autora, que observa (o que é destacado em itálico) a ocorrência do fenômeno:

(2) Quer dizer que ele (riso) sofreu o diabo, entende? Sofreu! Mas agora felizmente já está – se se recuperou quase, não é? E ele é muito

assim, ele é ele é assim muito bom. É até parecido comigo, sabe?
[Ele é muito] – ele é muito de mim. *Eu acho que isso eu transmiti
para ele.* (FAL 30). (ABRAÇADO, 2015, p. 563)

Conforme constatado pela autora, “as ocorrências da ordem OV acontecem em momentos em que o participante fala de si mesmo, de seus sentimentos ou tece comentários sobre alguém ou sobre algum acontecimento” (ABRAÇADO, 2015, p. 563). Isso, nos parece, aponta para intimidade, no primeiro caso, e para pessoalidade, no segundo. Temos no exemplo de Abraçado mais uma manifestação das propriedades que estamos investigando.

Enfim, apesar das contribuições comentadas, estudos que se dediquem à proposição de um modelo cognitivo-cultural relativo ao PB e sua associação com fenômenos de variação/mudança ainda são escassos ou, nas palavras de Silva (2008b, p. 204), “incipientes entre nós”.

3.3 Considerações finais do capítulo

Nesta seção pudemos observar, em estudos quantitativos de PB como Menon (1997), Ramos (2011), Machado (2011), Martins e Vargas (2014) e Lucena (2016), fenômenos de variação/mudança nas formas de tratamento e nos pronomes possessivos de 2ª pessoa. A revisão das formas de tratamento nos ajudará, mais tarde, a contextualizar o uso do pronome possessivo, bem como a analisar as hipóteses de motivação linguística e extralinguística para mudança do uso do pronome *seu*. Todos os estudos atestaram preferência em PB pela realização de formas que implicam menor formalidade de tratamento, em que prevalece não apenas a perda de formalidade, mas ainda certo ganho de intimidade. Os dados de Martins e Vargas (2014, p. 346) indicam ainda certa autonomia da cooptação do *seu* para o lugar da 2ª pessoa em relação à inserção do *você* em PB.

Considerando o exposto principalmente por Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007) e Kristiansen e Dirven (2008), vimos que compreender o que motiva essa mudança exige compreender o que motiva a escolha dos falantes e que os aspectos cognitivos devem ser considerados nessa busca por compreensão. Com Labov (2010), assim como os fatores sociais, a cultura também deve ser considerada fator de mudança. Dessa forma, acreditamos que explicitar a razão da variação/mudança *teu/seu* passa pela compreensão de fatores cognitivos e culturais. Contudo, estudos que relacionem cultura, cognição e variação linguística, que levem em conta nossa língua, ainda são incipientes.

4 PASSOS METODOLÓGICOS: COMO OBSERVAR INDÍCIOS EMPÍRICOS DA RELAÇÃO ENTRE CONCEPTUALIZAÇÕES CULTURAIS E LÍNGUA?

Descrevemos, neste capítulo, os pressupostos metodológicos adotados na nossa pesquisa. Como visto, buscou-se, inicialmente, apresentar e discutir, em alguma extensão, a noção de “homem cordial” e os Estudos Culturais em linguística, passando pela exposição do fenômeno de variação acerca do emprego dos pronomes de 2ª e 3ª pessoas. Em seguida, discutiu-se a adequação da hipótese teórica proposta, isto é, que a forma *seu* cooptada para exprimir a 2ª pessoa, em um movimento que a retira do público em direção ao privado, à medida que, diacronicamente, avança em sua concorrência com o *teu*, ocorre em contexto de maior afetividade e pessoalidade. Por meio do desenvolvimento dessa proposta, pretende-se comprovar a hipótese de tomar a cordialidade como conceptualização cultural, a qual se manifesta na língua e atua como fator causal extralinguístico de variação/mudança. É o que pretendemos demonstrar na nossa análise empírica exposta no próximo capítulo.

Nessa análise, procedeu-se a uma pesquisa documental em três textos teatrais de autores brasileiros, a saber, *O marido confundido*, de Alexandre Gusmão ([1737]1841) – texto 1; *O juiz de paz da roça*, de Martins Pena ([1837]2018) – texto 2, apontada como precursora do teatro nacional; e *Não consultes médico*, de Machado de Assis ([1896]2018) – texto 3. Os motivos e os critérios para seleção dos

textos podem ser organizados em três tópicos:

- **Gênero textual:** optou-se por peças teatrais por se tratarem de reconhecida tentativa de reconstrução da oralidade, as quais, ainda que não sejam o retrato fiel de um contexto sócio-histórico, são “uma representação de uma realidade com a qual o público se identificava”⁶¹. Berlinck, Barbosa e Marine (2008) acrescentam, inclusive, que se se levar em conta a característica “plurilingue” do gênero teatral,

[...] podemos identificar relações entre usos linguísticos e papéis sociais. Se esse tipo de texto é construído para representar várias vozes, a linguagem deveria ser empregada pelo autor de modo a definir os diversos personagens. Assim, existe uma possibilidade de se estabelecer uma relação pertinente entre as características não-linguísticas de cada personagem – idade, sexo, ocupação, grau de escolaridade – e a expressão variável de aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos, lexicais. (BERLINCK; BARBOSA; MARINE, 2008, pp. 187-88)

Além disso, a escolha por comédias de costumes considerou fundamentalmente as características do texto teatral que buscam retratar a fala cotidiana ou, dito de outro modo, que representam as “interações cotidianas e coloquiais dos falantes de uma mesma comunidade” (BERLINCK; BARBOSA; MARINE, 2008, p. 186).

- **Período histórico:** os textos selecionados situam-se no momento histórico que vários estudos – como os de Machado (2011), Moreira (2013), Rumeu (2013), Martins e Vargas (2014) e Lucena (2016) – associam ao fenômeno linguístico relacionado à mudança no emprego de formas de tratamento.
- **Acessibilidade:** Foi possível o contato com os textos originais manuscritos e/ou em suas primeiras edições impressas. Além disso, outras edições das peças selecionadas estão disponíveis em domínio

61 Cf. Lopes, 2006, p. 191 *apud* Machado, 2011.

público e já foram objeto de análise de outros trabalhos, fornecendo material para comparações e/ou relações que se fizerem possíveis ou necessárias.

Ainda sobre o acesso às obras, o manuscrito de *O juiz de paz da roça* (1837) foi fotocopiado em visita técnica à Biblioteca Nacional (BN) e a primeira edição dos textos impressos de *Juiz de paz da roça* e *Não consultes médico*, em visita técnica à Academia Brasileira de Letras (ABL). Ambas as visitas ocorreram em 15 de agosto de 2017, na cidade do Rio de Janeiro. Com a indicação do profissional da ABL, foi localizada no acervo da Sociedade Brasileira de Autores e Artistas de Teatro (SBAT) versão datilografada dos manuscritos de *Não consultes médico* e *O Marido confundido*. Contudo, lamentavelmente, fomos informados de que a peça *O Marido confundido* faz parte dos 15% de textos que não foram digitalizados e estão em mau estado de conservação, por isso tivemos o acesso vetado. Trabalhamos, nesse caso, com a primeira versão impressa do texto, publicada no primeiro livro de obras completas do autor, de 1841. Acessamos ao volume pertencente à biblioteca da Universidade da Califórnia, digitalizado e disponibilizado on-line pelo Google.

Quanto a *Juiz de paz da roça* e *Não consultes médico*, trabalhamos com os manuscritos, sendo o primeiro o original e o último a versão digitalizada pelo projeto Biblioteca Digital de Peças Teatrais (BDteatro) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)⁶². De posse das obras, procedeu-se à coleta dos dados pertinentes.

Os textos foram, primeiramente, acessados ou convertidos em formato PDF, com o auxílio do programa *AbbyFineReader15Ocr*. Em seguida, com o mesmo *software* converteu-se os textos de PDF para o formato TXT, para que pudessem ser processados pelo programa *AntConc 3.5.8 (2019)*. Com os recursos foi possível a comparação

62 Projeto financiado pela FAPEMIG (convênio EDT-1870/02) e pela UFU.

entre o texto original e o “lido” pelo programa, fundamental para que, em texto com baixa qualidade da digitalização ou da transcrição do manuscrito, fosse feita a conferência e, simultaneamente, a edição manual da conversão realizada pelo programa, com a finalidade de viabilizar a correta leitura dos dados.

Uma vez convertidos em TXT os textos foram, como dito, submetidos ao programa *AntConc*. Com ele procedeu-se à contagem do vocabulário, identificando e contabilizando os pronomes possessivos usados como 2ª pessoa, observando lista de lexias, ranqueamento de frequência e ao número de ocorrências de cada item relacionado ao possessivo investigado. Através do programa, pode-se identificar o contexto de ocorrência do termo em estudo e demais termos com os quais se relaciona na ocorrência. Interessamos, no contexto, observar as ocorrências de diminutivos, alcunhas, uso do primeiro nome em detrimento do nome de família ou sobrenome e os pronomes de tratamento.

Não desenvolvemos uma abordagem quantitativa no tratamento dos dados. Os dados observados foram expostos de maneira a ilustrar o fenômeno, mas são analisados qualitativamente, em uma perspectiva pragmática e intencional do falante num dado contexto comunicativo. Em outras palavras, o termo *seu*, por exemplo, não é observado apenas isoladamente, mas de maneira associada a formas de tratamento nominais e pronominais com as quais se relaciona no texto, bem como a possíveis marcas de afeto, como o diminutivo. Essa observação se dá a fim de averiguar e ilustrar a possível relação entre a ocorrência do pronome *seu* na 2ª pessoa e elementos que trazem marcas de (maior ou menor) formalidade, (maior ou menor) pessoalidade e (maior ou menor) afetividade ao contexto textual.

Entendemos que é razoável supor que em conjunto os fenômenos (cooptação do *seu* para 2ª pessoa e seu contexto de ocorrência considerando as formas de tratamento nominais e

pronominais) façam parte de mesmo evento se manifestando conjunta e diversamente na língua, a saber, da cordialidade como conceptualização cultural. Mais que a frequência da ocorrência, interessa-nos a sua qualificação. Interessa-nos, na análise, o aprofundamento das questões que nos norteiam (formalidade, pessoalidade e afetividade no comportamento interpessoal) em cada dado observado. A dimensão e a seleção da amostra se adequam a essa intenção qualitativa.

Na interpretação dos fenômenos observados buscamos, como se verá, dialogar com as conclusões dos estudos trazidos na revisão da literatura, considerar a aplicação dos estudos cognitivos e culturais e trazer à análise dos dados os apontamentos de Geerarts (1989) e Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007) acerca da hipótese de que as mudanças são modulações do centro, ou seja, que se pode analisar o fenômeno de mudança pelas perdas e ganhos de propriedades das formas que se distanciam ou se aproximam das propriedades de um item prototípico. Em nossa análise, tentaremos, mais precisamente, observar as perdas e ganhos de propriedades da forma *seu* em sua concorrência com a forma *teu*, especificamente no que se refere às propriedades já associadas à cordialidade, quais sejam, formalidade, pessoalidade e afetividade.

Dito ainda de outra maneira, buscaremos observar se os dados corroboram a hipótese de que a forma *seu* adquire traços da cordialidade à medida que a língua avança no tempo. Para tanto, a fim de observarmos mais atentamente cada dado e o que nos revela sobre o contexto de uso do pronome possessivo de 2ª pessoa, especificamente sobre o contexto em que se dá o fenômeno de variação/mudança observado, tomamos por pressuposto para o aprofundamento qualitativo dos dados obtidos o que Kerbrat-Orecchioni (2011, p. 37) propôs sobre a ambivalência das formas de tratamento (a saber, aspecto afetivo das formas nominais de tratamento, que podem corresponder tanto à empatia quanto

à hostilidade) e qualificamos as formas de tratamento conforme sua morfologia (pronominais ou nominais) e carga semântica, considerando o contexto de uso, ilustrado na apresentação dos dados de cada texto.

Para realizar a comparação, levou-se em conta que os textos têm tamanhos diferentes e certas nuances comunicativas: a primeira peça é um texto em 3 atos, a segunda e a terceira em atos únicos. A fim de diminuir possíveis distorções advindas das diferentes extensões, trabalhamos com os dados relativos quando analisado o pronome possessivo. Por exemplo, calculamos o uso do pronome *seu* não em relação aos pronomes em geral, mas aos pronomes de 2ª pessoa. E assim ilustramos a escolha por esse pronome quando se queria se referir à 2ª pessoa, especificamente. Seguindo a mesma lógica, entre os tratamentos pronominais e nominais, calculamos quando se preferia tratamentos pronominais, como *senhor* e *você*, ou nominais, como primeiro nome, alcunha e/ou diminutivo.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: O QUE ENCONTRAMOS?

Este capítulo tem por objetivo apresentar e analisar os dados coletados. Para tanto, o subdividimos em três seções: 1) na breve seção introdutória, indicou-se a relação entre as peças em análise e o contexto histórico em que foram escritas; 2) na segunda seção, temos a apresentação de cada peça (autor, enredo e personagens) e do recorte de dados em análise (pronomes possessivos em uso na 2ª pessoa); 3) na terceira seção é apresentada a análise dos dados agregados das três peças, considerando o contexto de uso definido na forma de tratamento. Os dados são observados à luz das propriedades semânticas da cordialidade, destacadas anteriormente. Pela apresentação e análise dos dados evidencia-se a nossa hipótese de pesquisa, ou seja, que os fenômenos de variação/mudança nos pronomes possessivos de 2ª pessoa, relacionados às formas de tratamento do PB, são motivados por um modelo cognitivo cultural específico, que caracteriza as relações interpessoais expressas em PB, cujas implicações teóricas serão melhor exploradas no capítulo seguinte.

5.1 Algumas palavras sobre o teatro brasileiro

A história do teatro brasileiro se confunde com a história do próprio Brasil⁶³. Em um Brasil colônia portuguesa, o primeiro momento do teatro brasileiro, século XVI, é marcado por peças

63 Cf. Fausto, 2002, pp. 557-67.

religiosas com fundo catequético, escritas pelos padres jesuítas que aqui vieram no processo de colonização. O segundo momento, ainda colonial, século XVII, é marcado pela pouca produção, dados os conflitos da época, dos quais se destacam a invasão holandesa, cujo tratado de paz foi reconhecido por Portugal e Holanda em 1661, e os núcleos de resistência quilombola, com a derrota do Quilombo de Palmares em 1695.

Apenas no século XVIII se avoluma a produção teatral secular, de palcos de rua, mas ainda voltada para traduções de autores europeus. Não por acaso, a próxima etapa, no século XIX, é de um teatro propriamente com as “cores nacionais”. O século XIX é marcado, dentre outros acontecimentos relevantes, pela vinda e instalação da família real portuguesa no Brasil (1808), o que elevará a então colônia à categoria de reino (1815) e, em seguida, à independência (1822). Faria (2012) esclarece:

O teatro brasileiro, entendido como um sistema integrado por escritores, artistas, obras dramáticas e público, constituiu-se apenas no período romântico, quando os nossos poetas, romancistas, dramaturgos e intelectuais, estimulados pela independência da pátria e pelo fervor nacionalista, dedicaram-se à criação de uma literatura própria, autônoma em relação à de Portugal. A poesia, o romance e as peças teatrais “vestiram-se com as cores do país”, poderíamos dizer, lembrando palavras de Machado de Assis. (FARIA, 2012, p. 7)

É, pois, no contexto da independência e da busca por autonomia, sob as influências de ideias de identidade e nação, que surge o teatro brasileiro. Dito de outro modo, em meio à busca por si mesmo enquanto país, por suas próprias peculiaridades culturais, surge um teatro nacional que, a nosso ver, registra na linguagem retratada um modelo cultural caracterizado por propriedades cordiais, como ilustraremos adiante.

5.2 Apresentação das peças e análises preliminares dos dados

Dedicamos as próximas subseções à apresentação e análise dos dados. Apresentamos os dados relativos à cada peça: contexto histórico, breve resumo, pronomes possessivos de 2ª e 3ª pessoas identificados bem como as formas de tratamento a eles relacionadas.

5.2.1 *O marido confundido, de Alexandre de Gusmão*

A peça *O marido confundido*, é uma comédia em 3 atos. Escrita por Alexandre de Gusmão, diplomata e literato brasileiro, nascido em Santos em 1695, foi interpretada pela primeira vez em 1737. Por não termos acesso ao manuscrito original, é importante destacar a observação feita pelo editor ao final do prefácio da obra, que garante a “exatidão” do texto: “Pusemos todo o cuidado em recolher o melhor e mais exato, e em grande parte o teremos conseguido. – vimos tudo o que a semelhante respeito se encontra no Códices Manuscritos da real Bibliotheca Pública Portuense” (GUSMÃO, [1737]1841, p. X).

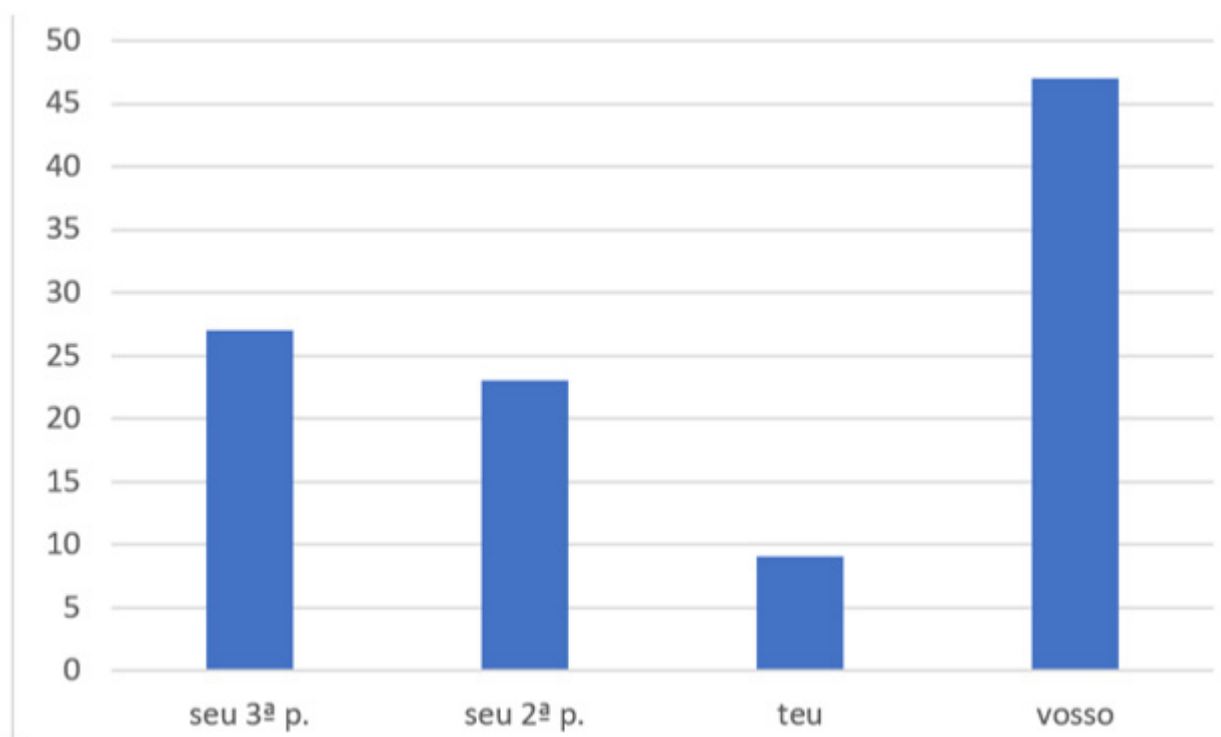
A peça foi escrita quando o Brasil era ainda colônia portuguesa. Como de Portugal teria vindo a forma de nossa cultura (HOLANDA, [1936]2015, p. 46), esse é considerado um momento de relevância para nossa pesquisa. A obra é a reescrita da peça homônima de Molière feita por Gusmão para um nobre português, mas não deve ser chamada de tradução, pois, como bem nos aponta o editor da coleção ao apresentar a peça, “He versão do francez, mas o autor de tal modo a transformou, e a alterou introduzindo-lhe algumas partes próprias ao nosso paiz, que se pode dizer que mais parece um original” (GUSMÃO, [1737]1841, p. 252).

O texto conta as desventuras do marido (Buterbac),

comerciante e vilarejo que, desconfiado de sua esposa (D. Ângela), de origem nobre, tenta provar aos pais da moça (Morgado de Bestiães e D. Pabuleta) a infidelidade dela e de seu amante (Visconde Leandro). Pascoela (criada de D. Ângela) e Lambaz (criado de Leandro) também aparecem como personagens de relevância. A temática afetiva se revela uma vez que os personagens em sua maioria têm relação familiar ou doméstica, o que não impedirá o tratamento formal, com hierarquia marcada. Os cenários são públicos e privados.

Compreendido o contexto da obra, vejamos os dados globais. São 50 ocorrências do pronome possessivo *seu*. Destas, 27 são de *seu* em 3ª pessoa (3ª p.) e 23 de *seu* interpretado como pronome de 2ª pessoa (2ª p.). Considerando os pronomes possessivos originais de 2ª pessoa, apresentam-se 9 ocorrências de *teu* e 47 de *vosso*, conforme se vê no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Ocorrências de *seu/teu/vosso* – texto 1

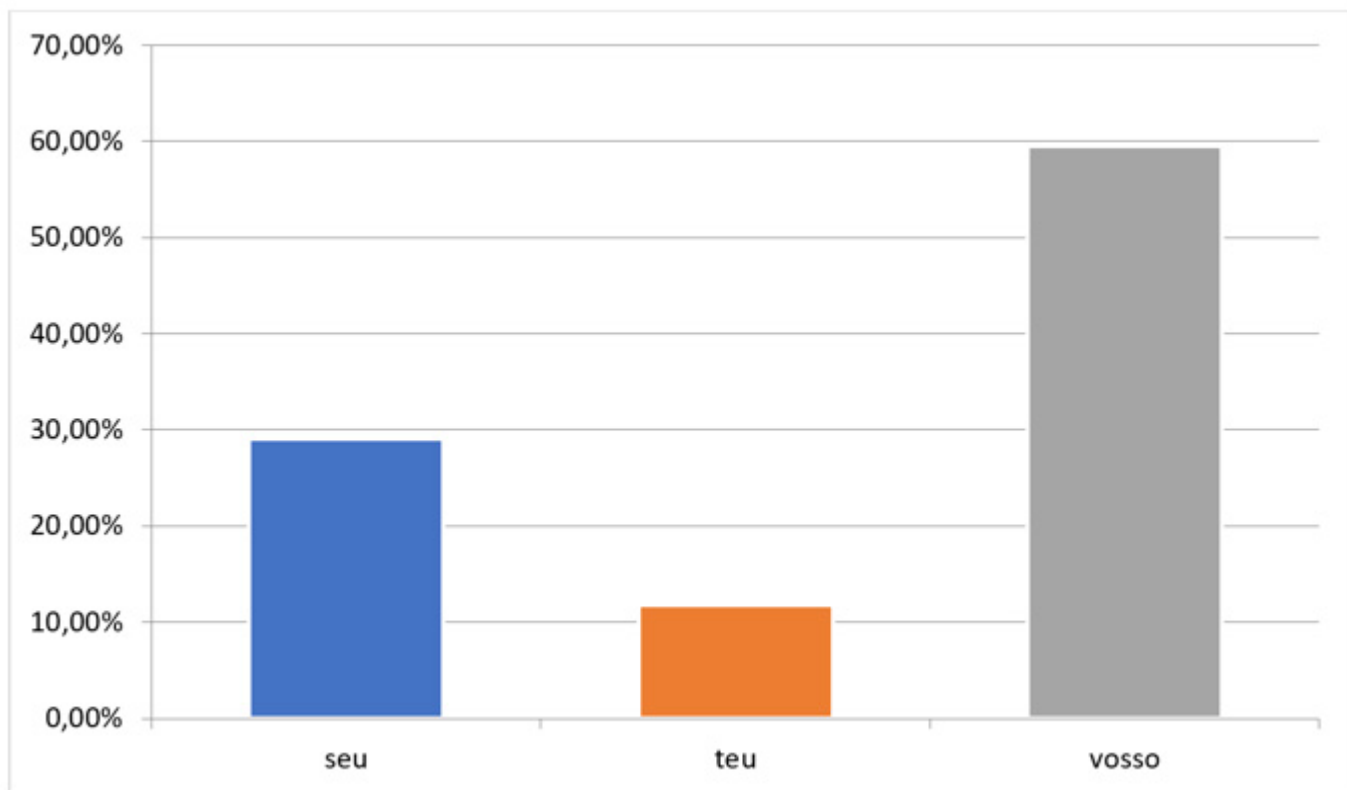


Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Isolados os dados que se referem ao pronome possessivo *seu*, podemos observar que os dados globais confirmam os dados e as conclusões de Martins e Vargas (2014, p. 384) quando afirmam que o espraçamento do pronome *seu* parece não acompanhar, nesse momento ao menos, o espraçamento da forma *você*, e que o uso desse possessivo antes da segunda metade do século XIX “é já categórico para expressar a segunda pessoa, mesmo quando associado aos pronomes Vossa Mercê/Vossa Excelência e Vossa Senhoria”. Há apenas 12 ocorrências de *você* ante 23 de *seu* na 2ª pessoa, e apenas 3 das ocorrências de *seu* acontecem acompanhadas de *você*, das quais trataremos adiante. Confirma-se assim a proposta de Lucena (2016, p. 171) quando diz que “não se pode afirmar de forma categórica que o pronome *seu* acompanha a entrada do pronome *você* no sistema pronominal”. Os dados aqui colhidos indicam uso significativo de *seu* como pronome de 2ª pessoa, ainda que não chegue a ultrapassar o uso de *seu* na 3ª pessoa.

Isoladas as ocorrências de pronomes possessivos de 2ª pessoa – *seu*, *teu* e *vosso* –, podemos notar mais claramente a proeminência de cada pronome. Apresentaremos agora os dados anteriores de maneira relativa apenas aos usos de 2ª pessoa: 47 usos de *vosso*, que correspondem a 59,49%, seguido por 23 usos de *seu*, que correspondem a 29,11%, e 9 usos de *teu*, que correspondem a 11,84%. O Gráfico 2 apresenta os dados em números percentuais:

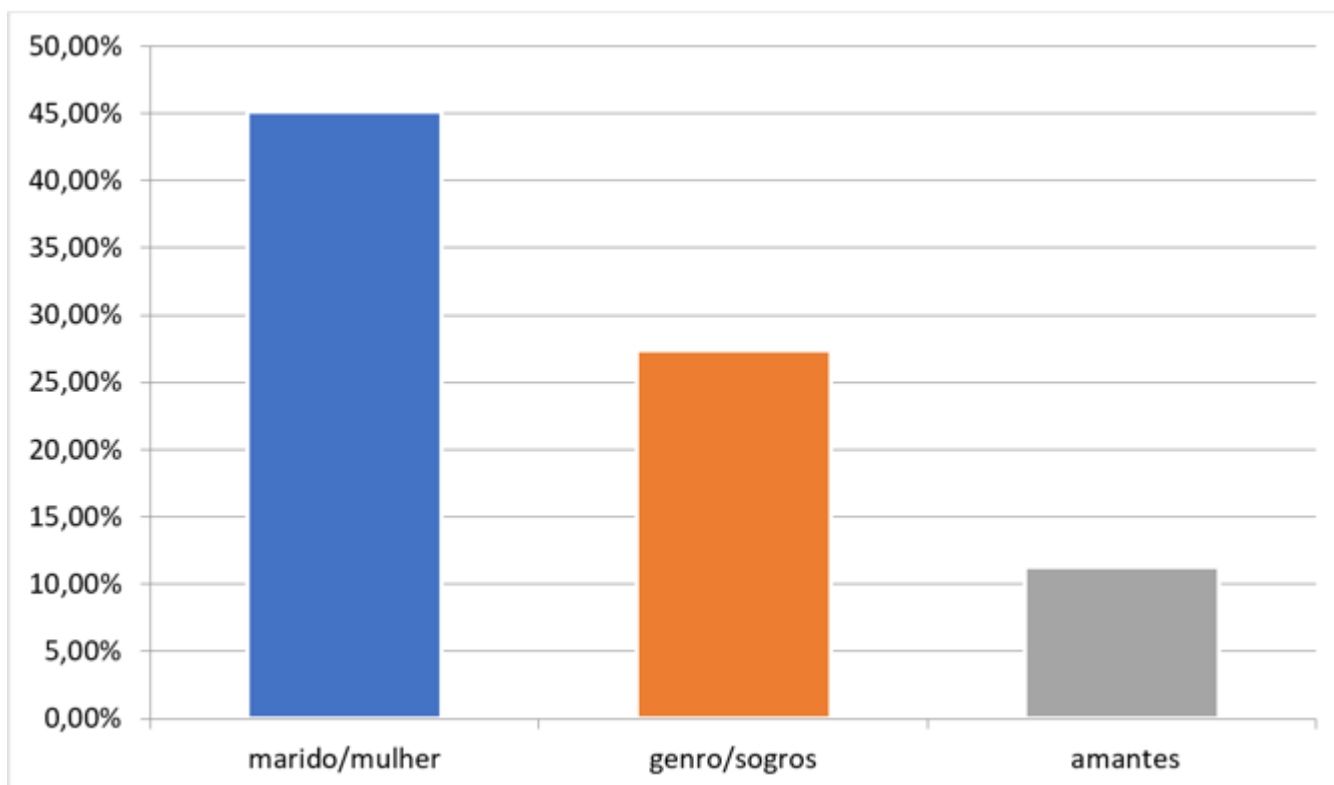
Gráfico 2 – Ocorrências de pronomes em 2ª pessoa – texto 1



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Os dados indicam, quando mostram a preferência pelo uso de vosso, a opção por uma estratégia mais formal de tratamento entre os interlocutores. Detalhamos a seguir os contextos de uso das formas com base nas ocorrências analisadas: das 47 ocorrências do possessivo vosso, 26 se dão em diálogos entre Buterbac e D. Ângela (o marido e a esposa, esta nobre), 18 em diálogos entre Buterbac e Morgado de Bestiães ou D. Pabuleta (genro e sogros, homem comum e fidalgos) e 3 entre D. Ângela e o Visconde Leandro (amantes fidalgos).

Gráfico 3 – Ocorrências de vosso – texto 1



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Vejam os alguns exemplos de ocorrência dos três tipos de interação. Observa-se que o vosso é o lugar da hierarquia (marca da fidalguia) e dos tratos formais, portanto um vosso que denota maior formalidade conforme o modelo cultural.

- Marido/mulher

(1) But. – Apesar de **vossos** disfarces, bem conheci a verdade do que tinham referido; e a pouca atenção que fazeis do laço que nos une. (faz Leandro cortesia a Angélica) Valha-me Deus! Deixemos por ora essas cortesias. Não he dessa casta de atenções, que fallo; e assim escusai de faser escarneo.

Ang. – Eu faser escarneo? De nenhum modo. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 284)

- Genro/sogros

(2) But. – Oh que desesperação! Como! minha mulher não he minha Companheira?

D. Pab. – Sim, Genro, está na **vossa** companhia mas he para a venerares como sois obrigado, e não para teres a confiança de chama-la **vossa** Companheira. Que mais podereis vos dizer, se vos houvésseis recebido com uma de **vossa** ralé? (GUSMÃO, [1737]1841, p. 263)

- Amantes (nobres)

(3) Lean. – Por certo que as **vossas** prendas se fasião merecedoras de melhor dias e quando a naturesá vos formou tão perfeita, não foi para ser mulher de um vilão ruim. [...]

Pasc. – Senhora, se tem ainda que diser mal de **seu** marido, avie, que já he tarde.

Lean. – Ah Pascoela, que assim hes cruel!

Ang. – Ella tem rasão; he preciso apartarmo-nos. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 306)

Os dados indicam que o possessivo **vosso** marca formalidade e hierarquia, ocorrendo entre personagens que mantêm relações formais mesmo em relações de afeto (personagens nobres) e maior proximidade. Se observarmos o contexto, as formas de tratamento também revelam formalidade. Nota-se que “Genro”, no exemplo (2), é a expressão usada pela proximidade parental, mas ainda é utilizada para marcar o distanciamento de posição hierárquica social entre o genro e a sogra, posto que o tratamento não pode ser recíproco, ou seja, Buterbac não pode chamar D. Pabulea de sogra; seria impróprio devido ao título de nobreza dela, como fica evidenciado no diálogo da página 261:

- Genro e sogra

(4) But. – Essa não está má; a quem me chama de **seu** Genro, parece-me que me será licito chamar-lhe minha Sogra.

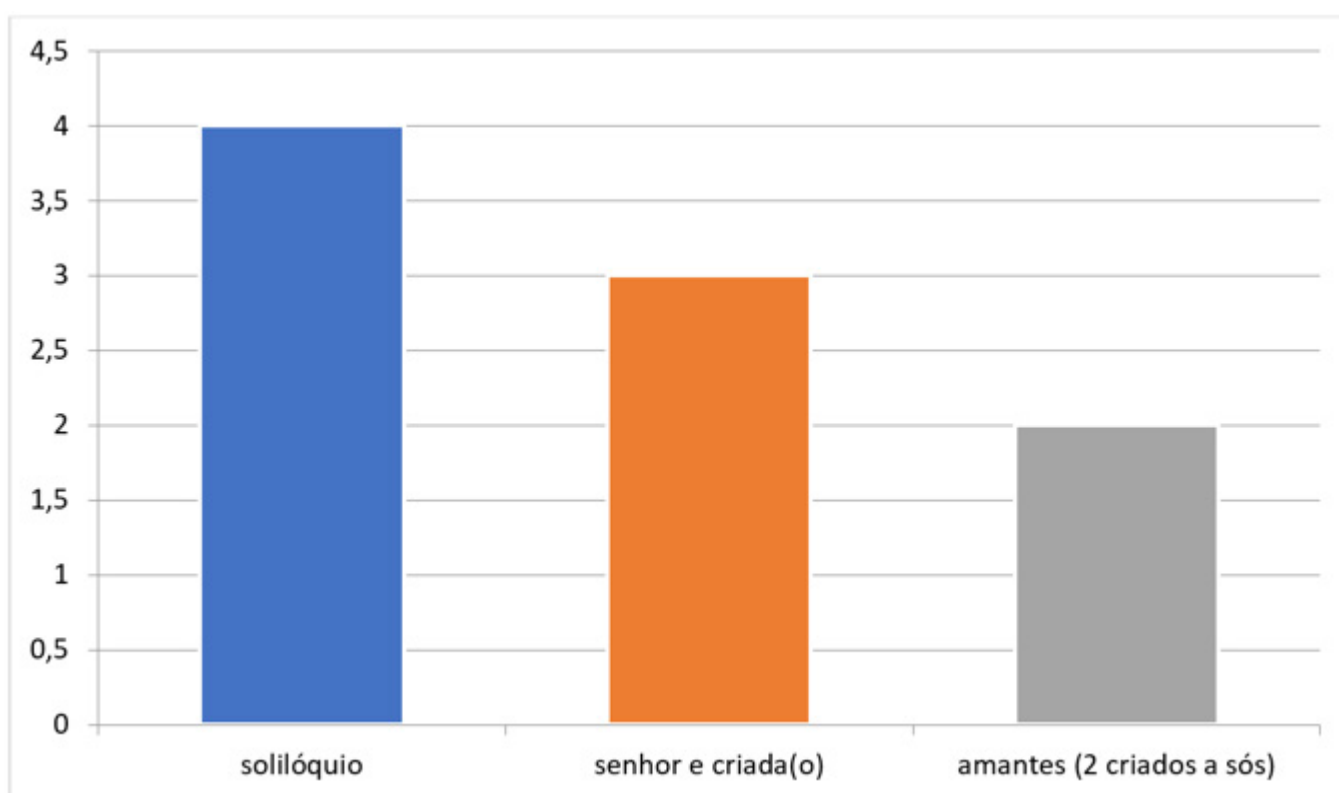
D. Pab. – Ahi ha muito que diser, o as cousas não são iguaes. Haveis de saber que vos não compete a vós usar desse nome com uma pessoa do meu nascimento; que supposto sejais nosso Genro, vai muita differença de vós a nós, e deveis conhecer-vos.

(GUSMÃO, [1737]1841, p. 261)

Assim, mesmo na situação em que o diálogo é entre amantes, deve-se destacar duas circunstâncias de contexto: ambos são nobres e podem ser ouvidos por seus criados enquanto se falam.

As 9 ocorrências de *teu* estão assim distribuídas, em números absolutos, no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Ocorrências *teu* – texto 1



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Os usos do pronome *teu* revelam que, de maneira oposta ao *vosso*, *teu* é lugar da intimidade (solilóquio), afetividade (amantes) e informalidade (ausência da hierarquia senhor/criada). Vejamos exemplos extraídos do texto:

- Solilóquio

(5) But. – E pois **Buterbac!** Olha de que modo te trata **tua** mulher. Eis aqui em que parou o queres casar com uma fidalga. Faz de ti o que-bem lhe parece, sem que te possas vingar; porque a fidalguia te ata as mãos. Quando um homem casa com mulher

da sua igualha, tem ao menos a honra do marido a consolação de um livre desafogo: se te acháras com uma da **tua** esféra, nenhum obstaculo terias agora para te faser, justiça com um bom arrocho; porem tu quiseste provar, que gosto tinha uma mulher nobre: já estavas enfadado de seres dono da **tua** casa? Ora toma. (GUSMÃO, [1737]1841, pp. 259-60)

(6) But. – Oxalá fôra ela **tua**! Tu mudaras de parecer. Porem já basta; quero recolher me. (entra e fecha a porta). (GUSMÃO, [1737]1841, p. 306)

- Amantes (criados Pascoela e Lambaz, a sós)

(7) Lamb. – Não faltemos mais nisso, escuta.

Pasc. – Que he o que hei de escutar?

Lamb. – Volta essa **tua carinha** para mim

Lamb. – Olha cá, para que estamos com ceremomas? Se tu quiseres serás minha mulher, e eu serei **teu** marido; e assim seremos ambos marido, e mulher. (GUSMÃO, [1737]1841, pp. 280-81)

- Senhor e criada (Buterbac fala a Pascoela)

(8) Pasc. – Pela minha vida, que he forte aleive.

But. – Cala-te, **Birbantona**; que tenho boas noticias **tuas**, e bem sei, que foste a que introduziste o mensageiro.

Pasc. – Quem eu?

But. – Sim, tu mesma; não te faças tão delambida.

[...]

Pasc. – Ah **Senhor**, eu tive.

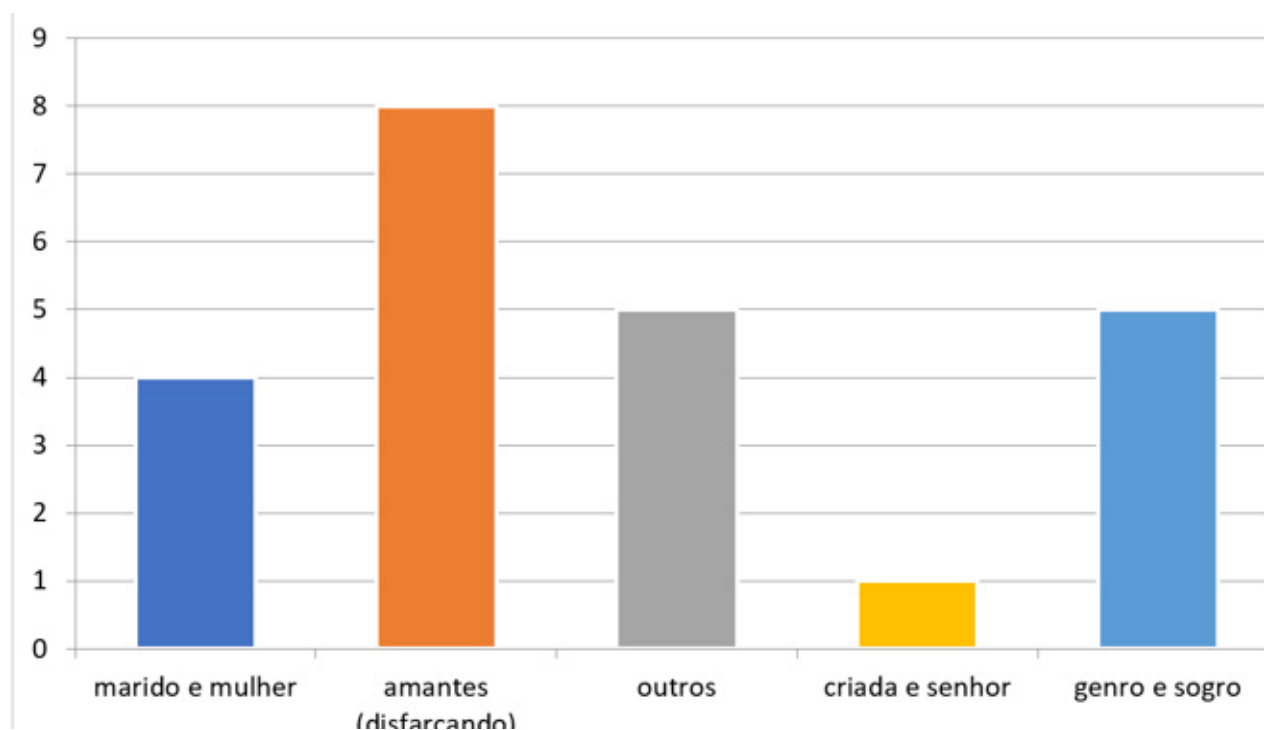
But. – Cala essa boca **patifona**; parece que não me queres entender, olha que bem poderás pagar pelos outros, que **teu** Pai não he fidalgo. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 275)

Os dados apresentam um *teu* que ocorre em contexto mais pessoal, mais afetivo e com menor formalidade. As formas de tratamento trazem primeiro nome e mesmo alcunhas carregadas de valor pejorativo. É *teu*, pronome possessivo de 2ª pessoa, o escolhido pelos amantes não fidalgos que se declaram a sós (menor

formalidade e maior pessoalidade); é o escolhido também para expressar a fúria (maior afetividade) e falta de respeito e hierarquia da parte de quem fala em relação a com quem se fala, que dispensa, pois, a formalidade do senhor para a criada (menor formalidade); é igualmente o pronome escolhido para expressar os pensamentos a si mesmo, na intimidade consigo (maior pessoalidade). Enfim, é com *teu* que encontramos um diminutivo, *carinha*, relacionado a uma forma de tratamento (maior afetividade).

Se *vosso* é lugar de hierarquia e formalidade e *teu* o lugar de pessoalidade e afetividade, *seu* ocupará, mais claramente, naquele momento, conforme os dados analisados, o lugar de *vosso*, corroborando o observado por Lucena (2016, p. 172). As 23 ocorrências do pronome possessivo *seu* estão assim distribuídas:

Gráfico 5 – Ocorrências de *seu* de 2ª pessoa – texto 1



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O primeiro ponto a notar é a diversidade de diálogos – situações comunicativas – à qual o possessivo *seu* se aplica. Os dados indicam que a tal polivalência está correlacionada maior amplitude semântica. Observemos os diálogos:

- Amantes (diante do marido, dissimulando a falta de intimidade)

(9) D. Pab. – Pelo que toca a isso o ciúme há terrível cousa; aqui trago **minha filha** para deslindar o enredo em presença de todos.

Lean. – He **V. Sa.**, minha **Senhora**, quem disse a **seu** marido, que eu estava namorado da **sua** pessoa?

Ang. – Eu? A que proposito lho havia eu de diser? Porque? Por ventura isso he assim? Tomara eu vê-lo certamente, que **V. S.a** se namorasse de mim. Não fará o favor de se metter nisso; eu lhe déra esse conselho. Olhe recorra ás traças dos amantes, e experimente assim por brinquedo de me enviar **recadinhos**, escreva-me ocultamente escritos d'atnores, esperte os instantes em que meu marido não estiver em casa, ou as ocasiões em que eu for fora para me vir fallar de **seu** amor; venha, sim, venha, que eu lhe prometto, que será recebido em fórma que lhe lembre para muito tempo.

Lean. – Viva descançada, minha **Senhora**, que comigo não tem que recear: eu não sou homem que cause o minimo dissabor ás Senhoras, e venero muito a **V. S.a** e aos seus Parentes, para quo houvesse de intentar namorar-me da **sua** gentileza. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 273-74)

- Genro e sogro (para o Visconde Leandro)

(10) Morg. – E peço a **V. S.a** que me tenha.

But. – E peço a **V. S.a** que me tenha.

Morg. – Na conta dos **seus** criados.

But. – Ora **Senhor**, **V. S.a** está zombando; quer que eu me chame criado de quem me quer faser cornudo? (GUSMÃO, [1737]1841, p. 276)

[...]

(11) Morg. – Não Senhor, quero que acabe, e que as cousas vão em fórma. Disei: na conta dos **seus** criados.

But. – Na... na... na... na conta dos **seus** criados.

Lean. – Eu que o sou de **V. M.cs**, e o passado passado. **V. S.a** se fique embora, e sinto que tivesse este detrimento. (GUSMÃO, [1737]1841, pp. 278-79)

- Marido e mulher (nobres)

(12) Morg. – **D. Pabulea** vai ter com **sua** filha, em quanto eu, e meu **Genro** imos faltar ao tal mancebo. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 269)

- Criada e senhor (Pascoela fala a Buterbac)

(13) Pasc. – Por certo que merecia que a **Senhora** fizesse o **seu** dito verdadeiro, se fora comigo não me havia de faser de rogar. Sim, meu **Senhor**, será muito bem feito, para o ensinar, que **V. S.a** namore minha ama. Vá por minha conta, que he bem empregado; aqui me tem **V. S.a** muito á **sua** ordem para o servir, já que o **Senhor** assim mo imputa. (Vai-te.). (GUSMÃO, [1737]1841, p. 275)

- Outros

(14) Lean. – Com que he **seu** Genro de **V. S.a** quem...

Morg. – Sim **Senhor**, elle foi mesmo quem me fez a queixa.

Lean. – Por certo que pôde agradecer a Deus a vantagem que tem de ser cousa **sua**; quando não, eu lhe ensinara a diser semelhantes cousas das pessoas como eu. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 272)

Nesses casos, o possessivo *seu* marca hierarquia, formalidade, como o *vosso*, ocorrendo com os mesmos falantes: marido e mulher, genro e sogros, amantes quando podem ser ouvidos, todos diálogos com a participação de personagens fidalgos. Destaca-se no caso dos amantes que no momento do uso de *vosso* o objetivo parece ser o de manter formalidade coerente com o *status* social, todavia no momento da escolha de *seu* o objetivo foi dissimular a falta de intimidade, menor pessoalidade. Nota-se que aqui, a fim de dissimular a verdadeira relação que os envolvia, D. Ângela e Leandro optam pelo uso de *seu*, não de *vosso*. Parece-nos, pois, indicativo de diferença semântica e pragmática, outra propriedade cordial associada.

Há também um elemento novo no uso de *seu*, que aqui chamaremos de deferência: “**seus** criados”, presente nos trechos 10 e 11, recém-citados. Nota-se que deferência, ao menos um dos

aspectos da afetação ou com valor de afetividade (definido na nota 13), não é o mesmo que formalidade. O formal promove a distância, mas na afetação há certa proximidade, indesejada se dirigida de um “homem ordinário” a um nobre.

Os dados indicam ambivalência do pronome *seu* havendo, assim, um traço a mais observado, isto é, certa formalidade associada à deferência, semelhante ao que Kerbrat-Orecchioni (2011) e Matsumoto (1988) observaram em relação ao japonês, ou seja, formalidade, mas que exhibe valor afetivo e de proximidade. No caso brasileiro, entretanto, diferentemente do japonês, tal deferência parece amenizar uma imposição. Todavia, *seu* ocupa majoritariamente espaços de *vosso*, preponderantemente formal. Isso posto, pode-se afirmar, com Lucena (2016), que o possessivo *seu*, naquele momento, concorre com *vosso*. O contexto de maior formalidade em que *seu* é usado pode ainda ser evidenciado se observadas as formas de tratamento preponderantes: *V. S.a.* e *Senhor*.

É interessante, além disso, refletir sobre os elementos trazidos pelo texto referentes ao *você*. Os dados confirmam os trabalhos de Duarte (2003), Machado (2006) e Rumeu (2013) que apontam *você*, naquele momento, como forma de tratamento e ainda não como pronome. Observamos também que, como tal, permanece formal. Citamos uma passagem para ilustrar o exposto:

(15) Morg. – Sim, Genro, assim se começa. Ao exemplo dos de casa, se movem os de fora. Que melhor podemos nós fazer do que ir seguindo o que se costuma na Côrte. Ouvi me vós. Bem vejo que isto não serve para vós, que sois homem ordinario; mas sempre convem que vo-lo explique para poder ensinar vossos filhos. Eis aqui o que eu observo, e que me consta que se estila na Côrte. Eu dou a Senhoria a Fulano, a fim de que Fulano ma torne. Esta he já a regra geral: mas na pratica della he preciso usar de algumas precauções. **Solta-se primeiro por chamariz um Vossia, que he certa palavra hermafrodita, que se pôde igualmente interpretar por**

Senhoria, e por Vossê. Manda se esta á fortuna, como uma guarda avançada a descobrir se ha no campo amigos, ou inimigos. Se me respondem ao Santo he sinal que estamos d’acordo, largo atraz daquella expressão a de Vossia, **que he o segundo explorador, já com menos rebuço**, e se este encontra boa correspondencia, ficão seguras as amisades, e correm livremente de parte a parte as Senhorias claras, e esburgadas. (GUSMÃO, [1737]1841, pp. 262-63)

Observa-se que nesse excerto temos um discurso meta linguístico que nos ajuda a compreender de maneira clara o uso no memento de escrita da peça. Trata-se *Vossê* de um termo pronominal mais formal, equivalendo-se a *Senhoria* e a *Vossia* no tratamento na “Côrte”, entre fidalgos.

O *vossê* pronominal pode ser observado também nas ocorrências com *seu*. O diálogo a seguir se passa entre Lambaz (criado de Leandro, o amante) e Buterbac (o marido traído). Contudo, ao contrário de Buterbac, Lambaz não sabe com quem fala, pois acaba de conhecer o senhor que acredita ser um vizinho de Buterbac, não o próprio. Assim, parece-nos que *vossê* representa um tratamento genérico, como apontado no diálogo anterior, mas sem proximidade, e *seu*, com o qual ele concorda, um tratamento que guarda certa impessoalidade. Observa-se ainda que, em resposta ao tratamento *vôsse*, o interlocutor parece tentar estabelecer vínculo, buscar maior proximidade, com o tratamento *amigo*, no que parece não lograr êxito.

(16) Lamb. – Sim, **vossê**. Logo o foi pôr no bico ao marido, e por **sua** culpa andou lá tudo azul. Estimo muito saber, que he linguarudo, escusarei de lhe coutar mais nada.

But. – Ora escuta, meu **amigo**.

Lamb. – Se **vossê** não fosse mexeriqueiro, saberia agora o que vai; mas escusa-lo-ha para **seu** castigo. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 290)

Note-se, ainda, que os trechos com ocorrência de *vossê* no

texto parecem confirmar Rumeu (2013) quando se refere às relações assimétricas de superior para inferior e ao conteúdo semântico negativo que a expressão pode assumir em algumas situações sócio-pragmáticas: *vossê*, acompanhando de *seu*, é o pronome escolhido por Lambaz para se dirigir com irritação ao recém-conhecido. Em outro momento, Buterbac dirigindo-se a Leandro, tomando este na condição de amante de sua esposa, não de um fidalgo, dirá:

(17) But. – Não, não, não pôr o mel pelos beijos com tanta facilidade, e bem sei que tudo o que me disserão foi muita verdade. Não sou tão cego como *vossês* cuidão, e não lhe pareça que me capacito dos *seus* artificios. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 284)

Ou quando Buterbac se dirige à esposa e à criada: (18) “But. – Como assim se atrevem *vossês*...”. (GUSMÃO, [1737]1841, p. 315).

O texto da peça, na voz das personagens, captura também que o tratamento em 3ª pessoa assume, naquele momento histórico, sinal de prestígio e distanciamento. Vejamos um excerto ilustrativo do fato. Em mais uma passagem metalinguística o fidalgo conta ao genro como nobres se tratam entre si:

(19) Morg. – Ora ouvi, que isto importa mais do que vos parece. Se o sujeito me falia por terceira pessoa, adargo-me na mesma forma, e nella me mantenho até que o tempo faça o milagre. Mas, se me responde por *mercê* (que só algum melancólico se encontra hoje, que se obstine nessa antigualha) assento-o em lembrança, para evitar d’aliem diante a sua conversação. Isto que vos tenho dito, se entende com os que são Cavalheiros, ou com aquelles de quem dependo; porque com essoutros escudeirotos e peões de tres ou quatro avós, e com outra gente inferior, se duvidam dar-me *Senhoria*, fujo de fallar-lhes, e dessa sorte são elles os que ficão peor, porque se privam da honra de tratar comigo. (GUSMÃO, [1737]1841, p.263)

As ocorrências de *seu* acompanham *vossê*, mas também o

V. Mces., *V. S.*, *Senhor* e *Senhoria*, corroborando o que propõem Martins e Vargas (2014). Entretanto se deve notar que, entre marido e mulher, ambos fidalgos, também se registra a ocorrência do uso do prenome acompanhado de título: *D. Pabuleta*, por exemplo. O uso do prenome indica uma situação mais pessoal – apontado inclusive por Holanda como marca de pessoalidade, conforme anteriormente expresso – e é chamado por Kerbrat-Orecchioni (2011) de “proximidade com deferência”, que a linguista não encontrou em seus estudos sobre o francês. A ocorrência desse comportamento de aproximação com deferência já havia sido registrada na expressão “**seus** criados”. Esse é mais um dado compatível com a possibilidade de *seu* como modulação de *vosso*, uma variante concorrente, ou seja, um termo da periferia que guarda diferenças de propriedades em relação ao centro, em termos de Sociolinguística Cognitiva, como em Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007). É especialmente relevante apontar que essa modulação se dá em direção à maior proximidade com o interlocutor, quer dizer, a marca da cordialidade como a compreendemos.

Por fim, acreditamos que a apresentação quantitativa dos dados relativos às formas de tratamento pode nos revelar mais claramente o contexto de uso de *seu*. Destaca-se que temos 249 formas de tratamento totais em números absolutos; 93 delas, que correspondem a 36,84% do total, são nominais; e 156, que correspondem a 63,15% do total, são pronominais.

Dentre as ocorrências das formas de tratamento nominais (93), temos: 54 alcunhas, que correspondem a 61,5%; 35 primeiros nomes, que correspondem a 35,2%; e 4 diminutivos, que correspondem a 3,3%.

Dentre as formas de tratamento pronominais (156), temos: 64 *Vossa Senhoria/V. S.*, que correspondem a 41,03%; 17 *Vossa Mercês/V. Mcês*, que correspondem a 10,89%; 12 *vossê/vossês*, que correspondem a 7,69%; 3 *vossia*, que correspondem a 1,92%; 8

ocorrências de título, que correspondem a 5,13%; 4 *Dona/D.*, que correspondem a 2,56%; e 48 *senhor/senhora*, que correspondem a 37,77%. Vejamos na Tabela 1 a expressão desses resultados:

Tabela 1 – Tipos de pronomes em relação ao total de formas de tratamento (249) – texto 1

Formas de tratamento	Número absoluto	Número relativo (%)
Diminutivo	4	1,6
Primeiro nome	35	15,05
Alcunha	54	21,68
Vossa Senhoria/V. S.	64	25,06
Vossa Mercês/V. Mcês	17	6,8
Vossia	3	1,2
Vossê/Vossês	12	4,8
Dona/D.	4	1,6
Título (Morgado)	8	3,2
Senhor/Senhora	48	19,2
Total	249	100

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Quando olhamos o total das ocorrências de diminutivos no texto em números absolutos, 17, observamos que apenas 4, que correspondem a 23% do total de ocorrências, são utilizados como forma de tratamento. Esse dado ilustra a escolha do autor independentemente do estilo, pois aponta, dentre os diminutivos usados, quantos funcionam como formas de tratamento. Em outras palavras, não se capta se o autor faz maior ou menor uso do diminutivo, mas qual contexto ou função sintática/semântica de tratamento na relação interpessoal. Esse dado mede a escolha

do diminutivo como forma de tratamento, ou seja, o diminutivo dirigindo-se à pessoa. Associando esse dado aos números gerais das formas de tratamento expressos na Tabela 1 e considerando seu total, o texto 1, em que *seu* aparece como concorrente de *vosso*, pode ser caracterizado como um texto com mais marcas de formalidade no tratamento.

5.2.2 O juiz de paz da roça, Martins Pena

Dramaturgo e diplomata, Martins Pena, considerado o fundador do teatro nacional (COSTA, 1989, p. 2), nasceu no Rio de Janeiro em 5 de novembro de 1815. *O juiz de paz da roça* é sua primeira peça, uma comédia em ato único. Escrita em 1837, foi encenada pela primeira vez em 4 de outubro de 1838, no Teatro de São Pedro, na cidade do Rio de Janeiro. O Brasil acabava de se tornar independente (1822) e iniciar seu período Imperial. Em consequência de seu primeiro imperador, D. Pedro I, que também era o príncipe herdeiro português, retornar a Portugal para assumir o trono, e de D. Pedro II, príncipe brasileiro, ainda ser uma criança de 5 anos, o país viveu o período de governos regenciais (1831-1840):

A tendência vencedora após 7 de abril [de 1831] foi a dos liberais moderados, que se organizavam de acordo com a tradição maçônica na Sociedade defensora da liberdade e Independência Nacional. Entre eles havia uma alta proporção de políticos de Minas, São Paulo e do Rio de Janeiro. Havia também uma presença significativa de padres e alguns graduados por Coimbra. (FAUSTO, 2002, p. 162)

Dentre os clérigos da tendência vencedora estava Padre Feijó, primeiro regente uno (1831-1837). Contudo, o Período Regencial foi um dos mais conturbados da história brasileira, marcado por conflitos separatistas e ideológicos. Não apenas a unidade territorial,

mas também a conceitual de país estava em ebulição:

Na oposição ficavam, de um lado, os “exaltados”, e de outro os absolutistas. Os exaltados defendiam a federação, ou seja, a efetiva autonomia das províncias, e as liberdades individuais; alguns como Cipriano da Mata e Borges da Fonseca eram adeptos da república. Os absolutistas, chamados de “caramurus”, muitos deles portugueses, com postos na burocracia, no Exército e no alto comércio, lutavam pela volta ao trono de Dom Pedro I. (*Ibidem*, p. 162)

Travava-se, pois, de um conflito de concepções de país e de ideias de nação que, em última instância, oscilavam entre os interesses dos nascidos em território brasileiro e dos portugueses que aqui estavam. É nesse contexto que Martins Pena escreve *O juiz de paz da roça*. Silva (2018) citando Basile (2009, p. 97) nos lembra a importância de um juiz de paz como personagem, porque “ele traduzia a ordem em meio aos conflitos entre os poderes locais e o poder central dos regentes, a fim de manter uma almejada estabilidade político-social” (SILVA, 2018, p. 25).

A peça se desenvolve em ambiente rural, no interior do país da primeira metade do século XIX, e nos narra de maneira bem-humorada o dia-a-dia de um juiz de paz, suas decisões e a relação com os moradores do lugarejo. Os personagens principais são: o Juiz de paz; o Escrivão do Juiz de paz; Manuel João, lavrador e guarda nacional; Maria Rosa, esposa de Manuel João; Aninha, filha de Manuel João; e José da Fonseca, amante de Aninha. Interessante notar que apenas o Escrivão e o Juiz de paz⁶⁴ são tratados pelas demais personagens pelo nome do cargo. As demais, ainda que tenham cargo conhecido, como o caso de Manuel João, que seria guarda nacional, são tratadas por primeiro nome, diminutivo

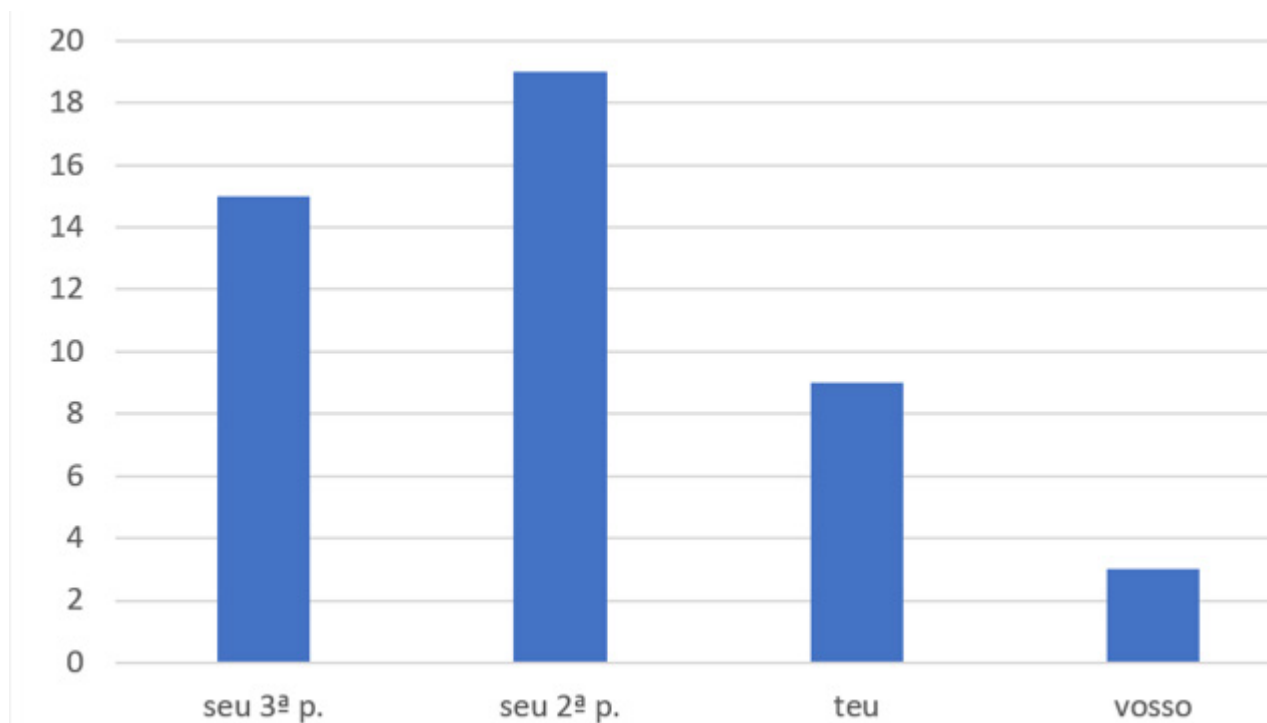
64 Manteremos em letras maiúsculas as iniciais das funções profissionais que se equivalem à identificação do personagem, a saber, o Escrivão e o Juiz de paz. O Escrivão não tem nome, é identificado exclusivamente pela sua função. Do Juiz, só saberemos o nome na última cena.

(*Aninha*), ou um tipo de epíteto ou alcunha, como *menina*, *rapaz*, *homem*, *mulher*, *amigo* e *bruxa*.

Pode-se dizer que a peça tem dois núcleos: o privado, representado pela família de Manuel João, e o público, representado pelo Juiz de paz e pelo Escrivão. Há cenários públicos e privados, mas o destaque é a mistura dos dois relacionada ao Juiz: a sala de casa é tribunal e também salão de festas; requerentes são também convidados da festa; o Juiz recebe presente de requerente, passando a ideia de possibilidade ou intenção do requerente de mostrar-lhe apreço e ganhar-lhe o afeto. Um Juiz que pede ao Escrivão que se revogue a constituição para que se possa caçar os direitos de um desafeto. Esse trato afetuoso e pessoal, onde se deveria esperar maior distanciamento formal, especialmente enquanto personagens que exercem função pública e por ela são tratados, é parte fundamental do humor da peça.

Compreendido o enredo, vejamos os dados. Os dados globais dos pronomes possessivos *seu*, *teu* e *vosso* já indicam maior uso do pronome possessivo *seu* na 2ª pessoa (19) que na terceira pessoa (15), assim como sua proeminência em relação aos demais pronomes de 2ª pessoa: 9 ocorrências de *teu* e 3 de *vosso*. Esse aumento está provavelmente relacionado à queda do uso de *vosso*, já registrada por Menon (1997). Em outras palavras, os dados ilustram a paulatina cooptação de *seu* para a 2ª pessoa, conforme se vê no Gráfico 6:

Gráfico 6 – Ocorrências de *seu/teu/vosso* – texto 2

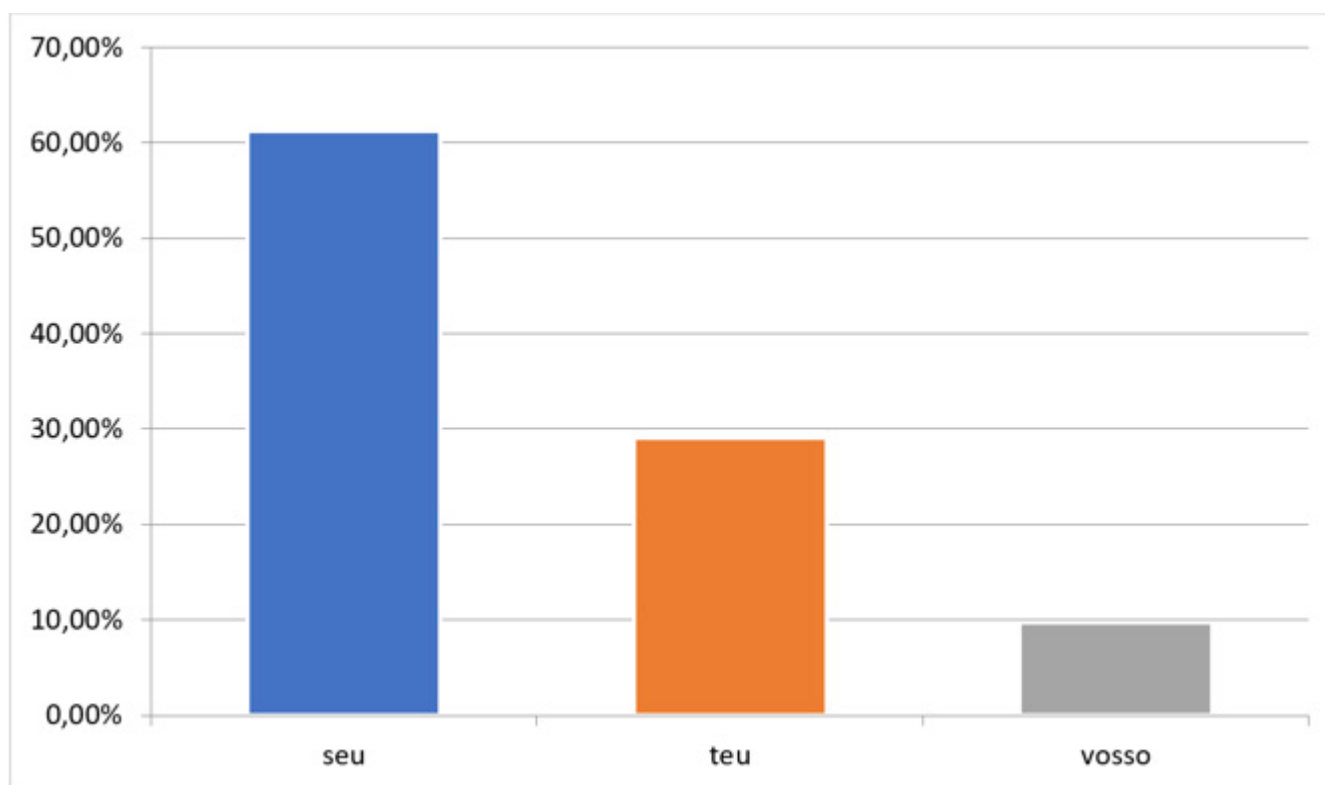


Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Ainda na primeira metade do século XIX confirma-se o uso já consistente de *seu* na 2ª pessoa, o que também está de acordo com Martins e Vargas (2014, p. 384): “[...] tal resultado parece apontar para um comportamento diferenciado do pronome possessivo em relação ao pronome sujeito [você] na diacronia do PB”, como dito anteriormente. Isso corrobora nossa tese de que o pronome *você* certamente influencia o *seu* de 2ª pessoa, mas não deve ser considerado como único fator motivador do fenômeno de variação/mudança.

No Gráfico 7, em dados relativos, observa-se mais claramente a incidência de cada pronome em relação aos usos da 2ª pessoa: 19 ocorrências do pronome *seu*, que correspondem a 61,29% do total; 9 de *teu*, que correspondem a 29,03%; e 3 de *vosso*, que correspondem a 9,68%:

Gráfico 7 – Ocorrências de pronomes em 2ª pessoa – texto 2



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Observando mais de perto as ocorrências de cada pronome, nota-se que as 3 de *vosso* são, respectivamente: 1 entre Escrivão e Manuel João (guarda nacional), estando o escrivão no papel de transmitir a ordem do Juiz; 1 entre o genro e o sogro, quando o genro se apresenta a ele; 1 entre o Juiz e o guarda, quando o primeiro toma conhecimento do casamento da filha do guarda. Todas, pois, situações com marcas de maior formalidade, o que se pode aferir pela associação à forma de tratamento *senhor* em (20) e (22), e *senhor* e *Vossa Senhoria* em (21). Em (20), chama atenção a formalidade do *vosso* no tratamento do genro a Manuel João, em oposição à preferência pelo *teu* quando, no mesmo diálogo, Manuel João dirige-se à filha.

- Genro para sogro

(20) ANINHA – **Meu pai**, aqui está meu marido.
MANUEL JOÃO – **Teu** marido?!

JOSÉ – Sim **senhor**, seu marido. Há muito tempo que nos amamos, e sabendo que não nos daríeis o **vosso** consentimento, fugimos e casamos na freguesia.

MANUEL JOÃO – E então? Agora peguei com um trapo quente. Está bom, levantem-se; já agora não há remédio. (ANINHA E JOSÉ LEVANTAM-SE. ANINHA VAI ABRAÇAR A MÃE). (PENA, [1837]2018, p. 26)

- Juiz e Manuel João (guarda nacional)

(21) MANUEL JOÃO – **Vossa Senhorita** não se aflija, êste homem está casado.

JUIZ – Casado?!

MANUEL JOÃO – Sim **senhor**, e com minha filha.

JUIZ – Ah, então não é rebelião... Mas **vossa** filha casada com um biltre dêstes?

MANUEL JOÃO – Tinha-o prêso no meu quarto para levá-lo amanhã para a cidade; porém a **menina**, que foi mais esperta, furtou a chave e fugiu com êle. (PENA, [1837]2018, p. 28)

- Escrivão e Manuel João (guarda nacional)

(22) ESCRIVÃO – (zangado) O **senhor** juiz manda dizer-lhe que se não fôr irá prêso.

MANUEL JOÃO – Pois diga com todos os diabos ao **senhor** juiz que lá irei.

ESCRIVÃO – (à parte) Em boa hora o digas. Apre! Custou-me achar um guarda... Às **vossas** ordens.

MANUEL JOÃO – Um **seu** criado. (PENA, [1837]2018, p. 8)

Observando mais amplamente o contexto do diálogo parcialmente exposto em (22), no diálogo completo exposto em (24) é significativo que **vosso** apareça justamente quando a possibilidade de alcançar êxito por um tratamento menos formal, mais afetivo e pessoal, *meu amigo*, não obtêm sucesso no convencimento. Nesse momento de insucesso da pessoalidade, recorre-se à via da imposição da autoridade, da formalidade da ordem e, não por acaso em nossa perspectiva, o falante opta pelo **vosso**. Tudo se passa

como se houvesse estágios ou etapas na condução do tratamento: de afetividade e pessoalidade (primeira estratégia) à formalidade trazida pela imposição hierárquica da posição oficial:

(24) ESCRIVÃO – Mas, **meu amigo**, os rebeldes têm feito por lá horrores!

MANUEL JOÃO – E que quer o **senhor** que se lhe faça? Ora é boa!

ESCRIVÃO – Não diga isto, **senhor** Manuel João, a rebelião...

MANUEL JOÃO – (gritando) E que me importa eu com isso?... e o **senhor** a dar-lhe...

ESCRIVÃO – (zangado) O **senhor** juiz manda dizer-lhe que se não fôr irá prêso.

MANUEL JOÃO – Pois diga com todos os diabos ao **senhor** juiz que lá irei.

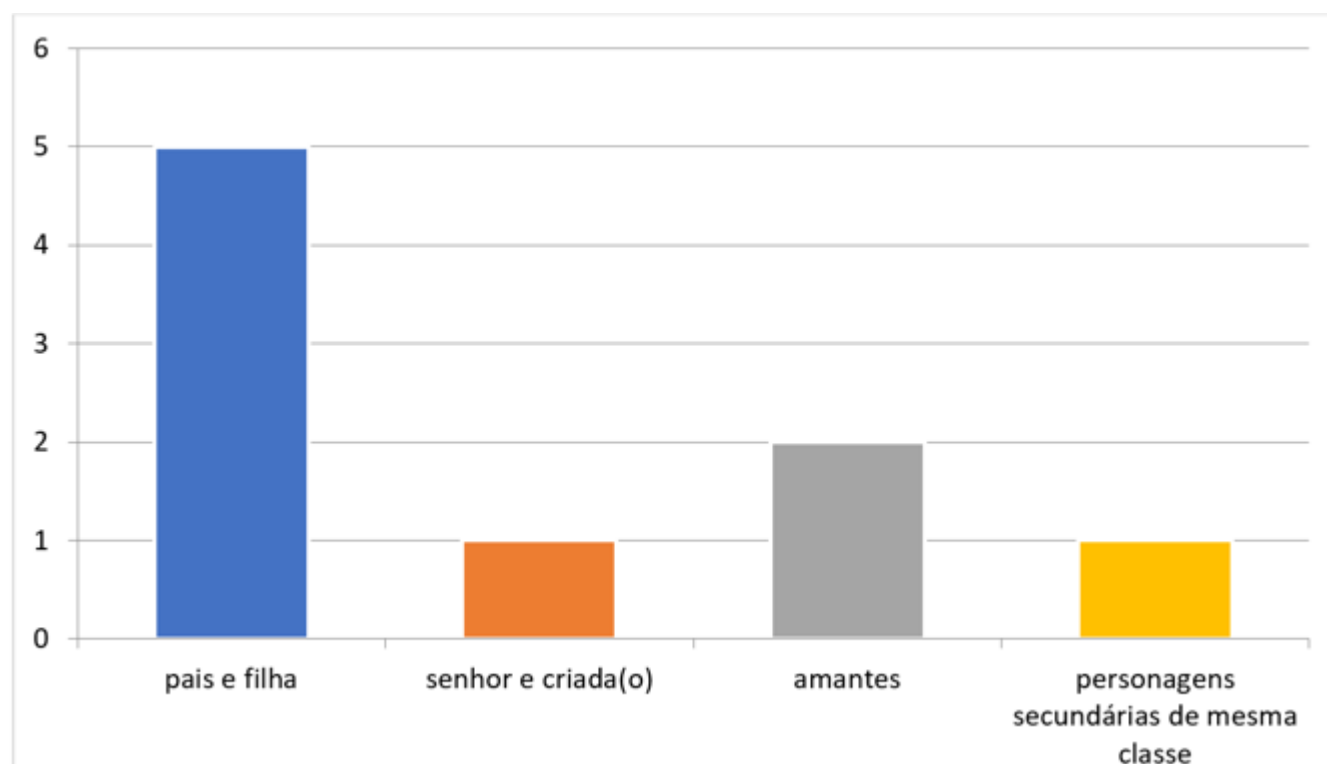
ESCRIVÃO – (à parte) Em boa hora o digas. Apre! Custou-me achar um guarda... Às **vossas** ordens.

MANUEL JOÃO – Um **seu** criado. (PENA, [1837]2018, p.8)

Os usos do possessivo *teu*, 9 registros, prevalecem em situações de menor formalidade e maior pessoalidade, como nas situações comunicativas familiares e domésticas, entre os pais e a filha, na forma dos pais se dirigem à filha. Dos 9 registros temos: 5 entre pais e filha; 2 entre amantes; 1 do Juiz para seu provável escravizado doméstico, chamado de *prêto* na rubrica do autor⁶⁵; 1 entre personagens secundárias de mesma classe social.

65 Apesar de escrita no Período Regencial (1831-1840), a peça de Martins Pena, em relação ao papel do negro na sociedade, retrata bem a continuidade de uma herança cultural e social colonial no Brasil Império. Com o escravagismo colonial, que permanecerá legal ainda por todo o Império, tem-se um dos traços visíveis da permanência de um modelo cultural colonial, no qual a cordialidade encontra suas raízes, segundo Holanda ([1936]2015).

Gráfico 8 – Ocorrências de *teu* – texto 2



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Interessante destacarmos aqui que esses usos de *teu* decorrem de situações em que aparecem marcas de maior intimidade. Além da própria situação doméstica/familiar, destacada em (27) na rubrica do texto, linguisticamente, associada às personagens a quem o falante se dirige usando o pronome *teu*, apresentam-se usos de diminutivo – (25) e (26) – e de primeiro nome e/ou alcunha – (25) e (28) – como formas de tratamento. Vejam-se os exemplos:

- Pais e filha

(25) ANINHA – Abençoa, meu pai.
MANUEL JOÃO – Adeus, **rapariga**. Aonde está **tua** mãe?
ANINHA – Está lá dentro preparando a jacuba.
MARIA ROSA – **Aninha**, vai buscar a janta de **teu** pai. (ANINHA SAI)
MANUEL JOÃO – Senhora, sabe que mais? É preciso casarmos esta **rapariga**. (PENA, [1837]2018, p. 6)

- Amantes

(26) JOSÉ – Minha **Aninha**, não chores. Oh, se tu soubesses como é bonita a Côrte! Tenho um projeto que te quero dizer.

ANINHA – Qual é?

JOSÉ – Você sabe que eu agora estou pobre como Jó, e então tenho pensado em uma cousa. Nós nos casaremos na freguesia, sem que **teu** pai o saiba; depois partiremos para a Côrte e lá viveremos.

ANINHA – Mas como? Sem dinheiro? (PENA, [1837]2018, p. 3)

- Senhor e criada(o)

(27) (**Sala em casa do JUIZ DE PAZ. Mesa no meio com papéis; cadeiras. Entra o JUIZ DE PAZ vestido de calça branca, rodapé de riscado, chinelas verde e sem gravata**).

[...]

(BATEM À PORTA) – Quem é? Pode entrar.

(ENTRA UM PRÊTO COM UM CAICHO DE BANANAS E UMA CARTA, QUE ENTREGA AO JUIZ. JUIZ, LENDO A CARTA: [...] – Bom, tenho bananas para a sobremesa. Ó pai, leva estas bananas para dentro e entrega à senhora. Toma lá um vintém para **teu** tabaco. (SAI O NEGRO) O certo é que é bem bom ser juiz de paz cá pela roça. De vez em quando temos nossos presentes de galinhas, bananas, ovos, etc., etc. (PENA, [1837]2018, p. 12)

- Personagens secundárias de mesma classe social

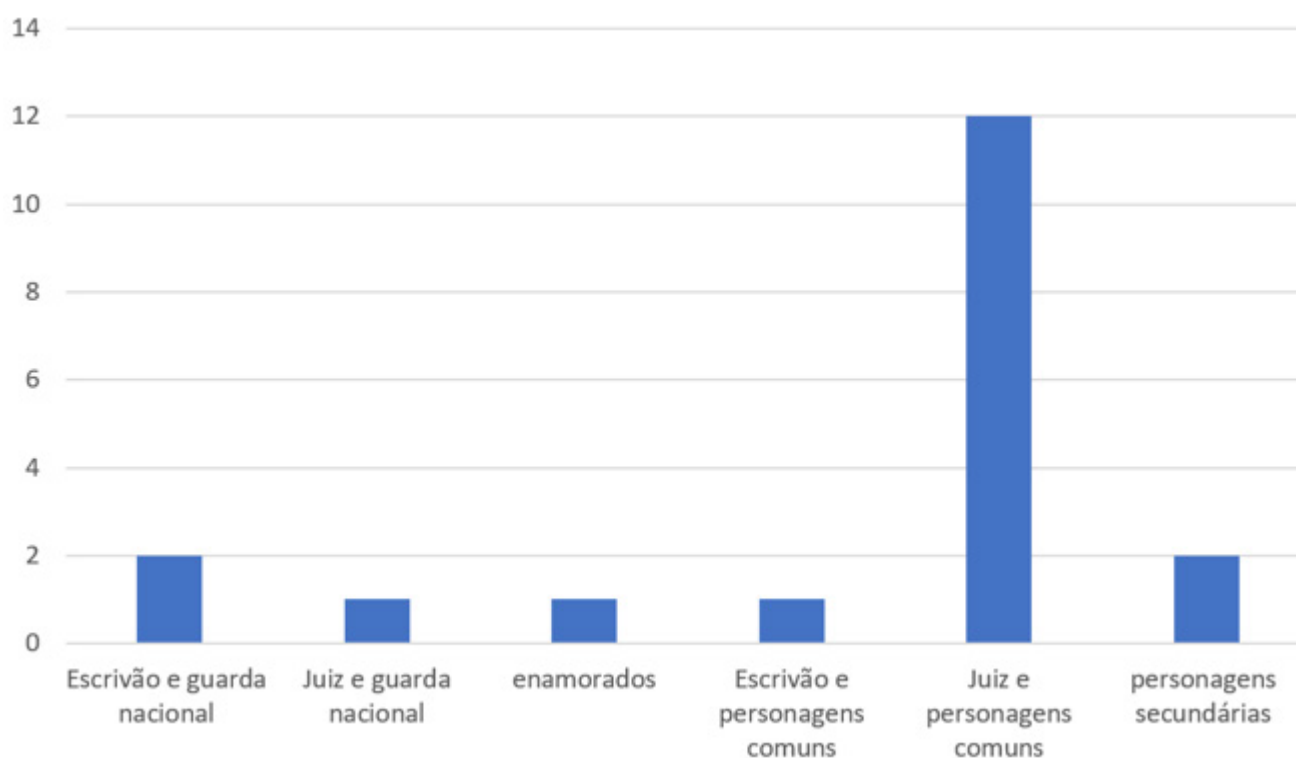
(28) GREGÓRIO – É mentira, Sr. Juiz de paz, eu não dou embigada em bruxas.

JOSEFA JOAQUINA – Bruxa é a marafra de **tua** mulher, **malcriado!** Já não me lembra que me deu uma embigada, e que me deixou uma marca roxa na barriga? Se o senhor quer ver, posso mostrar. (PENA, [1837]2018, p.14)

Ao observarmos os usos do possessivo *seu* na 2ª pessoa, nota-se que eles se fazem no texto 2 em situações que se assemelham às ocorrências de *teu*, a saber: entre amantes, exemplo (29), e dirigindo-se a personagens tratadas por diminutivo, exemplos (29) e (32), que é

marca de afetividade; mas também, significativamente, nos diálogos de maior formalidade, entre personagens com relações simétricas – 2 das 19 ocorrências, exemplos (30) e (31) – e assimétricas – 15 das 19 ocorrências, exemplo (33). No Gráfico 9, vemos a distribuição dos usos de *seu* em 2ª pessoa, conforme descrito:

Gráfico 9 – Ocorrências de *seu* em uso de 2ª pessoa – texto 2



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Observando-se os exemplos textuais, destaca-se no (29), um diálogo entre enamorados, o uso da forma de tratamento *senhor*, a qual se associa a um distanciamento desejado, distanciamento físico, acentuado linguisticamente pelo uso dessa forma de tratamento e pela opção da personagem por *seu*. *Seu* também é usado em momento de afetividade, seja em contexto de busca de simpatia, (32) e (33), seja em contexto de desagravo, (30) e (33), mas não raro envolvida certa valoração, ou seja, atribuição de valor expressa por meio de avaliação positiva ou negativa de uma pessoa. Em (34), assim como no texto 1, vemos a expressão de deferência “*seu criado*” em contexto semelhante, isto é, de irritação contida,

uma formalidade (mal) dissimulada, como pode-se observar mais claramente no diálogo completo, transcrito em (24). Atentemo-nos aos próximos exemplos:

- Enamorados

(29) JOSÉ – Adeus, minha **Aninha!** (QUER ABRAÇÁ-LA.)

ANINHA – Fique quieto. Não gosto dêstes brinquedos. Eu quero casar-me com o **senhor**, mas não quero que me abrace antes de nos casarmos. Esta gente quando vai à Côrte, vem perdida. Ora, diga-me, concluiu a venda do bananal que **seu** pai lhe deixou? Se o **senhor** agora tem dinheiro, por que não me pede a meu pai? (PENA, [1837]2018, p. 3)

- Personagens secundárias

(30) TOMÁS – É verdade que o leitão era dêle, porém agora é meu.

SAMPAIO – Mas se era meu, e o **senhor** nem mo comprou, nem eu lho dei, como pode ser **seu**? (PENA, [1837]2018, p. 15)

(31) INÁCIO JOSÉ – (PARA MANUEL JOSÉ) Estimarei que **sua** filha seja feliz. (PENA, [1837]2018, p. 29)

- Escrivão e personagens comuns

(32) ESCRIVÃO – Um criado da **Senhora Dona** e da Senhora **Doninha**.

MARIAROSAEANINHA – Uma **su** criada. (COMPRIMENTAM)
(PENA, [1837]2018, p. 8)

- Escrivão e Manuel João (guarda nacional)

(33) ESCRIVÃO – (à parte) Em boa hora o digas. Apre! Custou-me achar um guarda... Às vossas ordens.

MANUEL JOÃO – Um **seu** criado

ESCRIVÃO – Sentido nos **seus** cães;

JOÃO MANUEL – Não mordem. (PENA, [1837]2018, p. 8)

O uso de *seu* é o preferencial entre Juiz e personagens secundárias, tanto quando o Juiz se dirige a elas (*top down*), chamadas *roceiros*, 6 ocorrências, quanto quando essas personagens se referem ao Juiz (*down top*), 6 ocorrências. Nota-se também que, ainda que assimétrica a relação social, o contexto de tratamento que prevalece não é de pura formalidade. Há pessoalidade no tratamento e expectativa de reciprocidade dessa pessoalidade na relação entre Juiz e moradores da roça, o que fornece humor, ou seja: a expectativa de quem presenteia o Juiz é a de receber, em troca, o aceite de seus requerimentos (34) e (36).

Por outro lado, o mesmo Juiz, que recebe e delibera os requerimentos em sua própria residência (34) e (35), no momento seguinte, nessa mesma residência, organiza uma festa de casamento e os requerentes se tornam convidados (37) e (38). Enfim, a relação do Juiz com os lavradores mostra o tratamento privado, valorativo, em um espaço público, que deveria preservar o distanciamento formal. O Juiz em si não se comporta institucionalmente, não se prende à forma da lei: não reconhece a autoridade da constituição e chega a se colocar em posição de ser ele próprio a lei. Nas opções de uso dessa personagem, o *seu* em 2ª pessoa é exclusivo. Sua prevalência nesse contexto provavelmente se relaciona com a posição ambivalente e intermediária em que o pronome se encontra. Na seção 2.2, de *seu* num contexto de modulação de *vosso* em direção a *teu*, demonstramos o que acreditamos explicar esse caso: prevalece o uso formal, mas a ele se agrega mais pessoalidade e mais afetividade (Grondelaers; Speelman; Geeraerts, 2007). Vejamos os exemplos:

- Juiz de paz e personagens secundárias

(34) JUIZ – Vamo-nos preparando para dar audiência. (ARRANJA OS PAPÉIS.) O escrivão já tarda; sem dúvida está na venda do **Manuel do Coqueiro**... O último recruta que se fêz já vai-me fazendo pêso. Nada, não gosto de presos em casa. Podem fugir, e

depois dizem que o juiz recebeu algum presente.

(BATEM À PORTA) – Quem é? Pode entrar.

(ENTRA UM PRÊTO COM UM CAICHO DE BANANAS E UMA CARTA, QUE ENTREGA AO JUIZ. JUIZ, LENDO A CARTA:) “**Ilmo. Sr.**? Muito me alegro de dizer a **V.Sa.** que a minha ao fazer desta é boa, e que a mesma desejo para **V.Sa.** pelos circunlóquios com que lhe venero”. (DEIXANDO DE LER:) Circunlóquios... Que nome em breve! O que quererá êle dizer? Continuemos. (LENDO:) “Tomo a liberdade de mandar a **V.Sa.** um caicho de bananas maçãs para **V.Sa.** comer com a **sua** bôca e dar também a comer à Sra. Juiza e aos Srs. **Juizinhos**. **V.Sa.** há-de reparar na insignificância do presente; porém, **Ilmo. Sr.**, as reformas da Constituição permitem a cada um fazer o que quiser, e mesmo fazer presentes; ora, mandando assim as ditas reformas **V. Sa.** fará o favor de aceitar as ditas bananas, que diz minha **Teresa**, ova serem muito boas. No mais, receba as ordens de quem é **seu** venerador e tem a honra de ser ‘Manuel André de Sapiruruca’.” Bom, tenho bananas para a sobremesa. Ó pai, leva estas bananas para dentro e entrega à senhora. Toma lá um vintém para teu tabaco. (SAI O NEGRO) O certo é que é bem bom ser juiz de paz cá pela roça. De vez em quando temos nossos presentes de galinhas, bananas, ovos, etc., etc.

(BATEM À PORTA) – Quem é? (PENA, [1837]2018, p. 12)

(35) JUIZ – Bom. Agora vamos nós preparar a audiência. (ASSENTAM-SE AMBOS À MESA E O JUIZ TOCA A CAMPAINHA.) Os **senhores** que estão lá fora no terreiro podem entrar. (ENTRAM TODOS OS LAVRADORES VESTIDOS COMO ROCEIROS, UNS DE JAQUETA DE CHITA, CHAPÉU DE PALHA, CALÇAS BRANCAS DE GANGA, DE TAMANCOS, DESCALÇOS; OUTROS CALÇAM OS SAPATOS E MEIAS QUANDO ENTRAM, ETC. TOMÁS TRAZ UM LEITÃO DEBAIXO DO BRAÇO) – Está aberta a audiência. Os **seus** requerimentos? (PENA, [1837]2018, p. 13)

(36) JUIZ – Ordena alguma cousa?

JOSEFA JOAQUINA – Trazia êste presente para o **Sr.** Juiz. Queira perdoar não se cousa capaz. Não trouxe mais porque a peste deu lá em casa, que só ficaram estas que trago, e a carijó que ficou chocando.

JUIZ – Está bom; muito obrigado pela **sua** lembrança. Quer jantar?

JOSEFA JOAQUINA – **Vossa Senhoria** faça o **seu** gosto, que êste é o meu que já fiz em casa.

JUIZ – Então com **sua** licença.

JOSEFA JOAQUINA – Uma **sua** criada. (SAI.) (PENA, [1837]2018, p. 20)

(37) JUIZ – **Senhora Dona**, queira perdoar se ainda a não cortejei. (COMPRIMENTA)

MARIA ROSA – (COMPRIMENTANDO) Uma criada de **sua Excelência**.

JUIZ – Obrigado, minha **senhora**... Aí chegam os amigos. (PENA, [1837]2018, p.28)

(38) JUIZ – **Sr. Escrivão**, faça o favor de ir buscar a viola. (SAI O ESCRIVÃO.) Não façam cerimônia; suponham que estão em **suas** casas... Haja liberdade! Esta casa não é agora do juiz de paz? é do João Rodrigues. **Sr. Tomás**, faz-me o favor? (TOMÁS CHEGA, SEPARA O JUIZ E ESTE O LEVA PARA UM CANTO) O leitão ficou no chiqueiro? (PENA, [1837]2018, p. 28)

O exemplo (38) é ilustrativo da ambivalência do uso de *seu* bem como do uso “simetrizante” de *senhor*. O pronome possessivo e a forma de tratamento são usados entre Juiz e Escrivão, duas personagens com cargos oficiais hierarquizados. Essa hierarquização que percorre o tratamento *Sr. Juiz*, por exemplo, fica explícita pela fala “Esta casa não é agora do juiz de paz? é do João Rodrigues”, que indica que o Juiz deve ser tratado pelo primeiro nome, “sem cerimônias”, apenas a partir daquele derradeiro momento da festa. Contudo, ao mesmo tempo, se observamos o exemplo (39), *senhor* e o possessivo que ele acompanha, *seu*, também ocorrem no tratamento do Juiz a uma personagem secundária – tratada pelo primeiro nome e a quem o Juiz espera convencer de uma tarefa sem uso direto da autoridade investida do cargo, momento que busca aproximação por uma saída conciliatória, ainda que não sejam íntimos.

- Juiz de paz e João Manuel (guarda nacional)

(39) (ENTRA JOSÉ)

JUIZ – Aqui está o recruta; queira levar para a cidade. Deixe-o no quartel do Campo de Santana e vá levar esta parte ao general. (DÁ-LHE UM PAPEL)

MANUEL JOÃO – Sim **senhor**. Mas, **Sr.** Juiz, isto não podia ficar para amanhã? Hoje já é tarde, pode anoitecer no caminho e o **sujeitinho** fugir.

JUIZ – Mas aonde há-de êle ficar? Bem sabe que não temos cadeias.

MANUEL JOÃO – Isto é o diabo!

JUIZ – Só se o **senhor** quiser levá-lo para **sua** casa e prendê-lo até amanhã, ou num quarto, ou na casa de farinha.

MANUEL JOÃO – Pois bem, levarei.

JUIZ – Sentido que não fuja.

MANUEL JOÃO – Sim **senhor**. **Rapaz**, acompanha-me.

(SAEM MANUEL JOÃO E JOSÉ). (PENA, [1837]2018, p.18)

Como dito anteriormente, paralelo ao uso de *seu*, que continua a ocupar lugar mais formal, mas avança em direção a contextos de maior pessoalidade e afetividade, observa-se simplificação do sistema formal de tratamento, isto é, *senhor* parece substituir formas como *Vossa Senhoria* e *Vossa Excelência*, a exemplo do tratamento ao Juiz visto em (36) e em (39).

Importante destacar aqui que nessa simplificação do sistema pronominal *senhor* não é sistematicamente utilizado para marcar distanciamento formal de hierarquia, como *Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria* faziam no texto 1 em relação às personagens nobres, marca linguística das relações assimétricas (*down top*). Parece, antes, marca de não-intimidade usada nos tratamentos simétricos e assimétricos (*top down* e *down top*), à semelhança de marcas pronominais de tratamento não-íntimo presentes em outras línguas como *Sie*, no alemão, *Vous*, no francês e *Lei*, no italiano. No próximo capítulo voltaremos a esse tipo de ocorrência.

Sempre marcando não-intimidade, a maior ou a menor formalidade de *senhor* será definida pelo contexto: se acompanhado por título ou função, como *Sr. Juiz* (36) ou *Senhora Dona* (32) – maior formalidade; se acompanhado do primeiro nome, como *Senhor João Manuel* – menor formalidade. Um *senhor* que guarda valor ambivalente acompanhando sempre por um *seu*. Assim, o *seu* que acompanha este *senhor*, além de situações de maior formalidade, também ocorre em situações de maior proximidade, como no tratamento em um diálogo com o futuro noivo, tratado sem título, como no exemplo (29) ou junto com diminutivo (32).

Ao analisarmos mais de perto as formas de tratamento, a fim de entendermos melhor o grau de formalidade, pessoalidade e afetividade do contexto de uso de *seu* interpretado como de 2ª pessoa, vemos um número total de 145 registros de formas de tratamento. Desse total temos: 79 formas de tratamento nominais, que correspondem a 54,48%; e 66 formas de tratamento pronominais, que correspondem a 45,52%.

Das 79 ocorrências de formas de tratamento nominais temos: 7 diminutivos que correspondem a 8,86%; 17 usos de primeiro nome, que correspondem a 21,52%; e 55 alcunhas, que correspondem a 69,62%.

Das 66 ocorrências de formas de tratamento pronominais temos: 1 *Vossa*, que corresponde a 1,51%; 18 *Vossa Senhoria*, que correspondem a 27,27%; 3 *Ilustríssimo/Ilmo.* e 3 *Dona/D.*, que correspondem, cada um, a 4,54%; 35 *Senhor*, que correspondem a 53,03%; e 6 *você*, que correspondem a 9,09%.

Do total dos diminutivos do texto 2, 21 ocorrências, 7 são usadas como formas de tratamento, o que corresponde a 33,33%. O dado revela crescimento, em relação ao texto 1, da escolha pelo uso do diminutivo como forma de tratamento.

Comparando o uso das formas nominais de tratamento e de *seu* com a peça de Gusmão, há aumento da opção por diminutivos e

pelo primeiro nome. Há indícios também de que *teu* ainda é o lugar preferencial da fala entre pais, namorados e senhores se dirigindo a criados, enfim, do privado, do ambiente doméstico, da intimidade, da pessoalidade em Holanda.

Quanto às formas pronominais de tratamento, *Ilustríssimo/ Ilmo.* tem todos os seus registros em requerimento escrito dirigido ao Juiz. Na comunicação oral o tratamento formal preferido, para Juiz ou personagens secundárias na peça e no *status* social, é *Senhor*: 35 ocorrências totais. Nota-se que, ainda que formal, *Senhor* não é o tratamento oficial a um Juiz no exercício de sua função, que seria *Meritíssimo*. *Senhor* é um tratamento dado também às demais personagens a quem se quer mostrar respeitabilidade, sem associação imediata à função pública, e seu conseqüente distanciamento.

Destaca-se ainda *Senhora Dona*, 3 ocorrências, e *Senhora doninha*, 1 ocorrência dirigida à personagem Aninha, filha solteira. Ambas seriam “superlativação” da forma de tratamento vindas do Juiz ou do Escrivão a personagens secundárias, portanto, comuns, mas ocorrem em contexto de pedido de desculpas. Na Tabela 2 encontra-se a classificação dos nossos dados:

Tabela 2 – Tipos de pronomes em relação ao total de formas de tratamento (145) – texto 2

Formas de tratamento	Número absoluto	Número relativo (%)
Diminutivo	7	4,83
Primeiro nome	17	11,72
Alcunha	55	37,93
Vossa Senhoria	18	12,41
Vossa	1	0,69
Ilustríssimo/Ilmo.	3	2,07
Você	6	4,17

FORMAS DE TRATAMENTO E "CORDIALIDADE":
MUDANÇA LINGUÍSTICA E CONCEPÇÕES CULTURAIS

Dona/D.	3	2,07
Senhor	35	24,14
Total	145	100

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Vejam agora em mais detalhes as ocorrências do pronome *você* cujo uso se mantém estável, considerando o percentual de ocorrências. Não se observou relação de proporção com *seu*, ou seja, o aumento observado no uso de *seu* em 2ª pessoa não corresponde a aumento semelhante nas ocorrências de *você*. A maior parte, 5 dos 8 usos, se dá no contexto mais íntimo, em ambiente de familiaridade: entre enamorados, exemplo (41), e marido e mulher, exemplos (42) e (44). Nota-se 1 uso em (43), durante uma audiência de avaliação de requerimento, portanto, num momento formal, para aparentemente apoiar a demarcação de assimetria social: o Juiz de paz é tratado por *Sr.* e *Vossa senhoria*, enquanto trata o personagem Manuel André por *você*. Entretanto, o referido momento é também de animosidade (afetividade), já que o Juiz está tendo um desentendimento com Manuel André. Trata-se, ainda assim, de *você* em contexto de uso cordial, como se também sobre ele atuasse o modelo cultural.

É interessante notar que, quando acompanhado de possessivo, *você* apareceu com *teu*, exemplos (40) e (44), mais um indicativo de familiaridade e intimidade do contexto de uso. Tal ocorrência aponta ainda para a concorrência *você/tu*, já indicada por Duarte (2003) e Machado (2006). Contudo, não houve ocorrência de *você* com *seu*, o que aponta, mais uma vez, para relação de complementariedade, mas não de causalidade intrínseca, ou pelo menos de condição suficiente, entre a ocorrência do pronome sujeito *você* e o possessivo *seu* cooptado para a 2ª pessoa. Vejam a seguir os exemplos mencionados:

(40) JOSÉ – **Minha Aninha**, não chores. Oh, se tu soubesses como é bonita a Côrte! Tenho um projeto que te quero dizer.

ANINHA – Qual é?

JOSÉ – **Você** sabe que eu agora estou pobre como Jó, e então tenho pensado em uma cousa. Nós nos casaremos na freguesia, sem que **teu** pai o saiba; depois partiremos para a Côrte e lá viveremos.

ANINHA – Mas como? Sem dinheiro?

JOSÉ – Não te dê isso cuidado: assentarei praça nos Permanentes.

ANINHA – E minha mãe?

JOSÉ – Que fique raspando mandioca, que é ofício leve. Vamos para a Côrte, que **você** verá o que é bom.

ANINHA – Mas então o que é que há lá tão bonito? (PENA, [1837]2018, p. 3)

(41) ANINHA – Quando é que **você** pretende casar-se comigo?

JOSÉ – O vigário está pronto para qualquer hora. (PENA, [1837], p. 4)

(42) Entra MARIA ROSA com uma tigela na mão, e ANINHA a acompanha.

MANUEL JOÃO – Adeus, **Senhora Maria Rosa**.

MARIA ROSA – Adeus, **meu amigo**. Estás muito cansado?

MANUEL JOÃO – Muito. Dá-me cá isso.

MARIA ROSA – Pensando que **você** viria muito cansado, fiz a tigela cheia.

MANUEL JOÃO – Obrigado. (BEBENDO) Hoje trabalhei como gente... Limpei o mandiocal, que estava muito sujo... Fiz uma derrubada do lado de Francisco Antônio... Limpei a vala de Maria de Rosário, que estava muito suja e encharcada, e logo pretendo colhêr café. **Aninha**? (PENA, [1837]2018, p. 5)

(43) MANUEL ANDRÉ – Mas, **Sr. Juiz**, êle também está ocupado com uma plantação.

JUIZ – **Você** replica? Olhe que o mundo para a cadeia.

MANUEL ANDRÉ – **Vossa senhoria** não pode prender-me à toa; a Constituição não manda.

JUIZ – A constituição!... Está bem!... Eu, o Juiz de paz, hei por bem derrogar a Constituição! Sr. Escrivão, tome têrmo que a Constituição está derrogada, e mande-me prender êste homem.

MANUEL ANDRÉ – Isto é uma injustiça! (PENA, [1837]2018, p.

14)

(44) MARIA ROSA – E quando é que eu não hei-de perdoar-te? Não sou **tua** mãe? (ABRAÇAM-SE)

MANUEL JOÃO – É preciso agora irmos dar parte ao juiz de paz que **você** já não pode ser soldado, pois está casado. **Senhora**, vá buscar minha jaqueta. (SAI MARIA ROSA) Então o **senhor** conta viver à minha custa, e com o meu trabalho?

JOSÉ – Não **senhor**, também tenho braços para ajudar, e se o senhor não quer que eu aqui viva, irei para a Côrte. (PENA, [1837]2018, p.26)

Como observado, mais uma vez o aumento do uso de *seu* cooptado para 2ª pessoa não parece proporcionalmente vinculado às ocorrências de *você*, como já apontado por Martins e Vargas (2014) e ilustrado no exemplo (40), no qual o possessivo escolhido para acompanhar *você* é *teu*.

É interessante notar que dos 8 usos de *você*, 2 se dão em uma música cantada pelos personagens ao final da peça (45), durante a celebração pelo casamento de Aninha. Aparentemente, ocorre como referência anafórica a um sujeito nulo *tu*, onde esperava-se encontrar *contigo*. Encontrar o *você* como pronome pessoal com uso anafórico chama atenção dado ser este um contexto em que ele ainda não está completamente inserido como pronome sujeito, anunciando a pronominalização que, segundo Rumeu (2013), ocorrerá apenas ao fim do século XIX e princípio do século XX, suplantando o *tu*.

Importante notar ainda que, para Duarte (2016, p. 533), esse uso de *você* pode se dar pelos falantes “para a obtenção de efeitos expressivos, entre os quais se inclui o envolvimento emocional entre os interlocutores”, o que, a nossos olhos, seria um uso cordial: à medida que percorre o caminho da pronominalização, também percorre o caminho em direção ao privado. Apesar disso, a ocorrência anafórica específica, trazida pelo texto, parece-nos um

caso de duplo tratamento por estilística, em razão da rima e da harmonia sonora dos versos, de *você* com *comê*:

(45) TOCADOR – (canta
Ganinha, minha senhora,
Da maior veneração;
Passarinho foi-se embora,
Me deixou penas na mão.
TODOS – Se me dás que comê,
Se me dás que bebê,
Se me pagas as casas,
Vou morar com **você**. (DANÇAM.)
Não há homem neste mundo Como o nosso juiz de paz.
TODOS - Se me dás que comê,
Se me dás que bebê,
Se me pagas as casas,
Vou morar com **você**. (PENA, [1837]2018, pp. 29-30)

Considerando a propriedade afetiva do diminutivo e seu uso como forma de tratamento, destacam-se os casos em que ele está indissociável do nome próprio da personagem, como vimos nos exemplos (25), (26), (29), (40), (42) e ainda no exemplo que segue:

(46) MANUEL JOÃO – Vai dizer que traga, pois estou com muito calor.
(ANINHA SAI. M. JOÃO, PARA O NEGRO) – Olé, **Agostinho**,
leva estas enxadas lá para dentro e vai botar êste café no sol.
(O PRÊTO SAI. MANUEL JOÃO SENTA-SE) – Estou que não
posso comigo; tenho trabalhado como um burro! (PENA, [1837]2018,
p. 7)

Não é possível saber se *Aninha* e *Agostinho* são alcunhas para *Augusto* e *Ana* ou se são mesmo os nomes das personagens, que são tratadas assim tanto pelas demais personagens com quem interagem como pelo próprio autor da peça nas rubricas. Percebe-se que essa forma de tratamento é utilizada para as duas personagens

tuteladas: a filha não casada e um escravizado da família, o que pode ser, em nossa leitura cordial do fenômeno, indicativo de que estariam ocupando os lugares mais distantes de um tratamento formal, logo, do espaço público. Acreditamos que a escolha da forma de tratamento não se deu ao acaso, e sim conforme certa valoração, isto é, certa atribuição de valor, prestígio ou desprestígio às pessoas.

O que chamamos de atribuição de valor é um elemento para caracterizarmos o uso do diminutivo e o uso da alcunha que os coloca em um ambiente de expressão de afetividade pois demonstram valoração, que, como falado anteriormente (p. 23), pode ser positiva ou negativa. E isso ocorre não só quando há o diminutivo, *sujeitinho*, ou uma expressão claramente ofensiva, como *bruxa*, mas também em *negro* para referir-se a um escravizado, ou *menina* para a personagem filha solteira, como temos no exemplo (21). *Menina* é usado 4 vezes: 3 pelos seus pais e 1 pelo próprio Juiz. Todos são autoridades em relação à dependente ou tutelada, que ocupa o lugar de filha. Tais termos trazem o *locus* social das personagens, o que também ocorre com o uso da função pública para designá-las, como se nome fosse; é o caso de Juiz e Escrivão. A posição deles é tão definidora de seu valor e, pois, da forma como se deve com eles se comportar e tratar, que seus nomes não são sequer mencionados.

Outro sinal de afetividade são os diálogos pautados por sentimentos ou, antes, por sentimentos simulados, assim como acontece com os amantes que simularam distanciamento e impessoalidade com o uso do *seu* no texto 1. Aqui a alcunha *meu amigo* simula uma proximidade, um afeto estratégico, por vezes logo desvelado com o formalismo trazido pelo uso de *vosso* e/ou *senhor*, como no exemplo (24). Na mesma carta, exemplo (34), em que se usa *Ilmo. Sr.* – tratamento de maior formalidade e hierarquia, destinado só ao Juiz em toda a peça, e por escrito – também há uso excessivo do diminutivo, que busca mostrar apreço como

simulação de proximidade. Em ambos os casos a simulação de afeto proporciona movimento de distanciamento do público em direção à proximidade do privado.

A análise dos dados do segundo texto ilustra o progressivo percurso do pronome possessivo de 3ª pessoa (*seu*) em direção à 2ª pessoa em estágio mais avançado: *seu* aparece como pronome possessivo preferencial na posição de 2ª pessoa, praticamente suplantando a forma *vosso*. As formas de tratamento que contextualizam as ocorrências do pronome cooptado indicam, no entanto, que se trata ainda de opção pelo possessivo em contexto de maior formalidade ou, ao menos, não intimidade. *Teu* é ainda o pronome preferencial em contextos de maior pessoalidade e intimidade.

Os dados não indicaram a possível relação diretamente proporcional entre o uso de *seu* e *você*. Em relação ao texto 1, as ocorrências de *você* permanecem estáveis e, quando acompanhado por um possessivo, é por *teu*.

5.2.3 Não consultes médico, Machado de Assis

Não consultes médico é uma comédia em ato único escrita pelo jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo carioca Machado de Assis (1839-1908) em 1896. Assim como a peça de Martins Pena, *Não consultes médico* é escrita em um país já independente, mas que naquele momento acaba de se tornar República, proclamada em 1889. Podemos compreender tal momento como um passo a mais na construção identitária, com recentes debates sobre liberdade e direitos sociais. Enfim, o caldo do caldeirão de conceptualizações, negociadas e renegociadas pelo grupo quanto ao país que se espera construir, está mais encorpado, mas ainda em ebulição: em 1896, a recente República conhece seu

terceiro presidente, Prudente de Moraes, e se dará início às incursões a Canudos. Mas como nos dirá Calzavara (2008, n.p.) as comédias machadianas ficam no nível cotidiano e não nos levam a reflexões extremas:

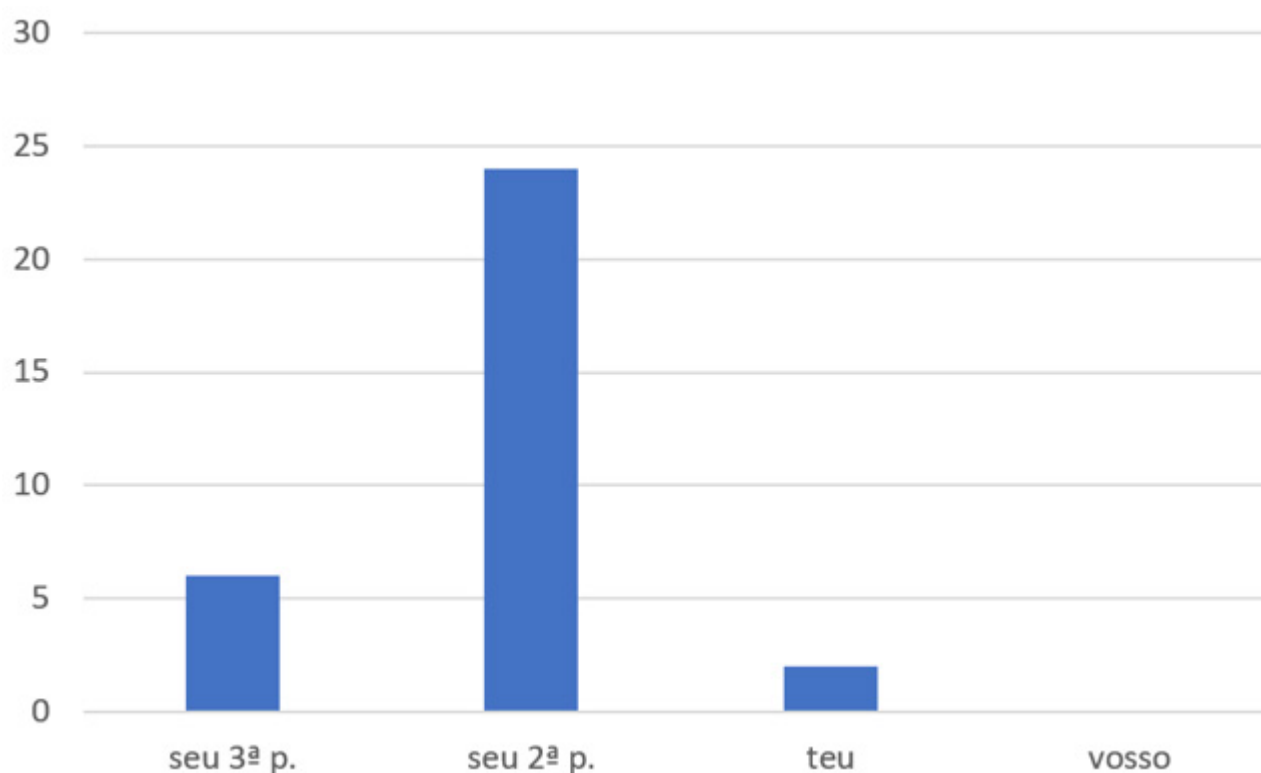
Enquanto comediógrafo, Machado permitiu-se o exercício da leveza, criando enredos simples para pôr em cena tanto o amor sincero e os bons sentimentos quanto a sátira a certos tipos e costumes sociais e políticos de seu tempo. O universo apresentado é quase sempre o da alta burguesia, com personagens cultos, espirituosos e elegantes, que mantêm diálogos aos quais não faltam chistes, bom humor e ironia refinada. (CALZAVARA, 2008, n.p.)

Não consultes médico não foge à regra. A peça traz a história de D. Leocádia, que se apresenta como especialista na cura de enfermidades amorosas. Autointitulada “médica”, vê o jovem e desiludido Dr. Cavalcante como um paciente que precisa de seus “remédios”. Contudo, na busca pelo tratamento, Cavalcante descobre que mais vale o ditado grego, que dá nome à peça: “Não consultes médico, consulta alguém que tenha estado doente”. As personagens são: D. Leocádia, tia de D. Adelaide; D. Carlota, filha de D. Leocádia; D. Adelaide, esposa de Magalhães; Cavalcante, amigo de Magalhães; Magalhães, funcionário do serviço diplomático, a quem D. Leocádia toma por sobrinho.

É importante dizer que nessa terceira peça tem-se um ambiente semelhante ao da primeira, quando pensamos na classe social das personagens, no círculo familiar e na temática amorosa. Porém, aqui a intimidade se estabelece mais claramente, como se poderá observar, na opção por uma forma de tratamento mais pessoal e menos formal entre os parentes e amigos, bem como pelo próprio cenário: ao contrário das peças anteriores que se passam tanto em lugares públicos (rua) quanto privados (interior das casas), essa peça concentra-se em uma sala, no interior de uma casa.

Uma vez conhecidos enredo e personagens, vejamos a quantificação dos dados obtida. No Gráfico 10, em números absolutos, encontra-se a distribuição de ocorrências de possessivos de 2ª e 3ª pessoas: 6 *seu* em 3ª pessoa, 24 *seu* em 2ª pessoa e 2 *teu*. Não se encontra no texto o uso da 2ª pessoa do plural, *vosso*.

Gráfico 10 – Ocorrências de *seu/teu/vosso* – texto 3

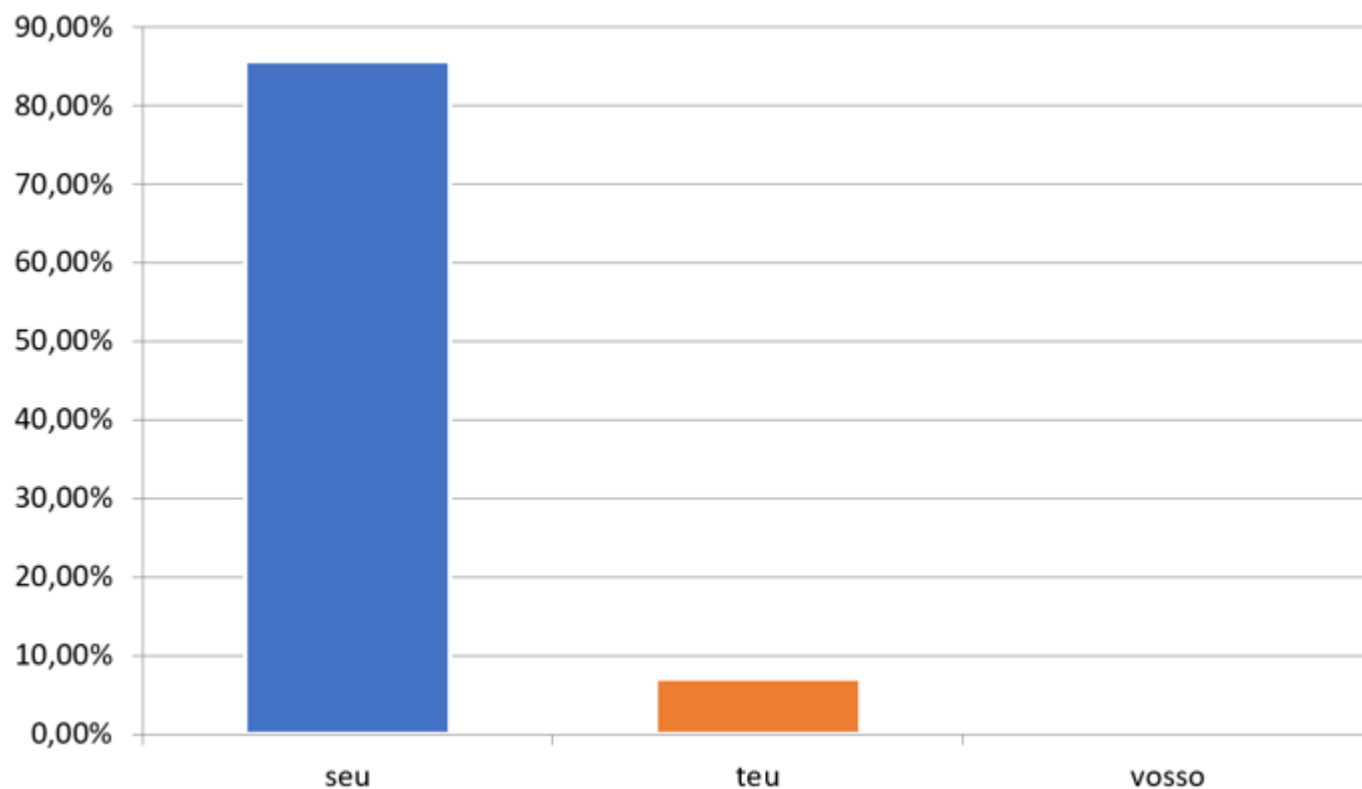


Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Como se vê no Gráfico 10, o uso de *seu* interpretado na 2ª pessoa se consolida. Os dados apontam para o desaparecimento de *vosso*, como já mostrado por Menon (1997), indicando forte redução dessa forma para o tratamento formal. Nota-se, ainda, expressiva redução de *teu*. Parece, assim, haver correlação entre a redução muito consistente de *teu* e o aumento significativo de *seu*, que ocupa agora lugar de 2ª pessoa do singular. Como prevalecem diálogos diretos entre duas personagens discutindo assuntos pessoais, íntimos, deve ter se instaurado também um contexto favorável em relação aos resultados encontrados. No Gráfico 11

indicamos os percentuais de cada ocorrência:

Gráfico 11 – Pronomes usados em 2ª pessoa – texto 3



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Como fizemos nos textos 1 e 2, analisando mais de perto cada pronome, observa-se que não há ocorrências do possessivo de 2ª pessoa do singular no plural, *teus/tuas*. Há apenas 2 ocorrências do possessivo de 2ª pessoa do singular, ambas no singular, *teu/tua*, e em contexto de menor formalidade e maior afetividade, como nos textos anteriores: entre tia e sobrinha e entre amigos que nutrem laços de afeto significativos no enredo.

- Tia e sobrinha

(47) D. Leocádia – Em dez anos.

D. Adelaide – Misericórdia! Dez anos?

D. Leocádia – Talvez dois; e moço, e robusto, a natureza ajudará a medicina, conquanto esteja muito atacado. Aí vem **teu** marido.
(ASSIS, [1896]2018, cena X)

- Amigos

(48) Magalhães – Bem, não há remédio senão entregar-te a **minha tia**.

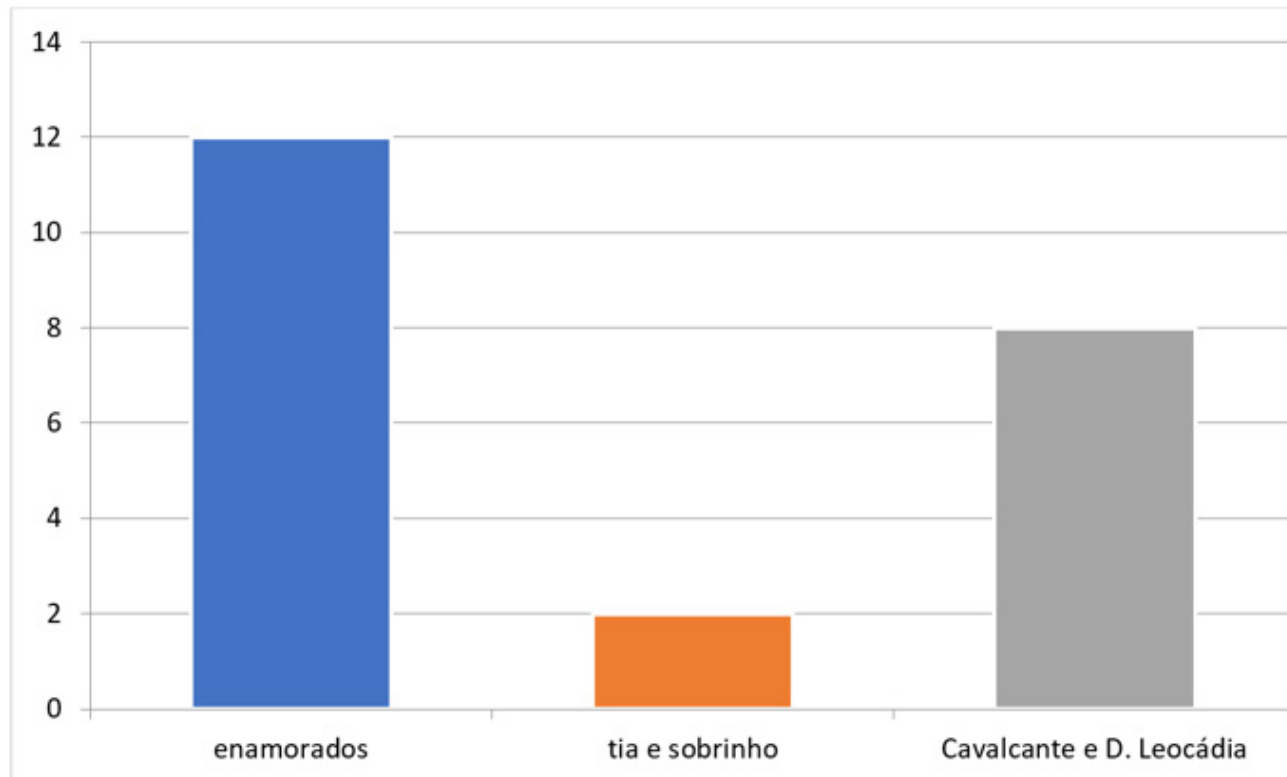
Cavalcante – À **tua** tia?

Magalhães – **Minha tia** crê que tu deves padecer alguma doença moral, e adivinhou, – e fala curar-te. Não sei se sabes que ela vive na persuasão de que cura todas as enfermidades. (ASSIS, [1896]2018, cena IV)

A novidade apresentada pelo texto 3 em relação ao pronome possessivo *seu* foi que, dando continuidade ao processo de uso desse pronome na posição de 2ª pessoa, aparece como escolha preferencial do falante em contexto mais pessoal e afetivo, isto é, num ambiente familiar, discutindo assuntos íntimos.

Como nos mostra o Gráfico 12, das 22 ocorrências do pronome *seu* em uso de 2ª pessoa, 14 são em contexto afetivo, entre enamorados ou parentes. Das 3 ocorrências do possessivo de 2ª pessoa em diálogos entre familiares, 2 manifestam a opção por *seu*, como no exemplo (52), o que ilustra clara concorrência com *teu*. No contexto do diálogo entre familiares e amigos, como mostram (47) e (48), também usou-se *teu*.

Gráfico 12 – Usos de *seu* em 2ª pessoa – texto 3



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Ao mesmo tempo em que aparece como preferencial em contextos mais pessoais e afetivos, observou-se que *seu* torna-se presença exclusiva quando o diálogo se dá entre as personagens sem vínculo direto de parentesco ou laço de amizade, como nos exemplos (54), (55) e (56), o que não é contraditório. Tais usos indicam que esse pronome ainda apresenta, naquele momento, resquícios de distanciamento, certa persistência da propriedade formalidade, como diríamos com Hopper (1991) e Hopper e Traugott (2003). A esse respeito pode ser observada, além do mais, a ocorrência da forma de tratamento *senhor*, como nos exemplos (49), (50) e (51), entre enamorados, mas que ainda não oficializaram o romance.

- Enamorados

(49) Cavalcante – Certamente que não, mais ainda há pouco, falando-lhe de um tio meu, que morreu no Paraguai, tio João Pedro, capitão de engenharia...

D. Carlota (atalhando) – Por que é que o **senhor** quer ser apresentado a um cardeal?

Cavalcante – Bem respondido! Confesso que fui indiscreto com a minha pergunta. Já há de saber que eu tenho distrações repentinas, e quando não caio no ridículo, como hoje de manhã, caio na indiscrição. São segredos mais graves que os **seus**. É feliz, é bonita, pode contar com o futuro, enquanto que eu... Mas eu não quero aborrecê-la. O meu caso há de andar em romances. (Indicando o livro que ela tem na mão) Talvez nesse. (ASSIS, [1896]2018, cena XII)

(50) D. Carlota – **Doutor!** (Cavalcante para) Não se zangue comigo; sou um pouco tonta, e **senhor** é bom...

Cavalcante (descendo) – Não diga que sou bom; os infelizes são apenas infelizes. A bondade é toda **sua**. Há poucos dias que nos conhecemos e já nos zangamos, por minha causa. Não proteste; a causa é a minha moléstia. (ASSIS, [1896]2018, cena XII)

(51) D. Carlota – (Indo a êle) – De frade? O **senhor** vai ser frade?

Cavalcante – Frade. **Sua** mãe aprova-me, contanto que eu vá à China. Parece-lhe que devo obedecer a esta vocação, ainda depois de perdida?

D. Carlota – É difícil obedecer a uma vocação perdida.

Cavalcante – Talvez nem a tivesse, e ninguém se deu ao trabalho de me dissuadir. Foi aqui, a seu lado, que comecei a mudar. A **sua** voz sai de um coração que padeceu também, e sabe falar a quem padece. Olhe, julgue-me doido, se quiser, mas eu vou pedir-lhe um favor: conceda-me que eu a ame. (Carlota, perturbada, volta o rosto) Não lhe peço que me ame, mas que se deixe amar; é um modo de ser grato. Se fôsse uma santa, não podia impedir que lhe acendesse uma vela.

D. Carlota – Não falemos mais nisto, e separemo-nos.

Cavalcante – A **sua** voz treme; olhe para mim...

D. Carlota – Adeus; aí vem **mamãe**. (ASSIS, [1896]2018, cena xii)

- Tia e sobrinho

(52) Magalhães – Pois conhece a república.

D. Leocádia – Então mentiu.

Magalhães – Não, porque nunca lá foi.

D. Leocádia (a D. Adelaide) – Mau! **seu** marido parece que também está virando o juízo. (ASSIS, [1896]2018, cena ii)

(53) Magalhães – Coração do ouro.

D. Leocádia – Espírito elevado?

Magalhães – Sim, **senhora**.

D. Leocádia – Espírito elevado, coração de ouro, saudades...
Está entendido.

Magalhães – Entendido o quê?

D. Leocádia – Vou curar o **seu** amigo Cavalcante. (ASSIS, [1896]2018, cena II)

- Cavalcante e D. Leocádia

(54) D. Leocádia – Muito bem. A **sua** doença é tal que só com remédios fortes. Vá; dez anos passam depressa.

Cavalcante – Obrigado, **minha senhora**.

D. Leocádia – Até logo. (ASSIS, [1896]2018, cena vii)

(55) Cavalcante – O **seu** remédio é muito amargo! Por que é que me não manda antes para o Egito? Também é país de infieis.

D. Leocádia – Não serve; é a terra daquela rainha... Como se chama?

Cavalcante – Cleópatra? Morreu há tantos séculos!

D. Leocádia – Meu marido disse que era uma desmiolada.

Cavalcante – **Seu** marido era, talvez, um erudito. **Minha senhora**, não se aprende amor nos livros velhos, mas nos olhos bonitos; por isso, estou certo de que êle adorava a V. Excia. (ASSIS, [1896]2018, cena vii)

(56) D. Leocádia – Que é isto, doutor? Então o senhor quer só um ano de China? Vieram pedir-me que reduzisse a **sua** ausência.

Cavalcante – **D. Carlota** lhe dirá o que eu desejo.

D. Carlota – **O doutor** veio saber se **mamãe** conhece algum cardeal em Roma. (ASSIS, 2018, cena xiii)

Como se vê, os fenômenos analisados indicam que o sistema de formas de tratamento formal aponta para a continuidade de uma

simplificação, com *senhor*, mas também com *Dona/D.* e *Doutor/Dr.*, tornando-se formas preponderantes do tratamento formal em lugar de *V. S.a.*, comum no texto 1. *Senhor*, *Dona/D.* e *Doutor/Dr.* mantêm ainda a mesma característica observada no texto 2, marca de não-intimidade, e podem ocorrer junto ao diminutivo, em contexto de afetividade, como no exemplo (56), e, em contextos de maior pessoalidade, junto ao primeiro nome. No último caso tem-se a deferência, indicada por Kerbrat-Orecchioni (1992, p. 163), como subordinação simbólica do sobrinho à tia, no exemplo (53). Em ambos os casos, temos o uso da expressão de tratamento formal agregada à proximidade trazida pelo diminutivo e pelo uso do primeiro nome.

Num olhar mais atento às formas de tratamento presentes no texto, as quais nos ajudam a contextualizar os usos do possessivo *seu* na 2ª pessoa, observa-se que, dentre o total das formas de tratamento, isto é, das 90 ocorrências, 26, que correspondem a 28,88% do total, são formas nominais; e que 64, que correspondem a 71,11% do total, são formas pronominais de tratamento.

Em relação às formas de tratamento nominais temos um total de 26 ocorrências, como dito. Destas, 5 são diminutivos, que correspondem a 19,23%; 8 são ocorrências do primeiro nome, que correspondem a 30,77%; 6 são alcunhas, que correspondem a 23,08%; e 7 são sobrenomes acompanhados (2 ocorrências) ou não (5 ocorrências) do título *Dr./Sr.*, que correspondem a 26,92%.

Dentre as formas de tratamento pronominais, do total de 64 ocorrências, temos: 1 *V. exce.*, que corresponde a 1,56%; 2 *Dona/D.*, que correspondem a 3,13%; 40 *senhor*, que equivalem a 62,5%; 10 *Doutor/Dr.*, que correspondem a 15,63%, e 11 *você*, que correspondem a 17,19%.

Das 14 ocorrências de diminutivos no texto, 7 (50%) são usadas como forma de tratamento. Esse percentual ilustra um contínuo aumento na escolha pelo diminutivo como forma de

tratamento em relação aos textos anteriores; esse aumento, captado diacronicamente, representa incremento da manifestação de afetividade.

A seguir, vejamos os dados percentuais dispostos na Tabela 3, considerando cada forma de tratamento em relação ao total das formas de tratamento encontradas no texto 3:

Tabela 3 – Tipos de pronomes em relação ao total de formas de tratamento (90) – texto 3

Formas de tratamento	Números absolutos	Números relativos (%)
Diminutivo	5	5,56
Primeiro nome	8	8,89
Alcunha	6	6,67
Sobrenome	7	7,78
Vosso/V.S.	0	0
V. exce.	1	1,12
Doutor/Dr.	10	11,12
Você	11	12,22
Dona/D.	2	2,22
Senhor	40	44,44
Total	90	100

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Com relação às formas nominais de tratamento, há que se notar a distinção entre o uso do sobrenome não seguido de título – como amigos se tratam, exemplo (59), e como D. Adelaide trata o marido, em (58) – e o uso do sobrenome seguido de título – como D. Adelaide trata o amigo do marido, em (57). Tal relação se assemelha com o que acontece entre o uso do primeiro nome – maneira como as primas se tratam (57) – e do primeiro nome com título – modo como Cavalcante trata a prima em (56):

(57) D. Adelaide (que ouviu D. Carlota) – Entendo eu. O **Dr. Cavalcante** contou as suas tristezas a **Carlota**, e **Carlota**, meia curada do seu próprio mal, expôs sem querer o que tinha sentido. Entenderam-se e casam-se. (ASSIS, [1896]2018, cena iv)

(58) D. Leocádia – Apanham-se moléstias.

D. Adelaide – Uma tarde, fitando eu os olhos de **Magalhães**...

D. Leocádia – Perdão, nariz.

D. Adelaide – Vá lá. A senhora disse-me que ele tinha o nariz bonito, mas muito solitário. Não entendi; dois dias depois, perguntou-me se queria casar, eu não sei que disse, e acabei casando.

D. Leocádia – Não é verdade que estão curados?

Magalhães – Perfeitamente. (ASSIS, [1896]2018, cena ii)

(59) Cavalcante – Não, **Magalhães**; reconheço agora o que vale o mundo com as suas perfídias e tempestades. Quero achar um abrigo contra elas; êsse abrigo é o claustro. Não sairei nunca da minha cela e buscarei esquecer diante do altar... (ASSIS, [1896]2018, cena iv)

Parece haver certa gradação de pessoalidade: o sobrenome sem título indicaria maior proximidade (a esposa trata assim o marido) que o sobrenome com título (maneira como a esposa trata o amigo do marido). O sobrenome no tratamento masculino equivale ao primeiro nome no tratamento feminino, sendo *Sr./Dr.*, nesses casos, marca de não-intimidade, como apontado anteriormente.

Os diminutivos permanecem no contexto pessoal, como marcas linguísticas de afeto nas relações interpessoais. Destacam-se *doentezinhos*, no exemplo (69), forma de tratamento constante entre tia e sobrinhos; *titia*, como em (60) e (65), forma de tratamento constante dos sobrinhos para com a tia; *mamãe*, em (64), forma de tratamento pela qual Carlota trata D. Leocádia. E há também *mocinha*, que é a maneira pela qual Magalhães faz referência à mulher que teria iludido o seu amigo. Dos 4 diminutivos do texto, 3 são usados como forma de tratamento, o que é compatível com nossa abordagem qualitativa dos usos destacados.

Quanto às formas pronominais de tratamento, o texto

apresenta, em relação aos textos analisados anteriormente, maior uso de *você*, o que era esperado considerando o ano em que é escrito, conforme já observado por Duarte (2003), Machado (2006) e Rumeu (2013). Indica-se também emprego de *você* mais “pronominalizado”, sintaticamente sujeito, como nos exemplos (60), (62), (63), (64), (65), (67) e (68), e portador de maiores personalidade e afetividade. Sua ocorrência se dá em contexto de menor formalidade, entre personagens com laços familiares, em que formas de tratamento nominais como primeiro nome, nos exemplos (61), (65), (68) e (69), e diminutivos, em (60), (64), (65) e (69), são também usadas. Vejamos as ocorrências de *você* destacadas:

(60) D. Adelaide – Parece que não. Já saíram há um bom pedaço; felizmente o dia está frasco. **Titia** estava tão contente ao almoço! E ontem? **Você** viu que risadas que ela dava, ao jantar, ouvindo o **Dr. Cavalcante**? E o Cavalcante sério. Meu Deus, que homem triste! que cara de defunto!

(61) Magalhães – Talvez ela pense que a Grécia é em Paris. Eu aceitei a legação de Atenas porque não me dava bem em Guatemala e não há outra vaga na América. Nem é só por isso; **você** tem vontade de ir acabar a lua de mel na Europa... Mas então **Carlota** vai ficar conosco?

(62) D. Adelaide – Bravo! está mais corada agora!

D. Carlota – Foi do passeio.

D. Adelaide – Do que é que **você** gosta mais, da Tijuca ou da cidade?

D. Carlota – Eu por mim, ficava metida aqui na Tijuca. (ASSIS, [1896]2018, cena iv)

(63) Magalhães – Mas, em suma, aqui ou na cidade, o que é preciso é que **você** ria, êsse ar tristonho faz-lhe a cara feia.

D. Carlota – Mas eu rio. Ainda agora não pude deixar de rir vendo o **Dr. Cavalcante**.

(64) D. Carlota – **Mamãe** ia-me falando da Grécia, do céu da Grécia, dos monumentos da Grécia, do rei da Grécia; tôda ela é Grécia, fala

como se tivesse estado na Grécia.

D. Adelaide – **Você** quer ir conosco para lá?

(65) Magalhães – Consentiu, **titia**?

D. Leocádia – Em reduzir a China a um ano? Mas ele agora quer a vida inteira.

Magalhães – Estás doido?

D. Leocádia – Sim, a vida inteira, mas é para casar. (D. Carlota fala baixo a D. Adelaide) **Você** entende **Magalhães**? (ASSIS, [1896]2018, cena xiv)

(66) D. Leocádia – A princípio, cuidei que era. Mas o melhor foi quando se serviu o peru. Perguntei-lho que tal achava o peru. Ficou pálido, deixou cair o garfo, fechou os olhos e não me respondeu. Eu ia chamar a atenção de **vocês**, quando ele abriu os olhos e disse com voz surda: “D. Leocádia, eu não conheço o Peru...” Eu, espantada, perguntei: “Pois não está comendo?...”. “Não falo desta pobre ave; falo-lhe da república”.

Magalhães – Pois conhece a república.

D. Leocádia – Então mentiu. (ASSIS, [1896]2018, cena ii)

(67) Magalhães – Não, porque nunca lá foi.

D. Leocádia (a D. Adelaide) – Mau! **seu** marido parece que também está virando o juízo. (A Magalhães) Conhece então o Peru, como **vocês** estão conhecendo a Grécia... pelos livros. (ASSIS, [1896]2018, cena iv)

(68) Magalhães – Entendido o quê?

D. Leocádia – Vou curar o **seu** amigo **Cavalcante**. Do que é que **vocês** se espantam?

D. Adelaide – De nada.

Magalhães – De nada, mas...

D. Leocádia – Mas quê?

Magalhães – Parece-me...

D. Leocádia – Não parece nada; **vocês** são uns ingratos. Pois se confessam que eu curei o nariz de um e a hipocondria do outro, como é que põem em dúvida que eu possa curar a maluquice do **Cavalcante**? Vou curá-lo. Ele virá hoje? (ASSIS, [1896]2018, cena ii)

(69) Magalhães (a D. Leocádia) – **Cavalcante** disse-me que vai

embora; eu vim correndo saber o que é que lhe receitou.

D. Leocádia – Receitei-lhe um remédio enérgico, mas que há de salvá-lo. Não são consolações de cacaracá. Coitado! Sofre muito, está gravemente doente; mas, descansem, meus filhos, juro-lhes, à fé do meu grau, que hei de curá-lo. Tudo é que me obedeça, e êste obedece. Oh! aquêlê crê em mim. E **vocês**, meus filhos? Como vão os meus **doentezinhos**? Não é verdade que estão curados? (Sai pelo fundo). (ASSIS, [1896]2018, cena ix)

A análise dos dados do texto 3 atesta jornada gradual do pronome possessivo de 3ª pessoa rumo a um uso mais pessoal e em contextos mais afetivos, ou seja, uma jornada de “cordialização”. A forma *seu*, cooptada para 2ª pessoa no texto 1 e concorrente de *vosso*, ocorre em contextos de formalidade no texto 2, mas também de menor formalidade. Agora, no texto 3, aprofunda o avanço em direção à 2ª pessoa, concorrendo com *teu*, e torna-se predominante em contextos de maior pessoalidade e afetividade. Trata-se, assim, de um estágio mais avançado em seu caminho cordial de aproximação.

Considerando as formas de tratamento que acompanham e marcam o contexto textual, nota-se o significativo aumento das ocorrências de *você*, que agora aparece mais proporcional em relação ao aumento do uso de *seu* na 2ª pessoa e passa a ocorrer em contextos mais pessoais e afetivos, sugerindo propriedades cordiais. Mantém-se o indicativo acerca da simplificação do emprego das expressões de tratamento formais, percebida no texto 2, assim como a deferência com a construção *Sr./Dr.* como marca de não-intimidade, mas sem alterar a afetividade quando associada, por exemplo, a contextos com diminutivo. Trata-se, pois, de formalidade não hierarquizada pelo *status* social.

5.3 Aprofundamento sobre os dados levantados e as propriedades de cordialidade

Apresentados os dados e devidamente identificados os pronomes possessivos em uso de 2ª pessoa e seus contextos de ocorrência em cada texto, daremos prosseguimento nas próximas subseções à análise comparativa e qualitativa desses dados.

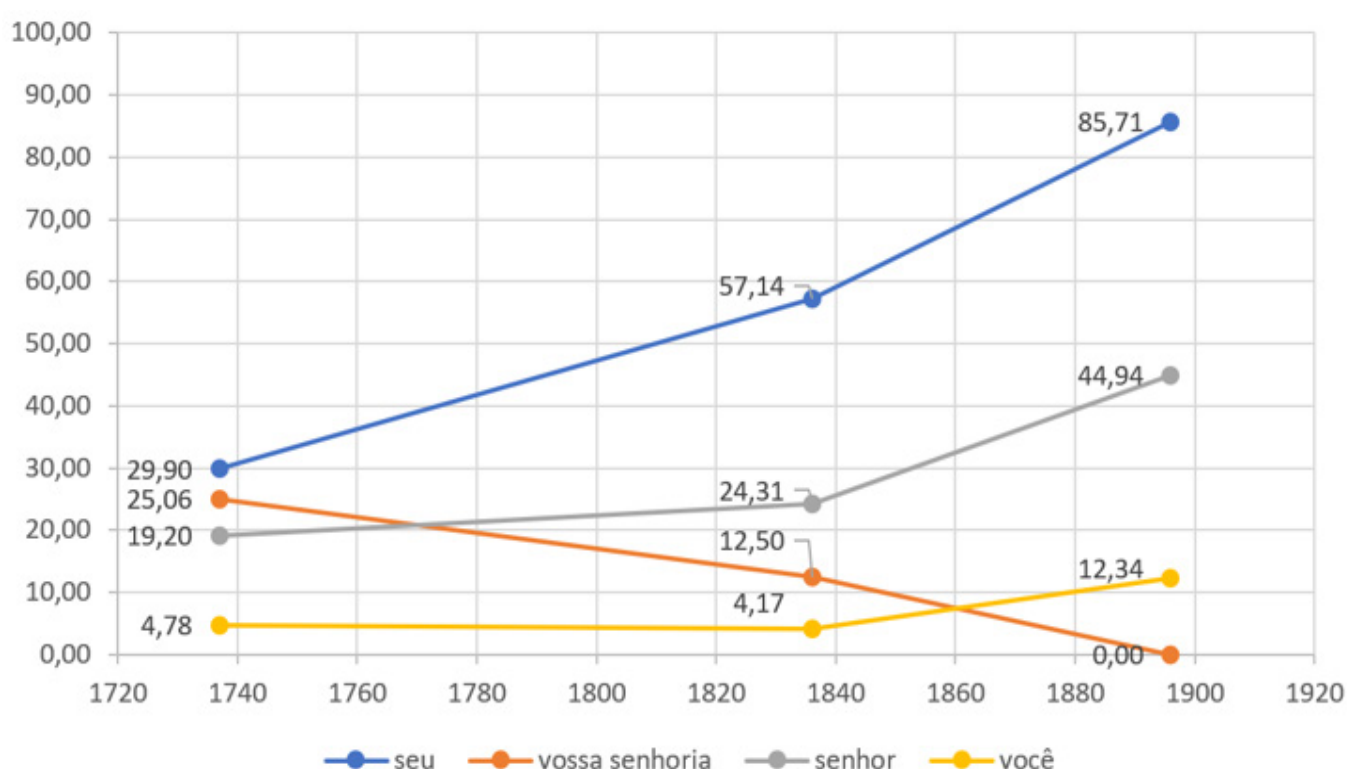
5.3.1 Análise comparativa entre os dados dos três textos

O comparativo das ocorrências analisadas nos três textos aponta na direção das hipóteses deste trabalho: a cooptação de *seu* para a 2ª pessoa e a relação entre essa cooptação e determinadas propriedades semânticas identificadas no contexto de uso de *seu* interpretado na 2ª pessoa, ou seja, as propriedades semânticas que associamos à noção de cordialidade. É digno de nota também que, não por acaso, essa mudança acompanha o movimento histórico do país em direção à construção de sua própria identidade.

As situações comunicativas são semelhantes, mas há algumas diferenças de contexto. No primeiro texto o ambiente parece urbano com pessoas de diferentes estratos sociais. No segundo, o ambiente é rural ou interiorano, também com pessoas de diferentes estratos, e no terceiro, ambiente aparentemente urbano, como na primeira peça, mas com personagens de estratos sociais assemelhados. O padrão que encontrarmos quanto ao uso de uma forma de tratamento, que gradativamente se afetiva e pessoaliza, não pode ser imputado, então, exclusivamente, aos aspectos sociais de classe ou contexto social. Mas é possível inferir que os três textos, que refletem também três momentos históricos distintos da língua portuguesa, “carregam” com a língua e por meio dela, as conceptualizações coletivas culturais que lhes são inerentes.

Considerando a formalidade no tratamento, quanto maior, menor o uso de *seu* em 2ª pessoa. Ao ser cooptado para a 2ª pessoa, em princípio, *seu* concorre com *vosso*, que é mais formal, isto é, ocorre em contextos de maior formalidade. Em seguida, após suplantado *vosso*, concorre com *teu*, migrando para contextos de maiores afetividade e pessoalidade. Observe-se o Gráfico 13:

Gráfico 13 – Relação entre *seu* em 2ª pessoa e formas de tratamento pronominais nos três textos (%)



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

De acordo com a forma de tratamento escolhida, podemos perceber o comportamento das personagens no que tange ao maior distanciamento (maior formalidade) ou aproximação (maiores pessoalidade e afetividade) no trato interpessoal. Foi possível notar clara relação entre o uso de *seu* e de *senhor* como forma de tratamento. Tanto os usos dos possessivos quanto os das formas de tratamento aumentaram com o passar do tempo: *seu* passa de 29,90% das ocorrências de possessivo de 2ª pessoa no texto 1 para

57,14% no texto 2 e 85,71% no texto 3, enquanto *senhor* passa de 19,20% no texto 1 para 24,31% no texto 2 e 44,94% no texto 3.

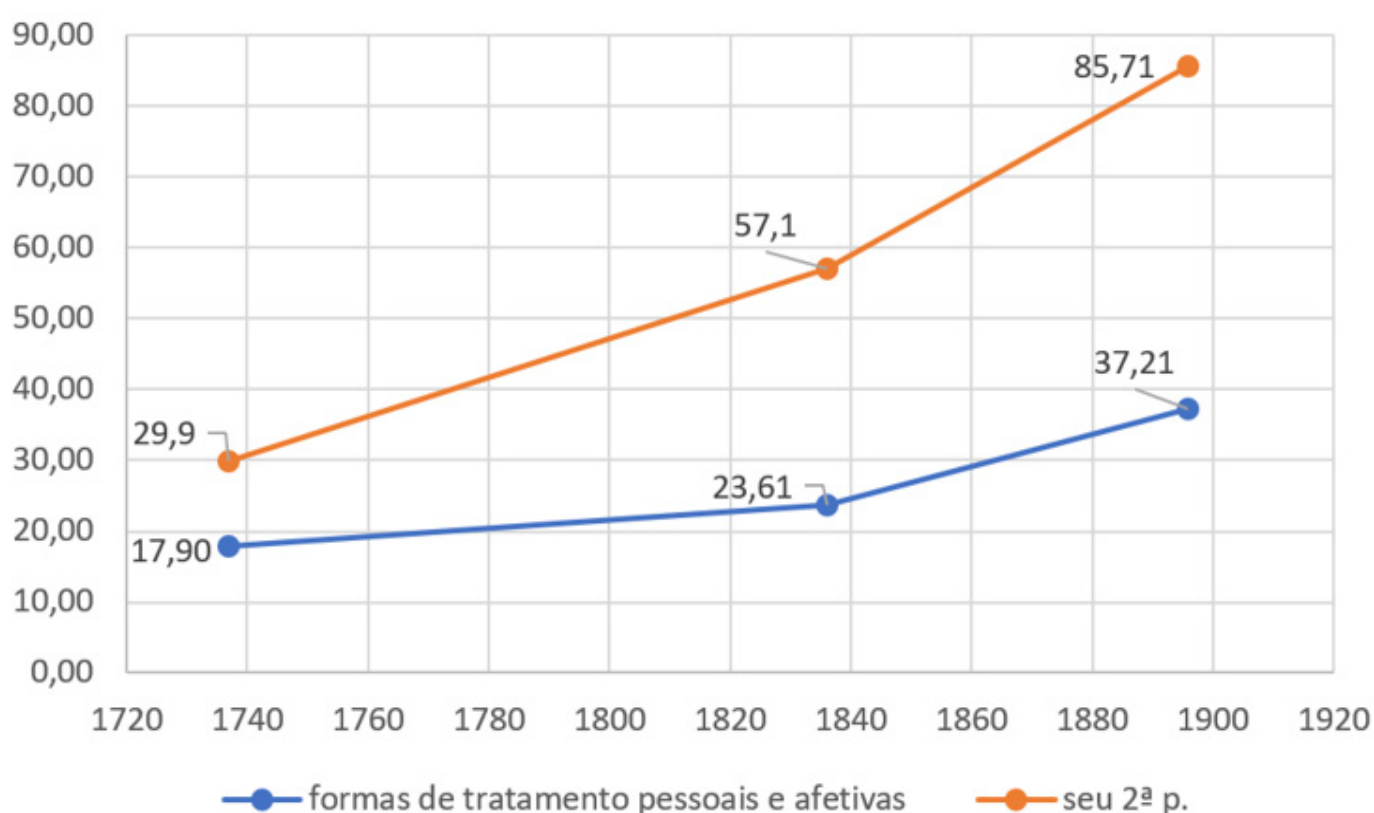
Ao mesmo tempo, foi possível ver a relação inversamente proporcional entre *seu* e formas de tratamento como *Vossa Senhoria*: enquanto os percentuais de *seu* crescem no uso de 2ª pessoa, como vimos, *Vossa Senhoria*, que correspondia à forma predominante de tratamento no texto 1 (25,06%), cai para 12,50% no texto 2 e chega a 0 no texto 3.

Contudo, não foi possível estabelecer essa relação tão clara com a forma *você*, cujo uso permanece estável nos 2 primeiros textos estudados: 4,78% das formas de tratamento do texto 1 e 4,17% no texto 2. O uso de *você* cresce, aparentemente acompanhando o crescimento do possessivo, apenas a partir do texto 3, quando registra 12 ocorrências, ou 34% das formas de tratamento escolhidas pelos falantes. Tal como observado por Martins e Vargas (2014), o pleno uso do *seu* em 2ª pessoa é anterior ao pleno uso de *você*. A relação de uso proporcional entre os dois pronomes só pôde ser verificada a partir da segunda metade do século XIX. Entretanto, foi possível notar relação inversamente proporcional entre, por um lado, o maior uso de *seu* e o uso decrescente de formas de tratamento mais formais, como *Vossa Senhoria*; e, por outro lado, relação proporcional entre o uso de *seu* na 2ª pessoa e o crescimento do uso de *senhor*, que substitui *Vossa Senhoria* e outras expressões de tratamento mais formais.

Quando analisamos mais de perto os diminutivos e seu uso no contexto dos tratamentos nominais, obtemos: texto 1, de 93 ocorrências, 4 são diminutivos (4,3%); texto 2, de 79 ocorrências, 7 são diminutivos (7,75%); e texto 3, de 26 ocorrências, 5 são diminutivos (19,23%). Ou seja, ocorre uso proporcional crescente não do número total de diminutivos, mas do uso do diminutivo como forma de tratamento. Somados esses dados referentes ao uso do diminutivo aos usos de primeiro nome como forma de tratamento

(a saber, 13,60% no texto 1, 15,86% no texto 2 e 17,98% no texto 3), e comparados aos dados do uso de *seu* em 2ª pessoa, obtém-se o Gráfico 14. Destaca-se que chamamos “formas de tratamento pessoais e afetivas” a soma do uso do diminutivo com o do primeiro nome como formas de tratamento:

Gráfico 14 – Relação entre *seu* em 2ª pessoa e formas de tratamento pessoais e afetivas nos três textos (%)



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Desse modo, os dados acerca das formas pronominais e nominais indicam que *seu* não perde a possibilidade de uso mais formal, mas agrega propriedades mais afetivas e pessoais, que foram medidas pelos usos de diminutivo e de primeiro nome como formas de tratamento em relação às formas de tratamento nominais. Observa-se que assim como o uso de *seu* cresce no decorrer das obras, os usos de diminutivo e de primeiro nome, dentro do montante das formas de tratamento, aumentam. Em outras palavras, os dados

ilustram o que entendemos ocorrer: que dentre as maneiras de tratar, escolhe-se cada vez mais o primeiro nome; e, dentre os usos do diminutivo, escolhe-se aquele direcionado às pessoas (tratamento afetivo). O uso do diminutivo, marca de afetividade para Holanda ([1936]2015), cresce assim como o uso do primeiro nome, marca de pessoalidade, e crescem carregando de cordialidade o contexto.

A comparação dos dados apresentados até aqui ilustra, portanto, o percurso de *seu*: o movimento dele, cooptado para a 2ª pessoa, em consonância com um contexto comunicativo cordialmente mais prototípico, quer dizer, menos formal, mais afetivo e mais pessoal, o que vem em apoio à hipótese proposta neste livro.

Sobre o uso da alcunha como forma de tratamento, nota-se que está ligado à construção do humor do gênero textual. Nesse sentido, as alcunhas parecem acompanhar mais a quantidade de personagens que o texto teatral possui que o uso do pronome possessivo de 2ª pessoa ou recursos de aproximação (afetividade e pessoalidade), isto é: quanto menor o número de personagens do texto, menor o número de alcunhas sendo usadas como forma de tratamento. De sorte que, ainda que o texto 1 seja mais extenso, e o texto 3 tenha apresentado mais marcas pessoais, será o texto 2, com maior número de personagens, o com maior ocorrência de alcunhas, diferentemente da tendência que seguem o primeiro nome e o diminutivo. Não exploraremos essa correlação neste trabalho.

Lembramos mais uma vez nosso foco e nossa abordagem qualitativa dos dados. Ao indicar a possibilidade de se estabelecer correlação diretamente proporcional entre aumento do uso do diminutivo e do primeiro nome nas formas de tratamento, constata-se o incremento de um tratamento mais afetivo e pessoal, o que parece se refletir também no aumento do uso do pronome *seu* na 2ª pessoa, assim como é possível indicar correlação inversamente

proporcional quando se observam as ocorrências das formas de tratamento mais formais e o uso do pronome na 2ª pessoa. Nossa análise parece, portanto, sustentar a proposta de que um modelo cultural, no que se refere aos modos como se dão as relações interpessoais, pode contribuir para a gestação de fenômenos de variação/mudança linguística.

A cordialidade como modelo cultural, cuja aversão à impessoalidade e conseqüente busca por proximidade, a qual se manifesta, por exemplo, na preferência por forma de tratamento menos formal, mais afetiva e mais pessoal, apresenta-se, assim, como recurso explicativo para os fenômenos aqui descritos. Dessa maneira, *seu*, que aparece associado a *vossa mercê/vossa excelência* e *vossa senhoria* no texto 1, já é, na verdade, um *seu* cooptado para a 2ª pessoa, em movimento que o retira do público em direção ao privado, em um processo, portanto, de personalização.

Os dados dos textos 2 e 3 indicam a continuidade de tal movimento de “aproximação”. À medida que a própria cultura brasileira se constitui, distanciando-se da de Portugal, *seu* completa o “movimento cordial”, ou seja, se torna portador de maior afetividade, maior pessoalidade e menor formalidade, propriedades características de um modelo cognitivo-cultural intuído por Holanda por meio da noção de cordialidade.

Essa noção está presente no esquema cognitivo-cultural brasileiro, mas não é exclusiva dele (HOLANDA, [1936]2015) nem tampouco universal ou igualmente distribuída entre os membros do modelo cultural (SHARIFIAN, 2011). Em outras palavras, entende-se que dos falantes do PB emergem conceptualizações cognitivas culturalmente construídas, negociadas e renegociadas na interação, sendo a cordialidade uma dessas conceptualizações ou um esquema cultural de comportamento, compatível com a definição de um modelo cultural (D’ANDRADE, 1995; D’ANDRADE; STRAUSS, 1992; HOLLAND; QUINN, 1987; STRAUSS; QUINN,

1998; BENNARDO; MUNCK, 2014) que se manifesta em várias esferas da vida, inclusive na língua, e que pode ser observado tanto no fenômeno de variação/mudança quanto nas concorrências dos usos dos pronomes possessivos de 2ª pessoa *teu* e *seu*.

Um sinal dessa manifestação se dá pela migração de usos desses elementos que modulam, ganhando propriedades, mas também mantendo resquícios do distanciamento que exibiam na forma original (HOPPER, 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; GRONDELAERS; SPEELMAN; GEERAERTS, 2007). Os fenômenos de variação/mudança observados não são outra coisa senão resultantes das manifestações do processo de renegociação de uma conceptualização coletiva.

5.3.2 A gradualidade das propriedades da cordialidade

Como dito anteriormente (seção 2.2), estudos cognitivos relacionados à variação linguística entendem que compreender o que motiva uma variação/mudança linguística exige compreender o que motiva a escolha dos falantes e, entre esses motivos, os aspectos cognitivos devem ser considerados. Esse pressuposto, apontado por Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007) e por Kristiansen e Dirven (2008), ecoa na tese de que conceptualizações culturais possam ser tomadas, como estamos propondo, como fatores de variação/mudança linguística. Além disso, Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007, p. 990) desenvolvem a aplicação da perspectiva de gradação prototípica aos estudos sociolinguísticos, convertendo as características da prototipicidade em uma afirmação sobre a estrutura da mudança semântica, ou seja: a variação/mudança linguística se faz pela perda de propriedades centrais que caracterizam os itens periféricos de um item prototípico. Dito de outro modo, uma variante é uma modulação de um caso central, de

um item prototípico.

Assim, com o intuito de explicitar o processo de variação/mudança que nos ocupa, buscaremos apontar de que maneira se pode (ou não) dizer que no fenômeno de variação/mudança estudado, as formas *teu* e *seu* perdem ou adquirem propriedades semânticas à medida que avançam no tempo e passam a concorrer com os pronomes possessivos de 2ª pessoa. Para tanto, primeiramente, vamos classificar semanticamente cada forma de tratamento utilizada em cada texto. A partir dessa classificação, esperamos evidenciar o contexto semântico de cada texto em relação às propriedades semânticas da cordialidade já identificadas, a saber, menor formalidade, maior pessoalidade e maior afetividade. Para classificar semanticamente o contexto como de maiores ou menores pessoalidade e afetividade, considerou-se que as formas de tratamento, em especial as nominais, são marcas de afetividade e pessoalidade (Kerbrat-Orecchioni, 2011, p. 37). Em um segundo momento, buscaremos relacionar o uso do pronome possessivo *seu* como de 2ª pessoa e o contexto semântico identificado e classificado em cada texto e, assim, evidenciar a quais propriedades semânticas se associa. Se associa-se às propriedades semânticas da cordialidade, associa-se à cordialidade (modelo cultural). Evidencia-se, pois, a motivação cognitiva cultural na manifestação das propriedades agregadas ao contexto do possessivo.

No Quadro 1, apontamos, de início, o conjunto de formas de tratamento identificadas e extraídas de cada texto. Essas formas foram classificadas morfológicamente como pronominais ou nominais e semanticamente conforme suas propriedades cordiais: maior formalidade e menor formalidade (maior pessoalidade e maior afetividade). Diante de cada termo, entre colchetes, temos os números absolutos de ocorrência em cada texto:

FORMAS DE TRATAMENTO E “CORDIALIDADE”:
MUDANÇA LINGUÍSTICA E CONCEPÇÕES CULTURAIS

Quadro 1 – Formas de tratamento (FT) classificadas

	Pronominais		Nominiais		
	Mais formais	Menos formais	Mais formais	Menos formais	
TEXTO 1 FT TOTAIS: 249	Senhor [25]; Dona [4]; Morgado/a (título) [8]; Vossa senhoria [64]; Vossa mercê [17]	Vossê [12] Meu Senhor [23] Vossia [3]	Genro [29]; Primeiro nome precedido de Sra. (Sra. Pabulea) [3]; Alcunha precedida de pronome de tratamento (Sra. Mulher) [1]	amigo [5] Meu Rico/a [9] Meu pai [1] Minha filha [8] Lambaz [3] Pascoela [17] Leandro [2]	Salcim [10] Paisinho [1] Maridinho [1] Amorzinho [1] Amasinha [1] Mofina [1]
TEXTO 2 FT TOTAIS: 145	Vossa senhoria [18] Senhor [31] Dona [3] Ilmo. [3] Vossa [1]	Você [6] (Sra.) Doninha [1] Meu Senhor [3]	(Sr.) Juiz [9]; (Sr.) Escrivão [12]; Primeiro nome precedido de Sr./Sra. (Sra. Maria Rosa; Sr, Manuel João, Sr. Inácio José, Sr. Tomas; Sr. Gregório) [16]	amigo [6] homem [6] menina [2] malcriado [1] brejeiro [1] (meu) pai [5] mãe [7] rapariga [1]	mulher [2] rapaz [2] sujeito [1] Manuel João [1] Antônio [1] Aninha [5] Agostinho [1]
TEXTO 3 FT TOTAIS: 90	Vossa excelência [1] Senhor [35] Dona [2] Doutor [10]	Você [11] Minha senhora [5]	Sobrenome precedido de Dr. (Cavalcante) [3]	marido [1] amigo [1] sobrinho [1] primo [1] (minha) tia [1] (meus) filhos [1] titia [1]	mamãe [1]; doentezinhos [3]; Leocádea [2]; Carlota [5]; Adelaide [1]; Sobrenome não precedido de Sr. ou Dr. (Magalhães) [4]

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

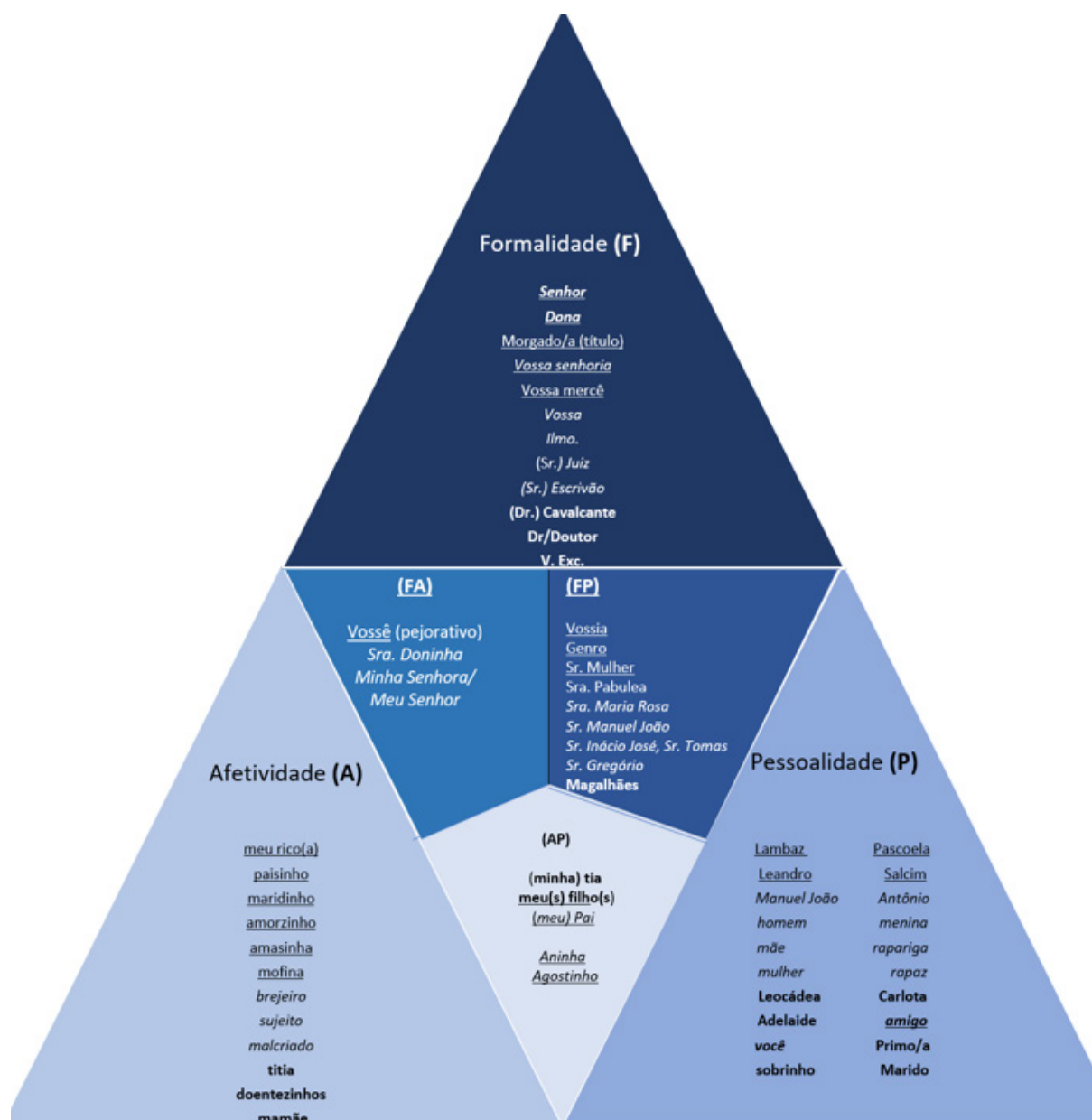
Os dados recém-mencionados permitem-nos observar que,

no interior das formas de tratamento nominais e pronominais, é possível estabelecer subclassificações com base em uma gradação quanto à formalidade, o que favorece, como veremos, uma abordagem renovada acerca dos dados apresentados nas Tabelas 1, 2 e 3. Trata-se de dados já contemplados, mas que, por meio da classificação do Quadro 1, favorecem análise semântica que leva em conta a noção de gradualidade de propriedades.

A análise da gradação das propriedades semânticas atribuídas à cordialidade pode ser explicitada por meio da Figura 8, na qual detalhamos a classificação das formas de tratamento distinguindo, dentre as menos formais, aquelas de maior pessoalidade e de maior afetividade, bem como a junção de propriedades, ou seja, quando, de uma forma de tratamento, é possível destacar mais de uma propriedade semântica. Um exemplo do que chamamos de junção de propriedades é o uso da forma *senhor* relacionada ao primeiro nome que, apesar de ser um tratamento formal, que guarda, portanto, algum distanciamento, perde o caráter de marca hierárquica que era inerente às formas de tratamento que substitui (*V. S.a./V. Exce.*), passando a ser uma forma de tratamento de menor formalidade e maior pessoalidade. Nessa descrição, considerou-se, mais uma vez, a intuição e alguns dos exemplos trazidos por Holanda ([1936]2015, pp. 176-82): a menor formalidade refletida no tratamento que rejeita a hierarquia, porque o tratamento formal é, sobretudo, o que marca a hierarquia; a pessoalidade, que equivale à busca de intimidade; e, por fim, a afetividade, que está presente na proeminência do privado e nas emoções, marcada linguisticamente, especialmente, pelo diminutivo. Dessa forma, classificou-se e distribuiu-se as formas de tratamento em, predominantemente formais (F), pessoais (P), afetivas (A) ou, quando não foi possível distinguir uma propriedade predominante, classificou-se a junção ou a mescla delas: formal e pessoal (FP), afetiva e pessoal (AP), e formal e afetiva (FA).

Assim, na Figura 8 representamos a distribuição das formas de tratamento em graduações de azul, sendo os tons mais fortes associados aos traços formais e os mais fracos associados a propriedades mais pessoais e afetivas. Com sublinhado destacamos as expressões que ocorrem no texto 1, com itálico as do *texto 2* e com negrito as do **texto 3**. Quando essas marcações se apresentam de maneira acumulativa, significa que a expressão ocorre em mais de um texto, conforme as marcações que apresentar:

Figura 8 – Formas de tratamento (FT) classificadas conforme propriedades semânticas



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

A partir das classificações apresentadas no Quadro 1 e na Figura 8, elaborou-se os Gráficos 15, 16 e 17 com o intuito de observar a distribuição das propriedades semânticas, em percentual, em cada texto. Para tanto, combinando essas classificações, calculou-se os percentuais de cada propriedade em cada texto. Vejamos os gráficos:

Gráficos 15, 16 e 17 – Distribuição de ocorrências de propriedades semânticas nos três textos (%)



**Gráfico 17 – Propriedades
semânticas – texto 3**



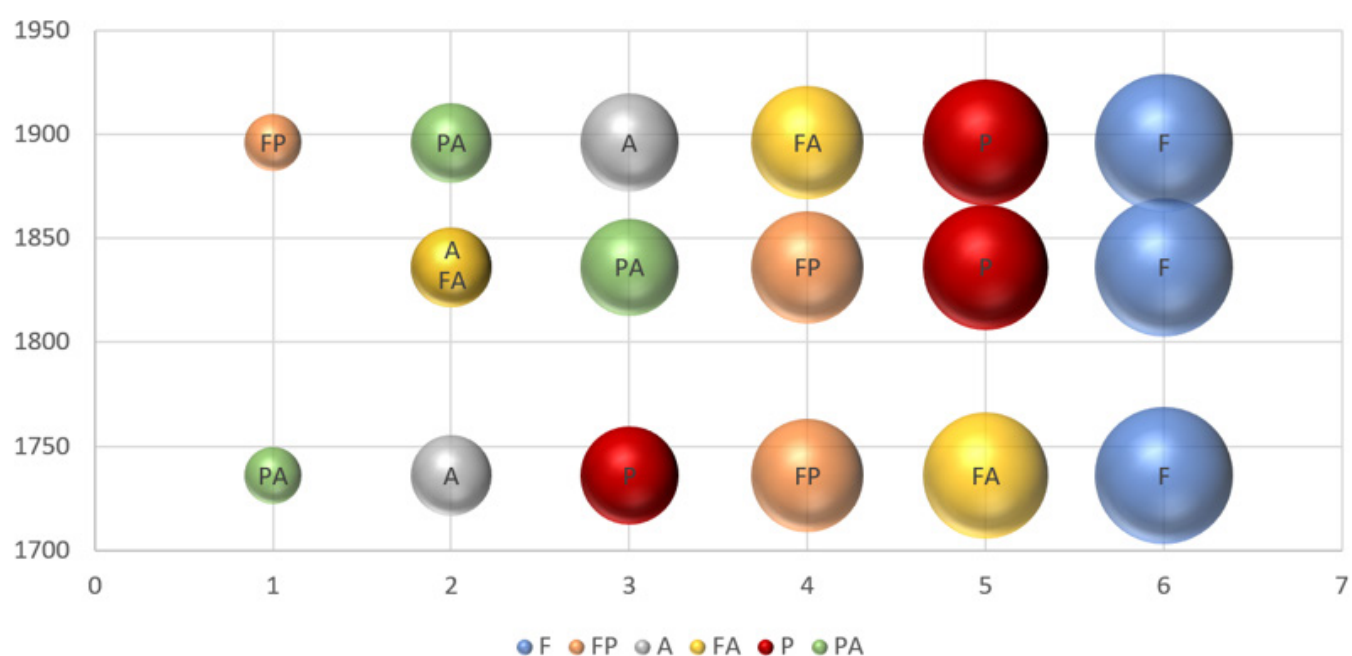
Fonte: Elaborados pela autora (2020).

Ao avaliar tais gráficos nota-se a permanência da formalidade como item mais proeminente nos 3 textos; contudo, nos textos 2 e 3, em que a forma *seu* avança para a posição da forma *vosso* e, em seguida, concorre com a forma *teu*, temos um desenho semelhante: um pico na incidência de formas de tratamento dotadas de pessoalidade. Além disso, somados os percentuais de incidência das propriedades com algum grau de formalidade, (F), (FP) e (FA), e os das propriedades (P), (A) e (PA), excluída a formalidade, os números indicam maior dispersão das formas de tratamento em direção às propriedades informais: o texto 1 tem 22,1% de incidência de formas de tratamento pessoais e/ou afetivas; sobre as mesmas propriedades, as incidências nos textos 2 e 3 são, respectivamente, 34,1% e 33,8%. O incremento de pessoalidade associado ao esvaziamento de FP parecem ser os principais fatores que explicariam tais percentuais. A pessoalidade, nos gráficos, apresenta-se como primeira propriedade a se evidenciar no modelo cordial.

O Gráfico 18 pretende alcançar dois objetivos – 1) compreender o papel de cada propriedade em cada texto; e 2) comparar possíveis

alterações relacionadas a graus de proeminência da propriedade de um texto em relação a outra – e foi elaborado com a seguinte representação: as seis propriedades são esferas de cores e tamanhos que variam conforme a propriedade a que se referem; além disso, relaciona-se a incidência a partir dos percentuais expressos nos Gráficos 15, 16 e 17 e cada propriedade foi ordenada conforme sua maior incidência em cada da texto. A propriedade mais incidente em um texto recebeu o número 6, a segunda mais incidente, o número 5, sucessivamente até o número 1. No eixo y temos o tempo (anos em que as peças foram escritas) e no eixo x temos os números de 1 a 7, representando cada incidência conforme a ordem estabelecida. Observando a relação entre a posição ocupada por cada propriedade e o tempo, representado pelos textos, ilustra-se – embora a formalidade permaneça – o referido incremento das marcas de pessoalidade e constata-se, ainda que mais discreto, um incremento na afetividade:

Gráfico 18 – Posição das propriedades semânticas nos três textos



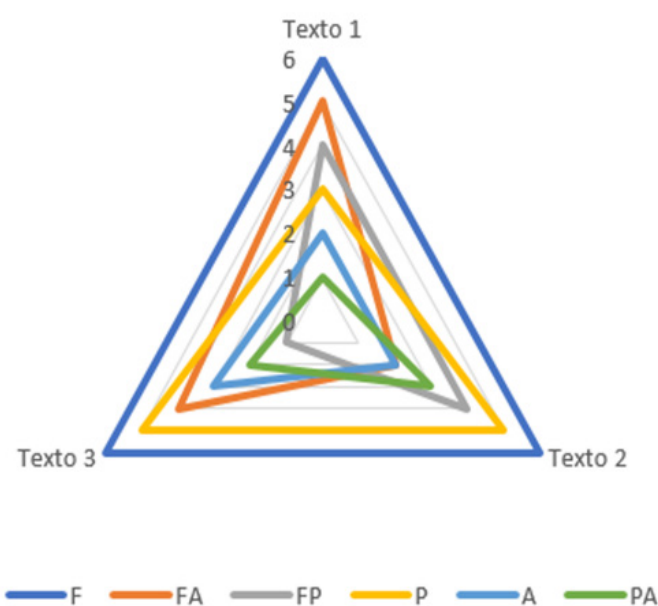
Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Ao observar o Gráfico 18 é possível relacionar o percurso das

formas de tratamento com o avanço do uso do possessivo *seu* na posição de 2ª pessoa: onde ele se torna a opção preferencial dos falantes na função de 2ª pessoa, texto 2 e texto 3, há avanço mais expressivo do posicionamento da propriedade de pessoalidade, mas também da afetividade, mesmo que em menor escala naquele momento, tomando-se como base a posição que a afetividade ocupava no texto 3.

Com o intuito de explicitar essa relação, propomos utilizar o Gráfico 19. Nele, cada propriedade é representada por uma cor. Nos vértices do triângulo mais externo temos cada texto. Aqui também se considerou os números apresentados no Quadro 1 e a classificação apresentada na Figura 8 para o cálculo dos percentuais de cada propriedade em cada texto e se classificou os percentuais de cada propriedade conforme sua incidência em cada texto, sendo 6 a propriedade de maior percentual e 1 a de menor. Dessa forma, cada propriedade (linha colorida) se aproxima ou se distancia de cada vértice conforme sua incidência em cada texto. Vejamos o Gráfico 19:

Gráfico 19 – Distribuição de ocorrências de propriedades semânticas nos três textos



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No Gráfico 19 podemos observar que as linhas que

representam as propriedades sem marcas mais formais (P, A, PA) aproximam-se mais dos vértices da base do triângulo, ou seja, são mais incidentes nos textos 2 e 3; e que a formalidade (F) permanece em ambos os textos com a mesma posição de incidência do texto 1, ou seja, como propriedade mais incidente. Esse desenho das linhas que representam (P), (A) e (PA) ilustra que nos textos em que *seu* é a escolha preferencial do falante para ocupar a posição de 2ª pessoa há também contexto de maiores afetividade e pessoalidade.

Considerando a classificação de 1 a 6 estabelecida em relação às ocorrências do pronome possessivo *seu* já analisadas em cada texto (Cf. seção 4.2), o Gráfico 19 indica a gradualidade que se pode estabelecer entre a maior ocorrência desse pronome no uso em 2ª pessoa e as propriedades semânticas cordiais: a pessoalidade é mais evidente nos textos 2 e 3. A afetividade parece pouco mais significativa no contexto do texto 3 em relação aos demais. Apenas no texto 3 temos duas propriedades afetivas (A e FA) ocupando 2 das 4 primeiras posições de incidência.

Ao mesmo tempo, a formalidade não desaparece ou não é perdida completamente, em consonância com o princípio de permanência de Hopper (1991) e Hopper e Traugott (2003). *Seu*, ao ser cooptado para ser empregado em lugar das formas de 2ª pessoa, tem uso formal, mas passa a ser a escolha do falante também em contexto menos formal, com maior presença de propriedades que compõem a cordialidade. Importante lembrar que isso se dá num contexto histórico-social de reflexão e construção da identidade nacional (texto 2, escrito pós Independência do Brasil, no Período Regencial, e texto 3, no contexto da Proclamação da República), momento de negociações e renegociações de conceptualizações coletivas, propício à emergência de um modelo cognitivo-cultural. Retomando os pressupostos da Linguística Cultural, posto que linguagem e língua se formam e informam na cultura e manifestam a cognição corporificada, afirmamos novamente com Yu (2014, p.

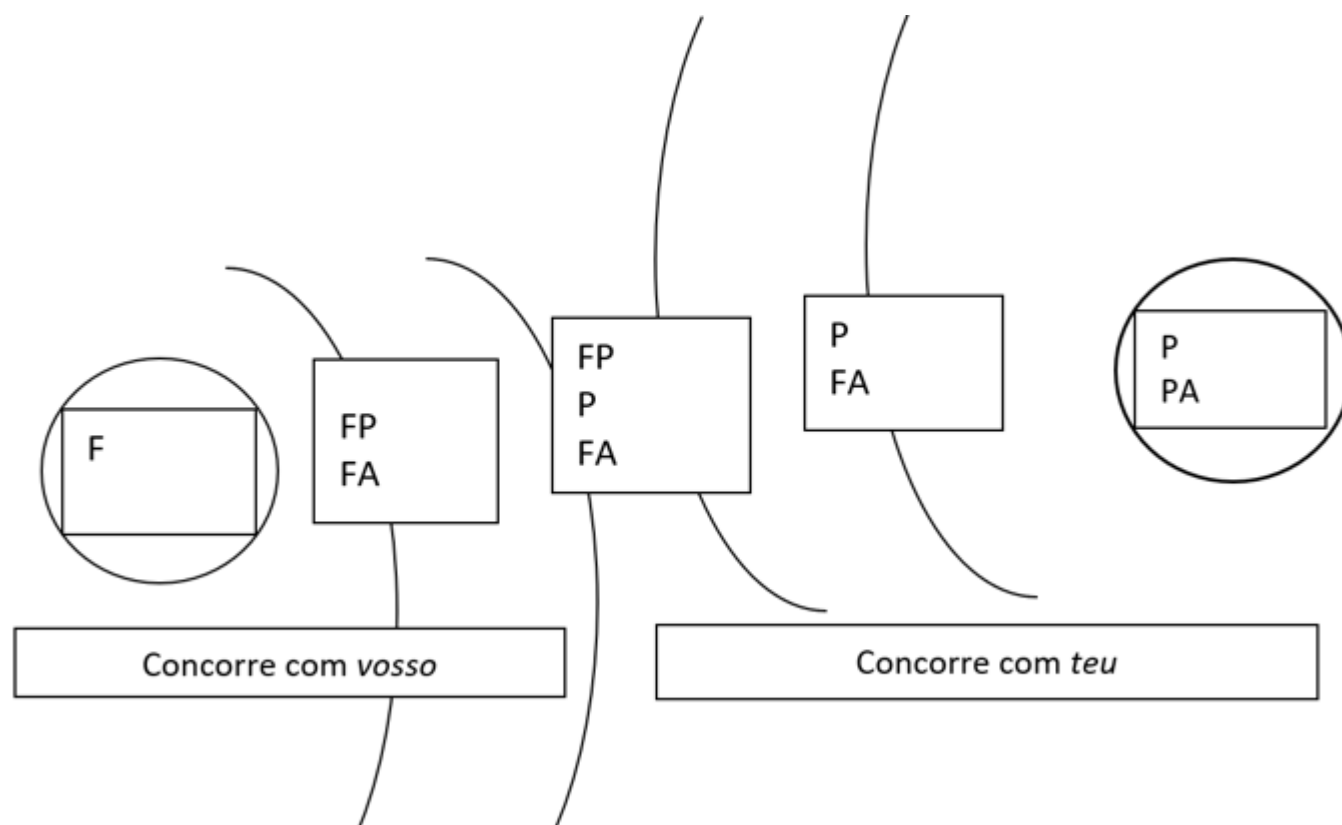
233) que a língua pode revelar essa identidade histórica e cultural do grupo.

Nota-se que, mesmo que possa ser vista como inovadora na perspectiva dos estudos da História Social da linguagem, nossa proposta, especialmente no que tange a perda de propriedades mais formais e ganho de propriedades menos formais, encontra ecos em fenômenos já observados anteriormente por outros autores. Menon (1997), Ramos (2011), Machado (2011), Martins e Vargas (2014) e Lucena (2016) atestaram preferência em PB pela realização de formas que implicam menor formalidade de tratamento, em que prevalecem não apenas a perda de formalidade, mas ainda ganho de intimidade.

Um sinal de manifestação do modelo cultural da cordialidade se daria, então, pela movimentação de elementos que migram da expressão de propriedades mais formais para menos formais, para o uso em contexto de maiores pessoalidade e afetividade, o que, como vimos, é uma aplicação do modelo de Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007). Retomando Hopper (1991), Hopper e Traugott (2003) e Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007), a mudança pode ser concebida então como gradação de propriedades, acrescidas ou excluídas, que distinguem o item central (prototípico) do periférico (variante).

Na Figura 9, é possível visualizar essa proposta de modulação de *seu* na posição de 2ª pessoa e do fenômeno de variação/mudança envolvendo *teu/seu* e *vosso/seu* a partir da perspectiva de perdas e ganhos gradativos de propriedades semânticas associadas às formas de tratamento:

Figura 9 – Modulação do contexto de *seu* no uso de 2ª pessoa



Fonte: Elaborada pela autora (2021).

A partir da mesma classificação ilustrada nas figuras anteriores, agora, na Figura 9, temos a representação da gradação semântica relacionada a perda e ganho de propriedades semânticas no contexto de ocorrência do possessivo *seu*, nos termos de Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007), como anteriormente interpretado na Figura 2. Em outras palavras, nota-se no contexto ganho de propriedades semânticas que distanciam *seu* do item central (prototípico) no processo de variação/mudança.

Poderíamos, assim, falar de um primeiro momento de concorrência em que *seu* é como uma modulação de *vosso*, cujo contexto semântico prototípico estaria representado no círculo à esquerda; e, em um segundo momento, torna-se modulação de *teu*, cujo contexto prototípico estaria representado no círculo à direita, pois a propriedade semântica (pessoalidade) que conduz a forma possessiva *seu* de 3ª pessoa para o uso como 2ª pessoa parece

gradativamente conduzi-la também da concorrência e suplantação de *vosso* à concorrência com a forma *teu*.

Pensando ainda na prototipicidade, poderíamos questionar se ao usarmos *seu* sempre há manifestação de todas as propriedades ou se o que ocorre é um tipo de apagamento de eventual distância hierárquica e incremento da pessoalidade. A Figura 9 ilustra a resposta a essa questão. Não necessariamente todas as propriedades coocorrem. A análise qualitativa dos dados indica que *seu* passa ser a opção preferencial de pronome em uso de 2ª pessoa em situações de maior ou menor formalidade (textos 1 e 2) e em situações de maior pessoalidade (textos 2 e 3). Percebe-se que essa evidência apoia um caminho de “pessoalização” do pronome de 3ª pessoa: a maior incidência do uso da forma *seu* cooptada para a 2ª pessoa é um caminho do público em direção ao privado.

Na concorrência que *seu* estabelece com *teu*, a qual observamos especialmente no texto 3, está a concorrência, entre os pronomes, pela preferência de uso em contexto de maior pessoalidade, mas também, de maior afetividade, posto que a análise dos três textos estudados caracteriza o contexto de uso da forma *teu* como não apenas mais pessoal, mas também mais afetivo. Apesar disso, os dados não asseguram que o pronome se torna mais afetivo.

Outra pergunta que se pode colocar é se a forma *teu* também será suplantada por *seu*, em 2ª pessoa. Na perspectiva da análise cognitivo-cultural proposta a resposta seria provavelmente negativa, salvo se outros fatores de ordem sociológica passarem a atuar. Afinal, se o fator motivador da variação/mudança observado é a cordialidade, na forma de suas propriedades semânticas, onde e quando *teu* conservar tais propriedades continua a prevalecer a cordialidade como conceptualização cultural, como observado por Scherre *et al.* (2015) nas regiões em que *teu* é usado.

Concluimos que a análise realizada se mostrou compatível com a hipótese proposta e atesta que os fenômenos de variação/

mudança no uso dos pronomes possessivos de 2ª pessoa relacionados às formas de tratamento do PB podem ser concebidos como motivados por um modelo cognitivo-cultural.

A conceptualização relevante é, como visto durante nosso percurso neste trabalho, a cordialidade percebida como modelo cultural – ou seja, há mudanças linguísticas associadas a processos cognitivos de reconhecimento de parceiros culturais, como dirá Labov (2010) – e como fruto da escolha do falante por uma forma culturalmente mais aceita, como em Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007). A análise dos textos, enfim, apoia nossa tese: à medida que a forma *seu* é cooptada para a 2ª pessoa, tornando-se mais produtiva e concorrente com *teu*, perde formalidade e ganha pessoalidade e afetividade, tornando-se “cordial”.

A partir dessa proposta, uma das questões relevantes é se o caminho da formalidade para a informalidade é “natural” ou se, nas palavras de Abraçado⁶⁶, “à medida que [o termo] se populariza, perde a força”. A essa questão propomos a reflexão seguinte: estamos apontando não apenas “perda de força”, entendida como perda de formalidade, mas também ganho semântico. Além disso, descrevemos um percurso de mudança específico, mas que a popularização ou, mais tecnicamente, o espraiamento da forma num uso determinado, se deu pela influência da conceptualização cultural, quer dizer, os falantes implementam a mudança para se adequar a um modelo cultural.

66 Observação feita durante a banca de qualificação desta tese em 28/2/2020.

6 CORDIALIDADE E POSSESSIVOS DE 2ª. P EM PB: COMO SE ATIVAM E SE MANIFESTAM OS MODELOS COGNITIVOS CULTURAIS.

Veamos agora mais detalhes sobre o modelo teórico utilizado, o qual considera a cultura enquanto produto de operações cognitivas, isto é, corpórea situada, como um sistema conceitual (KÖVECSES, 2017), e que também incorpora os elementos dos estudos históricos e antropológicos, em especial como proposto por Ariès ([1978] 2011) e Braudel ([1958]1982). Nessa perspectiva, chamamos grupo cultural um grupo de pessoas que conceptualizam mais ou menos da mesma maneira, compartilhando os mesmos modelos culturais (SHARIFIAN, 2011). Nessa visão, o que se chama de cultura é um sistema conceitual de valores, crenças e tradições. Esse sistema torna-se um modelo cognitivo à medida que é composto por conceptualizações culturais negociadas e renegociadas pelos membros do grupo (SHARIFIAN, 2011, 2017).

Em síntese, nossa proposta de modelos culturais são modelos distributivos emergentes, distribuídos de maneira heterogênea entre a comunidade de fala ao mesmo tempo que dela emerge (SHARIFIAN, 2011). Modelos culturais devem ser compreendidos como sinônimos de esquemas culturais ampliados (D’ANDRADE, 1987; STRAUSS; QUINN, 1998; KRONENFELD, 2008; BENNARDO; MUNCK, 2014), quais sejam, espécies de repositórios de crenças, valores e expectativas de comportamento baseados em nossas experiências vivenciadas e compartilhadas.

Posto isso, a cordialidade, tal como intuída por Holanda ([1936]2015) e por outros pensadores do Brasil, antes e depois dele

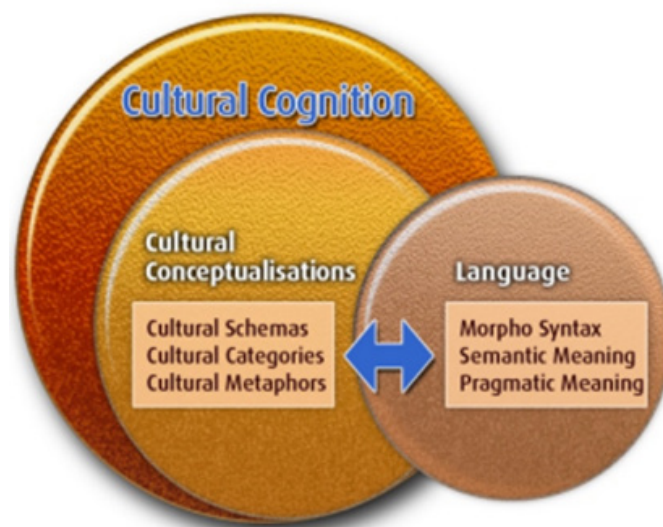
(VIANA, [1920]2005; FREYRE, [1933]2003; PRADO JR., [1942] 2011, para citar alguns), é para nós um modelo cultural no qual esquemas de crenças, valores e comportamentos esperados são avessos à impessoalidade. Quando Holanda, por exemplo, expõe sobre a reorganização da sociedade brasileira rumo à urbanização ou, nas já referidas palavras de Avelino Filho (1988), da “desagregação daquilo que se convencionou chamar de Brasil Colônia e o consequente enfraquecimento da cordialidade”⁶⁷, entendemos que a isso podemos associar Sharifian (2017, p. 31, tradução nossa) ao definir que “[...] um aspecto importante de nossa vida conceptual é o que pode ser chamado de reconceptualização de conceptualizações culturais”⁶⁸. Contudo, como também exposto anteriormente, tal reconceptualização está no tempo histórico da longa duração (BRAUDEL, [1958]1982), ainda registrado e identificável linguisticamente, posto que negociado e renegociado pelos membros do grupo cultural com e pela linguagem (SHARIFIAN, 2011).

A Figura 10 permite visualizar a proposta do modelo teórico como trabalhado por Sharifian (2017), especificamente no que tange a linguagem. Na Figura 11, em seguida, cotejamos a representação da Figura 10 com o fenômeno de variação/mudança analisado considerando a cordialidade como modelo cultural:

67 A intenção aqui é mostrar que a cordialidade entendida como modelo cultural compreende a percepção (já trazida por outros autores) de que é mutável, “não essencial”, mas não necessariamente defender seu enfraquecimento com a urbanização.

68 [...] an important aspect of our conceptual life is what can be referred to as the reconceptualization of cultural conceptualizations.

Figura 10 – Modelo teórico e analítico da Linguística cultural

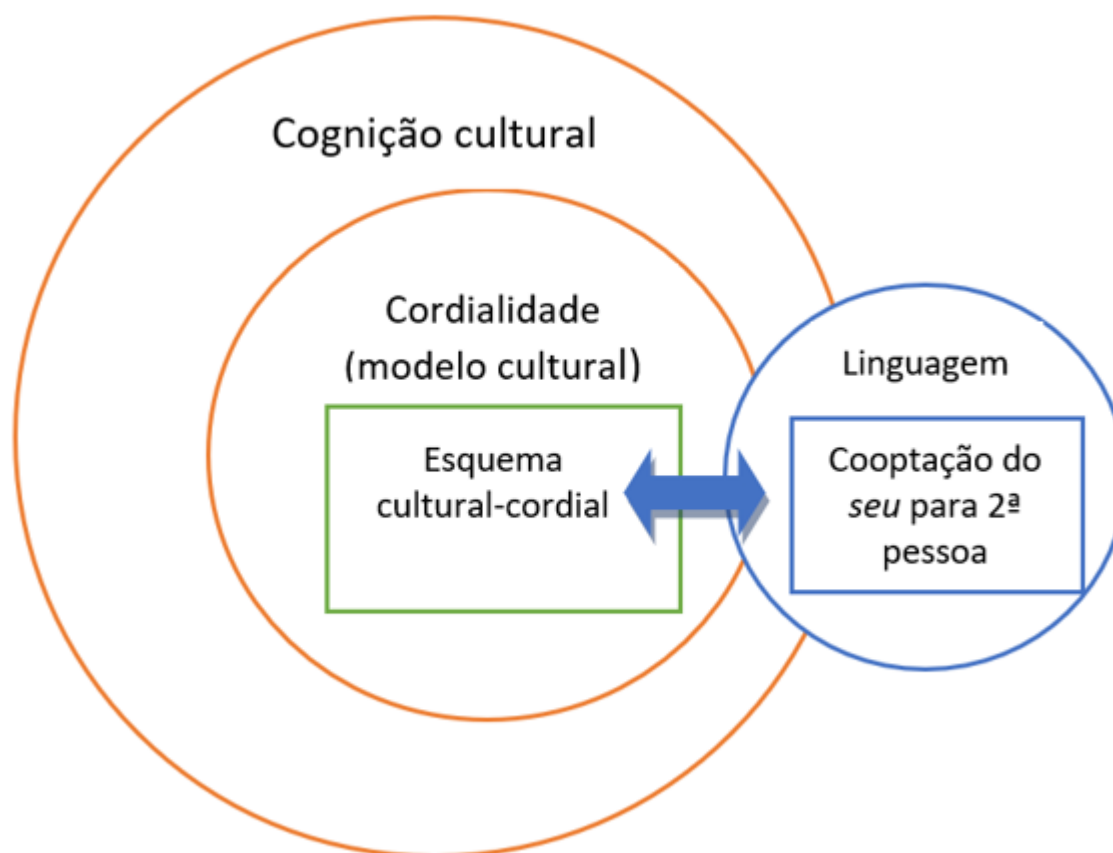


Fonte: Sharifian (2017, p. 31).

Observa-se na Figura 10 que o modelo cultural é representado pelo autor como conceptualizações culturais mais complexas, compostas de esquemas, metáforas e categorias culturais. Tais construções conceptuais realizam-se e/ou manifestam-se linguisticamente na morfologia, na sintaxe, na semântica e na pragmática. Consideramos, como já explicitado, o fenômeno de variação/mudança do uso em PB do pronome de 3ª pessoa *seu* no tratamento da 2ª pessoa diretamente motivado por um esquema cultural. O fenômeno de cooptação de um pronome de 3ª pessoa para o lugar da 2ª é, assim, resultado da manifestação de um modelo cultural de aversão à impessoalidade. Parafraseando Boas (1911, p. 67), temos o modelo cultural moldando a língua.

A representação gráfica do modelo cultural, considerando a proposta deste livro, que acaba de ser resumida, é como segue:

Figura 11 – Modelo cultural linguístico e a forma *seu*



Fonte: Elaborada pela autora (2021) A partir de Sharifian (2017).

Dito de outra maneira, na Figura 11, considerando que a cognição é individual, mas também processo coletivo, temos que a cordialidade ocupa o lugar de modelo cultural na cognição coletiva cultural e é constituída por um esquema cultural cordial, o que significa que apresenta valores e expectativas de comportamento menos formal, mais afetivo e mais pessoal. Tal construção conceptual realiza-se e/ou manifesta-se linguisticamente na cooptação de *seu* para posição de 2ª pessoa.

Se, então, a cordialidade é um modelo cultural e um mesmo indivíduo pode compartilhar de mais de um modelo cultural com outros indivíduos (SHARIFIAN, 2011), como funcionaria a “ativação” desse modelo específico na construção do sentido? A resposta pode se beneficiar das reflexões de Müller (2008, p. 190) acerca da ativação de metáforas cognitivas na comunicação para

compreender a ativação das conceptualizações em geral. Para a autora, a ativação de uma metáfora depende de contextos verbais específicos e de formas de uso específicas:

A lógica subjacente a este argumento é inspirada por uma visão fundamental fornecida pela etnometodologia e análise de conversação: os coparticipantes em uma interação mostram reciprocamente o que é pertinente para eles no momento da fala. Portanto, sugiro que uma expressão metafórica tornada saliente por um falante ou escritor para um coparticipante deve ser de alguma forma saliente para o próprio falante também. Colocando de outra forma, o que é construído como interativamente (ou interpessoalmente) saliente pode ser considerado intrapessoalmente saliente (e tal saliência implica ativação dos conceitos salientes no falante). (MÜLLER, 2008, p. 202)

Ao tratar da metaforicidade no caso da ativação de metáfora verbal, Müller (2008) considera que, ao usarmos uma expressão metafórica ela já está ativa conceitualmente para quem a comunica. Nas palavras de Barbosa (2020, p. 21) “O emprego dos indicadores de metaforicidade serve para salientar os elementos semânticos presentes no domínio-fonte da metáfora”. Esses indicadores poderiam ser gestuais ou linguísticos, conforme o tipo de interação, considerando a multimodalidade da linguagem. Esses elementos ressaltados pelo falante ativariam a metáfora para o interlocutor e, conseqüentemente, o sentido. Por exemplo, ao processarmos o uso do diminutivo com sentido de afeto como metafórico, já estaria saliente no falante, quando se emprega o morfema *-inho*, a metáfora que relaciona tamanho reduzido com proximidade e afeto (apenas como suposição: o que pode sustentar essa metáfora, no sentido de Lakoff e Johnson ([1980]2003), pode ser o uso de diminutivo comum na interação com crianças). O que propomos é dar um passo além e afirmar que quem fala tem em si ativo o modelo cultural, e o uso

do *-inho*, por exemplo, seria uma indicação verbal para ativar, por meio da metáfora, o modelo cultural no outro.

Assim, por similaridade, propomos que elementos linguísticos, verbais ou não-verbais, possam ativar conceptualizações culturais. E pela ativação de uma conceptualização cultural pode-se ativar o modelo cultural ao qual pertence. Na interação comunicativa haverá, então, elementos linguísticos salientados pelo emissor que ativam o modelo cultural do qual se parte, que é também ativado no interlocutor, ainda que os coparticipantes não estejam, é claro, plenamente conscientes disso (ARIÈS, [1978] 2011; BERNNADO; MUNCK, 2014; SHARIFIAN, 2011).

Há, contudo, uma divergência entre nossa visão e o que propõem Bernnado e Munck (2014): aquilo que chamamos de modelo cultural não é um repositório, aparentemente estático, como querem esses últimos. Aproximando-nos de Ibarretxe-Antuñano (2013), afirmamos que uma vez ativado o modelo cultural, inicia-se o processo pelo qual se filtra a realidade, ocorrendo participação do modelo na construção do significado. A construção e a compreensão do sentido bem-sucedidas dependeriam, assim, dessa ativação. Esses elementos de ativação, verbais ou não-verbais⁶⁹, devem, pois, trazer em si características desse modelo cultural, tal como na metaforicidade trazem elementos semânticos do domínio-fonte. No caso da ativação da cordialidade, seria preciso que tais elementos trouxessem pessoalidade (intimidade), afetividade e/ou ausência de formalidade. Assim, mais uma vez chegamos aos fenômenos de

69 Sobre a possibilidade de elementos verbais ou não-verbais manifestarem e salientarem elementos para ativação do modelo cultural, pensamos em um estudo de Shöreder e Silva (2020) acerca do “jeitinho”. Nele os autores discutem a cultura brasileira sob a perspectiva cognitivo-interacionista. A partir dos estudos do antropólogo Roberto Da Matta, que define o brasileiro como aquele que sabe “que não existe jamais um ‘não’ diante das situações formais e que todas admitem um ‘jeitinho’ pela relação pessoal e pela amizade” (DA MATTA, 1986, p. 12 *apud* SHÖREDER; SILVA, 2020, p. 120), os autores identificam esse traço cultural com o conceito de cordialidade de Holanda ([1936]2015), que seria um tratamento mais amplo do “jeitinho” (SHÖREDER; SILVA, 2020, p. 121). Em seu trabalho, os autores observam que os participantes da interação analisada na pesquisa constroem o conceito em questão de forma multimodal.

variação, em especial ao nosso objeto de estudo: a variação/mudança *seu* de 3ª pessoa/*seu* de 2ª pessoa como indicador linguístico verbal do esquema cultural cordial de tratamento; em outras palavras, o descolamento, a cooptação de um pronome de 3ª pessoa para expressar 2ª pessoa, mais próxima e pessoal, como ativadora de um esquema cultural, isto é, do modelo cultural cordial.

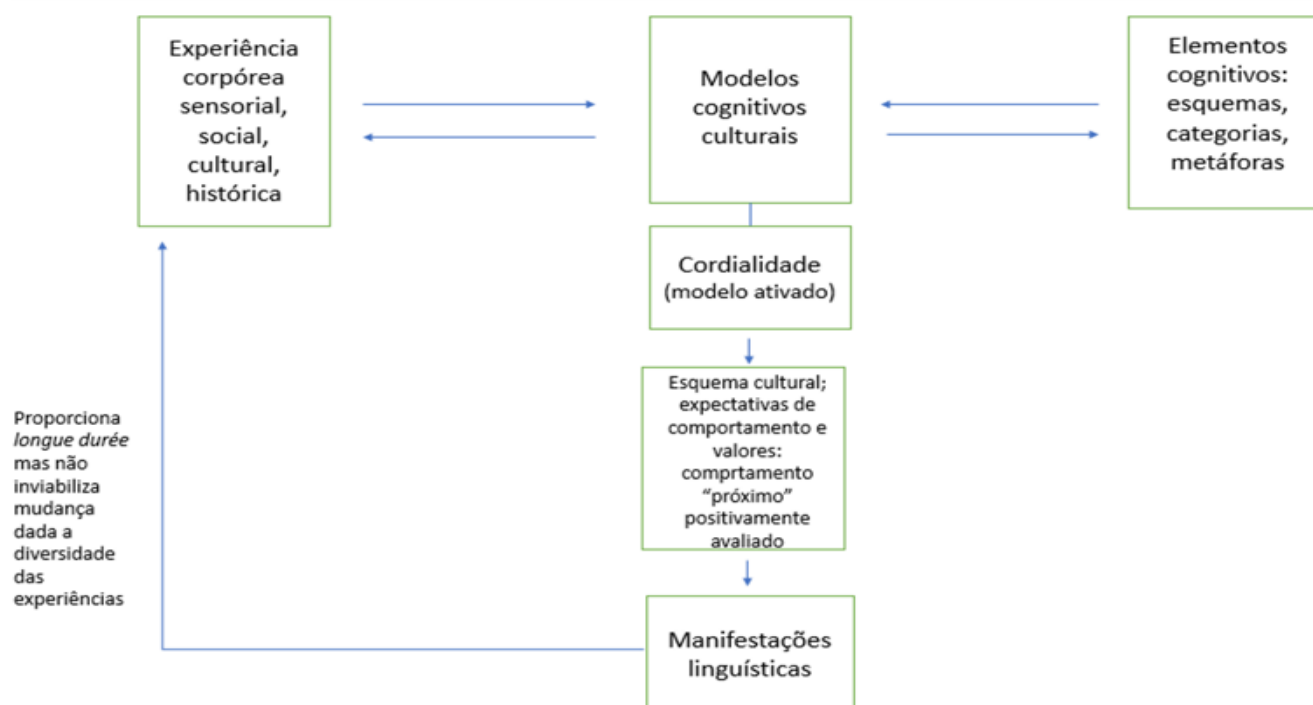
Se nos pedissem para criar uma imagem a partir da proposta de ativação de um modelo cultural que impregna de sentido os elementos dados à experiência, proporíamos que se imaginasse um coador cujo tecido que filtra fosse feito de um sabor próprio de açúcar, ou de um corante, de tal forma que aquilo que por ele passasse se tornaria adocicado ou adquiriria certa nuance de cor. O “doce” é apenas um dos sabores com os quais a realidade pode nos aparecer. Os modelos culturais podem ser tantos, e diversamente compartilhados, quantos os sabores ou cores que podemos imaginar para esse tecido. A cordialidade seria uma dentre muitas maneiras de experimentar a realidade por um determinado “sabor”.

Outro resultado ao qual chegamos e que merece destaque refere-se ao desenvolvimento da proposta do papel da linguagem e da língua na codificação do que normalmente se chama concepção de mundo. Como proposto, a linguagem, além de um repositório da cultura, está ligada à construção do sentido, em um papel mais ativo, de organização do mundo ou, antes, de nossa percepção do mundo (HUMBOLDT, 2006), acionando um modelo cognitivo, uma visão de mundo (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2013). O próprio modelo cultural emerge de conceptualizações individuais negociadas e renegociadas comunicativamente (SHARIFIAN, 2011).

Ampliada a reflexão de Müller (2008), o modelo cultural é linguisticamente ativado e, uma vez ativo, com ele pode-se filtrar e impregnar de sentido, como em Ibarretxe-Antuñano (2013), interpretando as experiências na interação e fornecendo experiências significativas à interação. Se “o mundo como o experimentamos

é sempre o produto de alguma categorização e enquadramento anteriores por nós e por outros” (KÖVECSES, 2010, p. 745, tradução nossa)⁷⁰, o mundo é produto de conceptualizações coletivas e de modelos culturais. A linguagem, por seu papel cognitivo e por sua relação íntima com o modelo cultural, é elemento constitutivo da realidade fenomênica das coisas como nos aparecem, carregando o sentido o qual e pelo qual vamos perceber as “coisas do mundo”. Carrega, pois, os sentidos pelos quais se impregnam as percepções. O que Ibarretxe-Antuñano (2013) chama de *culture sieve* aqui entendemos como *cultural model sieve*. A diferença básica está no esclarecimento quanto à concepção de que um mesmo indivíduo compartilha com outros mais de um modelo cultural, compartilhando também mais de uma “peneira perceptiva” que pode ser ativada na interação. Na Figura 12 apresentamos, na forma de um esquema, a relação entre a cordialidade, como modelo cultural, e a realização linguística.

Figura 12 – Cordialidade como conceptualização cultural do tipo modelo cultural



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

⁷⁰ The world as we experience it is always the product of some prior categorization and framing by ourselves and others.

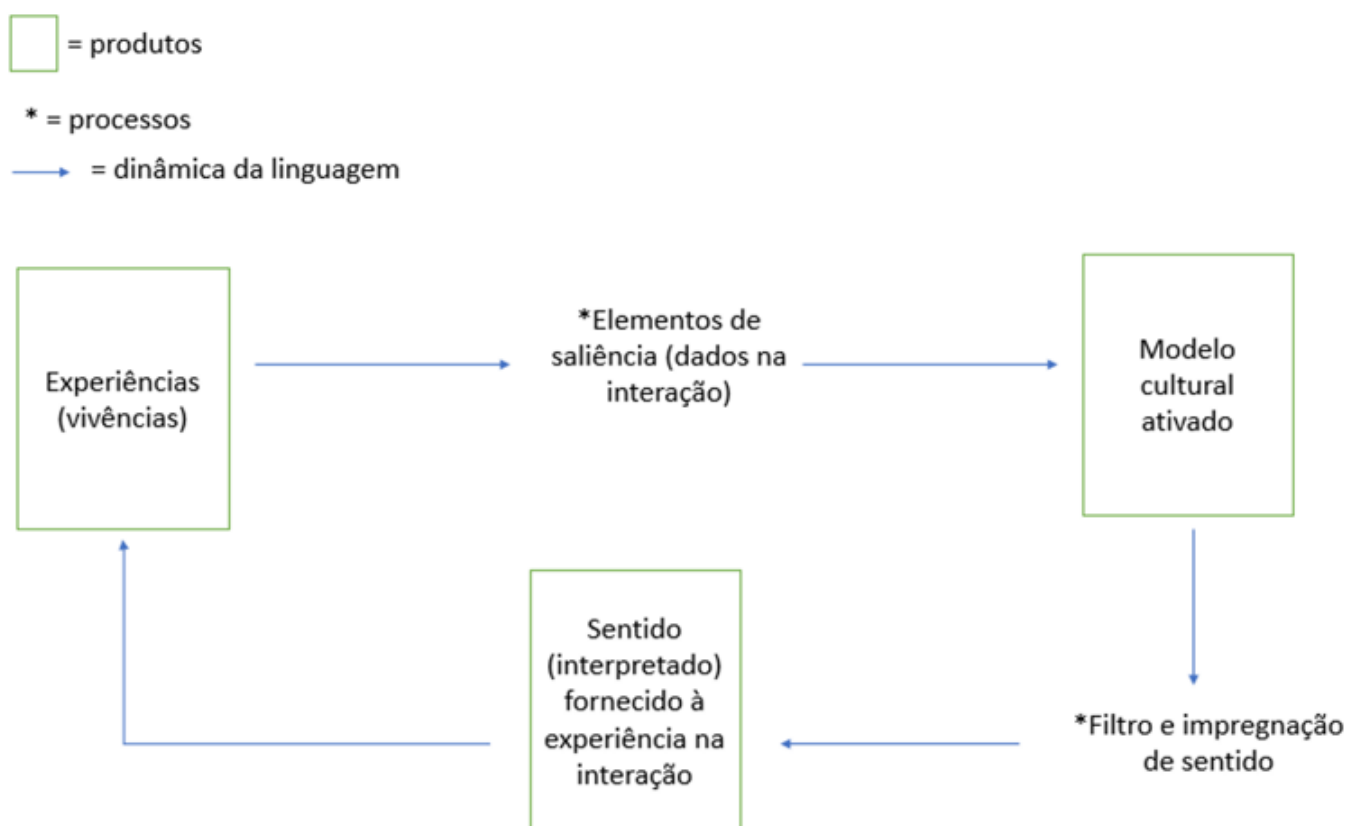
Especificamente sobre a língua, em nosso modelo, aquilo que é tratado por mudança linguística traz não apenas o registro de mudança de conceptualização cultural de *longue durée*, mas também elementos que ativam essa conceptualização e significam o discurso e as vivências corpóreas sob a malha de um modelo cultural. Em última instância, a “visão de mundo”, uma perspectiva cultural das experiências vivenciadas, da realidade, emerge de conceptualizações individuais negociadas e renegociadas comunicativamente (representado na Figura 12 pelas setas em duplo sentido).

A cordialidade é um modelo cultural e o fenômeno de cooptação de *seu* para 2ª pessoa é um de seus registros, sendo, por isso, um de seus elementos ativadores gramaticalizados⁷¹ cognitivamente. A própria linguagem é um produto e um processo da cognição. Como produto, reflete a estrutura cognitiva, as experiências corpóreas, mas também, como processo, ativa modelos culturais na interação e participa, assim, da construção do sentido de nossas experiências. Em última instância, sob esse aspecto, participa da construção fenomênica, perceptiva, do mundo ao nosso redor.

Na Figura 13 ilustramos, na forma de um esquema, o fluxo entre linguagem, processos mentais e nossas experiências de vida:

71 Com Langacker (1987) e outros, por “gramaticalizado” entende-se o termo que é do inventário de construções linguísticas organizadas conceitualmente.

Figura 13 – Ativação do modelo cultural e produção de sentido



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Como dito anteriormente e agora ilustrado pela Figura 14, um modelo cultural também funciona como um “coador” ou “peneira” que filtra os elementos dados ao mesmo tempo que os impregna de sentido (IBARRETXE-ANTUÑANO, 2013), interpretando e fornecendo dados à experiência vivida, em um movimento duplo. Uma vez que os membros de um mesmo grupo compartilham diferentes modelos culturais, a linguagem possuirá um papel duplo e essencial na ativação do modelo cultural pelo qual a experiência será “peneirada”. A própria realização linguística resultante realimenta o sistema. Por meio de gestos e/ou mesmo de elementos linguísticos como uma forma de tratamento associada à escolha do pronome, a linguagem e a língua elegem elementos que servem como chave do processo de ativação do modelo. A linguagem tem papel ativo na construção dos sentidos do mundo que nos cerca, estando intrinsecamente ligada à cultura nesse processo.

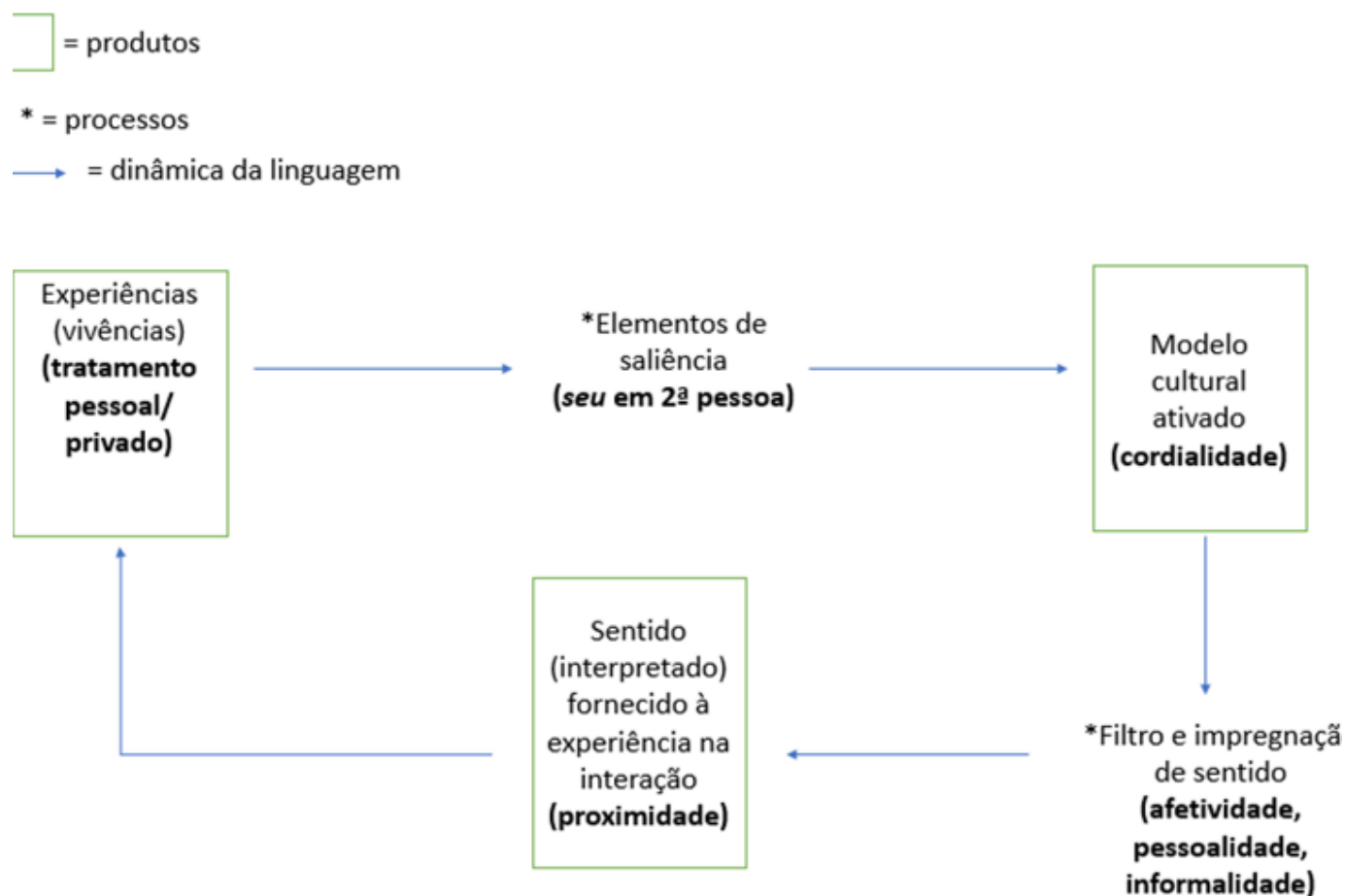
De acordo com Velozo (2013), as palavras orientam a construção do significado, continuamente produzido a partir de interações de estruturas cognitivas e modelos culturais compartilhados:

O significado é entendido, portanto, como uma construção mental, em um movimento contínuo de categorização e recategorização do mundo, a partir da interação de estruturas cognitivas e modelos compartilhados de crenças socioculturais. Sob essa ótica, acredita-se que as palavras não contêm significados, mas orientam a construção do sentido. (VELOZO, 2013, p.76)

Propomos, como já amplamente alegado, que a cordialidade é uma conceptualização cultural, do tipo modelo cultural, que emerge dos membros de um grupo pela e na linguagem, comunicativamente, onde também é ativada. O modelo cultural seria como a internalização de aspectos da cultura dada/manifesta/percebida na experiência. Por esse modelo cultural também se “peneira” a realidade vivenciada, ou seja, filtra e impregna de sentido a vivência experienciada. A realidade que percebermos seria resultante do filtro dessa internalização.

Na Figura 14 vamos aplicar o que já foi exposto sobre o uso de *seu* como 2ª pessoa, quer dizer, *seu* cooptado para a 2ª pessoa, por melhor se adequar a um modelo cultural que busca a proximidade, a pessoalidade:

Figura 14 – Ilustração do processo de ativação do modelo cultural pelo uso de *seu*



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

A Figura 14 apresenta o fluxo em que se dão os processos e produtos da ativação do modelo cultural, conforme proposto. As setas representam esse fluxo comunicativo. A mudança de *teu/seu* estudada manifesta uma mudança de conceptualização cultural quanto às experiências vivenciadas de tratamento interpessoal. O uso do possessivo *seu* na 2ª pessoa, em contexto menos formal, pessoal e afetivo, pode ser concebido como um dos elementos de saliência de ativação do modelo cultural, que ativa cognitivamente o modelo na interação comunicativa. A partir dessa ativação, em um processo de filtragem e impregnação de sentido, a realidade é interpretada conforme as propriedades semânticas do modelo cordial.

Se a cordialidade é um modelo cultural, seria ela um fenômeno

exclusivamente brasileiro? Parece-nos problemático falar em exclusividade, mais que isso, equivocado. Falarmos em termos de um modelo cultural, compartilhado por comunidades de fala, que conceptualizam mais ou menos da mesma forma, parece plausível. Lembremos: como modelos culturais não são exclusivos nem hegemônicos em uma comunidade de fala, podem ser compartilhados por várias delas; dessa forma, as pessoas podem ter maior ou menor participação em determinado modelo cultural. Então falemos de uma visão de mundo cordial, um modelo cultural cordial, o qual pode também ser observado em maior ou menor grau entre membros de comunidades de fala que conceptualizam mais ou menos da mesma forma. Por ser emergente e distributiva, a cordialidade é, afinal, prototípica, havendo graus de cordialidade, posto que o modelo cultural não é igualmente compartilhado pela comunidade de fala.

Como os dados ilustraram, usamos formas de tratamento como *senhor* para expressar maior ou menor grau de formalidade, conforme o contexto, e marcamos isso pelo termo que o acompanha, se título ou primeiro nome. É bom lembrar que, apesar de não ter sido foco deste trabalho, o uso de *senhor*, quando se quer manter a formalidade, relaciona-se para autoridades constituídas e também para faixas etárias diferentes, sendo direcionado ao tratamento de pessoas mais velhas, fenômeno apontado em estudos anteriores, como o de Ramos (2011).

A preferência no PB pela aproximação fica mais clara se a compararmos com outras línguas, cuja opção mais saliente é pela marcação da formalidade e, conseqüentemente, pelo distanciamento. Podemos relembrar exemplos bastante conhecidos, três inclusive mencionados anteriormente, cuja sistematicidade de formas de tratamento que expressam hierarquização é mais significativa que em PB: 1) *Sie*, forma pela qual, em alemão, se marca formalidade e impessoalidade na forma de tratamento, usado para mostrar

respeito, polidez ou se dirigir a quem não se conhece⁷²; 2) *Vous*, forma pela qual em francês se marca formalidade e impessoalidade na forma de tratamento⁷³; 3) *Lei*, de cortesia, forma de tratamento em italiano que marca a não-intimidade e uma forma cortês comum com estranhos⁷⁴ e 4) uso não reflexivo dos pronomes oblíquos tônicos *consigo/se* em PE. Por exemplo, *Em breve estarei consigo*.

Nesse uso há algo interessante a se notar: temos a 3ª pessoa migrando para uso de 2ª, à semelhança de *seu*; entretanto, nesse caso, manifesta-se propriedade semântica oposta, isto é, o uso de *consigo*, mais formal, em lugar de *contigo*, que seria o de maior proximidade (TEYSSIER, 1989). Aqui ocorre o que é esperado se levarmos em conta a intuição de Benveniste (1966): a 3ª pessoa como recurso de distanciamento.

Registra-se que estamos cientes da ocorrência do uso do pronome clítico *lhe*, de 3ª pessoa, como complemento de 2ª pessoa em algumas regiões do nordeste brasileiro (Alagoas, Pernambuco e Bahia) e do Rio de Janeiro como marca de formalidade. Quer dizer, o uso da 3ª pessoa como recurso de distanciamento, a exemplo do citado em PE, e em oposição ao observado em PB quanto à variação/mudança *teu/seu* (GAMA, 2018, p. 111), o qual estaria inclusive em desuso no Rio de Janeiro em razão da formalidade que representa (RAMOS, 1998 *apud* RUMEU, 2015, p. 88). A esse respeito observamos que cada fenômeno é único em seu processo

72 Interessante notar que a Dra. Adriana Fernandes Barbosa, em vídeo conferência em 5/12/2020, apontou recente fenômeno que pode estar em curso no alemão e que envolve certa flexibilização do uso de *Sie* e de *Du* (forma mais formal e mais pessoal de tratamento, respectivamente), o que também é apontado em matéria do Portal DW (disponível em <https://www.dw.com/pt-br/sie-ou-du-quando-usar-o-tratamento-formal-ou-%C3%ADntimo-na-alemanha/a-16494417?maca=pt-BR>, acessado em 18/3/2021). Podemos então talvez dizer que o fenômeno de “pessoalização” e “afetivização” da língua pode não ser exclusivo do PB, mas nele estaria em processo mais adiantado.

73 Portal Larousse. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/vous/82569>. Acessado em 18/3/2021.

74 Interessante notar que no século XV *Lei* foi usado como *Vossa Senhoria*, marca de hierarquia. Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.p.A. Disponível em: <https://www.treccani.it/enciclopedia/lei/>. Acessado em 01/05/2021.

de variação/mudança: um mesmo fator pode impactar de maneira distinta diferentes processos e também se deve considerar que um modelo cultural é heterogeneamente distribuído.

Para finalizar, ainda que heterogeneamente distribuído, parece-nos existir um modelo cultural de pensar e um olhar cultural sobre o pensamento. É isso que a intuição de Holanda nos aponta, em última instância, e são os indícios disso, pelo estudo da variação do pronome de 3ª pessoa em PB, que nos colocam ao lado os estudos da Linguística Cultural.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM NOVO OLHAR SOBRE FENÔMENOS LINGUÍSTICOS.

Neste trabalho, propomos e ilustramos a relação entre conceptualização cultural e fenômenos de variação/mudança linguística.

No primeiro capítulo definimos a cordialidade, a qual significa aversão à impessoalidade, que caracterizaria o brasileiro como um “ser mais emoção que razão”. A cordialidade, no entanto, não é caráter essencial. Com Avelino Filho (1988), Monteiro (1999), Wegner (2000) e outros intérpretes, concordamos que a cordialidade é cultural. Lembramos que em *Raízes do Brasil* o próprio Holanda ([1936]2015, p. 241) nos remete a estudos sociológicos e afirma textualmente que a cordialidade é uma “forma cultural” constituída de comportamentos sociais. Essa “forma cultural”, segundo Holanda, manifesta-se nas mais diversas áreas de atuação humana, inclusive na linguagem (HOLANDA, [1936]2015, p. 178).

Contribuímos com o campo das relações entre os estudos culturais históricos, sociais e linguísticos, nosso primeiro objetivo específico, no primeiro capítulo quando discutimos que, apesar de alguns de seus principais intérpretes, como Avelino Filho (1988), tratarem a cordialidade como “mentalidade”, a terminologia é problemática. Mentalidade é um termo ambíguo que, se para Ariès ([1978] 2011) é sócio-histórico-cultural, para Vovelle ([1987] 1991) é universal e imutável, um “inconsciente coletivo”. Após incursão teórica, conclui-se a possível aproximação da mentalidade em Ariès com os estudos linguísticos culturais e o tratamento da cordialidade como conceptualização cultural: falar em conceptualização é

abandonar qualquer aproximação com uma interpretação inatista-universalista que o termo mentalidade pode sugerir. Assim, tomando a cultura como sistema conceptual, com Kövecses (2017), entende-se que ela é internalizada como modelo cultural de conceptualizações culturais, tal como em Sharifian (2011).

Propomos, então, que a cordialidade seja um tipo especial de conceptualização cognitivo-cultural, amplamente compartilhada, nos moldes de D’Andrade (1987), D’Andrade; Strauss (1992), Strauss (2014) e Holland; Quinn (1987), e assim, em nosso segundo objetivo específico, estabelecemos a aproximação entre os Estudos Culturais e a cordialidade tal como intuída por Holanda.

Com Geeraerts (1989), Grondelaers, Speelman e Geeraerts (2007) e outros, buscamos estabelecer relação entre os estudos cognitivos e sociolinguísticos, nosso terceiro objetivo específico, e concordamos que apenas com a aplicação da perspectiva cognitiva aos estudos sociolinguísticos se pode investigar “a mão invisível”, as causas ainda não determinadas, que motivam os fenômenos de mudança linguística. Por isso procuramos apresentar, com alguma explicitação dos módulos semânticos e pragmáticos da faculdade da linguagem, como se daria a representação cognitiva da cordialidade.

Com a revisão dos estudos, apresentamos as propostas de Menon (1997), Martins e Vargas (2014) e Lucena (2016) para a interpretação da variação *teu/seu*. Apesar de, em geral, os estudos apontarem como causa da variação/mudança alguns fatores linguísticos como a inserção de *você* no sistema pronominal do PB, os dados dos estudos de Martins e Vargas (2014) e Lucena (2016) já indicavam que, em seu movimento em direção à 2ª pessoa, o possessivo *seu* sofre certa modificação de traços semânticos e ganha mais pessoalidade. Contudo, nenhum desses estudos associa tal pessoalidade à manifestação e à determinação da cordialidade como modelo cultural. Constatou-se que os estudos variacionais em PB que consideram pressupostos cognitivos em suas análises,

sejam semântico-cognitivos ou linguístico-culturais, ainda são incipientes. Destacam-se nesse cenário os trabalhos de Silva (2006, 2008a, 2008b), Batoréo (2000), Abraçado (2015) e Ferrari (2019).

Por fim, para cumprir o quarto objetivo específico e investigar em que medida os fenômenos de variação/mudança nos pronomes possessivos de 2ª pessoa do PB relacionados às formas de tratamento podem ser manifestação de um modelo cognitivo-cultural, apresentaram-se os dados e nossas análises relativas às obras examinadas.

A partir da análise da versão publicada em meados do século XVIII de *O marido confundido* ([1737]1841), de Alexandre de Gusmão, os dados indicaram que *vosso* é o pronome de 2ª pessoa mais utilizado pelos falantes representados. Observou-se que a característica desse tipo de estratégia de referência à 2ª pessoa é mais formal, presente no tratamento em relacionamentos hierarquizados, constituindo-se, portanto, como marca de um esquema de tratamento não cordial, ou seja, dotado de mais formalidade, menos pessoalidade e afetividade. Os dados indicam ser essa a estratégia padrão de tratamento entre fidalgos, mesmo quando amantes, pelo menos se podem ser alvo de testemunhas, isto é, limitados em sua expressão de afeto.

A forma *teu*, por outro lado, é o lugar da pessoalidade, da intimidade e da afetividade e ocorre na expressão de afetividade dos amantes, única ocorrência de pronome acompanhado por diminutivo, uma das marcas de afeto apontadas por Holanda. *Teu* também é a opção na intimidade da conversa consigo mesmo e aparece em situações em que o senhor quer mostrar à criada que a ela não deve haver tratamento hierarquizado. O lugar de *teu* é portador de pessoalidade, afetividade. Destaca-se que o texto foi escrito no período colonial.

A análise das peças *O juiz de paz da roça* ([1837]2018), de Martins Pena, e *Não consultes médico* ([1896]2018), de Machado

de Assis, a primeira pós-Independência (1822) e a segunda pós-Proclamação da República (1889), indica o contínuo e gradativo movimento de cooptação do pronome possessivo *seu*, que se torna a escolha preferencial do falante quando quer se referir à 2ª pessoa. Nesse movimento, primeiramente se suplanta a forma *vosso* e, em seguida, há a concorrência com *teu*. É importante dizer que tal fenômeno foi devidamente identificado e conhecido nos estudos históricos de PB, com destaque para Menon (1997), Martins e Vargas (2014) e Lucena (2016). O que este trabalho acrescenta a tais estudos é a observação, considerando o contexto de uso indicado pelas formas de tratamento, de que nesse percurso o pronome *seu* não apenas perde formalidade, como já apontado, mas ganha pessoalidade e afetividade, propriedades características da cordialidade.

Observando, comparando e qualificando os dados globais dos três textos, nota-se também que o pronome possessivo *seu* não parece acompanhar simetricamente a evolução do pronome *você*. A forma *seu* se faz presente com outros pronomes de tratamento, como *Vossa Mercê*, *Vossa Senhoria*, *Senhor*, *Senhoria* e *Doutor*, isto é, *seu* tem uso consolidado já na primeira metade do século XIX; e *você*, ao aparecer escassamente no texto 2, é acompanhado pelo possessivo *teu*, confirmando os dados de Martins e Vargas (2014) e corroborando nossa tese de que outro fator, neste caso o modelo cultural, também atuou na motivação do fenômeno de mudança.

Os dados dos três textos indicam maior possibilidade de situações comunicativas de usos para *seu*, dentre elas destacam-se: ocorrências do pronome acompanhado de título (*D. Pabulea*, *Sr. Tomás* e *D. Leocádea*, respectivamente); aproximação com deferência (KERBRAT-ORECCHIONI, 2011) de valoração semântica positiva e negativa; proximidade e pessoalidade.

Nota-se que no primeiro texto, no caso de valoração semântica negativa, o pronome que o acompanha é *você*, confirmando, nesse ponto, Rumeu (2013, p. 51) ao falar desse pronome como forma de

tratamento “às vezes com conteúdo negativo”. Mas nos textos 2 e 3, diminutivos como *sujeitinho* e *mocinha*, respectivamente, marca linguística que caracterizaria a afetividade da cordialidade, também acompanham o pronome *seu* no uso de 2ª pessoa. Observou-se, assim, que *seu* mantém a possibilidade de uso formal e mais distante, como manutenção de um traço originário (HOPPER, 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 2003), e ainda agrega a possibilidade de uso em contextos mais afetivos e pessoais.

O texto 1 é do Brasil Colonial e os outros dois do Brasil pós-Independência; um do Período Regencial e outro do fim do Segundo Reinado, já com todas as aspirações de uma República (FAUSTO, 2002). Entretanto, podemos considerar que os dois últimos textos são relacionados à criação de um ideário de nação, o que inclui a construção de um modelo cultural nacional. A ironia é essa: uma das propriedades que caracteriza esses textos é justamente a permanência de certa mentalidade colonial, e é o que nos distinguiria de Portugal, provavelmente porque nessa relação nós somos colônia, não metrópole. Aquilo com o que identificamos nossas peculiaridades e conseqüente distanciamento é, também ou ainda, colonial.

E não há de se surpreender que se tenha, já tão próximo da mudança histórica datada, alterações na língua. O que estamos mostrando é que a alteração na língua já vinha acontecendo porque a alteração “das ideias” já vinha acontecendo. As ideias já circulavam antes da alteração datada, a conceptualização já estava em formação e já existiam conceptualmente a ideia de independência no primeiro momento e a ideia de república no segundo momento. Então é isso que estamos capturando: o momento que a língua manifesta a mudança das ideias e, ao mesmo tempo, o momento que essa mudança na língua, essa manifestação da língua, ativa o modelo cultural correspondente. O modelo conceitual-cultural correspondente a essa dança: uma mudança linguística/

conceitual que se retroalimenta. A permanência da cordialidade é a permanência de uma mentalidade do período colonial.

Conclui-se que o movimento de *seu* para a 2ª pessoa é um movimento de “cordialização” do pronome, isto é, um movimento em direção ao tratamento menos formal, mais pessoal e afetivo. Se *vosso* é o lugar da impessoalidade e da formalidade e *teu* é o lugar da pessoalidade e da afetividade, se pudermos observar a cooptação de *seu* para o lugar do *vosso*, temos já uma primeira aproximação, conforme Benveniste (1966). E, na sequência, com o movimento de *seu* para o lugar de *teu*, vemos que ele modula, sendo uma variação periférica de *vosso* e, em seguida, uma variação periférica de *teu*, aos moldes do proposto por Grondelaers; Speelman e Geeraerts (2007).

Podemos afirmar, então, que *seu* migra de lugar de distância para começar a ocupar, em PB, lugar de proximidade. Um *seu* que, quando cooptado para a 2ª pessoa e concorrendo com *teu*, ocorre em contextos de maiores pessoalidade e afetividade e menor formalidade. Ganha, dito de outra maneira, propriedades de cordialidade, indicando que o PB escolhe a pessoalidade, o que possibilitou o cumprimento do objetivo geral, a saber, investigar a possibilidade de a cordialidade, compreendida como conceptualização cultural, ser fator causal de fenômenos linguísticos de variação/mudança pronominais relacionados a formas de tratamento do PB. Consequentemente, admite-se a tese de um modelo cognitivo-cultural cordial que atua como fator de mudança linguística.

Importante notar, contudo, que a propriedade mais evidente no contexto de uso de *seu* em 2ª pessoa é a pessoalidade. As razões que contrariaram a expectativa original e tornaram a afetividade não tão evidente quanto a pessoalidade nos dados observados precisam ser melhor investigadas. Para tanto, propomos duas hipóteses: 1) a opção por abordagem que priorizou a análise qualitativa dos dados,

não ancorada em um *corpus* numeroso, limitou o resultado; 2) a afetividade não se manifestaria pronominalmente; a pessoalidade é destacada por ser (ainda que associada à formalidade) uma propriedade que o pronome *seu* adquire no processo de variação/mudança. Essa perspectiva é indicada nos dados, mas também na teoria, posto que a cooptação de *seu* para a 2ª pessoa, esse primeiro movimento do pronome, é um movimento da posição de “não-pessoa” para “pessoa” (BENVENISTE, 1966, p. 231).

Reconhecemos as dificuldades de se evidenciar a incidência de aspectos sócio-histórico-culturais na língua e, nesse sentido, o caráter experimental da pesquisa realizada, mas também reconhecemos que o trabalho dá passos adiante e contribui para esse esforço em pelo menos quatro pontos: a) na necessidade de se investigar o fenômeno de variação/mudança de *teu/seu* em seus múltiplos aspectos motivadores, de modo complementar à relação sintática de *seu* com *você*; b) na compreensão de que abarcar a complexidade dos fenômenos de variação/mudança exige olhar a partir dos aspectos linguístico-cognitivo-culturais; c) na proposição de uma leitura linguística-cognitiva-cultural da cordialidade, inédita até então; d) por fim, contribui com o amadurecimento da Linguística Cultural no Brasil.

Os dados aqui apresentados de maneira ilustrativa indicaram, como esperado, que antes da concorrência *teu/seu*, em um momento que o país ainda era colônia portuguesa e mais próximo culturalmente desse país, *seu* foi uma forma majoritariamente formal e impessoal e *teu* ocupava o lugar de pessoalidade, informalidade e afetividade. Esse lugar muda após a Independência e a Proclamação da República, períodos de ebulição sob um ideário de nação.

Os dados corroboram, portanto, a hipótese de que *seu* se desloca da 3ª pessoa, lugar que indica mais distância em relação ao interlocutor, para a 2ª pessoa (fenômeno que ocorre no PB e não no PE), ou seja, que sai do público para o privado. *Seu* é

cooptado para a 2ª pessoa e passa a concorrer pelo lugar de *teu* devido, como mostrarmos, à escolha do falante determinada por seu modelo cultural: o movimento do possessivo em direção ao mundo privado, como algo que manifesta a opção do falante de PB pela busca da pessoalidade, demonstrado no fato de que a mudança do pronome *seu* para a 2ª pessoa não é uma mudança sintática apenas, mas semântica, de aquisição de propriedades em adequação a um modelo cognitivo-cultural compartilhado pelo grupo cultural ao qual o falante pertence. Isso traz nova perspectiva teórica a ser considerada nas análises variacionistas: o(s) modelo(s) cognitivo(s) cultural(is) em atuação.

Procuramos mostrar como isso se dá na língua portuguesa, em sua variante PB. A partir da identificação das propriedades semântico-culturais (menor formalidade, maiores pessoalidade e afetividade) características da cordialidade, compreendida como aversão à impessoalidade, propusemos um modelo cultural-cordial. Tal modelo, não exclusivo de um grupo cultural, foi identificado por conjunto significativo de pensadores, em especial por Holanda ([1936]2015).

Assim, a cordialidade como esse agrupamento de propriedades que Avelino Filho (1988) chama de “mentalidade”, Rocha (1998) de “estratégia funcional”, Souza (2017) de “noção”, Pinto (2001) e Monteiro (1999) de “tipo” e Reis (2006) aproxima de “espírito de uma época”, aqui denominamos como “modelo cognitivo-cultural”, o qual se manifesta na língua a partir, inclusive, dos fenômenos de variação/mudança que motiva. Afirmamos, por fim, que esse modelo cultural pode ser ativado por meio de elementos verbais ou não-verbais e que, uma vez ativo, por ele se “coa” e se impregna de sentido as experiências vivenciadas.

Dessa maneira, apresentamos um modelo teórico-explicativo complementar aos estudos variacionistas, com base na ratificação da hipótese de que *seu* em 2ª pessoa, fenômeno que ocorre no PB e

não no PE, se desloca da 3ª pessoa, lugar que indica mais distância em relação ao interlocutor, para a 2ª pessoa, por uma escolha do falante, motivada pelo modelo cultural do qual participa. Uma vez cooptado para a 2ª pessoa, e mais próximo do *eu*, pessoalizado, *seu*, diacronicamente, avança em sua concorrência com *teu*, lugar de mais afetividade e pessoalidade e menor formalidade; enfim um lugar mais cordial.

Entretanto, devido sobretudo ao tempo e à abordagem teórica a que se propôs, esta pesquisa teve suas limitações. Destacamos algumas que consideramos principais: não ter submetido a tese à pesquisa de base quantitativa, observando número maior de dados; não ter realizado reflexão mais aprofundada sobre as metáforas culturais, em que se investigue as implicações do uso do diminutivo *-inho* como metáfora cognitivo-cultural-cordial; e não ter investigado detidamente os possíveis impactos da tese aqui apresentada na teoria da Gramática Cognitiva, do gesto e prosódia.

Por fim, para pesquisas futuras sugere-se, ainda, a investigação de outros fenômenos sintático-semânticos em que o PB se comporta de maneira diferente do PE, como na colocação pronominal. Um estudo cuidadoso poderia investigar se em outros fenômenos de variação/mudança já documentados nos estudos linguísticos, muitos deles enumerados por Biderman (2001), ocorrem sistematicamente o movimento de maior para menor formalidade, aumentando pessoalidade e afetividade, deslocando-se de tratamento impessoal para pessoal, o que poderia indicar ser uma tendência do falante o deslocamento comunicativo do público para o privado, coerente com o modelo cultural aqui apresentado.

REFERÊNCIAS

ABRAÇADO, J. Ordem objeto-verbo no português do Brasil: mecanismo de expressão de subjetividade. **Revista Alfa**, São Paulo, 59 (3): 555-571, 2015. <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v59n3/1981-5794-alfa-59-3-0555.pdf>.

AGUIAR, L. R. de. **Linguística do homem cordial: o campo político e o discurso do deputado Roberto Jefferson**. 2012. 77f. Monografia (Especialização em Revisão de Texto: Gramática, Linguagem Construção/Reconstrução Significado). Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento. Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2012.

ARIÈS, P. **A história das mentalidades**. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. (org.) **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naif, 2011.

ARISTÓTELES. **Política**. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=144, acessado em 24/07/2016.

ASSIS, J. M. M. de. Não consultes médico In: Páginas Recolhidas. Rio de Janeiro: Editora Garnier, 1899.

ASSIS, J. M. M. de. Não consultes médico - comédia em 1 ato. [S.l.: s.n.], (21 p.). Transcrição do manuscrito de 1896 enviada pela Sociedade Brasileira de Autores Teatrais. Mensagem recebida em 15 fev. 2018.

AVELINOFILHO, G. **Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil**. Texto apresentado para discussão no GT Pensamento Social Brasileiro do XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, SP, outubro de 1988. Disponível em www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_12/rbcs12_01.htm, acessado em 16/8/2019.

BASILE, M. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In Grimberg, K.; SALLES, R. **O Brasil Imperial (1808-1831)**, V2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BASTOS, R.; OLIVEIRA, A. M. Os modos de sentir o mundo: a história das mentalidades e sua relação com o inconsciente coletivo. **Revista Expedições: Teoria & Historiografia** | V. 6, N. 2, Agosto - Dezembro de 2015.

BATISTA, G. M. **Breve análise da cordialidade como conceito prototípico**. Artigo apresentado em: I LCC. Simpósio Internacional de Linguística, Cognição e Cultura; 13 a 15 de março de 2019; UFMG - Belo Horizonte, Brasil.

BATORÉO, H. J. **Expressão do espaço no português europeu: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BATORÉO, H. J.; CASADINHO, M. Perception and Evaluation of Language Identity in East Timorese speakers of Portuguese: Language and Cognition. In: **A Multilingual Community**, Giuseppe Mininni & Ana Maria Manuti (eds.) Applied Psycholinguistic. vol II, Milão: Franco Angeli, 2012.

BENNARDO, G.; MUNCK, V. C. de. **Cultural models: genesis, methods, and experiences.** New York, Oxford University Press, 2014.

BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale I.** Paris: Gallimard, 1966.

BERLINCK, R. A.; BARBOSA, J. B.; MARINE, T. C. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para estudo histórico da língua. **Revista ABRALIN**, v. 7, p. 53-57, 2008.

BIDERMAN, M. T. C. O português brasileiro e o português europeu: identidade e contrastes. **Revue belge de philologie et d'histoire**, tome 79, fasc. 3, 2001. Disponível em https://www.persee.fr/doc/rbph_0035-0818_2001_num_79_3_4556.

BRAUDEL. **História e Ciências sociais.** Lisboa: Presença, 1982.

BRAUN, F. **Terms Of Address: Problems Of Patterns In Usage.** In: Various Languages And Cultures. Berlin/New York/ Amsterdam: Mouton de Gruyter, 1988.

CALZAVARA, R. B. **Comédias Refinadas: o teatro de Machado de Assis.** Artigo apresentado em XI Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências; 13 a 17 de julho de 2008. USP – São Paulo, Brasil.

CARDOSO; VAINFAS. **Domínios da História:** Ensaios de teorias e metodologias. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHABROLLE-CERRETINI, A-M. **La vision du monde de Wilhelm von Humboldt:** Historie d'un concept linguistique. Lion: ENS Editions, 2007.

COSTA, I. C. Comédia desclassificada de Martins Pena. Trans/Forml Ação, São Paulo, 12: 1-22, 1989.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo.* Rio de Janeiro:

Editora Nova Fronteira, 1985.

D’ANDRADE, R. A folk model of the mind. In: HOLLAND, D.; QUINN, N. **Cultural models in language and thought**. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

D’ANDRADE, R. The development of cognitive anthropology. New York: Cambridge University Press, 1995.

D’ANDRADE, R. G.; STRAUSS, C. (Eds). **Human motives and cultural models**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

DA MATTA, R. O que faz do brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DIAS, S.M.V. Matizes da cordialidade: a correspondência de escritores e inflexões dos debates no modernismo brasileiro. **Crítica Cultural** (Critic), Palhoça, SC, v. 8, n. 2, p. 353-369, jul./dez. 2013.

DILTHEY, W. **Selected works**. Volume I: Introduction to the human sciences. Princeton: Princeton University Press, 1989.

DUARTE, M. E. L. A evolução no tratamento do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L (Orgs.) **Mudança Linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Livraria, FAPERJ, 2003.

DUROZOI; ROUSSEL. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Papyrus, 1993. Disponível em https://books.google.com.br/books/about/Dicion%C3%A1rio_de_filosofia.html?hl=pt-BR&id=Sh8bHlea2YIC&redir_esc=y, acessado em 16/01/17.

FARIA, J. R. Introdução. In: **Antologia do teatro brasileiro**. Alexandre Mate e Pedro Moritz Schwarcz (org.); introdução de João Roberto Faria; cronologia, notas e biografias de Elizabeth Azevedo. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo, EdUSP: 2002.

FELTES, H. P. de M. **Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias**. Porto Alegre: Edipurcs, 2007.

FERRARI, L. Cognitive Grammar and usage events: the causal connective “resultado”/ Gramática Cognitiva e eventos de uso: o conectivo causal “resultado”. **Soletras**, vol. 19, no. 37, 2019, p. 117. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/>

soletras/article/download/38348/29211, acessado em 25/10/ 2019.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

GAMA, D. E. R. S. O uso variável dos clíticos acusativos para referenciar o interlocutor **Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes** da UEFS Feira de Santana, v. 19, n. 2, p. 102-115, 2018.

GEERAERTS, D. Prospects and problems of prototype theory. **Linguistics**, vol 27, n. 4, p. 578-612, 1989.

GRONDELAERS, S.; SPEELMAN, D.; GEERAERTS, D. Lexical variation e change. In: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. **The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. Nova Iorque, NY: Oxford University Press, 2007.

GUSMÃO, A. O marido confundido. In: Coleção de Vários Escritos Inéditos políticos e literários de *Alexandre de Gusmão*. Pôrto: Faria Guimarães, 1841. pp. 252-319, digitalizado por Google.

HEGEL, W. F. **Filosofia da História**. Brasília: UNB, 2008.

HERSCHMANN, M.; PEREIRA; C. A. M. **O Imaginário moderno no Brasil**. In: A Invenção do Brasil Moderno: Medicina, Educação e Engenharia nos anos 20-30. M. Herschmann e C. A. M. Pereira (organizadores). Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HOLLAND, D.; QUINN, N. **Cultural models in language and thought**. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E & HEINE, B. *A approaches to grammaticalization*, v.1 Amsterdam: Benjamins, 17-37, 1991.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press: 2003.

HOT, A. D. As Raízes do Brasileiro – A cordialidade na obra de Sérgio Buarque de Holanda. **Pensar Acadêmico**, Manhuaçu, MG, v. 5, n. 2, p. 05-12, agosto-dezembro, 2011.

HUMBOLDT, W. von. Linguagem, literatura e Bildung. Werner Heidermann, Markus J. Weininger (Orgs.). Florianópolis: UFSC, 2006.

IBARRETXE-ANTUÑANO, I. The relationship between conceptual metaphor and culture. **Intercultural Pragmatics**, 2013; 10(2): 315–339.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Les interactions verbales. Tome II, Paris: Armand Colin, 1992.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. «Système linguistique et ethos communicatif», **Cahiers de praxématique** [Online], 38 | 2002, document 1, Online since 01 January 2010, connection on 19 December 2016. URL: <http://praxematique.revues.org/540>

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Modelos de variação intraculturais e interculturais: Formas de tratamento nominais no francês**. In: Formas de tratamento em port e esp-variação, mudança e funções conversacionais. COUTO, L. R; SANTOS, C. R. (org). Niterói: UFF, 2011.

KÖVECSES, Z. Language, Mind and Culture. Oxford, Oxford University Press, 2006.

KÖVECSES, Z. Metaphor, language, and culture. D.E.L.T.A., 26: especial, 2010 (739-757).

KÖVECSES, Z. **Context in Cultural Linguistics: The Case o Metaphor**. In: Farzad Sharifian (Org.). *Advances in Cultural Linguistics*. Singapore: Springer, 2017. p. 307–323.

KRISTIANSEN, G.; DIRVEN, R. Cognitive Sociolinguistics: Rationale, methods and scope In: **Cognitive sociolinguistics: language variation, cultural models, social systems**. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 2008.

KRONENFELD, D. B. **Culture, Society, and Cognition**. Berlin, New York: De Gruyter Mouton, 2008.

LABOV, W. **Principles of Linguistic Change: Cognitive and Cultural Factors**. Oxford: wiley-Blackwell, 2010.

LAKOFF; JOHNSON. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought*. Nova Iorque: Basic books: 1999.

LAKOFF; JOHNSON. *Metaphor we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

LANGACKER, R. W. 1987 *Foundations of Cognitive Grammar, Vol. I, Theoretical Prerequisites*, Stanford, California, Stanford University Press.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.]. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LE GOFF, J. **A história Nova**. In: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. (org.) **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naif, 2011.

LUCENA, R. de O. P. **Pronomes possessivos de segunda pessoa: a variação teu/seu em uma perspectiva histórica**. 2016. f. 137. Tese (doutorado) - Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

MACHADO, A. C. M. **A implementação de “Você” no quadro pronominal: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século XX**. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

MACHADO, A. C. M. **As formas de tratamento nos teatros brasileiro e português dos séculos XIX e XX**. 2011. 217 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. **Mapeamento sociolinguístico do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, M. A.; VARGAS, M. R. M. de. Os possessivos de segunda pessoa do singular em cartas de leitores de jornais brasileiros dos séculos XIX e XX. **Polifonia**, Cuiabá, MT, v. 21, n. 29, p. 369-395, jan-jul., 2014.

MATSUMOTO, Y. (1988). Reexamination of the universality of face: Politeness phenomena in Japanese. **Journal of pragmatics**, v 12, n.4, pp. 403-426, agosto de 1988. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0378216688900033>. Acessado em 27/12/2019.

MELLO, G. B. R. de. Fundamentos e modelos historiográficos da cultura brasileira: Uma abordagem antropológica em Sérgio Buarque de Holanda. LEMOS, M. T. T. B; MORAES, N. A. de (orgs.) **Memória Identidade e Representação**. Rio de Janeiro, 7Letras: 2000.

MENON, O. P. da S. **Seu/de vocês: variação e mudança no sistema dos possessivos**. In: Diversidade linguística. Demeval da hora (org). João Pessoa, Ideia, 1997.

MONTEIRO, P. M. **A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil**. Campinas: UNICAMP/FAPESP, Momento, 1999.

MOREIRA, J. C. **O vocativo na interface sintaxe-pragmática**. 2013. 154 f . Tese (doutorado) – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

MOTA, L. D. (org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. Vol. I, 2º; São Paulo: SENAC, 1999.

MÜLLER, C. Metaphors dead and live, sleeping and walking: a dynamic view. University of Chicago Press: Chicago, 2008.

OCHS, E.; SCHIEFFELIN, B. “Language has a heart” Text - Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse, vol. 9, no. 1, 1989, pp. 7-26

OLIVEIRA, M. M. de. **Business Negotiations in ELF from a Cultural Linguistic Perspective**. Berlin/Boston: Walter de Gruyter GmbH, no prelo, 2020.

PALMER, G. B. **Toward a theory of cultural linguistics**. Austin: University of Texas Press, 1996.

PENA, M. O Juiz de paz da roça: Comédia. [fragmentos]. [S.l.: s.n.]. 30 f., Original.

PENA, M. O juiz de paz da roça - comédia em 1 ato. [S.l.: s.n.], 1837. 3 doc. (28 p.), Cópia, Aut.

PENA, M. O juiz de paz da roça - comédia em 1 ato. [S.l.: s.n.], (28 p.). Transcrição do manuscrito de 1837 enviado pela Sociedade Brasileira de Autores Teatrais. Mensagem recebida em 15 fev. 2018.

PENA, M. O Juiz de paz da roça. Texto digitalizado para o projeto BDTeatro da UFU,

Disponível em <http://www.bdteatro.ufu.br/bitstream/123456789/120/1/TT00149.pdf>.
Acessado em 22/07/2021.

PINTO, P. R. M. O filósofo cordial como educador e autor. **Revista Linha Direta**, Belo Horizonte, 01 nov. 2001. pp. 14-16.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMINELLI, R. Lucien Febvre no caminho das mentalidades. **História**, São Paulo, n. 122, 1990, jan/jul, pp. 97-115.

RAMOS, J. **Tratamento da díade pai e filho: o uso de você e senhor**. In: Formas de tratamento em port e esp-variação, mudança e funções conversacionais. COUTO, L. R.; SANTOS, C. R. (org). Niterói: UFF, 2011.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil. De Varnhagen à FHC**. 9. ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RICOEUR, P. **Parcours de la Reconnaissance**, Paris: Gallimard, 2004.

ROBIN, R. **História e Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1978.

ROCHA, J. C. de C. **Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

RUMEU, M. C. de B. **Língua e Sociedade: A História do pronome "você" no Português Brasileiro**. Rio de Janeiro: Itaca, 2013.

RUMEU, M. C. de B. 'Tu' ou 'você', 'te' ou 'lhe'? a correlação entre as funções de sujeito e complemento verbal de 2ª pessoa. **Linguística** vol. 31-2, diciembre 2015: 83-109

SALLUM JR., B. **Raízes do Brasil** in: Introdução ao Brasil: um banquete no trópico. Lourenço Dantas Mota (organizador). Vol. I, 2º; São Paulo: SENAC, 1999.

SAPIR, E. **Language. An Introduction to the Study of Speech**. New York: Harcourt, Brace & World, 1921.

SCHERRE, M. M. P. Análise e mapeamento de três fenômenos variáveis no português

brasileiro. Projeto de pesquisa aprovado pelo CNPq para o quadriênio: Março de 2010 a Fevereiro de 2014. Vitória: UFES, 2009.

SCHERRE, M. M. P. Padrões sociolinguísticos do português brasileiro: a importância da pesquisa variacionista. **Tabuleiro das letras**. UNEB, Salvador, n. 4, junho de 2012, Disponível em http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_04/pdf/no04_artigo09.pdf, acessado em 27/12/2019.

SCHERRE, M. M. P. *et al.* **Variação dos pronomes “tu” e “você”**. In: M. A., Martins e J., *Abraçado Mapeamento sociolinguístico do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015.

SCHRÖDER, U. A; SILVA, R. de C. O ‘jeitinho brasileiro’ a partir de uma perspectiva cognitivo – interacional *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 18, n. 2p.117-134 maio-ago de 2020.

SCOCUGLIA, J. B. C. A hermenêutica de Wilhelm Dilthey e a reflexão epistemológica nas ciências humanas contemporâneas. **Sociedade e Estado**. vol.17, no.2, Brasília, Dez. 2002. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922002000200003>. Acessado em 19/12/2016.

SHARIFIAN, F. **Cultural Conceptualisations and Language**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2011.

SHARIFIAN, F. Cultural linguistics: an overview. In: F. Sharifian, **Cultural linguistics: cultural conceptualisations and language**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2017.

SILVA, A. S. Sociolinguística cognitiva e o estudo da convergência/divergência entre o português europeu e o português brasileiro. **Veredas – Ver. Est. de linguísticos**, EDUFJF, 10. Juiz de Fora, 2006, pp 1-21. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25230>. Acessado em 22/10/2019.

SILVA, A. S. Integrando a variação social e métodos quantitativos na investigação sobre linguagem e cognição: para uma sociolinguística cognitiva do português europeu e brasileiro. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, Belo Horizonte, 2008a, pp. 49-81. Disponível em <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/viewFile/2480/2432>, acessado em 22/10/2019.

SILVA, A. S. Os estudos de Linguística Cognitiva do Português. **Revista Portuguesa de**

Humanidades | Estudos Linguísticos, 12, 2008b), pp. 198-221. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/323118190_Os_estudos_de_Linguistica_Cognitiva_do_Portugues. Acessado em 1/10/2019.

SILVA, A. S. Measuring and comparing the Use and Success of loanwords in Portugal and Brazil: A Corpus-based and Concept-based sociolectometrical Approach In: Zenner, E. Kristiansen, G. **New Perspectives on Lexical Borrowing: Onomasiological, Methodological and Phraseological Innovations**. Series: Language, Contact and Bilingualism 7, Boston/Berlim: Mouton Gruyter, 2014, pp. 101-141.

SILVA, N. M. S. **Martins Penna, a ideia de nação e o teatro popular brasileiro (1833-1848)**. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

SOBRAL, J. M. Mentalidade, acção, racionalidade - uma leitura crítica da história das mentalidades. **Análise Social**, vol. XXIII (95), 1987-1º, 37-57.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STRAUSS, C. Language and culture in cognitive anthropology. In: SHARIFIAN, F. (Ed.) *The Routledge handbook of language and culture*. New York: Routledge, 2014. p. 386-400.

STRAUSS, C.; QUINN, N. *A Cognitive Theory of Cultural Meaning*. Cambridge, Cambridge University Press: 1998.

TEYSSIER, P. **Manual de Língua Portuguesa (Portugal-Brasil)**. Lisboa: Coimbra Editora, 1989.

VELOZO, N. de A. Metáforas, protótipos e esquemas imagéticos: como a linguagem revela os caminhos da mente. **Cadernos do CNLF**, Vol. XVII, Nº 03 - Minicursos e Oficinas. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013.

VIANA, O. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VITRAL, L. A inovação linguística: subjetificação e luta por reconhecimento. *Rev. Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 65-98, jan./jun. 2012.

VITRAL, L. Expressividade e frequência de uso: aspectos pragmáticos e cognitivos da gramaticalização. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.23, n.1, p. 91-125, 2015.

VOVELLE, M. **Ideologia e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense: 1991 (2 ed – 1 ed 1987)

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Ed. Ridendo Castigat Mores, 2001. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4583524/mod_resource/content/1/pensamentolinguagem.pdf. Acessado em 28/06/2021.

WAENY, M.F.C. (2002) História, memória e abordagens históricas: situando um problema. *Revista Memorandum*, 2, 2002, pp. 13-20. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos02/waeny01.htm>. Acessado em 30/06/2019.

WEBER, M. **Conceitos sociológicos fundamentais**. (trad.) Artur Morão. LusoSofia press: Covilhã, 2010.

WEGNER, R. **A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. BH, UFMG: 2000.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006.

WHORF, B. L. The relation of habitual thought and behavior to language. In: WHORF, Benjamin Lee. *Language, Thought and Reality. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Boston: Technology Press of M.I.T, 1956, 134-159.

WOLF, H-G. **Language And Culture In Intercultural Communication** In: SHARIFIAN, F. (Ed.) *The Routledge handbook of language and culture*. New York: Routledge, 2014. p. 445-459.

YU, N. **Embodiment, Culture, and Language**. In: SHARIFIAN, Farzad. (Org.). *The Routledge Handbook of Language and Culture*. Oxford; New York: Routledge, 2014. p. 227-239.

SOBRE A AUTORA

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Geisa Mara Batista é Mestre em Filosofia, Bacharela Licenciada em Filosofia, além de Licenciada em Língua Portuguesa. Profissional da educação desde 2002, atua na Educação Privada e na Educação Pública como professora da Educação Básica e Superior (Graduação e Pós-graduação). Com experiência nas áreas de Filosofia e Letras, é autora de artigos acerca dos temas Metafísica, Ética, Leitura, Língua e Cultura. Com contribuições aos estudos em leitura, letramento e ensino, coorganizou os livros *Hoje tem Clube?* e *Releituras em Belo Horizonte: leitura e produção escrita*. Atualmente debruça-se, especialmente, sobre o tema Filosofia, Língua e Cultura.

EDITORES

Gabriel de Ávila Othero (UFRGS)
Valdir do Nascimento Flores (UFRGS)

CONSELHO EDITORIAL

Adeilson P. Sedrins (UFRPE/UAG)
Adelia Maria Evangelista Azevedo (UEMS)
Ana Paula Scher (USP)
Aniela Improta França (UFRJ)
Atilio Butturri Junior (UFSC)
Carlos Alberto Faraco (UFPR)
Carlos Piovezani (UFSCar)
Carmem Luci Costa e Silva (UFRGS)
Cassiano R. Haag (MPSC)
Cátia de Azevedo Fronza (Unisinos)
Cláudia Regina Brescancini (PUCRS)
Claudia Toldo Oudeste (UPF)
Dermeval da Hora (UFPB)
Eduardo Kenedy (UFF)
Edwiges Maria Morato (Unicamp)
Eliane Silveira (UFU)
Elisa Battisti (UFRGS)
Esmeralda Negrão (USP)
Heloisa Monteiro Rosário (UFRGS)
Heronides Moura (UFSC)
Ingrid Finger (UFRGS)
Jairo Nunes (USP)
Janaína Weissheimer (UFRN)
João Paulo Cyrino (UFBA)
Juciane Cavalheiro (UEA)
Leonel Figueiredo de Alencar (UFC)
Luiz Francisco Dias (UFMG)
Mailce Mota (UFSC)
Marcelo Ferreira (USP)
Marcos Lopes (USP)
Marcus Lunguinho (UnB)
Maria Eugenia Duarte (UFRJ)
Mariangela Rios de Oliveira (UFF)
Pablo Ribeiro (UFSM)
Plínio Barbosa (Unicamp)

Rafael Minussi (Unifesp)
Renato Basso (UFSCAR)
Ronice Muller de Quadros (UFSC)
Ruth Lopes (Unicamp)
Simone Guesser (UFRR)
Simone Sarmento (UFRGS)
Sirio Possenti (Unicamp)
Sonia Cyrino (Unicamp)
Tânia Maris de Azevedo (UCS)
Ubiratã K. Alves (UFRGS)
Vitor Nóbrega (UFSC)
Viviane de Melo Resende (UnB)

OBRAS JÁ PUBLICADAS

COLEÇÃO ALTOS ESTUDOS EM LINGUÍSTICA

A aventura de Saussure

Eliane Silveira

“Ai, se seu te pego...”: aspectos prosódicos de estruturas desgarradas em língua portuguesa

Aline Ponciano dos Santos Silvestre

Aquisição atípica da linguagem: modelos linguísticos e prática clínica

Cristiane Lazzarotto-Volcão, Marian Oliveira e Maria João Freitas

Educação intercultural, letramentos de resistência e formação docente

Rodriana Dias Coelho Costa, Kléber Aparecido da Silva e Edinei Carvalho dos Santos

Formas de tratamento e “cordialidade”: mudança linguística e conceptualizações culturais

Geisa Mara Batista

Gramaticalização e gramática gerativa

Lorenzo Teixeira Vitral

Linguagem, cognição e ensino: reflexão sobre a linguagem em crianças com e sem diagnósticos

FORMAS DE TRATAMENTO E “CORDIALIDADE”:
MUDANÇA LINGUÍSTICA E CONCEPTUALIZAÇÕES CULTURAIS

Thalita Cristina Souza Cruz e Fernanda Moraes D’Oliveira

Manual de Prosódia Experimental

Plínio A. Barbosa

Monotongação de ditongos orais no português brasileiro: uma revisão sistemática da literatura

Nancy Mendes Torres Vieira

O caso mais grosseiro da semiologia: o que Saussure pode nos dizer sobre os nomes próprios?

Stefania Montes Henriques

Uma abordagem da cena genérica como embreante paratópico: em pauta as cartas privadas de Mário, Drummond, Freud, Sêneca e John Wesley

Manuel Veronez

COLEÇÃO LINGUÍSTICA EM AÇÃO

Introdução à estatística para linguistas

Livia Oushiro

Investigando os sons de línguas não nativas: uma introdução

Felipe Flores Kupske, Ubiratã Kickhöfel Alves e Ronaldo Mangueira Lima Jr.

Linguística no feminino. Vozes femininas que fizeram a linguística no Brasil

Danniel Carvalho e Raquel Freitag

Manual de Morfologia Distribuída

Ana Paula Scher, Indaiá de Santana Bassani e Paula Roberta Gabbai Armelin

REVISÃO

Monah Karime El Kadri

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Ad&a Studio

FICHA CATALOGRÁFICA

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Batista, Geisa Mara

Formas de tratamento e “cordialidade” [livro eletrônico] : mudança linguística e conceptualizações culturais / Geisa Mara Batista. -- 1. ed. -- Campinas, SP : Editora da Abralín, 2022. --(Altos Estudos em Linguística)
PDF

Bibliografia.

ISBN 978-85-68990-27-8

1. Língua e linguagem 2. Linguística 3. Literatrabrasileira - Escritores - Brasil - História e crítica4. Semântica 5. Sociolinguística I. Título. II. Série.

23-144522

CDD-401.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociolinguística 401.4

Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314

DOI 10.25189/9788568990278

FORMAS DE TRATAMENTO E “CORDIALIDADE”:
MUDANÇA LINGUÍSTICA E CONCEPTUALIZAÇÕES CULTURAIS

FORMAS DE TRATAMENTO E “CORDIALIDADE”:
MUDANÇA LINGUÍSTICA E CONCEPTUALIZAÇÕES CULTURAIS

EDITORA DA **ABRALIN**

editora.abralin.org